

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

Instituto de Economia

**SETOR PÚBLICO PAULISTA
UMA AVALIAÇÃO DE SUA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO
NOS ANOS 80**

Luís Augusto Biazzi

Dissertação de Mestrado

apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP

como parte dos requisitos para a obtenção do

título de Mestre em Economia

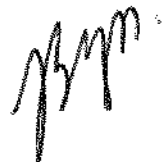
Orientação:

Profº. Dr. José Carlos de Souza Braga

*Este exemplar corresponde ao original da tese
defendida por Luís Augusto Biazzi em 21/10/94 e
orientada pelo Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga.*

CPG/IE, 21/10/94

Campinas, maio de 1994



Aos meus Pais,
GIOVANNI e FLORINDA,
que mesmo sendo bem velhinhos,
e sem poder acompanhar de perto,
transmitiram-me muita força,
e à LAIS, pelo amor de sempre,
e bom humor nos momentos mais difíceis,
afinal...

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é fruto de trabalhos realizados na Fundap/Iesp nos anos de 1990 e 1991 e portanto meus agradecimentos são antes de tudo para a Instituição, que me acolheu, dando-me esta oportunidade.

Aos amigos, companheiros de trabalho e professores, os quais, de formas variadas, participaram deste trabalho, mesmo que não diretamente, sinceramente agradeço também muitíssimo, cabendo citá-los com carinho e gratidão.

Aos professores Frederico Mazzucchelli, José Carlos de Souza Braga, Francisco L.C. Lopreato, Eurico Ueda, Fabrício de Oliveira e Sulamis Dain pela ajuda e orientação em várias ocasiões.

Aos colegas de trabalho que propiciaram o ambiente e o estímulo tão necessários, João Carlos, Carlos Cavalcanti, Aglas, Eunice, Bonini, Carlos Kawall, Waldemir L. Quadros e Emília Ticami.

Especial menção não poderia deixar de fazer ao Jorge Oliveira Pires pela inteligência e incansável esforços dedicados.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
1. O Objetivo do Trabalho	3
2. As dificuldades do Setor Público Paulista na Década de 80	5
3. O Objeto de Análise Setor Público Paulista	6
Capítulo 1	
CARACTERÍSTICAS DO PADRÃO DE FINANCIAMENTO CRIADO COM AS REFORMAS DA DÉCADA DE 60	9
1. Considerações Gerais sobre sua Formação	10
2. Receita Tributária e Transferências.....	12
2.1. Receita Tributária	12
2.1.1. A Sensibilidade da Arrecadação do ICM	13
2.2. Transferências Constitucionais	14
2.3. Outras Transferências.....	15
3. Receitas de Capital	15
3.1. Operações de Crédito	15
3.2. Transferências de Capital	17
4. Receitas Próprias das Empresas	18
4.1. A Descentralização Administrativa em São Paulo	18
4.2. Identificação das Principais Empresas.....	19
5. Considerações sobre os Gastos do Setor Público Paulista	22
6. A Autonomia Consumida	23
Capítulo 2	
ANOS 80, A RUPTURA E AS SOLUÇÕES ENCONTRADAS PARA O FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO PAULISTA	24
1. O "Novo" Setor Público Paulista e sua Herança.....	25
1.1. Os Indicadores	28
1.2. Os Atrasados	30
2. A Ruptura do Padrão de Financiamento	32
2.1. Uma Visão do Período 1979/82 a partir dos Indicadores	33
2.1.1. O Grau de Cobertura do Custeio pela Receita Própria	35

2.1.2. A Funcionalidade do Crédito	36
3. A Identificação do Padrão Resultante Pós-82	38
3.1. O Setor Público Paulista e as Políticas de Estabilização.....	41
3.2. Uma Visão do Período Pós-82 a partir dos Indicadores	43
3.2.1. O Grau de Cobertura do Custeio pela Receita Própria	43
3.2.2. A Funcionalidade do Crédito	47
CONCLUSÕES.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXOS	69
ANEXO I - Categorias Econômicas de Receita e Despesa	70
ANEXO II - Categorias Econômicas de Receita e Despesa por Instância Administrativa	137
ANEXO III - Metodologia de Construção das Séries Estatísticas	169
ANEXO IV - Os Indicadores Utilizados nos Trabalhos.....	195
ANEXO V - Quadros Estatísticos - Médias por Períodos Administrativos	200

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 2

Gráfico 1	SPP
Gráfico 1.1	EMPRESAS
Gráfico 1.2	ETGs
Gráfico 2	INDICADOR DE GERAÇÃO TOTAL DE RECURSOS
Gráfico 2.1	INDICADOR DE GRAU DE COBERTURA (COB)
Gráfico 2.2	INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DO CRÉDITO
Gráfico 3	INDICADOR DO SALDO ORÇAMENTÁRIO
Gráfico 4	PIB SP X ICMS-QPE
Gráfico 5	PIB INDUST SP X PIB SERVIÇOS X ICMS-QPE
Gráfico 6	INFLAÇÃO (IPA-OG)
Tabela 1	INDICADOR DE GRAU DE COBERTURA (COB)
Tabela 2	INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DO CRÉDITO
Tabela 3	INDICADOR DE GERAÇÃO TOTAL DE RECURSOS
Tabela 4	INDICADOR DE GRAU DE COBERTURA (COB) - Quadro Estatístico - Médias
Tabela 5	INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DO CRÉDITO - Quadro Estatístico - Médias
Tabela 6	INDICADOR DE GERAÇÃO TOTAL DE RECURSOS - Quadro Estatístico - Médias
Tabela 7	INDICADOR DO SALDO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO I

Tabela 1	EVOLUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - US\$ MILHÕES DE 1988
Tabela 2	EVOLUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - (EM %)
Tabela 4	EVOLUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - Índice de Evolução
Tabela 5	DESPESA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA
Tabela 6	DESPESA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA - Participação Relativa
Tabela 7	DESPESA TOTAL SPP POR CATEGORIA ECONÔMICA - Participação Relativa em relação ao total s/atrasados
Tabela 8	DESPESA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA - Índice de Evolução
Tabela 9	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Tabela 10	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Participação Relativa
Tabela 11	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Índice de Evolução
Tabela 12	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Tabela 13	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Participação Relativa
Tabela 14	PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM RELAÇÃO AO GASTO EFETIVO
Tabela 15	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Índice de Evolução
Tabela 16	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
Tabela 17	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - Participação Relativa
Tabela 18	PARTICIPAÇÃO RELATIVA - Em Relação ao Total da Receita sem o crédito informal
Tabela 19	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - Índice de Evolução
Tabela 20	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS
Tabela 21	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS - Participação Relativa
Tabela 22	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS - Participação Relativa em relação ao total s/ atrasados
Tabela 23	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS - Índice 1979=100
Tabela 24	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS

Tabela 25	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS - Participação Relativa
Tabela 26	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS - Índice de Evolução
Tabela 27	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS
Tabela 28	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS - Participação Relativa
Tabela 29	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS - Índice 1979=100
Tabela 30	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES
Tabela 31	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES - Participação Relativa
Tabela 32	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES - Índice de Evolução
Tabela 33	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS FUNDAÇÕES
Tabela 34	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS FUNDAÇÕES - Participação Relativa
Tabela 35	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS FUNDAÇÕES - Índice 1979=100
Gráfico 1	EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL DO SPP
Gráfico 2	FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - Evolução
Gráfico 2a	FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - Evolução
Gráfico 2b	FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - Evolução da Participação Relativa
Gráfico 3	SETOR PÚBLICO PAULISTA
Gráfico 4	FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - Evolução
Gráfico 4a	FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - Evolução da Participação Relativa
Gráfico 4b	FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP - Evolução
Gráfico 5	SETOR PÚBLICO PAULISTA
Gráfico 6	EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL DO SPP
Gráfico 7	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP
Gráfico 7a	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP - % Relativa p/ Categoria Econômica
Gráfico 7b	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP - p/ Categoria Econômica
Gráfico 8	SETOR PÚBLICO PAULISTA
Gráfico 9	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP - p/ Categoria Econômica
Gráfico 9a	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP - % Relativa p/ Categoria Econômica
Gráfico 9b	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP - p/ Categoria Econômica
Gráfico 10	SETOR PÚBLICO PAULISTA
Gráfico 11	RECEITA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução
Gráfico 12	RECEITA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução p/ Categoria Econômica
Gráfico 12a	RECEITA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução da Participação Relativa
Gráfico 12b	RECEITA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução p/ Categoria Econômica
Gráfico 13	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Gráfico 14	DESPESA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução
Gráfico 15	DESPESA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução p/ Categoria Econômica
Gráfico 15a	DESPESA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução da Participação Relativa
Gráfico 15b	DESPESA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Evolução p/ Categoria Econômica
Gráfico 16	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Gráfico 17	EVOLUÇÃO DA RECEITA DAS EMPRESAS
Gráfico 18	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - p/ Categorias Econômicas
Gráfico 18a	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - p/ Categorias Econômicas
Gráfico 18b	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - p/ Categorias Econômicas
Gráfico 19	EMPRESAS
Gráfico 20	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - p/ Categorias Econômicas
Gráfico 20a	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - p/ Categorias Econômicas
Gráfico 20b	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS - p/ Categorias Econômicas
Gráfico 21	EMPRESAS
Gráfico 22	EVOLUÇÃO DA DESPESA DAS EMPRESAS
Gráfico 23	EVOLUÇÃO DA DESPESA DAS EMPRESAS - p/ Categoria Econômica
Gráfico 23a	EVOLUÇÃO DA DESPESA DAS EMPRESAS - % Relativa p/ Categoria Econômica
Gráfico 23b	EVOLUÇÃO DA DESPESA DAS EMPRESAS - p/ Categoria Econômica Índice 1979-100

- Gráfico 24 EMPRESAS
 Gráfico 25 EVOLUÇÃO DA DESPESA DAS EMPRESAS - p/ Categoria Econômica
 Gráfico 25a EVOLUÇÃO DA DESPESA DAS EMPRESAS - % Relativa p/ Categoria Econômica
 Gráfico 25b EVOLUÇÃO DA DESPESA DAS EMPRESAS - p/ Categoria Econômica Índice 1979-100
 Gráfico 26 EMPRESAS
 Gráfico 27 EVOLUÇÃO DA RECEITA DAS AUTARQUIAS
 Gráfico 28 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS - p/ Categoria Econômica 79/80
 Gráfico 28a EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS - Evolução da Participação Relativa
 Gráfico 28b EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS - 1979-100
 Gráfico 29 AUTARQUIAS
 Gráfico 30 DESPESA TOTAL DAS AUTARQUIAS - Evolução
 Gráfico 31 DESPESA DAS AUTARQUIAS - Evolução
 Gráfico 31a DESPESA DAS AUTARQUIAS - Evolução da Participação Relativa
 Gráfico 31b DESPESA DAS AUTARQUIAS - Evolução
 Gráfico 32 AUTARQUIAS
 Gráfico 33 RECEITA TOTAL DAS FUNDAÇÕES - Evolução
 Gráfico 34 RECEITA DAS FUNDAÇÕES - Evolução
 Gráfico 34a RECEITA DAS FUNDAÇÕES - Evolução da Participação Relativa
 Gráfico 34b RECEITA DAS FUNDAÇÕES - Evolução
 Gráfico 35 FUNDAÇÕES
 Gráfico 36 DESPESA TOTAL DAS FUNDAÇÕES - Evolução
 Gráfico 37 DESPESA DAS FUNDAÇÕES - Evolução
 Gráfico 37a DESPESA DAS FUNDAÇÕES - Evolução da Participação Relativa
 Gráfico 37b DESPESA DAS FUNDAÇÕES - Evolução
 Gráfico 38 FUNDAÇÕES

ANEXO II

- Gráfico 1 RECEITA TOTAL DO SPP
 Gráfico 2 RECEITAS PRÓPRIAS DO SPP
 Gráfico 3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SPP
 Gráfico 4 TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO
 Gráfico 5 OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP
 Gráfico 6 GASTO TOTAL DO SPP
 Gráfico 7 DESPESAS DO SPP COM CUSTEIO
 Gráfico 8 DESPESAS DO SPP COM PESSOAL E REFLEXOS
 Gráfico 9 DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS
 Gráfico 10 DESPESAS DO SPP COM SERVIÇO DA DÍVIDA
 Gráfico 11 INVESTIMENTOS DO SPP
 Gráfico 12 OUTRAS DESPESAS DO SPP
 Tabela 1 RECEITA TOTAL DO SPP - Evolução por Instância Administrativa
 Tabela 1a RECEITA TOTAL DO SPP - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
 Tabela 1b RECEITA TOTAL DO SPP - Evolução por Instância Administrativa - Índice de Evolução
 Tabela 2 RECEITAS PRÓPRIAS - Evolução por Instâncias Administrativas
 Tabela 2a RECEITAS PRÓPRIAS - Evolução por Instâncias Administrativas - Participação Relativa
 Tabela 2b RECEITAS PRÓPRIAS - Evolução por Instâncias Administrativas - Índice 1979-100
 Tabela 3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SPP - Evolução por Instância Administrativa
 Tabela 3a OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SPP - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
 Tabela 3b OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SPP - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa em Relação ao Total s/ o Crédito Informal

Tabela 3c	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SPP - Evolução por Instância Administrativa - Índice de Evolução
Tabela 4	TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO PARA AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS
Tabela 4a	TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO PARA AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS - Participação Relativa
Tabela 4b	TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO PARA AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS - Índice de Evolução
Tabela 5	OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO - Evolução por Instância Administrativa
Tabela 5a	OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
Tabela 5b	OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO - Evolução por Instância Administrativa - Índice 1979-100
Tabela 6	GASTO TOTAL DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA
Tabela 6a	GASTO TOTAL DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - Participação Relativa
Tabela 6b	GASTO TOTAL DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - Índice de Evolução
Tabela 7	DESPESAS DO SPP COM CUSTEIO - Evolução por Instância Administrativa
Tabela 7a	DESPESAS DO SPP COM CUSTEIO - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
Tabela 7b	DESPESAS DO SPP COM CUSTEIO - Evolução por Instância Administrativa - Índice 1979-100
Tabela 8	DESPESAS DO SPP COM PESSOAL E REFLEXOS - Evolução por Instância Administrativa
Tabela 8a	DESPESAS DO SPP COM PESSOAL E REFLEXOS - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
Tabela 8b	DESPESAS DO SPP COM PESSOAL E REFLEXOS - Evolução por Instância Administrativa - Índice de Evolução
Tabela 9	DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS - Evolução por Instância Administrativa
Tabela 9a	DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
Tabela 9b	DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS - Evolução por Instância Administrativa - Índice de Variação
Tabela 10	SERVIÇO DA DÍVIDA - Evolução por Instância Administrativa
Tabela 10a	SERVIÇO DA DÍVIDA - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
Tabela 10b	SERVIÇO DA DÍVIDA - Evolução por Instância Administrativa - Índice de Variação
Tabela 11	INVESTIMENTOS - Evolução por Instância Administrativa
Tabela 11a	INVESTIMENTOS - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
Tabela 11b	INVESTIMENTOS - Evolução por Instância Administrativa - Índice 1979-100
Tabela 12	OUTRAS DESPESAS - Evolução por Instância Administrativa
Tabela 12a	OUTRAS DESPESAS - Evolução por Instância Administrativa - Participação Relativa
Tabela 12b	OUTRAS DESPESAS - Evolução por Instância Administrativa - Índice 1979-100

ANEXO V

Tabela 1.1	RECEITA TOTAL DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - EM US\$ MIL DE 1988
Tabela 1.2	RECEITA TOTAL DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)
Tabela 2.1	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS - CONSOLIDADO - QUADRO ESTATÍSTICO - US\$ MÉDIO DE 1988

Tabela 2.2	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS - CONSOLIDADO - QUADRO ESTATÍSTICO - Participação Relativa (%)
Tabela 3.1	EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - US\$ MIL DE 1988
Tabela 3.2	EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)
Tabela 4.1	TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO PARA AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS - QUADRO ESTATÍSTICO - US\$ MIL DE 1988
Tabela 4.2	TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO PARA AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)
Tabela 5.1	OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - EM US\$ MIL DE 1988
Tabela 5.2	OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)
Tabela 6.1	GASTO TOTAL DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - US\$ MILHÕES DE 1988
Tabela 6.2	GASTO TOTAL DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)
Tabela 7.1	EVOLUÇÃO DO CUSTEIO - 1979/1989 - QUADRO ESTATÍSTICO - EM US\$ MIL DE 1988
Tabela 7.2	EVOLUÇÃO DO CUSTEIO - 1979/1989 - Participação Relativa - QUADRO ESTATÍSTICO
Tabela 8.1	EVOLUÇÃO DO EVOLUÇÃO DO PESSOAL E REFLEXOS - 1979/1989 - QUADRO ESTATÍSTICO - EM US\$ MIL DE 1988
Tabela 8.2	EVOLUÇÃO DO EVOLUÇÃO DO PESSOAL E REFLEXOS - 1979/1989 - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)
Tabela 9.1	EVOLUÇÃO DOS "OUTROS CUSTEIOS" - 1979/1989 - QUADRO ESTATÍSTICO - EM US\$ MIL DE 1988
Tabela 9.2	EVOLUÇÃO DOS "OUTROS CUSTEIOS" - 1979/1989 - Participação Relativa - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)
Tabela 10.1	EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - US\$ MÉDIO DE 1988
Tabela 10.1	EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - Participação Relativa (%)
Tabela 11.1	EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - US\$ MÉDIO DE 1988
Tabela 11.1	EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - (%)
Tabela 12.1	EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - US\$ MIL DE 1988
Tabela 12.2	EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA - QUADRO ESTATÍSTICO - (EM %)

APRESENTAÇÃO

Na introdução são apresentados os objetivos e as preocupações que este trabalho contém, relativos à caracterização das finanças do Setor Público Paulista na década de 80, por meio da identificação do padrão de financiamento prevalecente no período, e também procurou-se verificar quantitativamente seu desempenho no sentido da capacidade de geração de recursos disponíveis para o investimento. Nesta parte, discute-se ainda a natureza do objeto analítico **setor público paulista** no que se refere ao significado analítico de se trabalhar com estatísticas relativas a este conjunto de entidades públicas jurídica e economicamente diferenciadas.

No capítulo 1 procura-se resgatar as principais características do padrão de financiamento estadual que se iniciou desde meados da década de 60, cuja desestruturação está na raiz dos problemas vividos na década de 80, na medida em que o processo político e econômico não redundou numa substituição formal daquele padrão falido, que equilibrasse novamente a estrutura de receitas ao padrão de gastos então prevalecente.

No capítulo 2 analisa-se o comportamento de certos indicadores construídos com a finalidade de propiciar uma visão integrada da realidade econômico-financeira estadual nos anos 80, a partir de certas relações estabelecidas entre as variáveis de financiamento e gasto.

Busca-se identificar e evidenciar o desempenho deste "padrão resultante" da crise e ruptura do anterior, no que tange à sua capacidade de gerar recursos para o investimento.

Ao final, de modo sucinto, são colocadas as principais conclusões da análise.

Nos Anexos apresentam-se a metodologia de construção dos indicadores utilizados, a metodologia de consolidação das Contas do Setor Público Paulista e o conjunto de estatísticas utilizadas de receita e despesa do Setor Público Paulista.

INTRODUÇÃO

1. O OBJETIVO DO TRABALHO

Através desta dissertação, procura-se identificar as características do padrão de financiamento do Setor Público Paulista na década de 80, resultado de uma ruptura e desfazimento, já no início daquela década, de um padrão anterior montado a partir de meados dos anos 60 pelo regime autoritário.

Para tanto, procurou-se inicialmente recuperar os traços básicos daquele padrão anterior e depois, com a ajuda de certos indicadores, captar os principais elementos da estrutura de financiamento nos anos 80 e para, assim, identificar o padrão de financiamento prevalecente e avaliar sua capacidade de geração de recursos para o investimento do Setor Público Paulista.

Utilizou-se para tanto de um quadro estatístico bastante completo das finanças estaduais paulistas para as quatro instâncias administrativas componentes do Setor Público Paulista - administração direta, autarquias, fundações e empresas não-financeiras - sendo que o setor financeiro não foi incorporado. Mediante uma determinada metodologia de agregação das contas destas instâncias, foi possível chegar aos valores das fontes de receita e categorias de despesa referentes ao setor público paulista, da maneira como foi definido neste trabalho.

Este "padrão resultante" da crise do início dos 80, se é que se pode assim denominar, é obra, entre outros fatores, dos esforços de adequação dos governantes às crises do período e das lutas políticas das denominadas forças democráticas em prol de uma descentralização de recursos e decisões, além de embates e quedas de braço entre governantes locais e autoridades federais em torno de débitos recíprocos e de adiamento de pagamentos, inserindo-se, portanto, uma componente eminentemente política nas formas de garantir recursos às necessidades estaduais.

Não se trata de um padrão de financiamento fruto de formulações no campo fiscal e das relações federalistas provenientes das forças políticas relevantes, de modo a chegar-se a algum argumento mais bem pensado e estruturado. A situação vivida nos anos 80 é de ausência de definições e equacionamentos formais acerca das políticas públicas estaduais do ponto de vista de seu financiamento, dos volumes de gasto correspondentes e de sua qualidade, dentro dos marcos de um regime democrático, que desde então o País vem procurando construir, pois o fim do padrão de financiamento criado a partir de meados dos anos 60 coincidiu com o início de um governo democrático em São Paulo, ou seja, eleito pelo voto direto e fora dos marcos e interesses do regime autoritário.

E a Constituinte de 1988, em seu capítulo tributário, manteve basicamente a mesma estrutura de receitas anterior, tendo havido um incremento derivado do aumento da base de incidência do ICM. Uma vez que o padrão de despesas não se alterou, pode-se concluir em linhas gerais que os problemas de financiamento do SPP, em sua essência, persistem após 1989, ano em que se encerra a análise feita neste trabalho.

2. AS DIFICULDADES FINANCEIRAS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA (SPP) NA DÉCADA DE 80

A década de 80 caracterizou-se como um período em que a economia apresentou baixas taxas de crescimento do produto frente ao padrão manifestado desde os anos 50, forte instabilidade e tendências inflacionárias crescentes e recorrentes.

De antemão, pode-se afirmar que para o Setor Público Paulista (SPP) nesse período houve uma nítida insuficiência de recursos frente ao seu padrão de gasto, principalmente nos momentos em que os fatores determinantes da crise econômica resultaram em queda do nível de atividade, recrudescimento do processo inflacionário, e no plano das medidas de política econômica, redução ou extinção das linhas de financiamento federais e restrições ao crédito em geral.

No campo administrativo, deve-se observar que tal quadro dificultou a tomada de decisões que não sejam as de curto/curtíssimo prazo, o que colaborou para a desativação dos sistemas de planejamento.

É certo que uma ação pública norteada por um sistema de planejamento com objetivos de médio e longo prazo pressupõe, entre outras coisas, uma certa estabilidade em seus mecanismos de financiamento, além da visão e vontade dos dirigentes públicos.

Essa ausência de uma ação pública determinada a partir de um mínimo de planejamento e, portanto, definição, integração e coordenação da ação de suas diversas entidades, explica em parte a queda de qualidade do gasto, ao lado de um série de distorções administrativas, e da relativa redução dos recursos frente ao volume e diversidade das demandas.

Nestas circunstâncias, o poder do setor público de responder às necessidades e exigências da sociedade paulista por expansões quantitativas e melhorias qualitativas, tanto dos serviços sociais (educação, saúde etc.) quanto na infra-estrutura (energia, transportes etc.) sob sua responsabilidade, restringiu-se ainda mais.

3. O OBJETO DE ANÁLISE SETOR PÚBLICO PAULISTA

Este trabalho vai além no que se refere aos estudos de finanças estaduais tradicionais, pois não abrange apenas a administração direta, mas reúne também as empresas não-financeiras, as autarquias e as fundações, formando o agregado denominado SPP.

A agregação foi possível graças a uma determinada metodologia desenvolvida desde meados da década de 80 por técnicos da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo (Fundap).

Em virtude da carência de trabalhos com este tipo de abrangência, considera-se de grande relevância esforços nesta direção. No entanto, é necessário observar que este tipo de agregação pode ser problematizada enquanto instrumento de análise.

Na medida em que se agregam empresas e administração direta, e ainda autarquias e fundações, qual o significado analítico deste todo? Esta é a pergunta que evidentemente se coloca.

Num plano meramente descritivo, é fundamental poder dispor de tal agregação, que provê uma visão do todo e das partes no todo. No entanto, como as determinações do financiamento e do gasto para a administração direta e para as empresas são tão distintas, qual o sentido em somar suas receitas e seus gastos (e das autarquias e fundações) e analisar o comportamento destes agregados?

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que existe um plano de análise mais geral, o qual contempla as determinações que atuam sobre o conjunto destas instâncias de governo.

Tem-se as variáveis macroeconômicas básicas, como o nível de atividade da economia que determina, em última instância, tanto a arrecadação tributária (ICM/ICMS) quanto a demanda por energia elétrica, água, transportes etc., sendo que se deve adendar em relação a esta última relação, que nos períodos recessivos não chega propriamente a ocorrer uma redução nas quantidades vendidas - dada a natureza essencial destes bens e serviços - mas, nos períodos de expansão, ocorre uma forte ampliação de demanda pelos mesmos motivos.

Retomando o argumento: as acelerações inflacionárias corroeram tanto as arrecadações tributárias, quando não eram perfeitamente indexadas, quanto defasaram os preços e tarifas públicas das empresas, autarquias e fundações, em virtude da subordinação das políticas tarifárias praticadas em certos períodos aos objetivos da política econômica de combate à inflação.

Há ainda outros condicionantes gerais, derivados da política econômica e/ou das condições dos mercados nacional e internacional, que provocaram limitação creditícia interna e obstáculos ao crédito externo tanto para a administração centralizada quanto para a descentralizada.

Em tese, portanto, poder-se-ia conectar o movimento das fontes de financiamento e do gasto do SPP ao ciclo do produto, ou da política econômica, sem esquecer o período administrativo próprio de cada governante no período. Ressalte-se que tal objetivo no entanto para ser rigorosamente cumprido, implicaria num nível de complexidade que escapa ao escopo deste trabalho.

Em segundo lugar, em defesa do objeto de análise SPP, tem-se o fato que este constitui-se numa unidade político administrativa em que há uma nítida divisão de funções no sentido de fornecer os bens e serviços públicos necessários, cabendo às empresas (e autarquias, num segundo plano) praticamente a totalidade dos investimentos em infraestrutura, ao passo que as políticas sociais tradicionais são mantidas pela administração direta (educação, saúde, etc.) cujo gasto em custeio é muito grande.

Isto resultou de uma opção administrativa (nacional) pela descentralização, em virtude das vantagens que em tese traria ao setor público operar neste formato, em termos de flexibilidade, facilidades de financiamento, padrões de produtividade etc.

Observa-se, entretanto, que com o agravamento das condições de financiamento nos anos 80, a solução para os sérios constrangimentos financeiros vividos por várias entidades descentralizadas (principalmente do setor elétrico), no campo do serviço do endividamento, foi obtida pelo governador através de difíceis negociações junto aos credores federais, no caso de dívidas internas junto às entidades federais de crédito, afora os empréstimos pontuais concedidos pelo governo federal, no caso das dívidas externas de tais entidades. De modo que os esquemas de financiamento transcenderam em muito as dimensões econômico-financeiras dos agentes envolvidos, passível de solução no âmbito de seus próprios dirigentes, e tornaram-se essencialmente dependentes de soluções arbitrárias definidas no jogo de forças políticas, basicamente entre o governador e seus deputados em Brasília e as autoridades federais envolvidas com o problema.

Em terceiro lugar, o tesouro estadual (administração direta) transfere recursos a todas as demais instâncias administrativas de governo (autarquias, fundações e empresas públicas estaduais), que possuem diferentes graus de dependência de tais recursos. O inverso contudo não é possível, ou seja, um setor descentralizado do governo, mesmo que superavitário, não transfere recursos para a administração direta investir em educação, ou para outras entidades descentralizadas que estejam deficitárias. Ou seja, no campo das empresas por exemplo, não existe trânsito de recursos entre elas, ou uma espécie de

"holding" que as controle, repassando recursos de uma para outra. Sua atuação é individual e conectada unicamente ao principal acionista controlador, o tesouro, que efetua muito freqüentemente inversões financeiras (aportes de capital nas empresas) e algumas vezes recolhe dividendos.

O elemento central na argumentação é que em termos lógicos, havendo tais fluxos do tesouro para as demais instâncias, tem-se a condição necessária e suficiente para que haja sentido analítico em perpetrar tal agregação. Uma vez que as empresas, autarquias e fundações não tivessem se tornado tão dependentes de recursos do tesouro (algumas desde suas origens, outras, a partir da crise de financiamento ocorrida) sobrariam mais recursos para a administração direta financiar suas próprias atividades.

Portanto, as disponibilidades financeiras do tesouro estão condicionadas às pressões maiores ou menores que as unidades descentralizadas façam, e a capacidade de gasto destas últimas é função da capacidade de repassar recursos que o tesouro tenha a cada exercício.

Deste modo, mesmo com diferenças econômicas e jurídicas notáveis, tais unidades estão integradas do ponto de vista do financiamento de suas atividades, não só política e administrativamente, como também financeiramente.

É evidente que a integração acima aludida não é total, existe apenas por meio da mediação do tesouro. A realidade interna do SPP mostra vários circuitos compartimentados de receitas e despesas que transitam em seu interior. Os números agregados a que se chega pela consolidação e os indicadores construídos com eles revelam, portanto, uma situação que rigorosamente não existe; no entanto, mesmo assim possuem validade como instrumento de análise, dados os objetivos deste trabalho.

Por exemplo, caso o indicador de margem de poupança revele que o conjunto da despesa de custeio do SPP aproxima-se cada vez mais de suas receitas próprias, ou que seu conjunto de despesas referentes ao serviço da dívida ultrapassa os créditos entrantes no exercício, ambas informações são úteis para apontar uma situação de colapso na capacidade de financiamento do SPP.

Se a resultante conjunta mostra situações críticas, problemas de financiamento estão ocorrendo nas entidades de modo diferenciado, mas a primeira informação é valiosa para pensar, planejar e administrar politicamente este conjunto de pressões também diferenciados, principalmente no manejo das transferências do tesouro, uma vez que para a sociedade há um único responsável, o governador.

Capítulo 1

**CARACTERÍSTICAS DO PADRÃO DE
FINANCIAMENTO CRIADO COM AS REFORMAS DA
DÉCADA DE 60**

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE SUA FORMAÇÃO

Este padrão de financiamento do setor público brasileiro teve sua montagem iniciada a partir de meados da década de 60 e prosseguiu ao longo dos anos 70. A importância relativa de cada fonte de financiamento neste processo sofreu alterações e não se pretende remontar todas estas trajetórias. Não se dispõe de estatísticas consolidadas para o SPP neste período, de modo que é possível apenas apontar em termos qualitativos a importância das principais fontes de receita.

O novo esquema de poder montado no pós-64 empreendeu mudanças profundas nas legislações e instituições econômico-financeiras do país,¹ dentre estas, situa-se como sendo de grande importância a reformulação promovida no sistema tributário, o que permitiu ao Estado obter um maior volume de recursos, mais adequado às novas atribuições que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em bases industriais requeria.

Pode-se afirmar ("ex-post") que tais mudanças capacitaram o estado para melhor gerir o processo de acumulação de capital, que já avançava de modo intenso desde a década de 50 com o Plano de Metas, mas que, ao nível do Estado (e de outras instituições de mercado) ainda encontrava-se insatisfatoriamente resolvido, frente as demandas emergentes deste processo (infra-estrutura, mecanismos de crédito e financiamento para uma política agrícola e industrial, mercado de capitais, instrumentos para a política macroeconômica, etc.)

Estas mudanças resultaram em grande centralização da receita tributária e forte aumento do poder decisório da União no campo fiscal, o que na verdade se inscreveu num movimento maior de centralização política, econômica, financeira e administrativa, cuja resultante significou um fortalecimento dos instrumentos de intervenção em mãos do governo federal.

A contrapartida disto, ou seja, a perda de poder, de autonomia e de recursos próprios dos governos subnacionais foi equacionado nos marcos do regime autoritário justamente pela enorme capacidade de concentração e centralização de recursos em mãos da

1. Além da tributária e das relações federalistas, as principais mudanças foram:

- Reforma bancária, do mercado de capitais;
- reforma administrativa e dos aparelhos de estado;
- Política tarifária tendo como princípio o autofinanciamento do setor produtivo estatal;
- Endividamento público viabilizado com a criação do mecanismo de correção monetária;
- Criação do Banco Central, do Sistema Financeiro da Habitação e do Conselho Monetário Nacional;

União, pois estes eram revertidos em parte aos próprios governos subnacionais por meio de financiamento concedidos no bojo das várias políticas setoriais e regionais; das costuras políticas que redundavam em diversos tipos de transferências negociadas ou voluntárias; garantindo assim um fluxo de recursos adicionais significativos que permitiam a consecução de uma série de obras, empreendimentos e políticas sociais, soldando-se assim os interesses políticos locais com as prioridades de Brasília. De um modo sem dúvida centralizador e autoritário, garantido à União o comando sobre os recursos.

Todas estas reformas gestaram um novo padrão de financiamento do setor público, em que seus componentes primários em parte são também formalmente novos, ou seja, no caso estadual, a principal fonte tributária, o ICM, foi criado naquele momento; o mesmo para as transferências constitucionais mais relevantes (o FPE); no campo do endividamento implementaram novos instrumentos para a dívida pública (baseados no novo mecanismo da correção monetária); foi também de grande importância a abertura de novos canais de financiamento a partir das agências federais de crédito (em parte também recém criadas) em consonância com as novas políticas setoriais.

Enfim, tratava-se da implementação de um novo esquema de financiamento das políticas públicas, que contou ainda com uma expansão da disponibilidade de crédito externo, cuja resultante conjunta foi muito positiva em termos de geração de recursos para os investimentos, conferindo ao SPP grande poder de mobilização financeira e de intervenção na vida social durante esse período.

Neste sentido, nos itens seguintes procura-se resgatar as características básicas e importância destes componentes básicos da estrutura de financiamento do SPP.

2. RECEITA TRIBUTÁRIA E TRANSFERÊNCIAS

À centralização fiscal correspondeu um esvaziamento da base de receita tributárias dos estados e municípios, que em certa medida procurou-se compensar por meio do fortalecimento das transferências federais regulares, em que as principais são as constitucionais além de outras não regulares (ou negociadas), o que no entanto não contrabalançou a tendência à centralização das receitas. Porém é certo que implicou em perda adicional de autonomia dos estados e municípios, pois constituía-se em mais um modo de ingerência do governo federal nas decisões de gasto das esferas subnacionais, pois as transferências neste período vinham associadas ao tipo de gasto a realizar.

Os dois novos impostos, o ICM e o IPI, possuem bases de incidências que definem-se a partir dos valores adicionados nos processos produtivos, medida que em conjunto com a extinção do imposto sobre vendas e consignações que incidia cumulativamente ("em cascata"), conferiu ao sistema tributário o que se denomina vinculação à base econômica real. "Somadas ao aperfeiçoamento técnico da arrecadação (administração e fiscalização), as alterações resultaram num sistema mais flexível e eficiente, tanto no que diz respeito à captação de recursos, quanto à possibilidade de manuseio de uma variedade de impostos nas decisões de distribuição da carga tributária conforme os objetivos definidos em cada período e para cada setor. A vinculação dos tributos à base econômica real propiciou, assim, maior funcionalidade e racionalidade administrativa ao sistema, tornando possível sua utilização mais efetiva como instrumento de política econômica" (Cintra, 1982).

2.1. RECEITA TRIBUTÁRIA

No campo tributário a reforma de 1966 criou vários impostos, outros foram extintos ou modificados, coube à União os impostos mais produtivos e adequados enquanto instrumento de política econômica,² à exceção do ICM, que ficou para os estados, junto com o imposto sobre a transmissão de bens imóveis.

Como resultado teve-se um maior número de impostos sob competência da União, a possibilidade de criação de outros novos e o direito de controlar as alíquotas e os campos de incidência dos impostos sob sua competência. Direito que se estendeu aos governos subnacionais, de modo a poder alterar as alíquotas do ICM e definir isenções nos impostos estaduais.

2. São eles: imposto de renda e proventos de qualquer natureza, produtos industrializados, operações financeiras, transporte e comunicações, combustíveis e lubrificantes, minerais, propriedade territorial rural, importações e exportações.

Por decorrência, para os estados a situação era justamente a inversa, sua autonomia no que diz respeito à arrecadação e aplicação de recursos reduziu-se drasticamente, ou seja, não podiam propor novos impostos ou adicionais sobre os existentes, mudar alíquotas e praticar isenções. Para isto passou a ser necessário um acordo com todos os demais estados da federação.

Utilizando-se de suas prerrogativas, o governo federal intensificou as políticas de incentivos fiscais no período (basicamente por meio das isenções fiscais e creditícias) com o intuito de dinamizar principalmente as exportações, a produção de bens de capitais e o mercado de capitais, fazendo da política tributária peça fundamental da política econômica voltada ao crescimento e/ou para socorrer setores em dificuldades durante as fases de desaceleração e crise, afetando assim significativamente as finanças estaduais. "Os Estados, além das isenções de ICM nas exportações de produtos industrializados, passam a arcar a partir de 1970 também com o crédito fiscal do ICM, do qual a União assumiu apenas parte, e têm as alíquotas do ICM reduzidas a partir de 1971, por decisão federal (Cintra, 1982).

2.1.1. A Sensibilidade da Arrecadação do ICM

Esta vinculação do ICM à base real da economia (ou seja, um imposto lançado sobre o valor adicionado) no caso do Estado de São Paulo trouxe conseqüências peculiares. O ICM representou cerca de 95% da receita tributária e esta constituiu-se na principal fonte de receitas da administração centralizada, importância que se transfere ao SPP, pois as receitas próprias das empresas estatais estaduais não-financeiras não sobrepõem a arrecadação de ICM (com exceção do ano de 1983). Isto ocorreu devido à grande concentração da atividade econômica existente no território paulista, e em especial, da industrial.

Desta situação decorrem duas conseqüências, a primeira relativa a uma suposta autonomia relativa de gasto que o governo de São Paulo deteria (este ponto é visto adiante nos itens 5 e 6), pois a esta peculiaridade ou condicionante relativo às receitas do SPP é contraposta outra, relativa ao volume de despesas. A segunda refere-se à grande sensibilidade existente entre esse agigantado volume de recursos arrecadado pelo ICM em termos relativos aos demais estados e o movimento real da economia. Em graduação bem menor, mas também apresentando correlação com o nível de atividade da economia, situam-se as receitas próprias das empresas (sendo que neste caso a política tarifária é o outro determinante fundamental da evolução destas receitas, dado sua subordinação à política econômica).

Tem-se, portanto, esta sensibilidade ampliada das finanças do SPP ao movimento geral da economia e, em decorrência aos fatores que sobre ela atuam a política econômica, a conjuntura internacional etc. O termo "ampliada" empregado acima procura destacar esta peculiaridade das finanças públicas paulistas, pois evidentemente nos outros estados ocorre algo semelhante, mas certamente não com a mesma intensidade.

Estes condicionantes, relativos à receita aqui discutida e à despesa (item 5) são retomados no capítulo 2, para caracterizar as finanças públicas paulistas.

2.2. Transferências Constitucionais

No que se refere às transferências constitucionais, também denominadas de receitas partilhadas, a principal foi instituída em 1967, o fundo de participação dos estados (FPE) e municípios (FPM), com base em 20% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo que a distribuição destes recursos teria como critério a população e a renda per capita.

Além desta existiam as transferências de parte dos denominados impostos únicos (IULCLG, IUEE, IUM), da Taxa Rodoviária Única, do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas, e de outros (salário-educação etc.).

De acordo com a legislação, tais transferências são consideradas correntes porque destinam-se à cobertura de despesas correntes, ou seja, as de custeio.

Na medida em que se consolidou o sistema autoritário, o FPE (e o FPM) foi diminuído e passou a ter rígidas normas para sua alocação, no sentido de fazer prevalecer os critérios estabelecidos pelo Poder Executivo Federal. "A vinculação dos recursos dos Fundos e das demais formas de transferências (impostos únicos e salário-educação totalmente presos a funções ou despesas de capital) implicou completa rigidez em sua aplicação, permitindo que o governo federal controlasse relevante parcela dos gastos em função da participação das transferências no total dos investimentos realizados pelo tesouro estadual" (Lopreato, 1992).

No caso específico do Estado de São Paulo essas transferências não são significativas no total do orçamento da administração direta e muito menos ao SPP.

Para os estados em que o FPE e as transferências do impostos únicos têm elevada participação na composição do total da receita orçamentária, as reduções havidas nestas transferências e as isenções em parte foram revertidas, pois os percentuais de transferências

federais a partir de 1975 foram redefinidos de modo a chegar em 1979 com os mesmos 20% previstos na Constituição de 1967.

2.3. Outras Transferências

Engloba-se neste item um conjunto de transferências a fundo perdido, a título de auxílio, contribuição e também as que se denominam de negociadas, ou não-regulares.

Parcela substancial destas eram voltadas a financiar gastos de natureza social e tiveram grande importância mesmo para o estado de São Paulo. Uma diminuta participação relativa na composição da receita total da administração direta, ou ainda menor no âmbito do SPP, não permite concluir simplesmente pela inexpressividade desta fonte. O mesmo pode ser dito em relação às transferências regulares (constitucionais) correntes e de capital, dado que evidentemente tiveram impactos sobre a disponibilidade de receitas e o atendimento das demandas por bens e serviços a elas associados. Mas enquanto caracterização do padrão de financiamento, suas inexpressividades no cômputo geral da receita, em virtude da magnitude das outras fontes, lhes subtrai relevância.

3. RECEITAS DE CAPITAL

3.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No âmbito das receitas de capital, o grande destaque é para as operações de crédito. Sua importância crescente no período e, particularmente após 1975, provém do fato que os recursos próprios em conjunto com as transferências (constitucionais e voluntárias) terem se tornado cada vez mais insatisfatórios para financiar os crescentes gastos do SPP, daí sua crescente utilização como forma de financiar os investimentos.

No âmbito do Tesouro, as seguintes modalidades internas de endividamento eram praticadas: por meio de títulos, os Bônus Rotativos do Tesouro e as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP), e também os contratos de empréstimos tomados em grande parte de agências estatais de crédito (havia também os chamados títulos antigos, de pouca relevância).³ Quanto ao crédito externo, este efetivava-se através de contratos externos com bancos privados internacionais.

3. Ver Mazzucchelli, F. & George, P.C.S. em as Finanças Públicas Paulistas de 1967 a 1978, Cadernos Fundap.

Os Bônus Rotativo do Tesouro integravam a dívida fundada do Tesouro apesar de terem prazo de um ano devido ao fato de que em São Paulo passaram a assumir funções de financiar os investimentos e assim alargar as possibilidades de gasto do Tesouro, além daquela relacionada com o tradicional mecanismo de antecipação de receita, que neste caso compõe a dívida flutuante. Embutiam correção monetária fixa e juros flutuantes.

Quanto às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP), de prazo maior (2 a 5 anos), estas tinham propriamente a função de financiar déficits orçamentários (investimentos) e efetuar o giro da dívida pública. Funcionavam de forma semelhante ao título federal (ORTN), com correção monetária variável e juros fixos.

A partir de meados dos anos 70 houve uma liberalização dos controles creditícios sobre os governos subnacionais, o que se constituiu num estímulo a tomada de crédito. Houve uma flexibilização dos limites legais ao endividamento através da mudança de seus critérios de fixação máxima, sendo que estes limites aplicavam-se as dívidas denominadas intra-limites (continham a colocação de títulos e a contratação interna de dívidas). Ou seja, ficaram fora destes controles duas modalidades de endividamento, aquelas provenientes do crédito externo e os contratos internos junto a certos canais de financiamento, o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), tais operações passaram a se chamar extra-limites (Resolução n. 93 do Senado).

Havia ainda a possibilidade de descaracterização das operações de crédito, "o Banco Central poderia excluir, para efeito de cálculo do limite máximo de endividamento dos estados e municípios, os empréstimos vinculados a atividades tidas como prioritárias pelo governo federal. Ampliando portanto as possibilidades de endividamento das subesferas de governo além dos limites impostos pela Resolução n.93 do Senado Federal (dívida intra-limite)" (Mazzucchelli, 1982).

Tais possibilidades elevaram o endividamento da administração direta, com expressiva expansão da dívida externa, uma vez que as circunstâncias de liquidez eram muito favoráveis no mercado internacional) nos moldes da Resolução 4131 e com aval do Tesouro Nacional, e também da dívida interna extra-limites.

Na administração indireta, a questão do endividamento é relevante apenas para as empresas e, dentre estas, para aquelas situadas em setores economicamente relevantes (ver item 4.2), ou seja, as do setor elétrico, saneamento e transporte.

Para este agrupamento de empresas, o processo foi semelhante à administração direta, o endividamento foi intensificado a partir da segunda metade dos anos setenta, com especial ênfase nas operações externas.

Outra faceta fundamental do endividamento do SPP é sua articulação com o processo de descentralização administrativa, no sentido de viabilizar os investimentos necessários.

Os recursos eram provindos da União e repassados aos Estados em grande parte via suas empresas públicas, recém criadas no bojo das políticas setoriais de âmbito nacional implementadas pelo governo federal, que deram origem a um vigoroso movimento de descentralização administrativa, principalmente em São Paulo (ver item 4.1.)

Esses recursos federais destinavam-se especificamente a cobrir despesas de capital, e eram gerenciados pelas empresas públicas, que se tornaram os principais agentes responsáveis pelo investimento público estadual, em conjunto com as autarquias e fundações em menor escala. " A maior agilidade dessa estrutura de gastos certamente veio atender de modo mais adequado às demandas de gastos públicos colocadas pela expansão do setor descentralizado a partir de 1967, uma vez dadas as limitações impostas pela Reforma de 1966 no que diz respeito à arrecadação de recursos pela esfera estadual" (Cintra, 1982).

3.2. Transferências de Capital

As transferências de capital são provenientes praticamente das mesmas fontes que as transferências constitucionais vistas acima, porém prestam-se de acordo com a legislação a financiar os despesas de capital. De modo geral, em termos de percentual na composição da receita total da administração direta não possuíram maior importância.

4. RECEITAS PRÓPRIAS DAS EMPRESAS

4.1. A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM SÃO PAULO

O processo de descentralização administrativa que engendrou a criação de empresas públicas e de economia mista, além de autarquias e fundações, voltadas à prestação de serviços de utilidade pública (energia, transporte urbano etc.) e à construção de infraestrutura (saneamento, transporte rodoviário etc.) implicou numa forte expansão das receitas próprias (operacionais e não-operacionais) destas entidades, tornando-se, no caso de São Paulo numa fonte importantíssima de recursos ao seu setor público. " Ressaltam pois, claramente, as funções desempenhadas pelo setor descentralizado, que possibilitaram ao setor público estabelecer novas formas de financiamento e de arrecadação de recursos, por um lado, e novas estruturas mais maleáveis e mais adequadas às necessidades econômicas e às diretrizes de desenvolvimento estabelecidas, por outro" (Cintra, 1982).

Não cabe apenas ressaltar a relevância quantitativa destes aportes de recursos, pois na verdade, uma vez instaurado este processo de descentralização, estamos diante de uma notável mudança em toda a organização, gestão, estrutura de poder e financiamento do setor público paulista. Neste sentido, torna-se necessário relatar algumas considerações de ordem qualitativa pertinentes a tal processo.

"Esta tendência geral à descentralização expressou-se, inicialmente, através do aparecimento e desenvolvimento de autarquias, como desdobramento de organismos da administração direta. Mais recentemente, em especial após a segunda metade dos anos 60, e com redobrada intensidade após 1970, as empresas públicas tornaram-se os veículos dominantes da atuação descentralizada em setores economicamente relevantes, absorvendo as atribuições e esferas funcionais das autarquias nestas áreas"(Mazzucchelli, 1982). Tendo sido o exemplo maior de esvaziamento o caso do DAEE e DER, o mesmo não aconteceu, todavia, nos serviços públicos mais tradicionais e voltados ao social, como educação, previdência social, saúde etc.

A primeira observação é que houve uma transferência de poder institucional e financeiro para estas grandes empresas que se expressou notoriamente em sua atuação, passaram a traçar suas políticas e as de seu setor, empreenderam grandes obras, passaram a responder pela quase totalidade dos investimentos públicos e por grande parcela do endividamento, ou seja, detiveram comando sobre grande volume de recursos. A outra face disso seria a redução do controle da administração centralizada sobre tais gastos e inversões.

O processo de descentralização, no caso da criação de algumas empresas, foi induzido a partir de programas federais, como consequência de um processo maior ocorrido

na administração federal que se reproduziu a nível estadual em algum grau, no caso paulista bastante intenso. "Nestes casos, as empresas ou entidades estaduais passam a operar dentro de um esquema verticalizado e padronizado pela respectiva entidade federal, esvaziando a capacidade estritamente estadual de formulação e definição de políticas." (Mazzuchelli, 1982). O caso da Sabesp, em São Paulo, vinculado aos esquemas de financiamento do BNH através da Planasa, foi bastante eloquente enquanto exemplo desta "subsidiarização".

"Este processo também implica conseqüências marcantes para o sistema de tarifação e financiamento, especialmente no caso de determinados programas de financiamento, cujas taxas de correção, juros e amortização são determinadas por considerações estritamente financeiros atuariais da esfera federal" (Mazzuchelli, 1982)

Há outra forma de ingerência federal relacionada aos poderes regulatórios que esta esfera detém, institucionalmente, que não se confunde com a modalidade acima; é o caso, por exemplo, do controle que a Eletrobrás manteve sobre investimentos da CESP. Estas situações ocasionaram embates frequentes entre a autonomia pretendida pelas entidades estaduais e esta hierarquia superior de poder.

4.2. Identificação das Principais Empresas

Neste trabalho, o Setor Público Paulista foi dividido em dois agrupamentos de entidades, as denominadas "Entidades Típicas de Governo", composto pela administração direta, autarquias e fundações, e o subconjunto das empresas não-financeiras (ver capítulo 2, item 1.1), o qual abarca entes públicos classificados como empresa; porém, do ponto de vista econômico e financeiro, há uma enorme diferenciação entre eles. Este trabalho, ao analisar o agregado relativo ao SPP, e seus dois agrupamentos acima, não pretende adentrar no universo individual de cada entidade, porém, dado o grau de diferenciação presente no grupo empresas, torna-se fundamental identificar quem são as empresas de fato responsáveis por parcelas majoritárias do investimento, do endividamento, da geração de receitas próprias etc.

A razões básicas que explicam essa heterogeneidade referem-se ao setor de atividade em que operam e o tipo de presença no mercado, se apenas residual em relação ao conjunto dos ofertantes, ou se tem uma atuação dominante, ou mesmo de natureza monopolista, por força de legislação.

Selecionaram-se as sete maiores empresas, que juntas respondem por mais de 88% dos componentes principais das receitas ou das despesas no conjunto total das empresas.

A seguir, listam-se para cada um dos itens de receita e despesa; a seguir, as empresas em ordem decrescente de participação. Para tanto, calculou-se a média anual de participação no período 1981/1989.

Deste modo, é possível ter uma clara idéia de "quem é quem" no grupo das empresas. E, ao longo do texto, quando são feitas afirmações sobre as empresas, pode-se qualificar melhor o que está sendo dito a partir das informações aqui prestadas.

Dependendo do item considerado, as posições relativas em termos de percentual de participação no total se alteram.

Os valores se encontram em US\$ 1000 médios de 1988, e as empresas são apresentadas por suas siglas.

Receita Própria

- Eletropaulo...	38,15%	(1.960.536)
- CESP.....	24,95%	(1.282.055)
- CPFL.....	9,36%	(480.970)
- Sabesp.....	7,32%	(376.266)
- Vasp.....	7,19%	(369.380)
- Fepasa.....	5,31%	(272.687)
- Metrô.....	1,47%	(75.450)
- Demais empresas	6,10%	(313.513)
- Total.....	100,00%	(5.138.946)

Receita Total

- Eletropaulo...	26,10%	(2.261.782)
- Cesp.....	24,06%	(2.080.250)
- Fepasa.....	12,44%	(1.075.591)
- Sabesp.....	7,87%	(680.450)
- Vasp.....	6,65%	(574.891)
- CPFL.....	6,40%	(553.382)
- Metrô.....	5,69%	(491.754)
- Demais Empresas	10,84%	(937.090)

Investimento

- Cesp30,24%
- Eletropaulo.....14,47%
- Metrô.....14,07%
- Sabesp.....13,22%
- Fepasa.....7,68%
- CPFL.....3,61%
- Vasp.....0,46%
- Demais Empresas..15,54%

Despesa Total

- Eletropaulo.....25,88%
- CESP.....23,60%
- Fepasa.....12,10%
- Sabesp.....7,87%
- Vasp.....6,70%
- CPFL.....6,33%
- Metrô.....5,42%
- Demais empresas..12,12%

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GASTOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA

Entre as considerações qualitativas cabe, ainda, fazer uma última, relativa ao grau de autofinanciamento destes novos entes públicos, criados neste processo de descentralização e suas implicações sobre os gastos do SPP. É o fato de que muitos deles são mais propriamente unidades de gasto, fugindo a qualquer critério de valorização do capital semelhante à órbita privada, portanto, existem na medida em que o tesouro os mantém (em alguns casos a administração federal), via a transferência corrente de recursos.

Além destes que por natureza já nasceram dependentes, com o agravamento da crise nos anos 80, outras entidades públicas em princípio autofinanciáveis por atuarem em setores economicamente relevantes (energia, saneamento e transporte basicamente) e em "moldes capitalistas" deixaram de sê-lo, contribuindo para intensificação das dificuldades financeiras do SPP.

Assim, se é certo que a descentralização engendrou novas empresas, autarquias e fundações, que resultou em aumento expressivo das receitas provenientes de suas atividades, também implicou em forte expansão do volume de gastos do SPP.

Há fatores de ordem histórica, vinculados ao desenvolvimento, diversidade e complexidade da economia do Estado de São Paulo, e de certo modo, específicos a ele, que em parte explicam esta intensa criação de novos entes públicos. Assim ao contrário do que acontece na maioria dos demais Estados, todos os sistemas básicos de serviços públicos funcionam em São Paulo com recursos do tesouro estadual. Das quatro universidades existentes, as três maiores são estaduais. Considerando-se as grandes rodovias, com exceção de apenas três, as demais são estaduais. O sistema ferroviário de passageiros, o de carga e o metrô são bancados pelas finanças do Estado. O mesmo acontece em relação às despesas no setores de habitação, saneamento básico, saúde (mesmo considerando-se o SUDs a partir de 1988) e educação.

Portanto, este condicionante sobre o padrão de gastos advém destas inserções em todos estes setores, que veio se estabelecendo em razão da necessidade de suprir pelo menos parte das carências existentes, que de outro modo permaneceriam sem solução, estrangulando o vigoroso movimento de industrialização do Estado.

6. A AUTONOMIA CONSUMIDA

O tópico anterior enseja a alusão mesmo que passageira a um ponto freqüentemente presente nas discussões sobre o SPP, relativo a uma pretensa autonomia de gasto derivada da forte participação das receitas próprias da Administração direta no total da receita, proveniente da grande arrecadação de ICM existente em São Paulo (ver item 2.1.1.).

A conclusão que imediatamente é possível fazer é que se esta autonomia de fato tenha existido, principalmente nos períodos de expansão da atividade econômica nos anos 70, a sua própria utilização seja neste processo de descentralização em que o tesouro repassou recursos para a constituição das novas entidades públicas, seja na expansão e custeio da administração direta (novas instalações, aumento do gasto em emprego, material de consumo etc.), terminou por consumir e extinguir essa autonomia. Pois, a partir daí só restou a manutenção de toda esta estrutura de gasto, dado que o fechamento de unidades de gastos que se julgue prescindíveis nunca ocorreu de modo significativo. E no que tange à administração direta, tem-se também uma forte rigidez do gasto para baixo (por razões legais e políticas).

Capítulo 2

**ANOS 80, A RUPTURA E AS SOLUÇÕES ENCONTRADAS
PARA O FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
PAULISTA**

1. O "NOVO" SETOR PÚBLICO PAULISTA E SUA HERANÇA

Em termos abstratos é possível conceber cinco fontes formais básicas de recursos que uma unidade subnacional de um país federativo qualquer pode lançar mão para financiar suas atividades: a tributação de impostos e taxas sob sua competência; as transferências de recursos tributários de outra esfera de governo também denominado de partilha de receitas; as transferências regulares ou não a fundo perdido de outra esfera de governo; o crédito (e financiamentos) em suas diversas modalidades interno e externo; e os recursos provindos da venda de bens e serviços, se houver empresas públicas, ou entes públicos prestadores de serviços mediante a venda.

As mudanças ocorridas a partir de meados da década de 60 significaram a constituição de um novo padrão de financiamento, a partir da gestação de toda uma nova estrutura de receitas estaduais quase totalmente nova, inclusive em termos formais, em todas as cinco fontes listadas acima.

Como se observou no capítulo 1, nestas cinco fontes assistiu-se a profundas reformulações: novo imposto básico sob competência estadual (ICM); definição de nova estrutura de transferências, em que a principal, o Fundo de Participação de Estados e Municípios (da União para os Estados e Municípios) foi concebida com recursos, cuja origem em parte vem de um novo imposto, o IPI; novos instrumentos de crédito (títulos) para os tesouros estaduais (Bônus Rotativo e ORTPs); novas linhas de financiamento creditícios a partir da União para financiar os investimentos (principalmente em infraestrutura) dos Estados e Municípios; houve circunstâncias de grande liquidez nos mercados financeiros internacionais a partir de meados dos 70, o que deu um papel relevante ao crédito externo e, por fim, a constituição de inúmeros novos entes públicos: empresas públicas, autarquias e fundações, que propiciaram um grande salto das receitas próprias destas unidades (operacionais e não-operacionais).

Ou seja, a constituição deste novo padrão de financiamento não se fez a partir de um mero rearranjo a nível federativo das mesmas fontes em suas formas pré-existentes, com algumas variações em percentuais de transferências, realocações de base de incidência dos impostos etc., enfim algo semelhante às mudanças ocorridas com reforma tributária de 1988 no bojo da nova constituição de 1988.

Pode-se ir mais além, e afirmar que este padrão de financiamento, além de marcar uma profunda mudança em relação ao anterior, esteve na origem mesma da formação do SPP tal como existe atualmente, ou melhor, a partir do início dos anos 80. Sua conformação recente difere em muito da anterior as reformas da década de 60, o volume de recursos que transita por ele, as funções que desempenha, as novas formas de fazê-las associadas aos

novos entes públicos criados etc. Seria interessante poder comparar o volume médio de recursos mobilizados pelo SPP no primeiro quinquênio da década de 80 com o mesmo período da década de 60, inclusive enquanto percentual do PIB paulista. Certamente deve ter havido uma variação positiva considerável.

Este processo de formação do SPP, como se observou no capítulo 1, processou-se em meio a um movimento de descentralização administrativa, viabilizado em função da capacidade de transferir recursos para estes investimentos (e inversões financeiras) que o tesouro estadual detinha, devido à forte arrecadação do ICM (capacidade de gasto autônomo), e do poder decorrente de angariar recursos creditícios, oriundos do mercado financeiro interno e externo (com aval do tesouro estadual ou nacional), e também com grande importância os empréstimos de agências de crédito da União (Fundos e Programas Setoriais).

O fato é que este processo que se iniciou a partir de meados dos 60, estendendo-se por toda a década do 70 e início dos 80, não só criou um "novo" SPP, como inseriu vários condicionantes, seja no campo de suas fontes de financiamento, conforme visto no capítulo 1 (item 2.1.1.), referente ao volume e sensibilidade da arrecadação de ICM ao nível de atividade, seja na magnitude inserida em seu padrão de gasto, particularmente no campo do custeio, também tratada naquele capítulo (item 5).

Cabe neste item aprofundar tais questões. Assim, em relação ao financiamento, no caso específico do Estado de São Paulo, incrementaram-se em grande magnitude as receitas próprias do SPP (constituída basicamente pela arrecadação do ICM e receitas das empresas), que apesar de seu volume, no entanto, mostrou-se insuficiente para fazer face ao padrão de gasto.⁴

Esta insuficiência, no entanto, não é constante como a receita própria tem sua evolução atrelada aos ciclos econômicos e o custeio geral do SPP apresenta forte rigidez para baixo e uma até então incontrolável tendência a crescer, dadas as pressões atuantes, o fato decorrente é que nas recessões acentuadas como 1983, ou estagnações do período pós 1986, aquela insuficiência adquiriu contornos críticos, pois não há mecanismos institucionais endógenos que vinculem a totalidade dos componentes do custeio às fontes de receitas próprias.

No ano atípico de 1986, em que a economia cresceu mais de 8% e houve estabilidade forçada, ocorreu o inverso; nesta ocasião, praticamente inexistiu carência de recursos.

4. No caso da administração direta, por exemplo, seu gasto em pessoal veio se aproximando do volume de ICM arrecadado e nas empresas, seus custeios aproximou-se das receitas próprias.

Deste quadro portanto desponta a relevância que possuiu o crédito na viabilização desse padrão de gastos do SPP. As operações de crédito e financiamento realizadas pela administração direta e principalmente pelas empresas (setor elétrico, transporte e saneamento) no mercado interno (junto às agências da União e ao BANESPA) e externo, tiveram papel chave para alavancar recursos para os investimentos e rolagem do endividamento passado. Os atrasos de pagamentos feitos pela estatais, tornou-se uma espécie de crédito informal ou forçado (visto no item 1.2. a seguir e discutido no item 3) tendo sua magnitude crescido intensamente na década de 80.

No campo das despesas, têm-se outros dois condicionantes além daquele referente ao custeio. O primeiro diz respeito ao conjunto de novos entes públicos criados ao longo dos 70 e início dos 80 (Eletropaulo); a sua entrada em plena operação não só traduziu-se por um aumento do custeio, já tratado, mas também incrementou-se o patamar de investimento do SPP.

Por sua natureza, vários desses empreendimentos tinham período de maturação muito longo, principalmente aqueles do setor elétrico (várias hidroelétricas iniciadas) e também do transporte (metrô, por exemplo), atravessando conjunturas favoráveis e outras que quase impediram suas continuidades, ou o fizeram passageiramente, aumentando ainda mais seus custos. Deste modo, houve a introdução de certa rigidez também neste tipo de gasto, em princípio de natureza mais flexível, trazendo problemas no caso de ser preciso proceder a uma imediata contenção, como se viu em 1983, por exemplo. Adicionalmente, ressalte-se a consequência natural dos gastos em investimentos referente ao seu reatamento sobre o custeio, quando entram em operação as novas atividades e expansões.

O segundo é que todo o fluxo de empréstimos tomado redundou num estoque de dívida (no âmbito da administração direta, mas principalmente das empresas e, dentre estas as do setor elétrico - CESP), cujo volume do serviço passou a requerer uma entrada crescente de novos créditos, de modo a poder garantir a rolagem das dívidas e assim manter alguma funcionalidade do crédito, ou seja, poder constituir-se numa fonte líquida de recursos.

Portanto, o que se verifica é que enquanto todas estas condições favoráveis no campo do financiamento existiram, o processo de expansão dos gastos do SPP nestas bases foi sendo mantido, sem preocupações com a fragilidade de sua sustentação baseada numa excessiva dependência de recursos de terceiros, uma vez que apesar, de substanciais, os recursos próprios encontravam-se comprometidos de modo crescente com o custeio da grande "máquina" que se tornou o SPP pelo menos para o período que a série contempla (1979 em diante), seja no âmbito das empresas (como demonstra o indicador construído para tal, ver item 2.1.1), seja no campo das Entidades Típicas de Governo (Administração

direta, autarquias e fundações), uma vez que, apesar de terem uma maior margem de poupança, as transferências que o tesouro efetua para as empresas reduziram-na significativamente.

A história é conhecida e aquele padrão de fato não pôde se manter. Já no início da década de 80 os acontecimentos no plano internacional obstaculizaram a sua continuidade.

Sem adentrar em sua análise, o fato é que a elevação das taxas de juros internacionais pela atuação do Federal Reserve (Banco Central norte-americano) e a ruptura definitiva do fluxo voluntário de recursos externos a partir de 1982 (moratória mexicana) explicitou cabalmente a fragilidade daquela estrutura de financiamento.

Na verdade, a desestruturação do padrão de financiamento do setor público brasileiro, enquanto processo, não ocorreu de modo imediato, mas iniciou-se nos final dos 70 devido a fatores internos (magnitudes dos investimentos do II PND, a ausência de uma reforma fiscal, o volume de incentivos etc.), sendo que as sérias dificuldades e constrangimentos financeiros vividos pela administração pública já no início dos anos 80, dados as circunstâncias apontadas acima, permitiram apontar "aquele momento" como indicativo da falência definitiva daquele padrão.

Os condicionantes presentes na estrutura de financiamento e padrão de gastos discutidos acima (e no capítulo 1) evidentemente determinaram a conformação dos esquemas de financiamento que se procurou forçada e urgentemente montar após a explicitação da crise, que extinguiu o fluxo voluntário de créditos ao país, e assim tentar contornar os constrangimentos financeiros emergentes, principalmente no campo do serviço do endividamento, dar continuidade de algum modo aos investimentos em andamento e manter todo o gasto em custeio do SPP, dado a incapacidade de diminuí-lo ou mesmo de atenuar sua expansão de modo duradouro (além de um exercício).

1.1. OS INDICADORES

Nesta parte do trabalho, cabe introduzir três indicadores, de concepção bastante simples, mas capazes de fornecer uma visualização em termos agregados, tanto da ruptura do padrão de financiamento criado a partir das reformas de meados dos 60, como do "funcionamento" do SPP, nos anos seguintes a esta crise (itens 2.1 e 3.2)

Dado um certo patamar de investimento praticado a cada exercício, os indicadores demonstram como foi viabilizado tal montante de recursos investidos, a partir de suas três origens possíveis: recursos próprios (primeiro indicador), recursos de terceiros (segundo

indicador) e o déficit orçamentário das Entidades Típicas de Governo (que na verdade é o da administração direta).

O primeiro indicador relaciona-se ao conceito de margem de poupança. É construído contrapondo-se a receita efetiva (reunião de todas à exceção das creditícias) com o total das despesas de custeio mais alguns itens (não entram despesas derivadas do endividamento - juros, amortizações e outros encargos; e as de investimento). Se a resultante é positiva significa que aquele conjunto de receitas - basicamente as próprias - foi capaz de cobrir aquele conjunto de despesas - basicamente as de custeio, e ainda sobraram recursos que se destinaram ou apenas ao investimento ou também ao financiamento do serviço da dívida, dependendo se houve ou não necessidade para isto, o que é determinado a partir da existência ou não de "funcionalidade do crédito".

A funcionalidade é dada pelo segundo indicador, que contrapõe todas as despesas derivadas do endividamento (juros e amortizações) aos novos créditos entrantes, de modo que se a resultante foi positiva, tais recursos líquidos foram também usados para o investimento. Se negativa, houve a necessidade de utilizar recursos próprios para cobrir as despesas com o serviço da dívida, que excederam aos fluxos de novos créditos.

O primeiro indicador denominou-se grau de cobertura (COB) e expressa assim a geração interna de recursos. Não foi designado por margem de poupança, pois não coincide rigorosamente, uma vez que, dado o esquema simplificado que foi adotado, nas receitas estão contidas inclusive receitas de capital, o mesmo acontecendo nas despesas; o segundo, o indicador de funcionalidade do crédito (IFC), expressa a geração externa de recursos; e o terceiro é a soma de ambos, e manifesta portanto a geração total de recursos (GTR) disponíveis para o investimento e, por construção, é igual ao investimento realizado mais o déficit orçamentário da administração direta, que como se viu acima é a terceira maneira de financiar investimentos. Ver Anexo IV que contém as fórmulas usadas.

Como por construção estão todos sobre o mesmo denominador, à receita total do SPP é possível somar por exemplo o indicador COB das ETG com o COB das empresas e assim obter o COB do SPP, o mesmo valendo para o indicador IFC e GTR (ver gráficos 2, 2.1 e 2.2).

Por outro lado, os gráficos podem ser montados de outra maneira. Pega-se o indicador COB do SPP junto com o IFC do SPP e tem-se a curva resultante GTR para o SPP, o mesmo ocorrendo para os outros dois subconjuntos de entidades formadores do SPP, as ETG e as empresas (ver gráficos 1, 1.1. e 1.2)

O gráfico 3 traz as curvas relativas ao déficit orçamentário das ETG, os atrasados das empresas e uma terceira curva resultante da soma das duas, que é apenas um indicador

do que seria uma aproximação do déficit total do SPP. Esta última curva tem validade não tanto como valor absoluto de tal déficit, mas certamente presta-se a avaliar sua taxa de variação, ou seja, o quanto variou percentualmente com certeza pode ser tomado como uma variável proxis do quanto variou uma medida do déficit total do SPP construída com maior rigor.

Por fim, as tabelas 1, 2, 3 e 7 apresentam os valores usados nos gráficos, e as tabelas 4, 5 e 6 trazem as médias por período administrativo para tais indicadores.

Além disto, ressalte-se que nos Anexos I, II e III tem-se todas as tabelas contendo os valores de receita e despesa de todas as maneiras possíveis, abertos por fontes de receita, por instâncias administrativas, médias por período administrativo etc.

1.2. Os Atrasados

Optou-se por expor num item próprio a questão dos atrasados das empresas, dado a sua importância em seu financiamento.

A resultante do volume de gasto praticado pelo SPP contraposto à disponibilidade de recursos resultou em déficits, que no caso das ETG podem ser mensurados em termos orçamentários pela simples diferença entre seu conjunto de receitas e de despesas.

No caso das empresas, entretanto, a questão é mais complexa, na medida em que se tem os pagamentos atrasados. Estes revelam outro importante componente das práticas financeiras do SPP, a possibilidade de adiar pagamentos para o próximo exercício em magnitudes substanciais, como forma de solução provisória ao financiamento dos déficits de caixa ao final de cada exercício. Estes atrasos significam simplesmente contas a pagar vencidas no exercício contábil e não pagas. Concentram-se principalmente no que se refere ao serviço da dívida junto às agências de crédito federais e, em menor escala às empreiteiras e fornecedores no pagamento de despesas relativas ao investimento e a outros fornecedores no campo do custeio (ver no Anexo I a tabela 20).

Tal tipo de operação em função dos volumes incorridos, no que se refere à empresas (basicamente as do setor elétrico) deixou de ser apenas um resíduo de contas não pagas no exercício, para se converter numa forma de acomodação do SPP às suas situações de insuficiência recorrente de recursos ao longo dos anos.

A partir da ocorrência do atraso inicia-se todo um processo de negociação e de duros embates visando alguma espécie de acordo. Sua grande concentração deu-se no item

serviço da dívida, assim com tais credores - basicamente o governo federal - tais negociações e acordos tiveram enorme importância. Este ponto é retomado no item 3.1.

Os atrasados possuem a seguinte dinâmica: ao serem remetidos ao próximo exercício ($t+1$), permitem "fechar" as contas do exercício em curso (t), no entanto, sem não se chegar a algum acordo, vão tirar graus de liberdade do gasto do exercício ($t+1$), o que implicará num novo montante de pagamentos a serem deslocados para o exercício ($t+2$), e assim por diante. Ressaltando-se que quando se chega a um acordo sobre seu pagamento, tais valores são subtraídos do computo dos atrasados.

Resta acrescentar que o trabalho não discute o mérito de tais práticas financeiras relativa aos atrasados, o quanto interferem na autonomia do gasto ou na já minguada capacidade de planejamento do governo a cada gestão, o fato é que se considera fundamental inclui-las na análise, a despeito das dificuldades adicionais que acarretam e da precariedade dos dados, pela sua importância e as limitações de uma análise das finanças do SPP, ou de suas empresas, sem sua presença.

- A Construção dos Indicadores e a Questão dos Atrasados

A existência de pagamentos que não são efetuados no exercício, ou seja, são atrasados, procedimento utilizado principalmente pelas empresas, implicou no desenvolvimento de um esquema analítico que lhes confira um adequado tratamento, pelo fato de poderem ser considerados como uma modalidade adicional de crédito, de cunho informal e algumas vezes compulsório, concedida por vários tipos de agentes econômicos que interagem com as empresas (fornecedores, empreiteiras, e principalmente agentes financeiros).

Em termos contábeis, sua existência deveria conectar-se a alterações patrimoniais, o que não acontece na medida em que são informais e, há um acordo implícito de serem cobertas com as receitas entrantes dos próximos exercícios.

No que se refere à construção do Indicador de Funcionalidade do Crédito (IFC), às receitas creditícias formais acrescentou-se o montante de pagamentos atrasados, na medida em que são considerados como um crédito informal. Esta situação corresponde portanto à realidade financeira de fato vivida pelas empresas.

Os atrasos verificados nas várias categorias de gasto aparecem como um crédito informal, ou um adicional de recursos que foram adicionados às operações de crédito, propriamente ditas, ou formais. Os indicadores de "funcionalidade do crédito" e "geração total de recursos" foram assim elaborados.

2. A RUPTURA DO PADRÃO DE FINANCIAMENTO

Os desequilíbrios envolvendo o balanço de pagamentos e as finanças do setor público marcaram a evolução da política econômica brasileira em toda a década de 80, em que pesem as diferentes conjunturas vividas, vicissitudes políticas e as distintas políticas empreendidas.

A política econômica no período 1979/82 é marcada pela explicitação de modo veemente do desequilíbrio no Balanço de Pagamentos e, caracterizou-se basicamente por um conjunto de medidas visando seu ajustamento, o que contemplou o desenvolvimento de uma intensa bateria de incentivos fiscais e creditícios visando a expansão das exportações.³ Embora não houvesse ainda uma subordinação formal aos ditames do FMI, a orientação da política econômica, após a malograda tentativa de partir para o crescimento econômico (agosto de 1979 a novembro de 1980), voltou-se a medidas semelhantes às preconizadas por aquela instituição.

Buscava-se uma redução da absorção interna dentro da perspectiva de redirecionar a economia ao exterior e o equacionamento das contas públicas implicava na queda do gasto e ampliação das receitas (havia ainda a questão energética, dado o segundo choque do petróleo).

A eficácia das medidas de contenção adotadas neste período foram limitadas, na medida em que não houve o declínio esperado dos gastos públicos e, em 1982, em função da disputa eleitoral houve notória elevação de gastos.

A política de propiciar a constituição de um "drive exportador" encontrou relativo sucesso a partir de 1984, ajustando-se às contas externas por meio de superávits comerciais substanciais, o que viabilizou a retomada do crescimento a partir de meados de 1984, após a queda abrupta de 1983. Porém, o desequilíbrio introjetado nas contas públicas neste processo de ajustamento do balanço de pagamentos foi muito profundo.

Visto de modo geral, nesta primeira metade da década ocorreu um processo de adequação da economia brasileiro às novas condições de financiamento então prevalentes, em que os capitais externos, financeiro e também produtivo em menor escala, saíram de cena e, adentrou-se à etapa de pagamento do serviço do endividamento passado, tornando-se assim o país num exportador líquido de capitais.

O ajustamento do setor privado a estas novas condições se deram basicamente através de políticas que embutiram grandes ônus aos cofres públicos (repasse do passivo em dólar das empresas ao Banco Central, para evitarem o risco cambial, exemplo de um dos mecanismos criados que oneraram o Estado), ou seja, as empresas reduziram drasticamente

seu perfil de endividamento, procurando tornar-se cada vez mais líquidas neste ambiente de instabilidade. Simultaneamente o endividamento interno (títulos) do setor público federal caminhava a passos largos, para cobrir as diminuições da carga fiscal líquida e a ausência de créditos externos.

A necessidade de solucionar os passivos externos do setor público subnacional (operações de "relending", avisos MF e outras) e do setor privado fez com que por diversos mecanismos tais débitos fossem carreados para o Tesouro Nacional e Banco Central.

"Através de subsídios creditícios ou de preços, repasses para capitalização, refinanciamentos, assunção dos encargos em moeda estrangeira, entre outros, houve crescente estatização dos débitos a nível da economia e, internamente ao setor público, violenta concentração no governo central e na autoridade monetária. A responsabilidade do tesouro e Banco Central no total da dívida externa pública, por exemplo, passou de 25,4% em 1980 para 57,65 em 1987, (Paula, 1989).

A desestruturação das formas de financiamento do setor público brasileiro montadas a partir da reforma tributária de meados dos 60, em que os capitais externos tinham um papel fundamental, acarretou um nível de incerteza e instabilidade, cuja consequência mais imediata foi, além da depressão súbita no patamar de investimentos público e privado, uma redução do nível de atividade, já a partir de 1980, conforme mostram os gráficos 4 e 5 relativos ao PIB paulista. A forte aceleração das taxas de inflação já a partir de 1979 (gráfico 6) conduziu a taxas anuais elevadíssimas comparando-se ao padrão dos anos 70, contribuindo para a deterioração das receitas tributárias, uma vez que a utilização de formas de indexação mais perfeitas só ocorreu no final da década.

No campo das relações federalistas assistiu-se a algumas conquistas no já final da década de 70 e início dos 80 em favor de uma descentralização das finanças do nível federal para os subnacionais por meio da recomposição dos percentuais do Fundo de Participação de Estados e Municípios; o ressarcimento pela União do ônus advindo do crédito prêmio do ICM nas exportações de manufaturas; desvinculações do recursos do FPEM. Houve também a elevação da alíquota do ICM nas operações internas e alíquotas diferenciadas para as operações interestaduais. Eram medidas que buscavam atenuar a situação financeira dos estados e municípios e representavam no plano da autonomia local um importante avanço qualitativo.

2.1. UMA VISÃO DO PERÍODO 1979/1982 A PARTIR DOS INDICADORES

A visão do que ocorreu com os indicadores até 1982, a mudança súbita em 1983, e o comportamento distinto que se instala após 1983 são bastante elucidativos acerca dos

impactos sobre as finanças do SPP das mudanças na conjuntura externa e interna discutidas acima, os indicadores praticamente falam por si mesmo.

Apesar de não se dispor de tais dados consolidados para o SPP na década de 70, os anos iniciais da série disponível, de 1979 até 1982 (coincidentes com a administração Maluf), ainda contém em parte as características do período anterior em termos de padrão de financiamento, embora a crise já estivesse instalada. Assim, o gráfico 1 evidencia que a geração total de recursos (GTR) disponíveis para o investimento neste subperíodo 1979/82 foi a maior de toda a década (ver também tabela 6).

O percentual de participação das empresas no dispêndio deste volume de recursos (em investimento) foi muito maior do que o das ETG, correspondendo a 74% do total. No entanto, há que se considerar que parte considerável de seu financiamento advém da Administração Direta (ver gráfico 1.1), na forma de repasses do tesouro às empresas. Pode-se afirmar, deste modo, que é pelas empresas que se concretiza o potencial de investimentos do SPP e que é suportado em boa parte (cerca 15% de sua receita total no período, ver Anexo 1) com base em recursos fiscais.

Tal montante de investimento encontrava-se viabilizado, mesmo com um nível de atrasados das empresas relativamente baixo embora crescente (ver gráfico 3 e tabela 7) com média de 4,2% da receita total (deve-se considerar entretanto a possibilidade de haver subestimação no cômputo dos atrasados das empresas e também não se dispor de qualquer estimativa para 1979) e, um saldo orçamentário das ETG levemente negativo, resultando num total para o SPP bem inferior ao resto da série, que pode se repetir de modo efêmero apenas em 1986.

A performance da receita efetiva e o patamar de gasto em custeio praticado, ao lado de uma ainda baixa desfuncionalidade do crédito ou mesmo funcionalidade, como em 1981, garantiram portanto, a manutenção deste ritmo de geração total de recursos, e de investimento, portanto, com um reduzido montante de atrasos.

Neste subperíodo, já se denota, entretanto, além de um declínio da geração interna de recursos, o início da ruptura do crédito formal enquanto fonte provedora líquida de recursos ao SPP, tendo sido positiva graças aos créditos informais (em 1979, foi positiva, mesmo sem os informais), ainda que em valores não tão expressivos, se comparado com o que aconteceria no período pós-82.

O investimento do SPP, apesar do patamar médio elevado, é cadente nos três anos iniciais do subperíodo. Deve-se lembrar que o indicador GTR, representa os recursos disponíveis ao investimento enquanto proporção da receita total do SPP, pois em termos absolutos aumentavam, (ver Anexo I, tabela 5); partindo-se de 22,6% da receita total do

SPP em 1979 chegou-se a 18,7% em 1981, sendo que em 1982 ocorreu uma ligeira recuperação.

2.1.1. O Grau de Cobertura do Custeio pela Receita Própria

O grau de cobertura do SPP teve neste subperíodo uma média de 17,3% da receita total. Ressalte-se que em 1981 este indicador atingiu o maior valor de todo o período, 20,5%, devido ao comportamento do indicador para as Entidades Típicas de Governo.

A participação das Entidades Típicas de Governo (ETG) e das Empresas (EMP) na formação deste grau de cobertura do SPP pode ser apreciada no gráfico 2.1 e na tabela 1. Verifica-se que diferem muito de patamar, as ETG participam com uma média de 13,1%, ao passo que as empresas com apenas 4,1% (tabela 4).

Deve-se considerar ainda o substancial e estável fluxo de recursos repassados do Tesouro para as Empresas, que aparece individualizado na curva de dependência do tesouro, "dep. tes/emp." (gráfico 1.1), que no subperíodo em questão situou-se na média de 7,5% da receita total do SPP⁵.

- Entidades Típicas de Governo

Para as ETG, este patamar de cobertura da receita efetiva sobre o seu custeio é resultante, no campo das receitas, basicamente da tributária (administração direta), dado que o nível de recursos proveniente das receitas próprias das autarquias e principalmente das fundações é pouco significativo.

No que concerne à receita tributária, a arrecadação de ICM é a categoria de receita responsável pela quase totalidade do montante obtido. Quanto às despesas, o custeio da administração direta responde pela maior parte do dispêndio das ETG e, dentro desta, o subitem Pessoal e Reflexos da administração direta, situa-se como o mais relevante (70,1% em média.)

- Empresas

5. Ressalte-se que tais recursos não estão computados no indicador de cobertura das ETG enquanto despesa de custeio, e nem no das empresas enquanto recursos próprios, a idéia é justamente evidenciar a dependência das empresas ao tesouro e suas variações.

O comportamento do indicador de cobertura para as empresas neste subperíodo denota uma retração em relação ao patamar prevalecente em 1979, de 5,1% da receita total do SPP. Apesar dessa queda, esse subperíodo foi o que apresentou maior cobertura do custeio geral pela receita efetiva, ou seja, melhor capacidade de autofinanciamento, já que, apesar da grande elevação havida no custeio, este foi acompanhado pela receita efetiva.

As Receitas Próprias das empresas demonstraram uma forte expansão no período, após permanecerem estáveis em 1980. Cresceram 60% em 1981 e mais 11% em 1982, no entanto, isto deveu-se fundamentalmente à entrada em operação da Eletropaulo.

Por outro lado, o Custeio teve grande expansão a partir de 1981, pelo mesmo motivo que a Receita Própria. Em 1982, atingiu um volume cerca de 61% maior que no primeiro ano da série.

2.1.2. A Funcionalidade do Crédito

O indicador de funcionalidade (IFC) foi positivo em todos os anos e teve média de 3,2% da receita total do SPP (gráficos 2.2 e tabela 2). Este indicador, conforme foi montado incorpora as soluções informais praticadas pelas empresas (atraso de pagamentos) para poder assim evitar maiores reduções de seus gastos em custeio e investimento. Estas práticas é que conferiram uma entrada líquida de capitais, pois, uma vez circunscrito apenas aos créditos formais, estas seriam negativas a partir de 1980.

Em termos da participação das ETG e das empresas na determinação dos números globais para o SPP, verifica-se que a importância das empresas tanto na obtenção do crédito como no serviço do endividamento é fundamental. Considerando-se seu volume de crédito informal, a média de 3,22% da receita total que o indicador IFC apresentou, resultou praticamente da atuação das empresas no campo do crédito formal e informal, dado que as ETG tem um indicador negativo, com exceção de 1981.

- Entidades Típicas de Governo

A observação deste indicador no subperíodo 1979/82 revela uma situação de desfuncionalidade em todos os anos com exceção de 1981, quando foi positivo em 1,3% da receita total do SPP (gráfico 2.2). Isto se dá apesar do Serviço da Dívida da Administração Direta ter sido cadente durante todo o subperíodo, chegando em 1982 a um valor 38,8% inferior em relação ao de 1979, ou, de US\$ 730 milhões passou a US\$ 447 milhões. Concorreu para tanto a política de prefixação das correções monetária e cambial em 1980.

Por outro lado, contribuiu para esta desfuncionalidade das ETG o serviço da dívida das autarquias que cresceu ao longo do subperíodo. De um patamar inicial de US\$ 140 milhões chegou a US\$ 187 milhões.

O elemento explicativo principal, no entanto, reside nas operações de crédito da Administração Direta (as que realmente importam, uma vez que as autarquias obtêm pouco crédito e as fundações praticamente nenhum). Elas tiveram um comportamento oscilatório: em 1980 houve uma diminuição significativa, de 30%, decorrente principalmente da evolução de seu sub-item "títulos", seu mais importante componente. Embora não tão significativo no cômputo geral do crédito, contribuiu para a desfuncionalidade a queda de 54,2% dos contratos externos.

Em 1981, o crédito foi funcional, devido à recuperação promovida basicamente pela ascensão dos títulos e também dos contratos externos. Mas no ano seguinte volta a desfuncionalidade em virtude da nova reversão na colocação de títulos.

- Empresas

Para as empresas a situação é semelhante, após o ano de 1979, quando o crédito foi funcional em 5,4% da receita total do SPP. A situação evoluiu para uma crescente desfuncionalidade nos anos seguintes. Diferentemente da administração direta, aqui essa situação advém basicamente do vigoroso aumento no Serviço da Dívida, que, dado seu contínuo crescimento no período, alcançou em 1982 um valor 86% superior ao de 1979.

3. A IDENTIFICAÇÃO DO PADRÃO RESULTANTE PÓS-82

De modo totalmente distinto à constituição do padrão de financiamento erguido a partir das reformas dos anos 60, em que as instituições eram fruto da visão de um grupo hegemônico, que se tornara dirigente e implementava as suas propostas (de modo ditatorial); o que se procura caracterizar enquanto padrão de financiamento nos anos pós-82, é fruto de um lado das ruínas desse modelo anterior, e de outro, resulta das lutas das denominadas forças democráticas (sem qualquer hegemonia), que uma vez tendo chegado ao poder, como no caso do Estado de São Paulo com Franco Montoro, tiveram pela frente sérias dificuldades em administrar as finanças do SPP neste período, dada a desestruturação total havida, a necessidade de encontrar soluções emergenciais aos constrangimentos financeiros, e também garantir a autonomia decisória para implementar seus próprios programas de governo, que afinal tinham grande importância após tantos anos de autoritarismo.

Os objetivos da política macroeconômica no período em análise estiveram voltados à busca do reequilíbrio nas contas externas, conforme já apontado, sendo que quando tal política começava a dar seus frutos a partir de 1984, permanecia e intensificava-se a questão do equacionamento do profundo desajuste das contas públicas. Os dois objetivos rebateram em necessidades de controlar os gastos dos governos subnacionais e, portanto, em medidas contencionistas, basicamente na esfera creditícia.

As relações verticais entre o SPP (e demais estados) e a União nesta fase de agruras financeiras do país foram marcadas por um complexo e conflituoso jogo de interesses, de um lado as diretrizes federais voltadas em termos gerais aos propósitos acima e, de outro os interesses locais, marcados pela busca de maior autonomia financeira e administrativa, depois de todos aqueles anos de excessivo centralismo autocrático. A tônica dos governos estaduais eleitos em 1982, grande parte de oposição era justamente definir e empreender suas próprias políticas e decidir sobre seu gasto.

A natureza das negociações entre as duas esferas freqüentemente deslocou-se para uma espécie de barganha. De um lado os estados cedem politicamente aos interesses do governo central em busca de certas concessões imprescindíveis, referentes à renovação de convênios, a renegociação de suas dívidas, a garantia de aval federal para a obtenção de novos empréstimos etc.

De outro lado, a política contencionista precisava restringir os créditos, entre outras medidas. Assim, além do esquema constitucional que concede poderes ao Senado para regular o endividamento dos governos subnacionais (resolução 62), coube ao Banco Central, cujas ações evidentemente fogem ao poder dos governos estaduais, tomar medidas que propiciassem a contenção nos gastos estaduais, o que ocorreu basicamente através do

controle e limitação do crédito corrente e da imposição de determinadas condições para o refinanciamento das dívidas passadas, o que acarretou em alguns momentos fortes constrangimentos à gestão financeira.

Para o SPP, a adequação a condições existentes no campo creditício, já ruins no início da década e que deterioraram-se intensamente após 1982, consistiu principalmente em encontrar fórmulas junto ao governo federal (já que as suas agências de crédito são os principais credores) para poder rolar as dívidas, dada a total impossibilidade de pagá-las com novos créditos formais no mercado voluntário de crédito seja interno ou externo. A rolagem em condições favoráveis passou a ter importância vital. A outra alternativa teria sido canalizar volumes substanciais de recursos destinados ao Custeio e Investimento para servir a dívida, o que também se mostrou inviável econômica e politicamente.

A afirmação acima fica perfeitamente inteligível ao se verificar o volume de atrasados relativos ao serviço da dívida das empresas (gráfico 3 dos indicadores, ou tabela 20 dos Anexo I). Conforme apontado no item 1.2. deste capítulo, a existência dos atrasos motiva o início de negociações com o credor, que no caso, retirando-se as próprias instituições de crédito estaduais - BANESPA, Badesp e Caixa Econômica Estadual - o restante dos atrasos no item serviço da dívida, em sua quase totalidade é junto ao governo federal. Uma parte relativa às dívidas internas com suas agências de crédito (BNDS, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil) e outra derivada do passivo externo destas empresas, que foram refinanciadas em parte pelas operações de "relending" até 1985, e Avisos MF-30 e sucedâneos posteriormente.

Portanto, a característica básica do padrão de financiamento resultante da crise do início da década foi a grande relevância que passaram a ter tais atrasos e suas negociações e acordos decorrentes com o governo federal. Não se esquecendo os atrasos no item custeio com os fornecedores e no item investimento, junto a outros fornecedores e empreiteiras, que também foram resolvidos de diversas maneiras através de negociações. Para constatar isto, basta verificar o volume de recursos a que se chegou por exemplo em 1988, tanto em termos absolutos, US\$ 5.164,4 milhões (Anexo 1, tabela 20) ou como percentual da receita total do SPP - 23,1% - (gráfico 3, tabela 7).

No campo da dívida interna cabe destacar também aos atrasos junto às próprias agências locais, pois embora não seja possível precisar qual o seu percentual no total dos atrasados a cada ano, é certo que são significativos, sendo este um dos principais fatores que levou o BANESPA a socorrer-se por falta de liquidez junto ao Banco Central em várias ocasiões.

Estas mudanças de natureza das fontes creditícias: fim dos créditos voluntários externos e diminuição e restrições aos internos, substituídos pelos créditos forçados e

negociados junto ao governo federal e outros agentes, foram sem dúvida as mais importantes para caracterizar, tanto a ruptura, como a constituição do "novo" padrão. Evidentemente, as outras duas fontes básicas continuaram a ser as tributárias (ICMS) e as receitas próprias das empresas (setor elétrico, transporte, e saneamento, basicamente).

Em relação à primeira, destacou-se a já assinalada luta dos estados e municípios com o poder federal visando uma melhor partilha do bolo tributário dentro do movimento maior objetivando a conquista de autonomia político administrativa.

A maior participação nesse bolo foi buscada de diversas maneiras, dado a grande heterogeneidade das forças políticas envolvidas, e deu-se basicamente através do aumento das transferências constitucionais e negociadas. Foi também importante a obtenção de autonomia por parte dos estados para legislar sobre o ICM e seu modo de arrecadação.

Pode se dizer que a Emenda Passos Porto (1983) foi um momento importante desse processo e a constituinte de 1988, em seu capítulo referente à reforma tributária, foi uma espécie de corolário, na medida em que consolidou uma razoável descentralização de recursos da união para o estados e principalmente municípios, por meio do aumento das transferências constitucionais e das competências de certos impostos que foram trazidos à órbita estadual e municipal.

Em relação à segunda fonte básica de financiamento do SPP - as receitas próprias das empresas - cabe apenas assinalar o controle tarifário utilizado pela União como instrumento de combate à inflação durante várias ocasiões. No caso de São Paulo, na medida em que cerca de 70% do total das receitas próprias das empresas paulistas são provenientes do setor elétrico (sob controle da Eletrobrás esta situação trouxe problemas de defasagem tarifária por períodos consideráveis de tempo.

Por fim, cabe fazer uma indagação que perpassa toda a década, relaciona-se ao modo como o governo central, dentro da institucionalidade vigente, pôde (ou não) impor certas condições às políticas fiscais estaduais. Visto que reequacionar os esquemas de financiamento e gasto do setor público, tornou-se uma imperiosa necessidade em virtude dos enormes desequilíbrios nas contas públicas.

A conquista de uma situação de ajustamento fiscal duradoura, no que evidentemente incluem-se os setores públicos estaduais e municipais implicaria pois na existência de uma institucionalidade que abrigasse mecanismos que sobre eles atuassem de modo efetivo, sem ferir o espírito de federação e sem voltar ao centralismo ditatorial.

Ou, formulando-se de outra maneira, no contexto da inexistência de fontes de financiamento estáveis e não-inflacionárias para as políticas públicas, quais os instrumentos

concretos que dispõe o poder federal para enquadrar as políticas fiscais estaduais (e municipais) em suas diretrizes de política econômica? E qual foi sua eficácia no período, principalmente no período pós plano cruzado?

3.1. O SETOR PÚBLICO PAULISTA E AS POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO

Se o subperíodo anterior marcava o irromper dos desequilíbrios presentes na economia brasileira, neste, sem dúvida, viveu-se a plena manifestação de seus efeitos, a produção experimentou um grande declínio em 1983 com forte desemprego e fechamento de empresas e o ritmo inflacionário avançou a níveis até então inéditos, ou seja, a década de 80 já mostrava de modo cabal a sua face.

A política econômica em 1983, agora formalmente monitorada pelo FMI, promoveu um ajustamento fortemente recessivo, adotando de fato a orientação do FMI. Tratou-se assim de aprofundar o que já se esboçara anteriormente, maior contração da absorção doméstica, aumento do excedentes exportáveis e intensificação do declínio das importações. A política cambial acelerou as desvalorizações do cruzeiro (maxidesvalorização de 30% já em fevereiro) e, em relação ao setor público lançou-se mão de mudanças tributárias procurando elevar suas receitas (que foram neutralizadas pela recessão e o repique da inflação). Houve sucesso passageiro no corte dos gastos públicos e o controle creditício dos Estados e Municípios para limitar seu endividamento foi significativo. A resolução 831 do BACEN determinava um crescimento dos créditos ao setor público abaixo das correções monetária e cambial.

Por outro lado, a partir do tipo de ajustamento obtido no balanço de pagamentos (constituição do "drive exportador" para obtenção de "megasuperávits" comerciais) e dado que o profundo desequilíbrio que ia se embutindo nas contas públicas ainda não se manifestara inteira e explicitamente para os agentes econômicos, o que perturbaria ainda mais o nível de instabilidade (ainda não houvera a unificação dos orçamentos monetário e fiscal), a economia pôde recuperar o nível de atividade nos anos seguintes, 1984, 1985 e principalmente em 1986, em virtude do Plano Cruzado.

O ano de 1987 é marcado não só pela mudança de administração no governo estadual, mas também por uma reversão do quadro mais favorável às finanças do SPP que havia perdurado em 1985 e principalmente 1986. Os indicadores desenvolvidos neste trabalho explicitam bem essa nova inflexão nas condições econômico-financeiras com que operou o governo do estado.

Depois do esgotamento do Plano Cruzado e o agravamento da situação de instabilidade, ingressou-se numa fase da política econômica em que mais dois choques

foram aplicados face às expectativas de eminente hiper-inflação se avizinando, ante uma situação de incapacidade crescente e recorrente de fechamento das contas do governo federal. Ficou claro nessa época a incapacidade política de se proceder a um ajuste fiscal profundo, que em tese implicaria em redefinições das políticas públicas, das formas de financiá-las e também do próprio papel do Estado.

O controle do déficit público na perspectiva de assim reverter as expectativas e estabilizar a economia transformou-se na variável central da política econômica de estabilização, tornando-se ao mesmo tempo que indispensável para o sucesso dos planos, impossível de ser alcançada, dada a profundidade das transformações necessárias, que incluíram evidentemente as relações federalistas e a fiscalidade dos estados e municípios.

Não obstante, as tentativas feitas implicaram em limitações para as esferas subnacionais, notadamente no campo do crédito formal, que como se viu tem efeitos limitados, dadas as possibilidades advindas da modalidade informal. Assim, a limitada autonomia dos Estados nos campos da tributação e captação de recursos no mercado financeiro, foi ainda mais comprimida nestes anos pela necessidade de redução do déficit público. A partir de 1987 a atividade econômica apresentou sinais de forte estagnação, o que em conjunto com os efeitos Tanzi negativos decorrentes da aceleração da inflação trouxe sérios problemas para a administração financeira do Estado, via queda de suas receitas tributárias e das receitas operacionais das empresas.

A partir de 1987 houve a opção política de se manter o patamar de investimentos (em termos de valores absolutos) conquistado no último ano da administração Franco Montoro, da ordem de US\$ 3,0 bilhões anuais, num contexto de deterioração ainda maior das condições econômico-financeiras, conforme observado acima.

A saída que se consolidou como viabilizadora daquele patamar de investimentos foi a prática do atrasos de pagamentos em magnitudes inusitadas por parte das empresas, concentrados principalmente na categoria de despesa serviço da dívida e com alguma expressividade também na categoria investimento. Além do aumento do déficit orçamentário da administração direta.

Em 1989, a sustentação do endividamento via atrasados contou com a preservação de um certo clima de confiança quanto à continuidade dos investimentos e término de obras. Para tanto, foi decisiva, além dos efeitos da reforma tributária constitucional, a decretação do "Plano Verão" em janeiro de 1989, que propiciou certos ganhos financeiros, advindos do efeito Tanzi positivo sobre a arrecadação e de ganhos na condição de devedor, dadas as alterações nas relações de débito e crédito, favoráveis aos primeiros (mudança de indexadores).

3.2. Uma Visão do Período Pós-82 a partir dos Indicadores

O indicador de Geração Total de Recursos (GTR) praticado situou-se em 12,1% da receita total no período 1983/89, o que denota primeiro o substancial declínio em relação ao período anterior, quando esteve em 20,5% e, segundo, o intenso papel que tiveram os atrasados das empresas neste subperíodo, para que se sancionasse este patamar de gasto, ao lado de uma elevação também substancial do déficit das ETG (ver gráfico 3). Verifica-se que a queda explica-se tanto pela redução do indicador de cobertura, quanto pela queda do indicador de funcionalidade do crédito, em que pese a expansão dos atrasados.

Em termos de participações dos dois agrupamentos distintos de entidades na evolução da geração total de recursos do SPP, verifica-se que a queda na capacidade de geração interna e externa pelas empresas foi o principal determinante do quadro descrito acima.

3.2.1. O Grau de Cobertura do Custeio pela Receita Própria

A queda que se verifica na média do indicador de cobertura do SPP neste período é significativa, de 17,2% da receita total do SPP no período anterior (1979/82) passou para apenas 11,7%.

Entretanto, este período como pode ser visto nos gráficos foi muito heterogêneo, em virtude da intensa recuperação da economia em 1985 e 1986.

Em termos das participações dos dois agrupamentos de entidades públicas adotados neste trabalho, verifica-se que as ETG promoveram um ajustamento maior à crise, no sentido de corte de custeio vis-à-vis à queda da receita efetiva, posto que seu indicador de cobertura caiu para a média de 9,7%, enquanto para as empresas a média ficou em 1,35%. Houve desta forma uma participação ainda maior das primeiras na formação do grau de cobertura do SPP.

- Entidades Típicas de Governo

Este período de governo foi marcado por três etapas distintas. Nos dois anos iniciais, devido à forte recessão, houve um grande retrocesso da receita efetiva, derrubando o indicador de cobertura das ETG (ver tabela 1 dos indicadores) nos anos de 1985 e 1986 uma substancial recuperação da atividade econômica e do indicador e novamente queda em ambos nos anos seguintes. Entretanto, devido aos impactos da reforma tributária de 1988, já

presentes parcialmente em 1989, houve o início de recuperação, o indicador indica um percentual de 11% da receita total do SPP nesse ano, contra 8,4 em 1988.

Adentrando-se nos componentes do indicador, verifica-se que o ICM experimentou um retrocesso de 14,6% em 1983 e mais 1,4% em 1984. Como fator coadjuvante do declínio da arrecadação real, tem-se os efeitos Tanzi negativos, que foram combatidos reduzindo-se (em 1983) os prazos entre o fator gerador do imposto e seu recolhimento pela Secretaria da Fazenda, que era de três meses aproximadamente e, passou a cerca de 45 dias em média.

Acrescente-se ainda o estreitamento da própria base do imposto, em função do aumento das exportações, dados os incentivos fiscais existentes.

O indicador de cobertura para as ETG atingiu assim um dos patamares mais baixos da série, 8,7% em 1983 e 8,8% em 1984 da receita total do SPP. A Receita efetiva regrediu bruscamente e o custeio, procurando ajustar-se, também, a primeira em maior proporção, o que explica a queda do indicador.

As Outras Receitas da administração direta, que chegaram a ser uma fonte considerável em 1982, tiveram uma diminuição em 1983, da ordem de 75,8%, dado que o Fundo da Dívida Pública praticamente não existiu neste ano. Além disso, caiu em 16,9% a receita própria das autarquias. Alusões à receita das fundações nem são feitas devido à sua diminuta participação na formação das receitas das ETG.

No campo do Custeio, a queda em 1983 do item Pessoal e Reflexos da Administração direta em relação à 1982 foi de 14,6% e em 1983, outros 8% em relação à 1983.

Nos dois anos seguintes o indicador volta a crescer, chegando a 12% da receita total do SPP em 1986. A recuperação da receita efetiva foi tão intensa nestes anos que pôde compensar a expansão havida no custeio, que após uma compressão, apresenta uma tendência a pressionar fortemente por sua recuperação.

O principal destaque no crescimento das receitas ficou para aquela que é a maior fonte de financiamento para as ETG e também para o SPP, o ICM. Para isto, contribuiu, além da elevação do produto, a denominada Emenda Passos Porto, que elevou a alíquota deste imposto em 1 ponto percentual; o incremento do FPDM que passou a compor-se a partir de 1985 por 15% do IR e 15% do IPI e aumentou-se os percentuais dos estados (14%) e municípios (16%) neste fundo; aumento da participação em tributos federais (Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos); incluiu a alíquota do IPI na base

de cálculo do ICM sobre cigarros; e extinguiu a isenção dos bens de capital importados de incidência do imposto estadual.

Voltando ao ICM, sua elevação é inusitada, sendo que em 1986 atingiu a cifra de US\$ 6,889 bilhões, 33% a mais que em 1985, ano em que já se havia recuperado o patamar médio de arrecadação da administração anterior. Neste ano, um fator importante foi a súbita contenção do processo inflacionário que garantiu um ganho expressivo na arrecadação do tributo, ou seja, houve um forte efeito Tanzi positivo. Este, mais raro, existiu apenas nos momentos iniciais após a aplicação dos planos de estabilização, em que houve congelamento de preços.

A categoria Outras Receitas da Administração direta também apresentou um excepcional crescimento, e do mesmo modo as transferências federais. Este comportamento da receita efetiva sancionou assim a expansão do custeio igualmente intensa, em especial do item Pessoal e Reflexos da Administração direta.

No biênio 1987, 88 o desempenho do ICM vinha sendo sofrível, comparado ao pico atingido em 1986. Caiu significativamente em 1987 (14%) e mais 3% em 1988. Além das causas relativas à retração da produção e efeitos Tanzi, deve-se considerar no caso do ICM/ICMS, o aumento das exportações de produtos manufaturados. Para impedir uma queda ainda maior houve nova diminuição dos prazos de recolhimento, de 45 para 30 dias em média e, posteriormente, a indexação dos débitos para com a Secretaria da Fazenda.

Nesses anos, o indicador COB não se reduziu ainda mais, uma vez que as outras fontes de financiamento tiveram um comportamento positivo, descrito abaixo. Também, deve-se ressaltar o fato das despesas de custeio terem ficado contidas, ou mesmo tornado-se cadentes, como o item Pessoal e Reflexos da Administração direta, que em 1988 teve uma forte contração de 18,5%.

Voltando às receitas, é digno de nota o substancial aumento das Transferências Federais em 1988, da ordem de 77%, em virtude dos recursos repassados ao Estado para a área de saúde por conta do programa SUDS implantado em meados de 1987.

Destaca-se também a continuidade da trajetória de crescimento do item Outras Receitas da Administração Direta, com mais 36% em 1987, em função basicamente da expansão do Fundo da Dívida Pública em 26% neste ano. Caracterizou-se desta forma uma mudança de patamar deste subitem, que após experimentar um forte recuo em 1988, atingiu seu ápice em 1989, ultrapassando então o marco de um bilhão de dólares. Este desempenho em 1989 foi possível devido à política monetária que o Banco Central praticou, em que a moeda esteve totalmente indexada, permitindo grande rentabilidade aos detentores de sobras de caixa (liquidez).

Por fim, a recuperação do indicador no último ano da série deveu-se principalmente ao aumento da arrecadação de ICM em 15% relativamente a 1988, por conta do aumento de sua base introduzida pela reforma tributária de 1988 (que entrou em vigor em abril de 1989, quando passou a denominar-se ICMS) e dos efeitos do efeito Tanzi positivo nos meses iniciais deste ano. O indicador de cobertura aumentou em 1989 mesmo com a intensa elevação do custeio ocorrida neste ano.

- Empresas

O indicador de cobertura para as empresas aponta para a profundidade da crise vivida em 1983 e 1984, quando se tornou negativo neste último ano. Em 1983, a receita própria reduziu-se em 15% e, em 1984 em mais 8%. Seu subitem fundamental, a receita operacional, após cair 13% em 1983, já iniciou uma recuperação em 1984.

No campo das despesas, o custeio das empresas caiu em 1983 na tentativa de adequar-se ao retrocesso geral das fontes de financiamento. No entanto, a sua recuperação em 1984, motivada pelo item Outros Custeios, e a continuidade do declínio receita própria, fez com que o indicador de cobertura se tornasse negativo. Ou seja, foi necessário tomar recursos de terceiros ou transferências do tesouro para pagar uma parte do custeio.

A queda da receita própria ocorreu devido à política de contenção de tarifas, como instrumento de controle do processo inflacionário e, é claro, em função da redução do nível de atividades da economia, que implicou numa redução do montante de bens e serviços transacionados pelas estatais paulistas. Este último efeito é agudizador sobretudo da situação de empresas do setor elétrico, o mais importante para as finanças do SPP, dado seu volume de receitas e despesas.

Deve-se ressaltar ainda que as receitas oriundas de repasses da administração direta para as empresas (Recursos do Tesouro) tiveram uma forte queda nos anos de 1983 e 1984.

Nos dois anos seguintes, houve uma recuperação notável da cobertura, determinada pela expansão da receita própria, em seu componente operacional e não-operacional, em proporção superior à verificada no Custeio, apesar da contenção tarifária praticada na gestão Dornelles. A explicação reside nas quantidades transacionadas de serviços, em função da recuperação do nível de atividades já iniciado em meados de 1984.

A partir do pico atingido em 1986 de 3,2% da receita total do SPP, o indicador COB das empresas voltou a cair nos últimos anos da série em que houve uma manutenção do elevado patamar que a receita efetiva alcançou em 1986, com uma leve retração em

1988, que pode ser explicada mais pelo arrefecimento do nível de atividade do que pela política tarifária.

No campo do custeio, houve uma expansão significativa em 1987 e 1988, com um recuo em 1989. Na média, a expansão foi superior à das receita efetiva determinando a baixa geração de recursos internos para o investimento.

3.2.2. A Funcionalidade do Crédito

Com uma média de apenas 1,05% da receita total do SPP no período 1983/89, alcançada devido a uma forte expansão dos atrasados das empresas revela-se o quanto foi desfuncional a administração creditícia neste subperíodo. Embora se verifique uma recuperação a partir do baixíssimo patamar atingido em 1983, (-1,1) o fato é que as condições para o endividamento mudaram radicalmente em relação aos anos 70 e início dos 80. Reside aqui, portanto, a origem do desequilíbrio financeiro do SPP, em termos das magnitudes de recursos envolvidas.

Sem subestimar a queda na geração interna de recursos, vista acima enquanto importante fator explicativo no declínio da capacidade de gasto autônomo do SPP, o fato é que é a pronunciada desfuncionalidade do crédito a causa preponderante para a ruptura do padrão de financiamento do SPP, conforme se discutiu em item anterior.

Nos últimos anos da série a desfuncionalidade do crédito sofreu um agravamento substantivo, após a relativa melhoria ocorrida em 1986. Em 1988 esse indicador para o SPP chegou a 1,2% negativo, apesar da forte expansão dos atrasados, denotando aquele que foi o pior momento na relação entre operações de crédito e serviço da dívida. Além da retração creditícia promovida pelo próprio mercado financeiro, a resolução 1469, que determinava o congelamento dos empréstimos concedidos aos governos subnacionais nos mesmos níveis prevalecentes em 31/12/87 acarretou este quadro.

Houve deste modo uma explosão nos atrasados relativos ao Serviço da Dívida, atingindo-se a marca dos US\$ 5,084 bilhões no total, quase o dobro do já elevado valor verificado em 1983. Em 1989, a situação teve uma razoável melhoria. Novamente, foram as empresas que determinaram o comportamento dos indicadores para o SPP, influenciando muito pouco as ETG com seus relativamente baixos volumes de operações.

- Entidades Típicas de Governo

Para as ETG, embora numa escala bem menor que para as empresas, partiu-se de uma situação de grande desfuncionalidade em 1983, que veio se reduzindo até tornar-se funcional em 1986 e 1987, voltando a tornar-se em 1988 e 1989.

Houve um forte retrocesso no crédito da administração direta em 1983, de 53%, em virtude de uma queda aguda dos Títulos, da ordem de 44% e, dos contratos externos (de 95,1%), que praticamente inexistiram neste ano.

Quanto aos contratos internos: dada sua insignificância enquanto aporte de recursos à administração direta, suas variações positivas em grande escala, como em 1983, em nada mudaram o quadro desolador do crédito.

Este movimento do crédito em conjunto com a elevação do serviço da dívida da administração direta provocou a desfuncionalidade observada em 1983. Nos anos seguintes o serviço da dívida da administração direta cresceu muito pouco e o das autarquias chegou mesmo a declinar, o que em conjunto com a recuperação dos créditos arrefeceu aquela desfuncionalidade inicial.

A recuperação do crédito foi intensa: cresceu 112,9% em 1984, e mais 14% em 1985, em virtude de um novo avanço na colocação de Títulos.

Em 1986, quando o crédito foi funcional, sua expansão foi da ordem de 41%, alcançando um volume de US\$ 896 milhões, promovida em sua maior parte mais uma vez pela expansão dos Títulos em 35%.

Após o ano de 1987, em que ainda houve funcionalidade para as operações de crédito das ETG, verificou-se nova desfuncionalidade. Esta foi determinada de um lado pelo crédito da Administração Direta que voltou a declinar de modo significativo em 1988, com uma redução da ordem de 32%, sendo que a diminuição de 72% ocorrida na colocação de Títulos foi a principal responsável. E de outro pela intensa elevação do Serviço da Dívida a partir de 1988 e, em especial 1989, quando apresentou uma expansão da ordem de 24%, chegando ao pico no volume de recursos utilizados para servir à dívida (US\$ 916,484 milhões).

O crescimento havido na colocação de Títulos em 1989 não impediu, portanto, a situação de desfuncionalidade ocorrida.

- Empresas

Devido ao grande volume de crédito informal que se teve de praticar principalmente nos anos iniciais deste subperíodo, o indicador para as empresas foi positivo,

porém decrescente à medida que o crédito informal foi caindo, chegando a um valor mínimo em 1986, quando tal prática, que evidentemente tem limites, tornou-se não necessária, inclusive tendo sido o ano em que foi possível resolver grande quantidade das pendências.

Por outro lado, apesar dos volumes de atrasados terem crescido vigorosamente, o indicador de funcionalidade das empresas tornou-se negativo, devido à igualmente avassaladora expansão do serviço da dívida.

Esta evolução ocorreu também em virtude de uma redução dos créditos formais nestes anos de modo a se chegar em 1989 com um volume de apenas US\$ 1,367 bilhão, seu mais baixo valor da série, após aquele de 1983. Por outro lado, o serviço da dívida, após o leve recuo de 1987, ampliou-se muito em 1988, atingindo os US\$ 3.635 bilhões, o ápice da série. Em 1989, teve novo recuo, diminuindo a forte desfuncionalidade ocorrida em 1988.

Gráfico 1

SPP

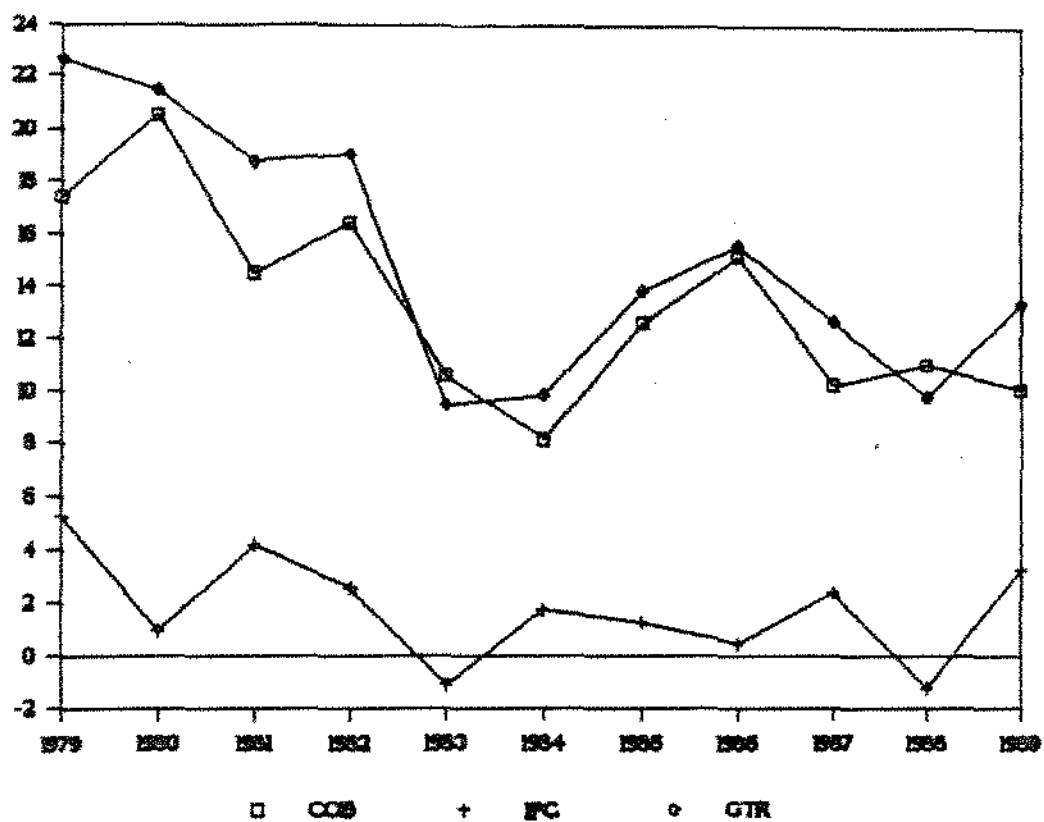


Gráfico 1.1

EMPRESAS

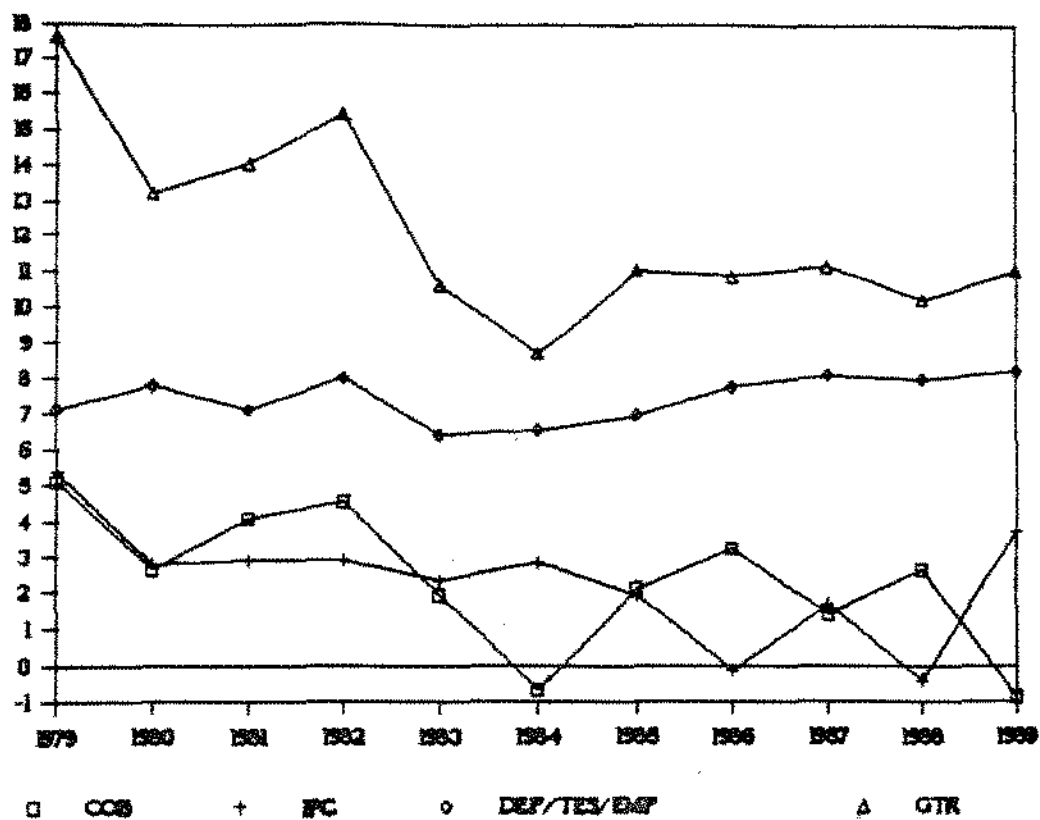


Gráfico 1.2

ETGs

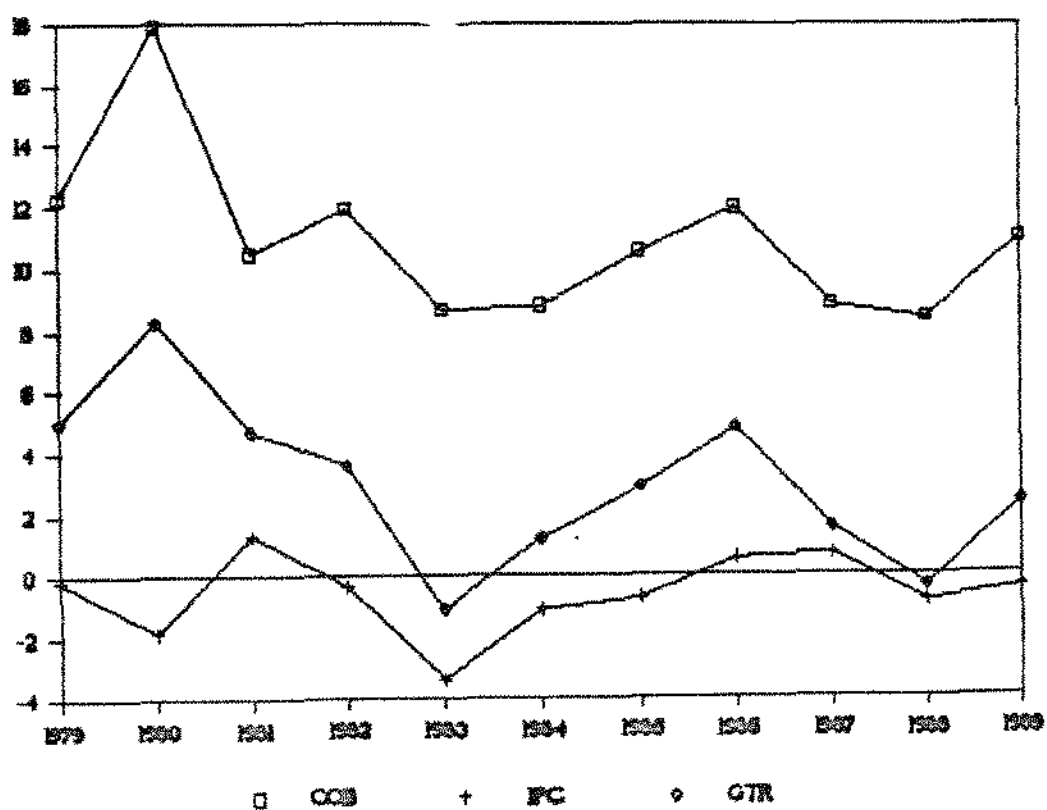
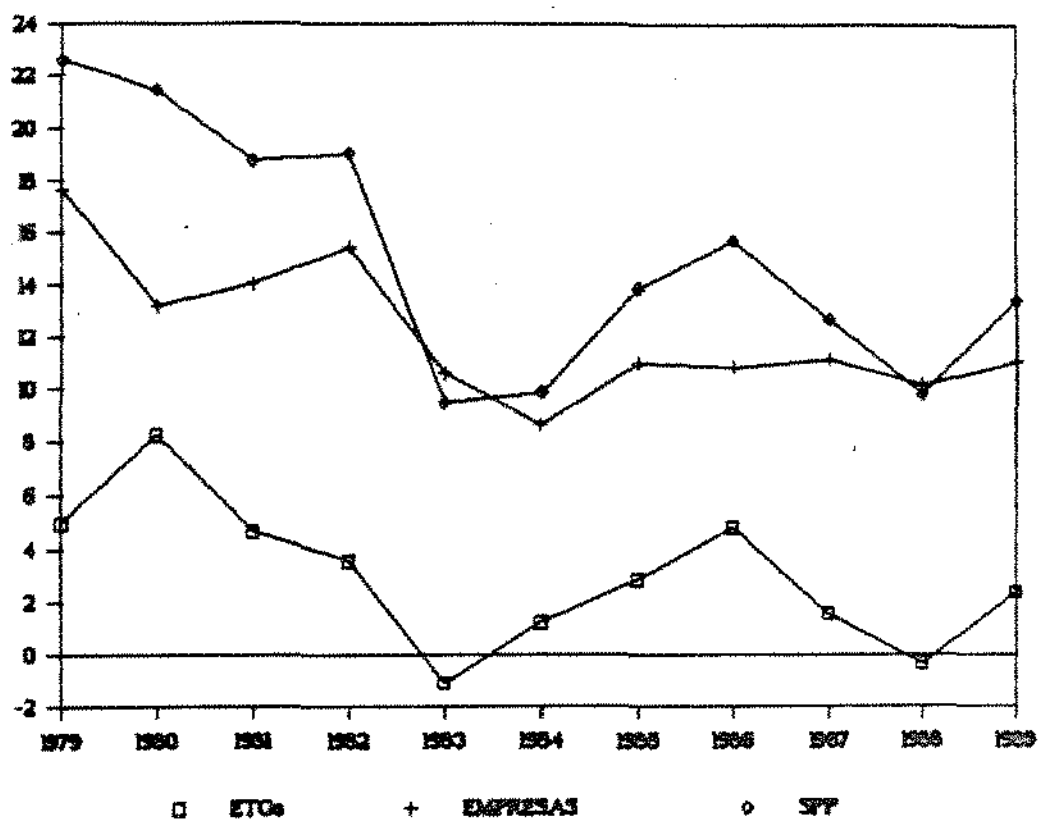


Gráfico 2

INDICADOR DE GERAÇÃO TOTAL DE RECURSOS



INDICADOR DE GRAU DE COBERTURA (COB)

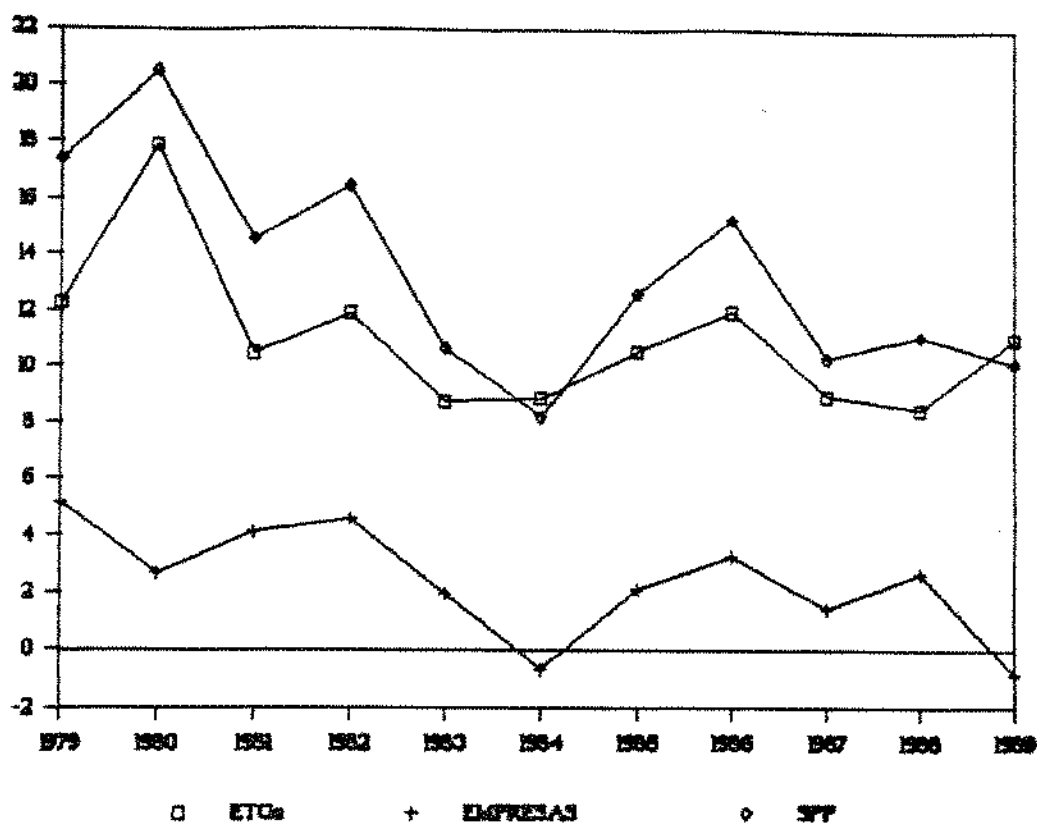


Gráfico 2.2

INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DO CREDITO

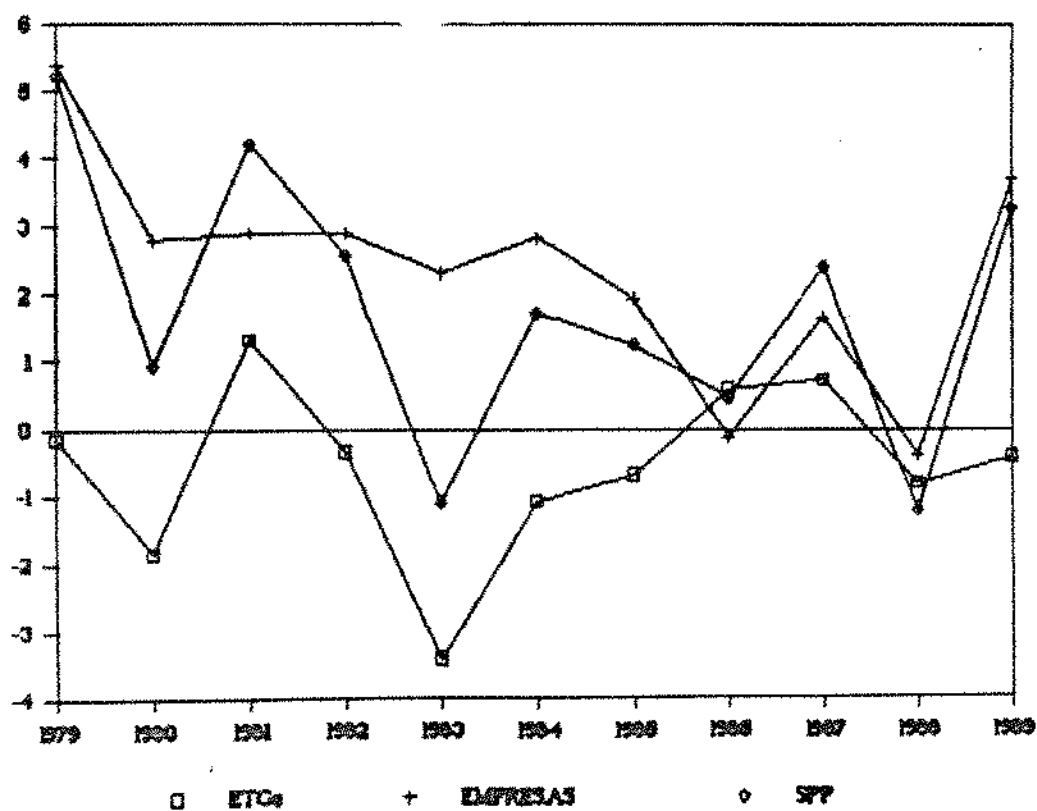


Gráfico 3

INDICADOR DO SALDO ORÇAMENTARIO

ETG EMPRESAS SPP



Gráfico 4

PIB SP X ICMS-QPE

1979=100

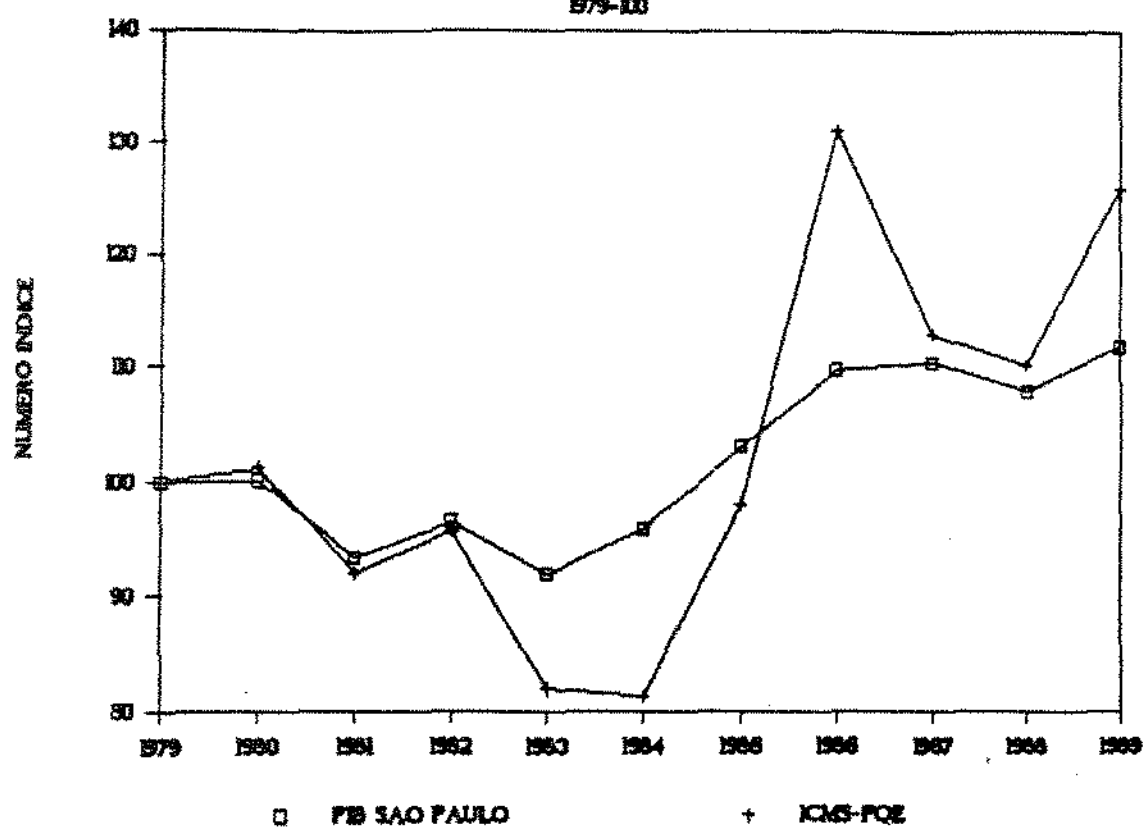


Gráfico 5

PIB INDUST SP X PIB SERVICOS X ICMS-QPE

1979-1989

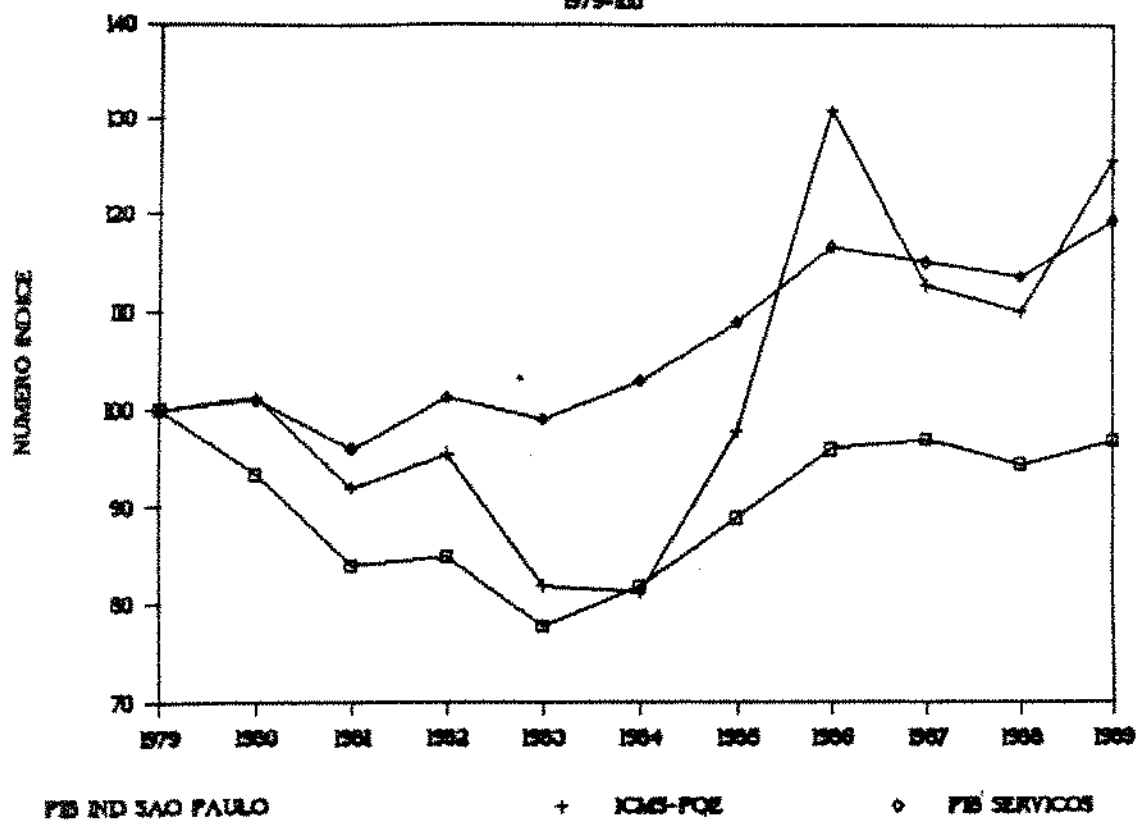


Gráfico 6

INFLAÇÃO (IPA-OG)

TAXA DE ACELERAÇÃO

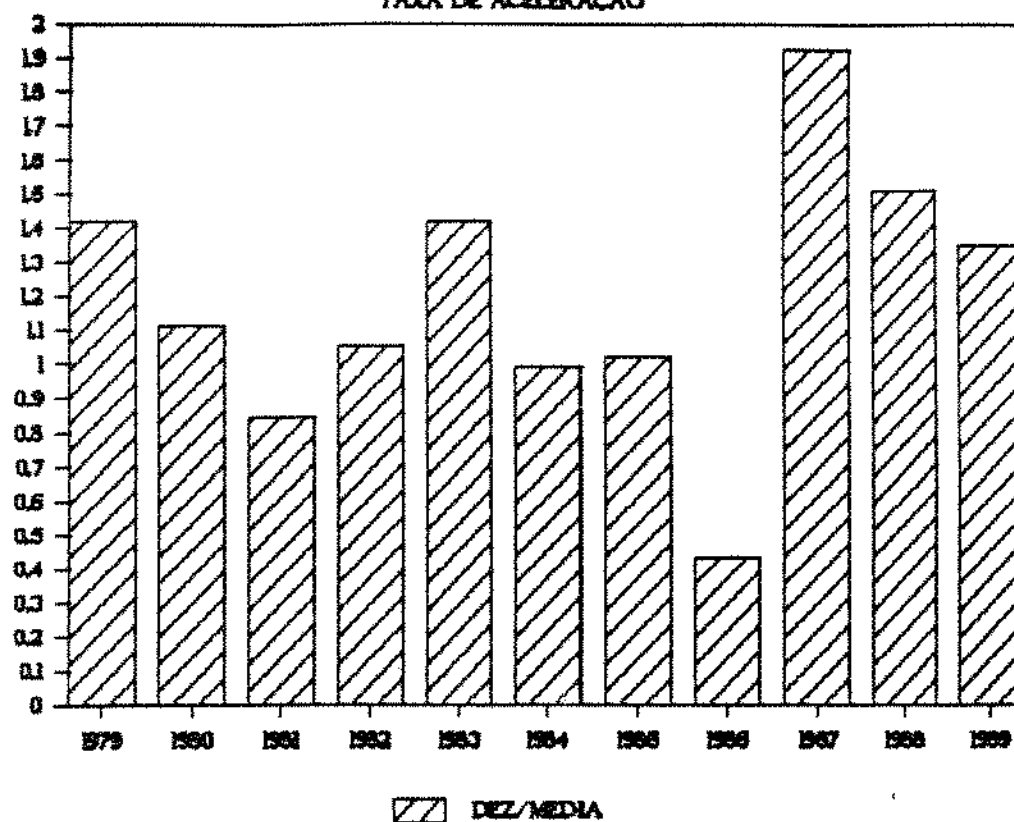


TABELA 1

INDICADOR DE GRAU DE COBERTURA (COB)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ETGs	12,3	17,9	10,5	11,9	8,7	8,8	10,5	12,0	8,9	8,4	11,0
EMPRESAS	5,1	2,6	4,1	4,5	1,9	-0,7	2,1	3,2	1,4	2,6	-0,9
SPP	17,4	20,5	14,5	16,4	10,6	8,2	12,6	15,2	10,3	11,1	10,1

TABELA 2

INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DO CREDITO

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ETGs	-0,2	-1,9	1,3	-0,3	-3,4	-1,1	-0,7	0,6	0,7	-0,8	-0,4
EMPRESAS	5,4	2,8	2,9	2,9	2,3	2,8	1,9	-0,1	1,7	-0,4	3,7
SPP	5,2	0,9	4,2	2,6	-1,1	1,7	1,2	0,4	2,4	-1,2	3,3
DEP/TES/EMP	7,1	7,8	7,1	8,0	6,4	6,5	7,0	7,7	8,0	7,9	8,2

TABELA 3

INDICADOR DE GERACAO TOTAL DE RECURSOS

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ETGs	5,0	8,3	4,7	3,6	-1,1	1,2	2,9	4,8	1,6	-0,3	2,4
EMPRESAS	17,6	13,2	14,0	15,4	10,6	8,7	11,0	10,8	11,1	10,2	11,0
SPP	22,6	21,5	18,7	19,0	9,5	9,9	13,9	15,7	12,7	9,8	13,4

TABELA 4

INDICADOR DE GRAU DE COBERTURA (COB)
QUADRO ESTATISTICO - MEDIAS

	79/82	83/86	87/89	79/89
ETGs	13,1	10,0	9,4	11,0
EMPRESAS	4,1	1,6	1,1	2,4
SPP	17,2	11,7	10,5	13,4

TABELA 5

INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DO CREDITO
QUADRO ESTATISTICO - MEDIAS

	79/82	83/86	87/89	79/89
ETGs	-0,3	-1,2	-0,2	-0,6
EMPRESAS	3,5	1,7	1,7	2,4
SPP	3,2	0,6	1,5	1,8
DEP/TES/EMP	7,5	6,9	8,1	7,4

TABELA 6

INDICADOR DE GERACAO TOTAL DE RECURSOS -
QUADRO ESTATISTICO - MEDIAS

	79/82	83/86	87/89	79/89
ETGs	5,4	2,0	1,2	3,0
EMPRESAS	15,1	10,3	10,8	12,2
SPP	20,5	12,2	12,0	15,2

TABELA 7

INDICADOR DO SALDO ORÇAMENTARIO

ETG EMPRESAS SPP

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DEF. ORC. ETG	(0,0)	2,3	(0,3)	(0,8)	(4,2)	(0,7)	0,3	(0,1)	(2,9)	(5,5)	(3,7)
ATRAS. EMP	0,0	(3,4)	(3,6)	(5,5)	(19,4)	(15,7)	(9,9)	(3,8)	(9,7)	(23,1)	(17,4)
DEF. ORC. SPP	(0,0)	(1,1)	(4,0)	(6,3)	(23,6)	(16,4)	(9,5)	(3,9)	(12,6)	(28,6)	(21,1)

CONCLUSÕES

O Setor Público Paulista realizou ao longo do período 1979-89 um gasto médio anual da ordem de US\$ 17 bilhões (de 1988) algo próximo a 6% do PIB brasileiro daquele ano.

Além da expressividade desse volume de recursos, é notável sua trajetória expansionista, em que pese seu ritmo oscilatório, quando se considera que se trata de um período marcado no campo da política econômica, pelas diversas tentativas de estabilização e controle das contas públicas por meio de medidas de natureza contencionista e pelas condições econômicas gerais do país, cuja tônica foi uma relativa estagnação frente ao padrão histórico desde o pós-guerra.

Nesse contexto em que se evidenciou uma ruptura do padrão de financiamento da economia e do Estado brasileiro instaurado a partir de meados dos 60, esse volume de gastos praticado que teve que calcar cada vez mais em fontes próprias, a partir da impossibilidade de se contar com os recursos creditícios externos, em fluxo semelhante ao dos anos 70, tendo em vista o colapso no mercado internacional de crédito e, internamente, devido às restrições promovidas pela política econômica e pelo próprio mercado.

O fluxo de novos créditos formais debilitou-se, e o serviço do endividamento passado cresceu muito, uma vez que se adentrou a etapa de vencimentos dos créditos passados com encargos crescentes, determinando, pois, uma aguda disfunção do crédito (conforme apontam os indicadores de funcionalidade do crédito utilizados neste trabalho - IFC -), principalmente após 1982.

Nesse contexto, os recursos próprios evidentemente adquiriram um papel fundamental no financiamento das atividades do SPP. O que se verificou, entretanto, por meio de sua contraposição aos gastos de custeio, foi seu crescente comprometimento com este último ao longo da década passada, tanto na Entidades Típicas de Governo (administração direta, autarquias e fundações) quanto nas empresas, resultando em diminuições na margem de poupança (que neste trabalho denominou-se indicador de obertura das despesas de custeio pelas receitas próprias - COB).

A consequência disto, em conjunto com a diminuição do créditos formais internos e externos apontada acima foi, uma inusitada expansão dos atrasos de pagamentos vencidos a cada exercício por parte das empresas (basicamente as do setor elétrico), principalmente no que se refere ao serviço do endividamento e, em segundo lugar nos gastos de investimento com empreiteiras e fornecedores. Conduzindo-se, portanto, estas situações de inadimplência ao encontro de saídas pela via política, por meio de quedas de braços com o poder federal e suas agências de crédito, buscando-se por meio de várias negociações, acordos que possibilitassem o remetimento para o futuro destas pendências vencidas. Devido à sua

importância este ponto será retomado adiante. E no contexto da administração direta houve um aumento do déficit orçamentário.

Este é o elemento básico para a compreensão do desempenho das finanças do SPP na década de 80, que marca tanto a desestruturação do padrão de financiamento criado a partir das reformas da década de 60, quanto identifica uma característica essencial do "novo" padrão de financiamento prevalecente no período pós-ruptura.

Deve-se acrescentar outras duas facetas relevantes presentes nas finanças do SPP: a primeira é relativa à grande concentração econômica e principalmente industrial existente no território paulista, que gera tanto uma grande capacidade de arrecadação tributária (ICM/ICMS) como também um volume substancial de receitas operacionais por parte das empresas públicas estaduais (deve-se acrescentar aqui, a capacidade de angariar créditos a partir deste fluxo de recursos próprios). O SPP poderia ser considerado assim, como um ente financeiramente autônomo, se comparado à realidade de quase todos os demais estados. No entanto, constata-se, conforme visto no parágrafo anterior, que esta pretensa autonomia já foi utilizada em passado recente e não está mais disponível, restando apenas continuar a cobrir o igualmente avantajado gasto em custeio que o SPP incorporou em seu padrão de gastos.

As causas da expansão do custeio ao longo da década são inúmeras e vinculam-se basicamente às legítimas necessidade de expansão de serviços públicos.

Constata-se por outro lado a existência de um conjunto de distorções que não poderiam deixar de ser ao menos listadas quando se trata deste tema como, por exemplo, o empreguismo acentuado em vários órgãos, vencimentos substancialmente elevados (junto com uma série infindável de outros benefícios extra-salários) em outros, entre outras razões, devido à própria atuação do sindicalismo oficial, além daquelas provenientes dos diretamente beneficiados. Há fatores de elevação do custeio também presentes em seus outros itens, como o de material de consumo devido a compras com preços elevados e na contratação de serviços de terceiros. E na categoria de despesa Investimento também denunciavam-se com frequência os altos custos das obras e da aquisição dos equipamentos e materiais diversos.

Pode-se depreender disto tudo a inexistência de uma efetiva racionalidade de mais longo prazo por parte daqueles diretamente envolvidos com o setor público (políticos, quadros dirigentes, sindicatos, tribunais de contas etc.) relacionada a compromissos com o patrimônio público em si mesmo, com a qualidade e quantidade dos serviços públicos prestados, vis-à-vis os custos correspondentes. Não sendo incorreto afirmar que no contexto da institucionalidade vigente, no sentido das legislações e das práticas administrativas, operacionais e de controle, esta racionalidade está longe de ser atendida.

Apesar das dificuldades políticas de toda a ordem para a reversão deste quadro de baixa margem de poupança pelas razões invocadas, é obvio que uma real reestruturação da capacidade de financiamento do SPP, independentemente das medidas no campo tributário e tarifário que possam ser pensadas, passa necessariamente por uma profunda mudança no quadro descrito acima, de modo a se ter um controle efetivo do gasto independente dos mandatários de ocasião, de modo que se interrompa esta vocação altista aparentemente irrefreável do custeio.

O segundo ponto refere-se à extrema sensibilidade das fontes de financiamento próprias às flutuações da atividade econômica e ao ritmo inflacionário, impregnado de acelerações no período analisado. Daí decorre que as finanças do SPP foram (e são) relativamente mais suscetíveis aos impactos da regulação macroeconômica e a conjuntura econômica. Esta, por ter sido caracteristicamente marcada pela imprevisibilidade na década de 80, criou freqüentemente situações de grande incerteza para a administração financeira do SPP.

Uma vez que se têm estas duas variáveis, uma com grande rigidez para baixo e com tendência sempre crescente (as despesas de custeio), e outra, com tendências ocasionalmente crescentes, mas sujeita a forte oscilações para baixo ou estagnações como em 1983, 1987 e 1988 (as receitas próprias). Esta situação levou a grandes dificuldades na execução orçamentárias naqueles anos e a severos constrangimentos financeiros, o que sugere a existência de mecanismos institucionais que associem seus comportamentos acima de quaisquer outras determinações.

Retomando a questão dos atrasados, sua ampliação por parte das empresas se verificou em vários exercícios, juntamente com a elevação do déficit das Entidades Típicas de Governo, apesar de acarretarem um enrijecimento posterior na gestão financeira, tornaram-se uma fonte corrente de financiamento, como apontam os indicadores.

Verifica-se que a parte mais substancial dos atrasados concentra-se na rubrica serviço da dívida e advém da rolagem (não-pagamento) de amortizações de empréstimos com as agências oficiais de crédito e com os bancos internacionais assumidas pela União (operações de "relending" e avisos MF-30 e sucedâneos), cabendo ao setor elétrico, basicamente a CESP, parcela majoritária destes débitos. Estão também dentro destes valores relativos aos atrasos apresentados no trabalho o vencimento de obrigações junto ao sistema financeiro estadual (Banespa, o extinto Badesp e Caixa Econômica Estadual), que implicaram em sérias dificuldades de liquidez a estas instituições, as quais, no entanto, puderam também se socorrer no Banco Central.

Esses atrasados, por se constituírem em termos econômicos numa espécie de crédito, mesmo que involuntário da parte do credor, permitiram a concretização de um

determinado nível de investimentos médio no período pós-1982, que seria absolutamente impraticável de outra maneira, ou seja, sem os atrasos.

O apelo a essas formas de financiamento do gasto, que representam maneiras de sancionar níveis substanciais de déficit, denota mais que uma opção de gestão orçamentária. Indica, sobretudo, uma insuficiência estrutural do padrão de financiamento do SPP, evidenciada na década, e que implicou neste tipo de solução de natureza essencialmente política, num jogo complexo de pressões e contrapressões junto às instituições federais, no sentido da prorrogação de tais débitos, permitindo assim carrear recursos para investir e custear as políticas públicas do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, J.R. **Transferências Intergovernamentais e Financiamentos de Estados e Municípios** Rev. Finanças Públicas.
- BONINI, Mário Roque - **Setor Público Paulista no Contexto da Crise Econômica dos Anos Oitenta**, FECAM/SEPLAN, 1988.
- CINTRA, L.C., **Política Fiscal e Finanças Públicas Estaduais: 1964-1979**, Cadernos Fundap Ano 2 - n.3 março/1982.
- CINTRA, L.C. **A Questão do Financiamento do Investimento Público**, mimeo, 1979.
- COSTA, Fernando Nogueira da - **"As Instituições Públicas Paulistas" - Relatório Sobre Sistema Financeiro e Empresas Públicas**, FECAMP/FUNDAP, 1988.
- COUTINHO, L.G., **Evolução da Administração Descentralizada em São Paulo**, Cadernos Fundap Ano 2 - n.3 março/1982.
- FERREIRA, Carlos Ernesto - **Evolução das Despesas com Pessoal no Setor Público Paulista - Aspectos de Contingente e Remuneração**, 1986.
- FERREIRA, L.P. **A Gradativa Perda de Capacidade de Investir dos Estados**, Rev. F. Públicas, n^o 333 - 1978.
- GIFFONI, Francisco de Paula Carneiro - **Efeitos Tributários do DEc. Lei 2065/83 e da Emenda Constitucional n.23/83**. Mimeo. 1984.
- IESP - Instituto de Economia do Setor Público, **Relatório Anual** - 1987, 1988, 1989.
- JR., G.B., FILHO, R.P., GUARDIA, E.R. **Refinanciamento da Dívida Externa dos Estados e das Empresas Estatais:1983/88**, IESP-Textos para discussão - **Finanças Públicas** - TD/IESP 2 Junho/1992-FUNDAP.
- LOPREATO, F.L.C. **Crise de Financiamento dos Governos Estaduais (1980/1988)** - Campinas:UNICAMP/IE, 1992. 301p. (Tese de Doutorado).
- MAZZUCHELLI, F. & GEORGE, P.C.S., **As Finanças Públicas Paulistas de 1967 e 1978**, Cadernos Fundap - Ano 2 - n.3 março/1982.
- MOTA, Paula Gadelha & TICAMI, Emilia - **Financiamento do Setor Público Paulista**, IESP/FUNDAP, Texto para Discussão n^o 16, 1988.
- MOTTA, P.G., TICAMI, E. **Setor Público Paulista-Estrutura de Financiamento dos Investimentos 1979 A 1985** - IESP/FUNDAP - Agosto 1987.

- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de, **A Crise do Sistema Fiscal Brasileiro 1965-1983**, Tese de Doutorado, IE-UNICAMP Campinas, 1985.
- PAULA, Tomás Bruginski de, **Padrões de Financiamentos do Setor Público - Uma Análise do Sistema Fiscal e do Setor Produtivo Estatal no Brasil**. Dissertação de Mestrado, IE-UNICAMP, Campinas, janeiro 1989.
- REZENDE, Fernando & DAIN, Sulamis, **Reforma Institucional, Finanças Públicas e Controle dos Gastos Governamentais**. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 15, nº 2, 1985.
- REZENDE, Fernando, **Execução Orçamentária do Governo Estadual Paulista**, mimeo, 1989.
- UEDA, E. **Realidade Orçamentária e Financeira**, mimeo, 1989.

ANEXOS

Anexo I

CATEGORIAS ECONÔMICAS DE RECEITA E DESPESA

ÍNDICE

	Págs.
1. SETOR PÚBLICO PAULISTA (SPP).....	72
2. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	80
3. EMPRESAS.....	103
4. AUTARQUIAS.....	121
5. FUNDAÇÕES.....	129

1. SETOR PÚBLICO PAULISTA (SPP)

TABELA 01
EVOLUCAO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

US\$ MILHOES DE 1988										
ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
RECURSOS DO TESOURO	5.722,5	5.748,5	5.340,3	5.682,6	4.577,6	4.545,0	5.871,9	8.160,2	7.465,3	6.643,4
RECEITAS PROPRIAS	3.304,3	3.459,4	4.995,5	5.496,1	4.713,9	4.389,2	5.479,8	5.933,6	6.399,3	6.160,1
OPERACOES DE CREDITO	2.938,3	2.833,2	3.690,0	3.626,9	3.787,0	5.111,9	5.975,5	4.438,3	5.213,5	8.565,4
FORMAIS	2.938,3	2.396,4	3.151,4	2.769,2	1.157,6	2.834,2	4.212,7	3.701,8	3.296,7	3.401,0
INFORMAIS	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4
OUTRAS FONTES	1.032,5	815,5	733,8	756,9	474,8	454,2	558,8	624,4	593,5	983,4
TOTAL S/ Informais	12.977,5	12.419,8	14.221,0	14.704,8	10.924,0	12.222,6	16.123,1	18.420,0	17.754,8	17.187,9
Informais	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4
TOTAL C/ Informais	12.977,5	12.856,7	14.759,5	15.562,5	13.553,4	14.500,4	17.885,9	19.156,5	19.671,6	22.352,3
FONTE: Balanco Geral do Estado, DIPLAF/SF, REQ/CPO/SEP.										
ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.										

TABELA 02
EVOLUCAO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECURSOS DO TESOURO	44,8	44,7	36,2	36,5	33,8	31,3	32,8	42,6	37,9	29,7	39,4
RECEITAS PROPRIAS	25,4	26,9	33,8	35,3	34,8	30,3	30,6	31,0	32,5	27,6	27,5
OPERACOES DE CREDITO	22,6	22,0	25,0	23,3	27,9	35,3	33,4	23,2	26,5	38,3	28,4
FORMAIS	22,6	18,6	21,4	17,8	8,5	19,5	23,6	19,3	16,8	15,2	11,0
INFORMAIS	0,0	3,4	3,6	5,5	19,4	15,7	9,9	3,8	9,7	23,1	17,4
OUTRAS FONTES	7,9	6,3	5,0	4,9	3,5	3,1	3,1	3,3	3,8	4,4	4,7
TOTAL S/ informais	100,0	96,6	96,4	94,5	80,6	84,3	90,1	96,2	90,3	76,9	82,6
Informais	0,0	3,4	3,6	5,5	19,4	15,7	9,9	3,8	9,7	23,1	17,4
TOTAL C/ informais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* OBS.Participacao Relativa em relacao ao total COM o Credito Informal

TABELA 03

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECURSOS DO TESOURO	44,8	46,3	37,6	38,6	41,9	37,2	36,4	44,3	42,8	38,7	47,7
RECEITAS PROPRIAS	25,4	27,9	35,1	37,4	43,2	35,9	34,0	32,2	36,0	35,8	33,3
OPERACOES DE CREDITO FORMAIS	22,6	19,3	22,2	18,8	10,6	23,2	26,1	20,1	18,6	19,8	13,3
OUTRAS FONTES	7,9	6,6	5,2	5,1	4,3	3,7	3,5	3,4	3,3	5,7	5,7
TOTAL S/ informais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* OBS.Participacao Relativa em relacao ao total SEM o Credito Informal

FONTE: Balanco Geral do Estado, DIPLAF/SF, RED/CPO/SEP.
ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 04
EVOLUCAO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP
INDICE DE EVOLUCAO

BASE 1979 = 100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECURSOS DO TESOURO	100	100	93	99	88	79	103	143	138	116	144
RECEITAS PROPRIAS	100	105	151	166	143	133	166	180	194	186	174
OPERACOES DE CREDITO	100	96	126	123	129	174	203	151	177	292	262
FORMAIS	100	82	107	94	39	96	143	126	112	116	78
INFORMAIS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS FONTES	100	79	71	73	46	44	54	60	57	95	95
TOTAL S/ informais	100	96	109	113	84	94	124	142	137	132	133
Informais	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL C/ informais	100	99	114	120	104	112	138	147	151	172	161

FONTE: Balanco Geral do Estado, DIPLAF/SF, REQ/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

Gráfico 1

EVOLUCAO DA RECEITA TOTAL DO SPP

1979/89

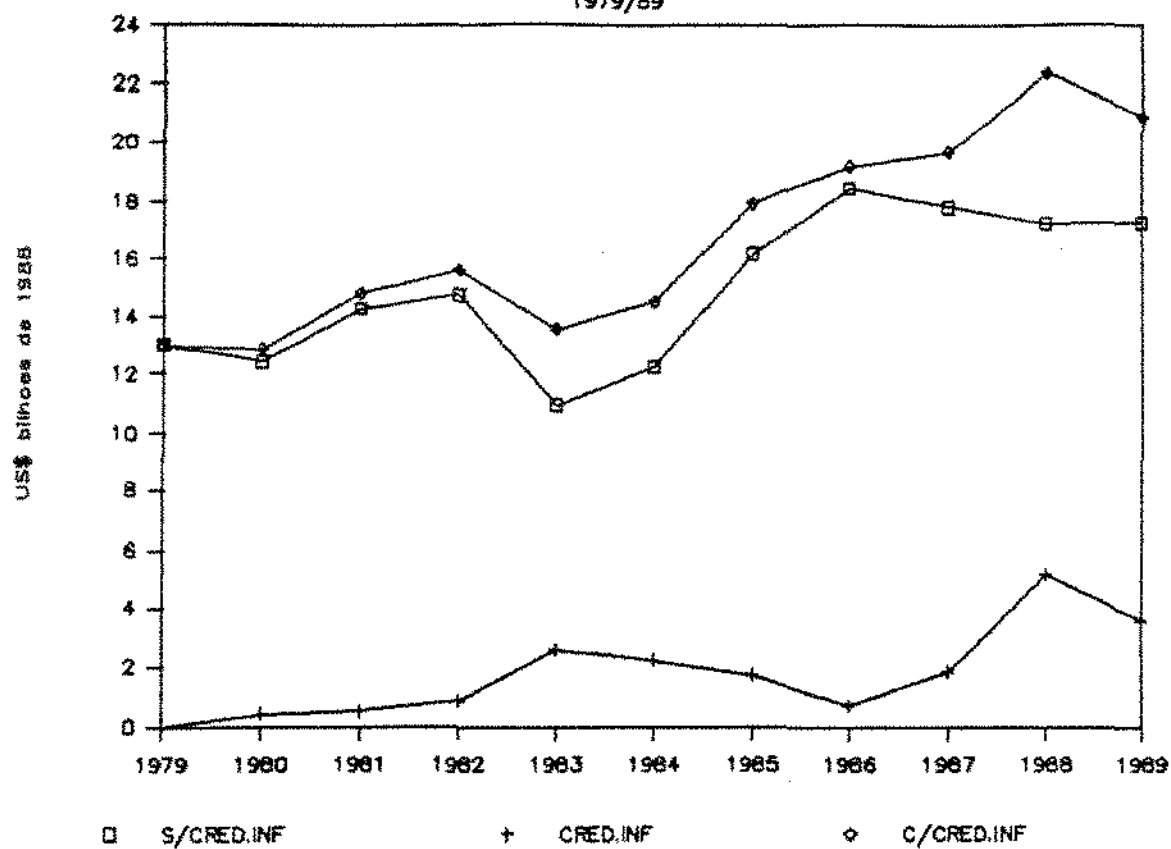
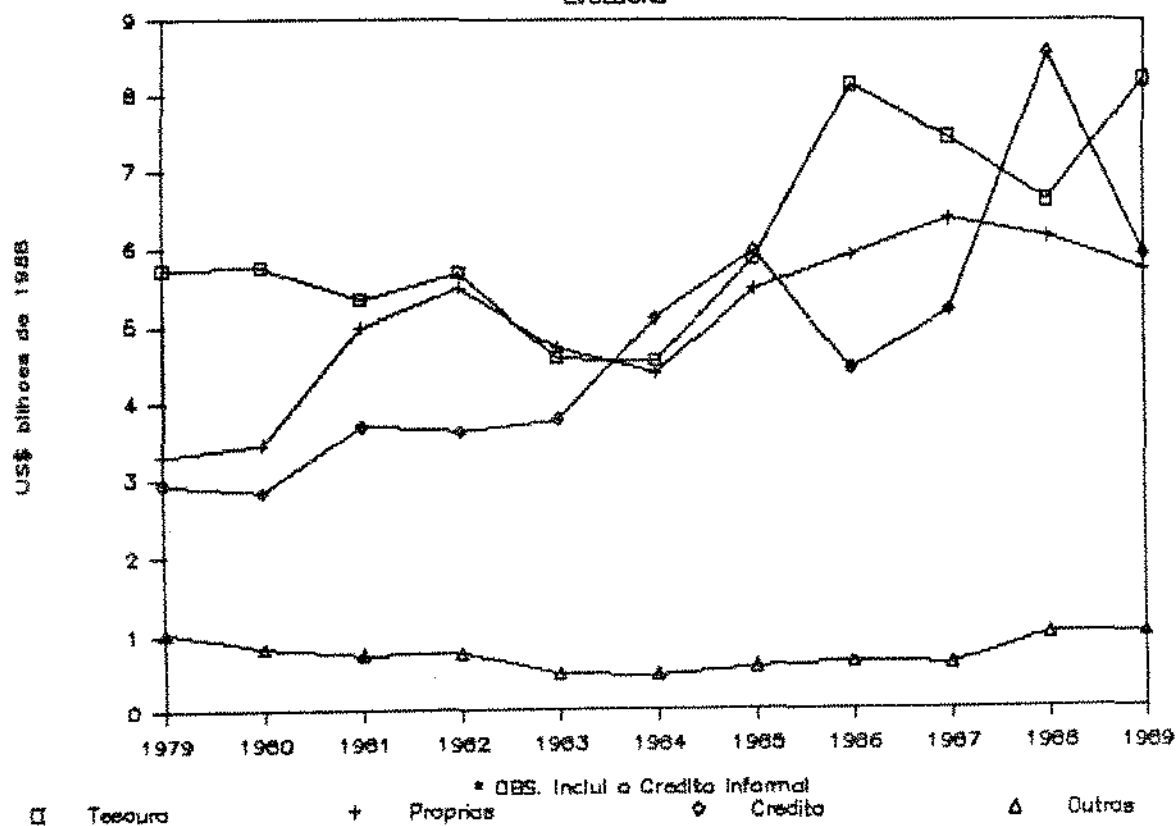


Gráfico 2

FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

EVOLUCAO



FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

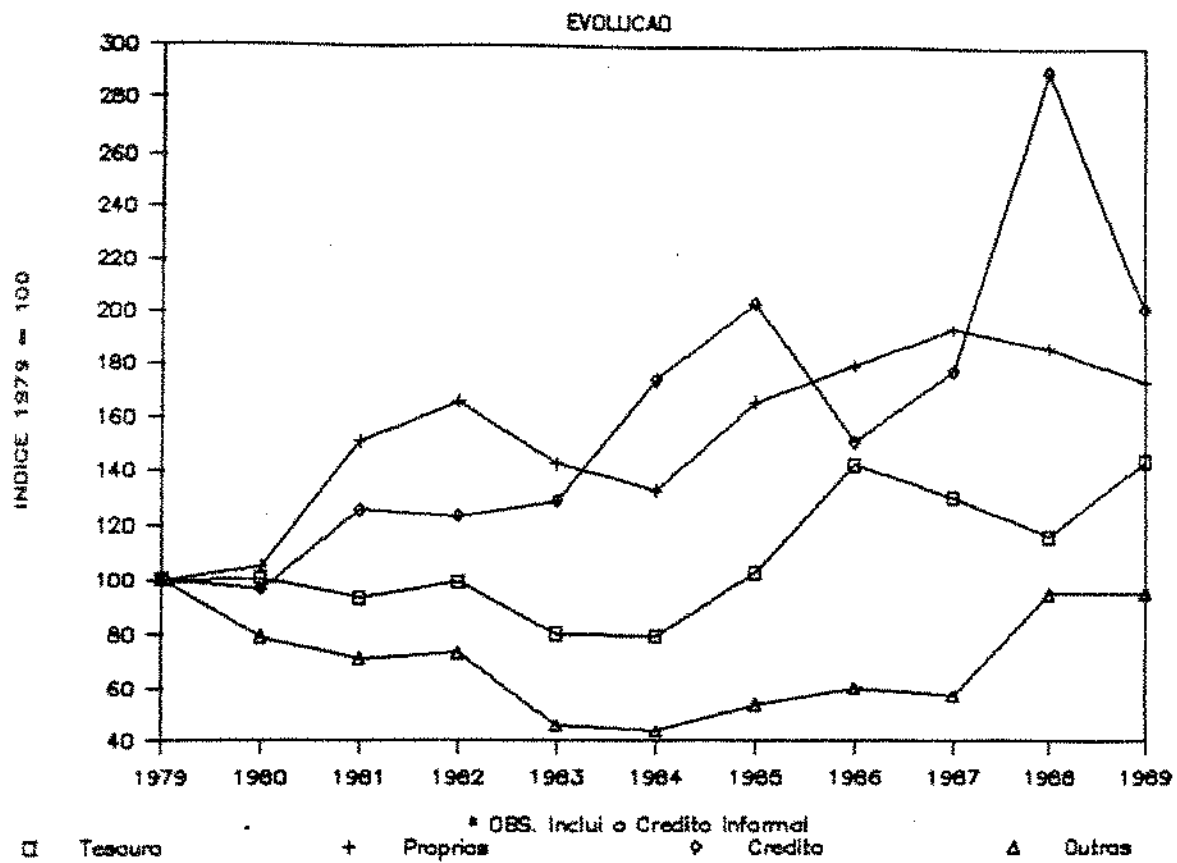


Gráfico 2a

FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

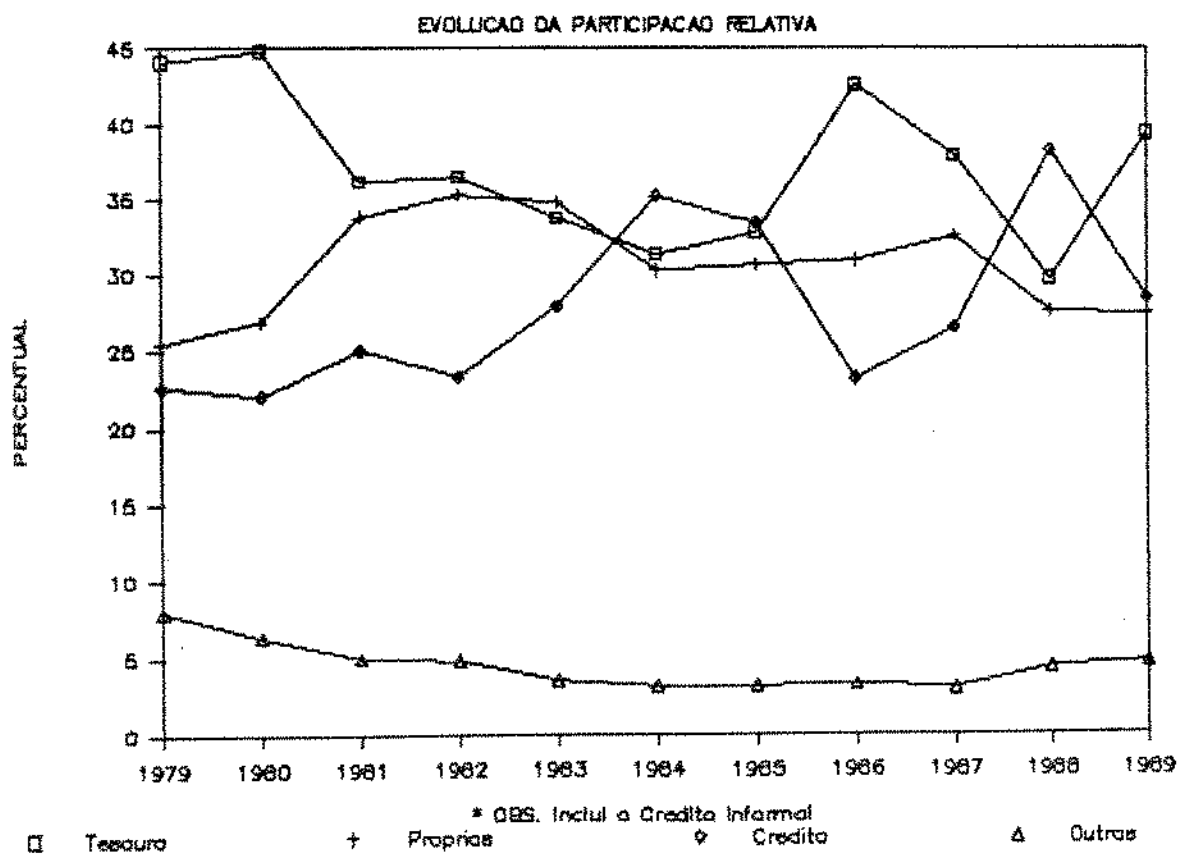
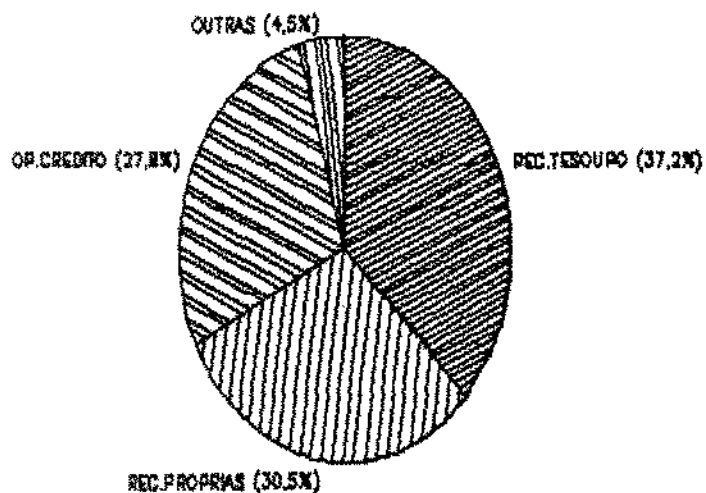
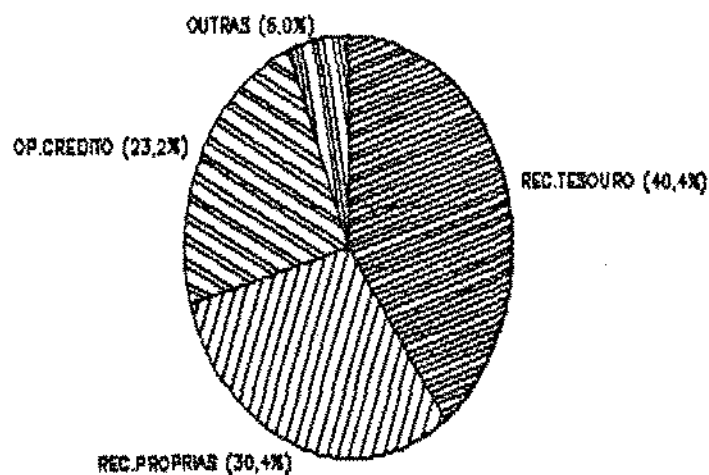


GRAFICO 3
SETOR PUBLICO PAULISTA
RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

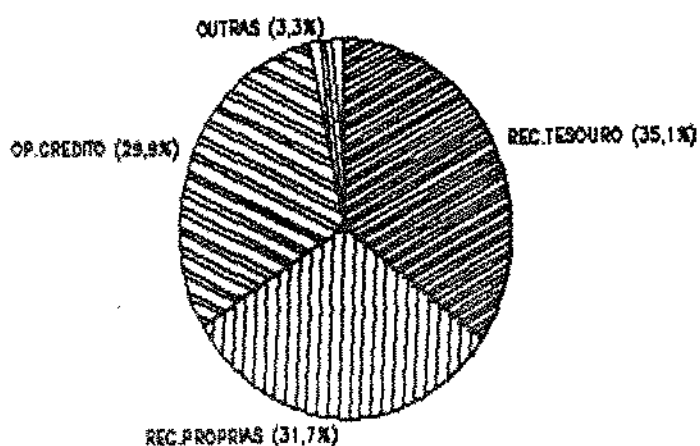
RECEITA TOTAL DO SPP
 POR CATEGORIA - MEDIA 79/89



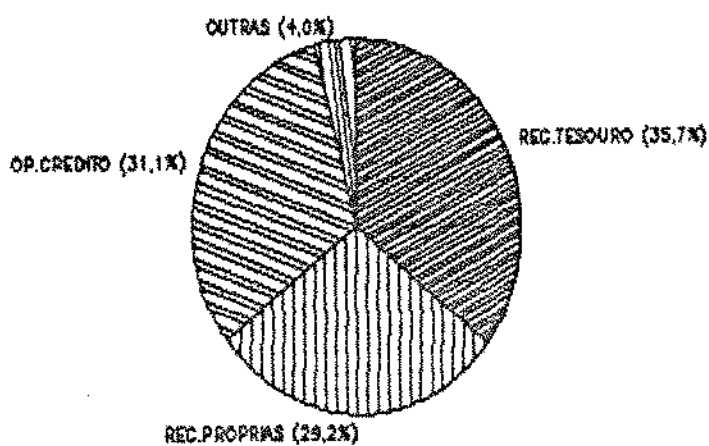
RECEITA TOTAL DO SPP
 POR CATEGORIA - MEDIA 79/82



RECEITA TOTAL DO SPP
 POR CATEGORIA - MEDIA 83/88



RECEITA TOTAL DO SPP
 POR CATEGORIA - MEDIA 87/89

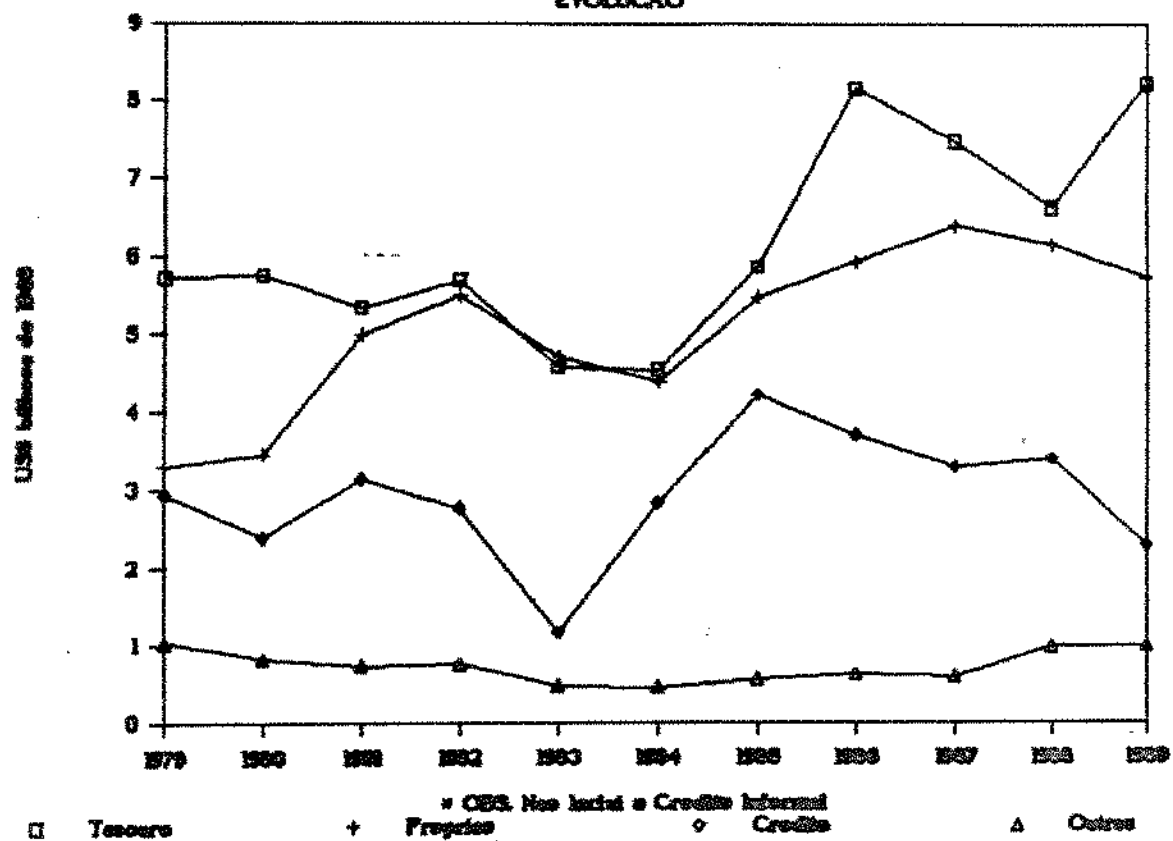


* OBS. Inclui o crédito informal

Gráfico 4

FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

EVOLUÇÃO



FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

EVOLUCAO

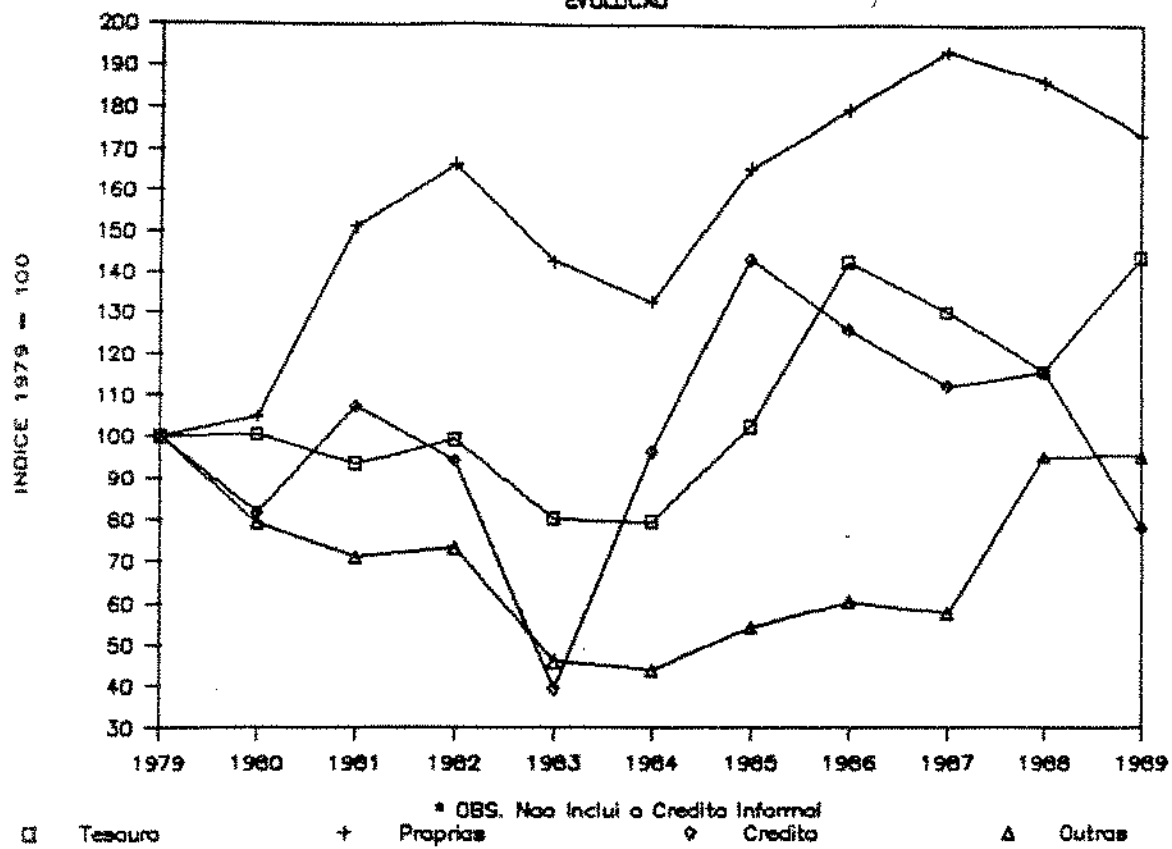
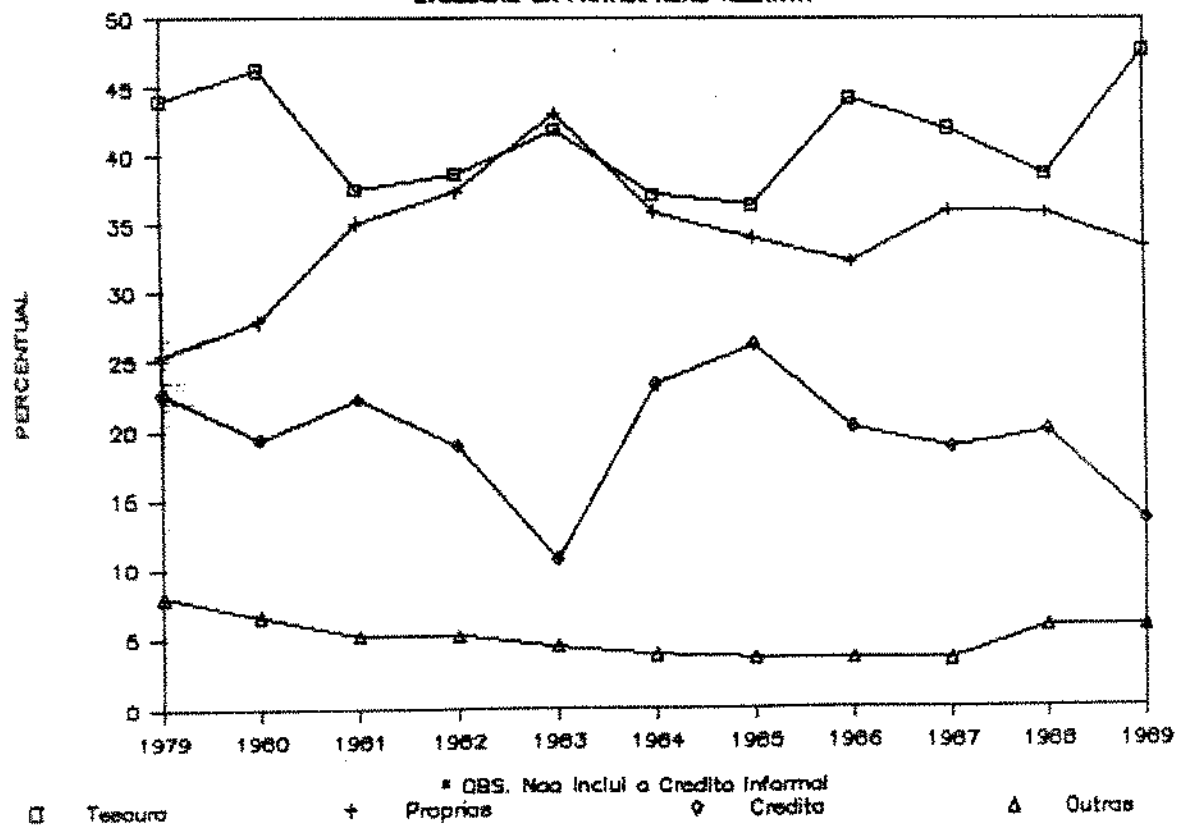


Gráfico 4a

FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

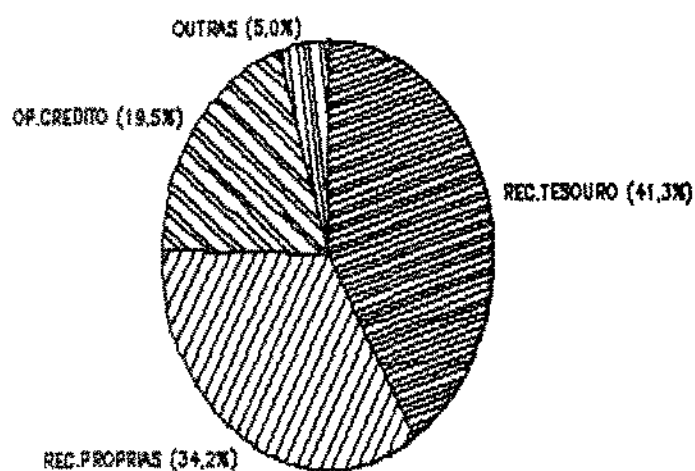
EVOLUCAO DA PARTICIPACAO RELATIVA



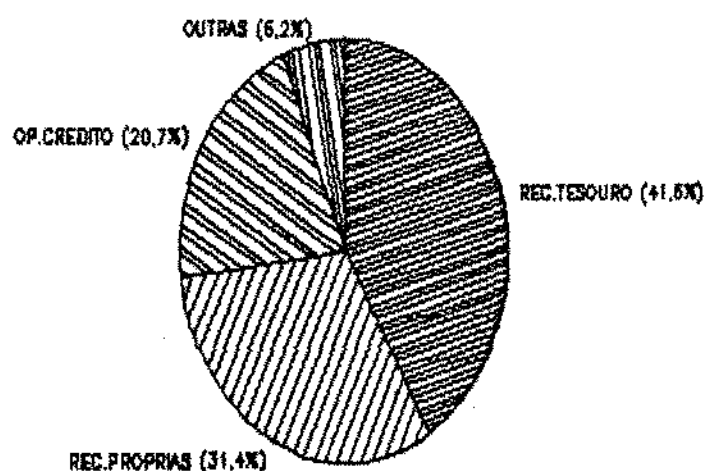
2. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GRAFICO 5
SETOR PUBLICO PAULISTA
RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

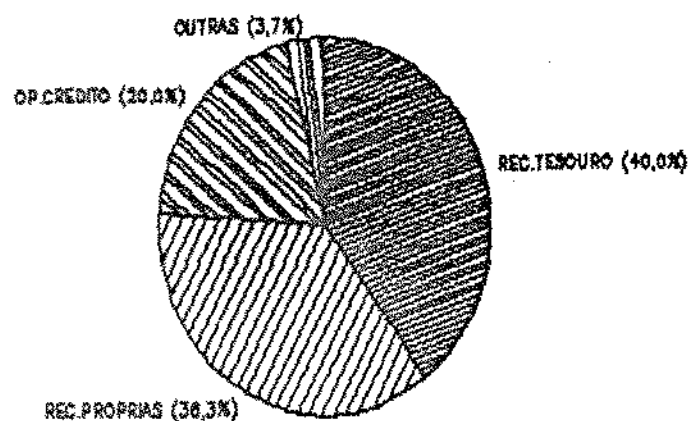
RECEITA TOTAL DO SPP
POR CATEGORIA - MEDIA 79/89



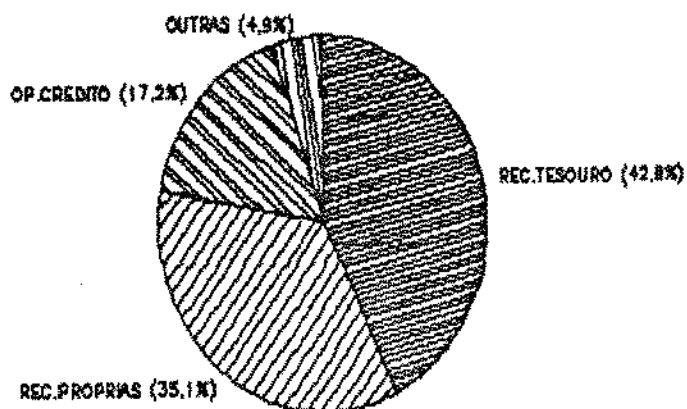
RECEITA TOTAL DO SPP
POR CATEGORIA - MEDIA 79/82



RECEITA TOTAL DO SPP
POR CATEGORIA - MEDIA 83/88



RECEITA TOTAL DO SPP
POR CATEGORIA - MEDIA 87/89



* OBS. Não inclui o crédito informal

TABELA 05
 DESPESA TOTAL SPP POR CATEGORIA ECONOMICA

US\$ milhões de 1980

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	7.044,0	6.411,1	7.345,1	7.842,5	6.757,1	6.829,6	8.336,3	10.094,7	10.795,8	10.350,7	10.954,4
REALIZADO	7.044,0	6.334,0	7.271,7	7.742,3	6.567,1	6.697,4	8.265,5	9.987,2	10.724,4	10.162,3	10.883,0
ATRASADO	0,0	77,1	73,4	100,2	190,0	132,2	70,8	107,5	71,5	188,4	70,7
PESSOAL E ENCARGOS	5.533,7	4.769,7	4.861,4	5.227,0	4.427,6	3.888,9	4.884,9	6.472,8	6.709,4	5.769,2	6.580,2
REALIZADO	5.533,7	4.769,7	4.849,1	5.214,5	4.390,7	3.888,9	4.884,9	6.472,8	6.709,4	5.769,2	6.580,2
ATRASADO	0,0	0,0	12,2	12,5	36,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	1.510,2	1.641,4	2.483,7	2.615,4	2.329,5	2.940,7	3.451,4	3.622,0	4.086,4	4.581,5	4.374,3
REALIZADO	1.510,2	1.564,3	2.422,5	2.527,8	2.176,4	2.800,5	3.380,6	3.514,5	4.015,0	4.393,2	4.303,6
ATRASADO	0,0	77,1	61,2	87,6	153,1	132,2	70,8	107,5	71,5	188,4	70,7
INVESTIMENTOS	3.011,0	2.490,6	2.824,0	3.101,5	1.864,0	1.532,2	2.440,6	3.040,7	3.053,1	3.462,6	3.635,7
REALIZADO	3.011,0	2.447,2	2.689,4	2.769,7	1.470,5	1.493,1	2.339,0	2.940,3	2.917,3	2.967,4	2.984,6
ATRASADO	0,0	51,4	134,6	331,8	393,5	39,1	101,6	100,4	135,8	495,1	651,1
SERVICO DA DIVIDA	2.259,9	2.713,8	3.069,7	3.229,3	3.937,7	4.861,1	5.753,8	4.353,8	4.741,8	8.840,9	5.246,0
REALIZADO	2.259,9	2.500,2	2.812,6	2.891,2	2.351,3	3.409,3	4.371,7	3.907,7	3.739,8	4.486,2	2.793,3
ATRASADO	0,0	205,6	257,0	338,1	1.586,5	1.451,8	1.382,1	446,0	1.002,0	4.354,7	2.452,7
OUTRAS	754,8	972,8	1.500,7	1.533,2	1.569,7	1.389,7	1.301,3	1.704,1	1.656,6	957,6	1.888,0
REALIZADO	754,8	870,0	1.507,3	1.445,6	1.110,4	735,0	1.092,9	1.621,6	949,0	831,4	1.425,5
ATRASADO	0,0	102,8	73,4	87,6	459,3	654,7	208,4	82,5	707,5	126,2	462,6
Total S/atrasados	13.069,6	12.159,4	14.281,0	14.848,9	11.499,2	12.334,9	16.069,1	18.456,9	18.330,6	18.447,4	18.007,1
Atrasados	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,4	1.916,8	5.164,4	3.637,1
Total C/atrasados	13.069,6	12.596,3	14.819,6	15.706,5	14.128,5	14.612,7	17.831,9	19.193,3	20.247,3	23.611,8	21.724,2

FONTE: Balanco Geral do Estado, Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP, CEOP/CPD/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 06
 DESPESA TOTAL SPP POR CATEGORIA ECONOMICA
 PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	53,9	50,9	49,6	49,9	47,8	46,7	46,7	52,6	53,3	43,8	50,4
REALIZADO	53,9	50,3	49,1	49,3	46,5	45,8	46,4	52,1	53,0	43,0	50,1
ATRASADO	0,0	0,6	0,5	0,6	1,3	0,9	0,4	0,6	0,4	0,8	0,3
PESSOAL E ENCARGOS	42,3	37,9	32,8	33,3	31,3	26,6	27,4	33,8	33,1	24,4	30,3
REALIZADO	42,3	37,9	32,7	33,2	31,1	26,6	27,4	33,8	33,1	24,4	30,3
ATRASADO	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	11,6	13,0	16,8	16,7	16,5	20,1	19,4	18,9	20,2	19,4	20,1
REALIZADO	11,6	12,4	16,3	16,1	15,4	19,2	19,0	18,3	19,8	18,6	19,8
ATRASADO	0,0	0,6	0,4	0,6	1,1	0,9	0,4	0,6	0,4	0,8	0,3
INVESTIMENTOS	23,0	19,8	19,1	19,7	13,2	10,5	13,7	15,8	15,1	14,7	16,7
REALIZADO	23,0	19,4	18,1	17,6	10,4	10,2	13,1	15,2	14,4	12,6	13,7
ATRASADO	0,0	0,4	0,9	2,1	2,8	0,3	0,6	0,5	0,7	2,1	3,0
SERVICO DA DIVIDA	17,3	21,5	20,7	20,6	27,9	33,3	32,3	22,7	23,4	37,4	24,1
REALIZADO	17,3	19,9	19,0	18,4	16,6	23,3	24,5	20,4	18,5	19,0	12,9
ATRASADO	0,0	1,6	1,7	2,2	11,2	9,9	7,8	2,3	4,9	18,4	11,3
OUTRAS	5,8	7,7	10,7	9,8	11,1	9,5	7,3	8,9	8,2	4,1	8,7
REALIZADO	5,8	6,9	10,2	9,2	7,9	5,0	6,1	8,5	4,7	3,5	6,6
ATRASADO	0,0	0,8	0,5	0,6	3,3	4,5	1,2	0,4	3,5	0,5	2,1
Total S/atrasados	100,0	96,5	96,4	94,5	81,4	84,4	90,1	96,2	90,5	78,1	83,3
Atrasados	0,0	3,5	3,6	5,5	18,6	15,6	9,9	3,8	9,5	21,9	16,7
Total C/atrasados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Balanco Geral do Estado, Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP, CEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 07
 DESPESA TOTAL SPP POR CATEGORIA ECONOMICA
 PARTICIPACAO RELATIVA em relacao ao total s/ atrasados

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	53,9	52,7	51,4	52,8	58,8	55,4	51,9	54,8	58,9	56,1	60,6
REALIZADO	53,9	52,1	50,9	52,1	57,1	54,3	51,4	54,2	58,5	55,1	60,2
ATRASADO	0,0	0,6	0,5	0,7	1,7	1,1	0,4	0,6	0,4	1,0	0,4
PESSOAL E ENCARGOS	42,3	39,2	34,0	35,2	38,5	31,5	30,4	35,1	36,6	31,3	36,4
REALIZADO	42,3	39,2	34,0	35,1	38,2	31,5	30,4	35,1	36,6	31,3	36,4
ATRASADO	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	11,6	13,5	17,4	17,6	20,3	23,8	21,5	19,6	22,3	24,8	24,2
REALIZADO	11,6	12,9	17,0	17,0	18,9	22,8	21,0	19,1	21,9	23,8	23,8
ATRASADO	0,0	0,6	0,4	0,6	1,3	1,1	0,4	0,6	0,4	1,0	0,4
INVESTIMENTOS	23,0	20,5	19,8	20,9	16,2	12,4	15,2	16,4	16,7	18,8	20,1
REALIZADO	23,0	20,1	18,8	18,7	12,8	12,1	14,6	15,8	15,9	16,1	16,5
ATRASADO	0,0	0,4	0,9	2,2	3,4	0,3	0,6	0,5	0,7	2,7	3,6
SERVICO DA DIVIDA	17,3	22,3	21,5	21,7	34,2	39,4	35,8	23,6	25,9	47,9	29,0
REALIZADO	17,3	20,6	19,7	19,5	20,4	27,6	27,2	21,2	20,4	24,3	15,4
ATRASADO	0,0	1,7	1,8	2,3	13,8	11,8	8,6	2,4	5,5	23,6	13,6
OUTRAS	5,8	8,0	11,1	10,3	13,7	11,3	8,1	9,2	9,0	5,2	10,4
REALIZADO	5,8	7,2	10,6	9,7	9,7	6,0	6,8	8,8	5,2	4,5	7,9
ATRASADO	0,0	0,8	0,5	0,6	4,0	5,3	1,3	0,4	3,9	0,7	2,6
Total S/atrasados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Atrasados	0,0	3,6	3,8	5,8	22,9	18,5	11,0	4,0	10,5	28,0	20,1
Total C/atrasados	100,0	103,6	103,8	105,8	122,9	118,5	111,0	104,0	110,5	128,0	120,1

FONTE: Balanco Geral do Estado, Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP, DEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 08
 DESPESA TOTAL SPP POR CATEGORIA ECONOMICA
 INDICE DE EVOLUCAO

1979 = 100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100	91	104	111	96	97	118	143	153	147	156
REALIZADO	100	90	103	110	93	95	117	142	152	144	155
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PESSOAL E ENCARGOS	100	86	88	94	80	70	88	117	121	104	119
REALIZADO	100	86	88	94	79	70	88	117	121	104	119
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTROS CUSTEIOS	100	109	164	173	154	195	229	240	271	303	290
REALIZADO	100	104	160	167	144	186	224	233	266	291	285
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
INVESTIMENTOS	100	83	94	103	62	51	81	100	101	115	121
REALIZADO	100	81	89	92	49	50	78	97	97	99	99
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
SERVICO DA DIVIDA	100	120	136	143	174	215	255	193	210	391	232
REALIZADO	100	111	124	128	104	151	193	173	165	199	124
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS	100	129	209	203	200	184	172	226	219	127	250
REALIZADO	100	115	200	192	147	97	145	215	126	110	189
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Total S/atrasados	100	93	109	114	88	94	123	141	140	141	138
Atrasados	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Total C/atrasados	100	96	113	120	100	112	136	147	155	181	166

FONTE: Balanco Geral do Estado, Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP, CEDP/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

Gráfico 6
EVOLUCAO DO GASTO TOTAL DO SPP

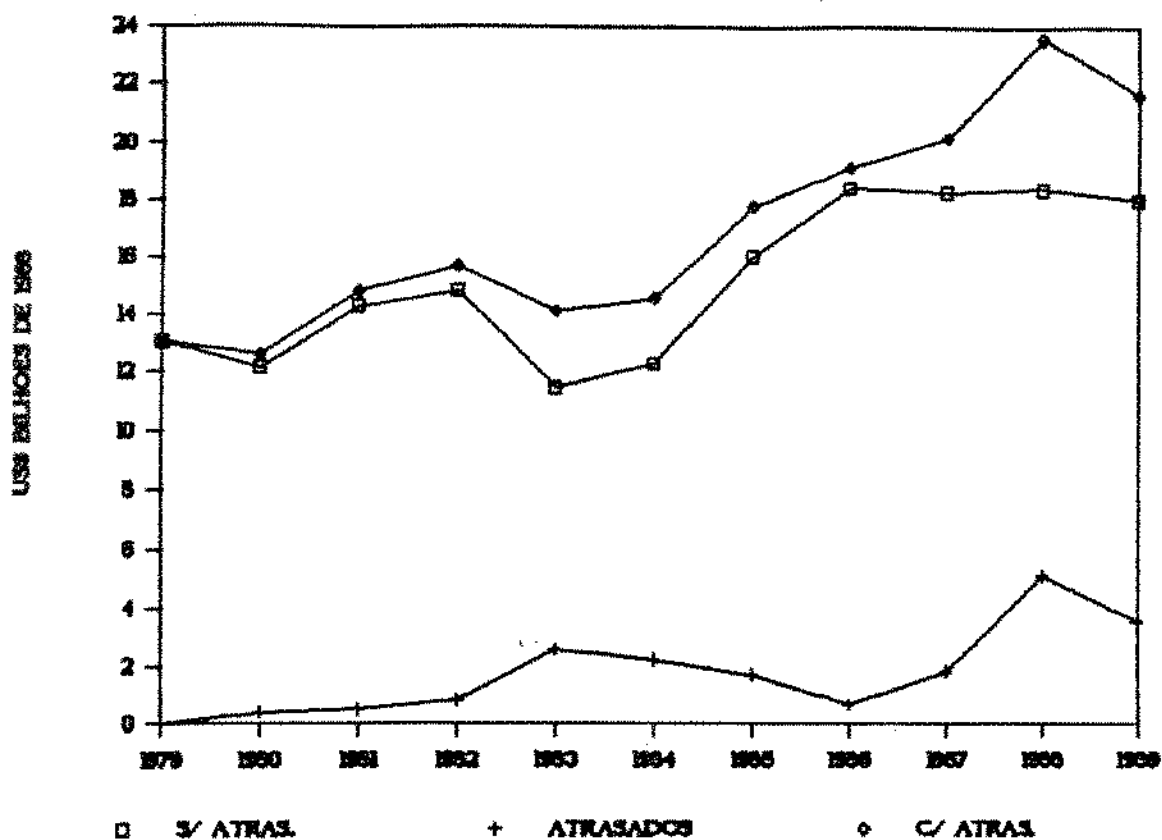
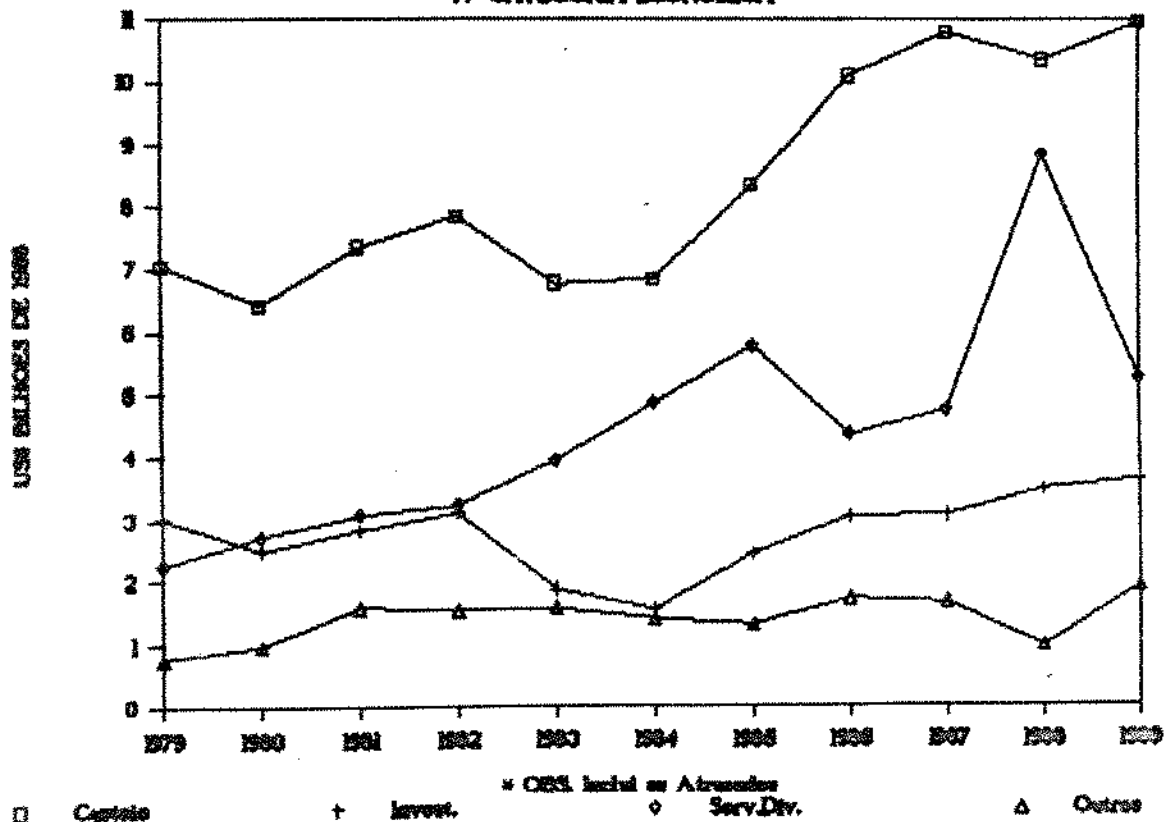


Gráfico 7
EVOLUCAO DAS DESPESAS DO SPP
P/ CATEGORIA ECONOMICA



EVOLUCAO DAS DESPESAS DO SPP

P/ CATEGORIA ECONOMICA

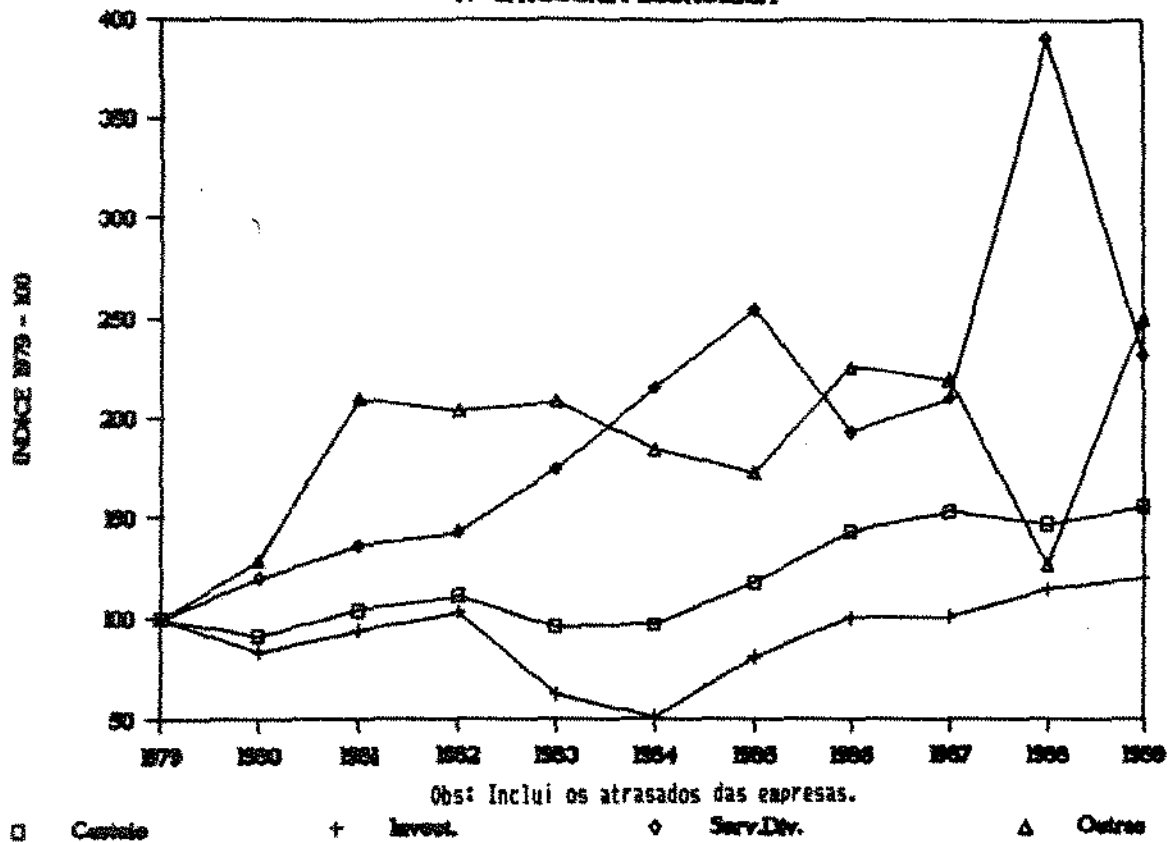


Gráfico 7a

EVOLUCAO DAS DESPESAS DO SPP

% RELATIVA P/ CATEGORIA ECONOMICA

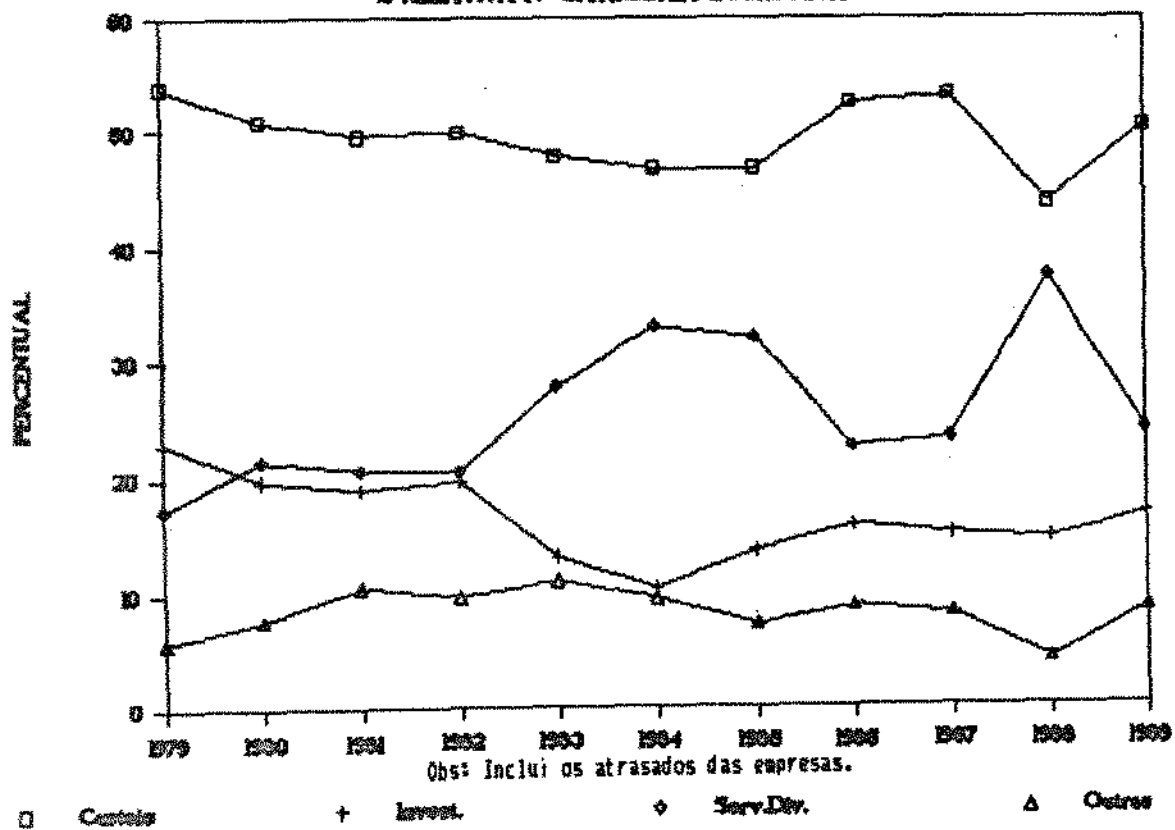
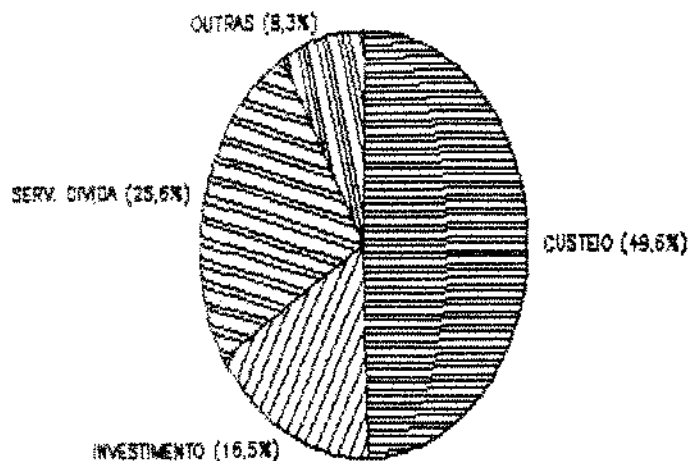
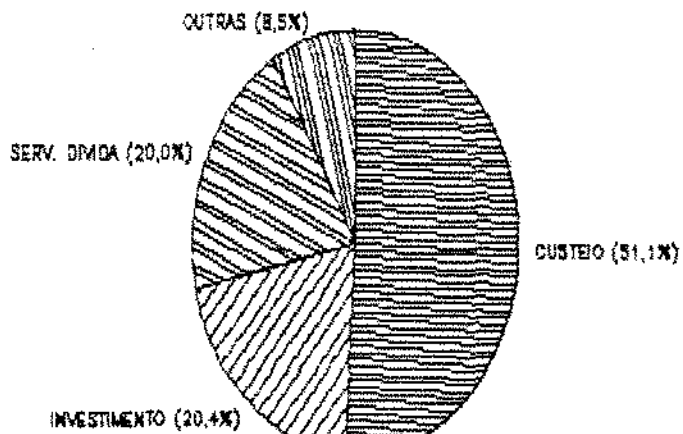


GRAFICO 8
SETOR PUBLICO PAULISTA
DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

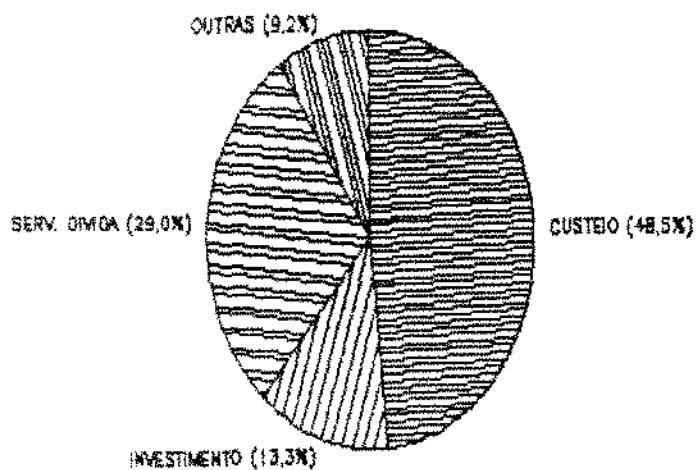
DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 79/89



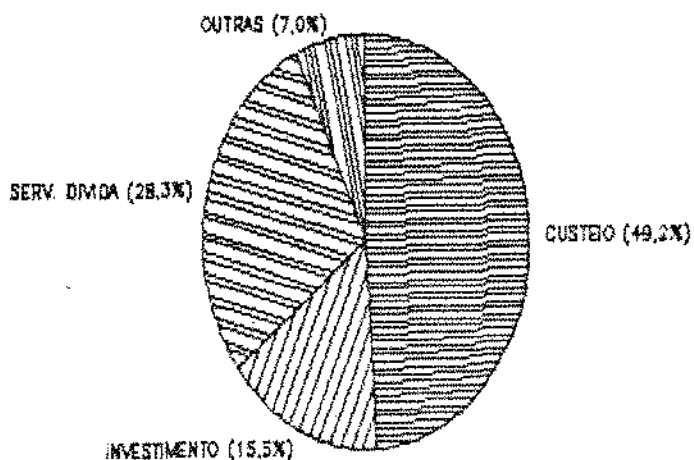
DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 79/82



DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 83/86



DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 87/89



* OBS. Inclui os atrasados

Gráfico 9

EVOLUCAO DAS DESPESAS DO SPP

P/ CATEGORIA ECONOMICA

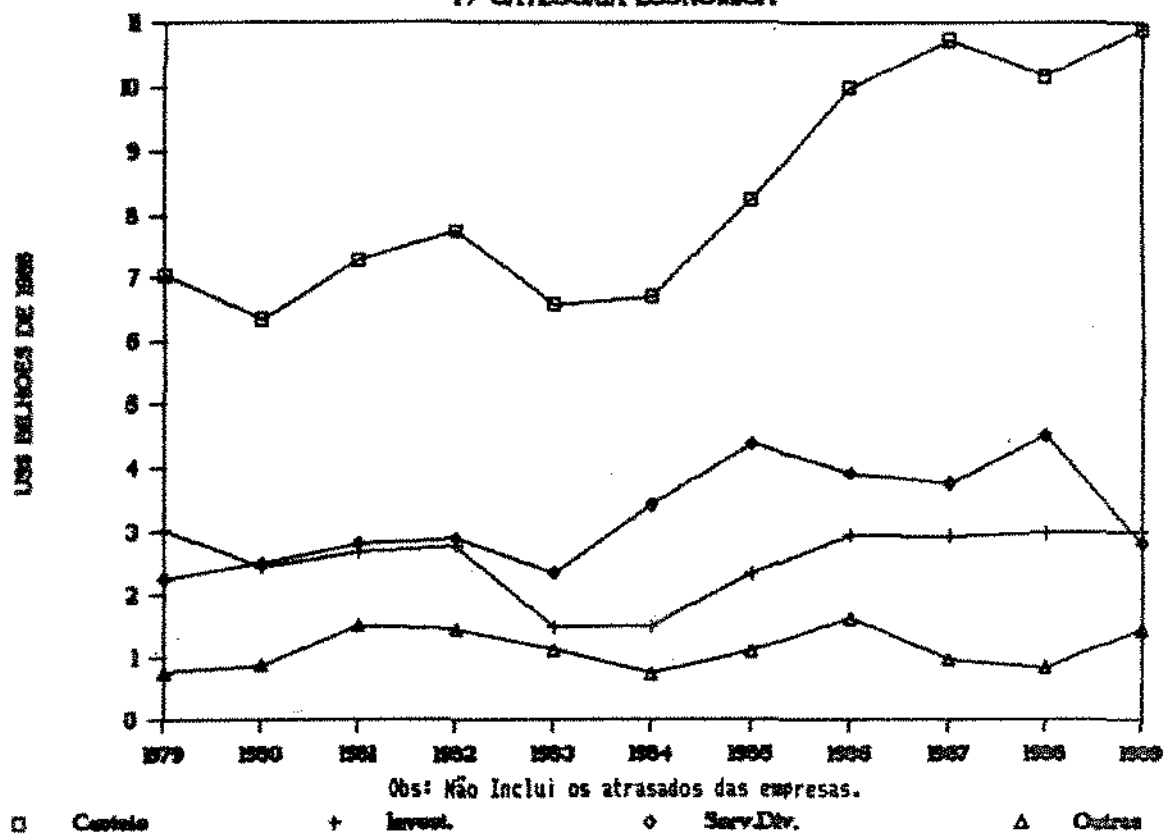


Gráfico 9b
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP
P/ CATEGORIA ECONOMICA

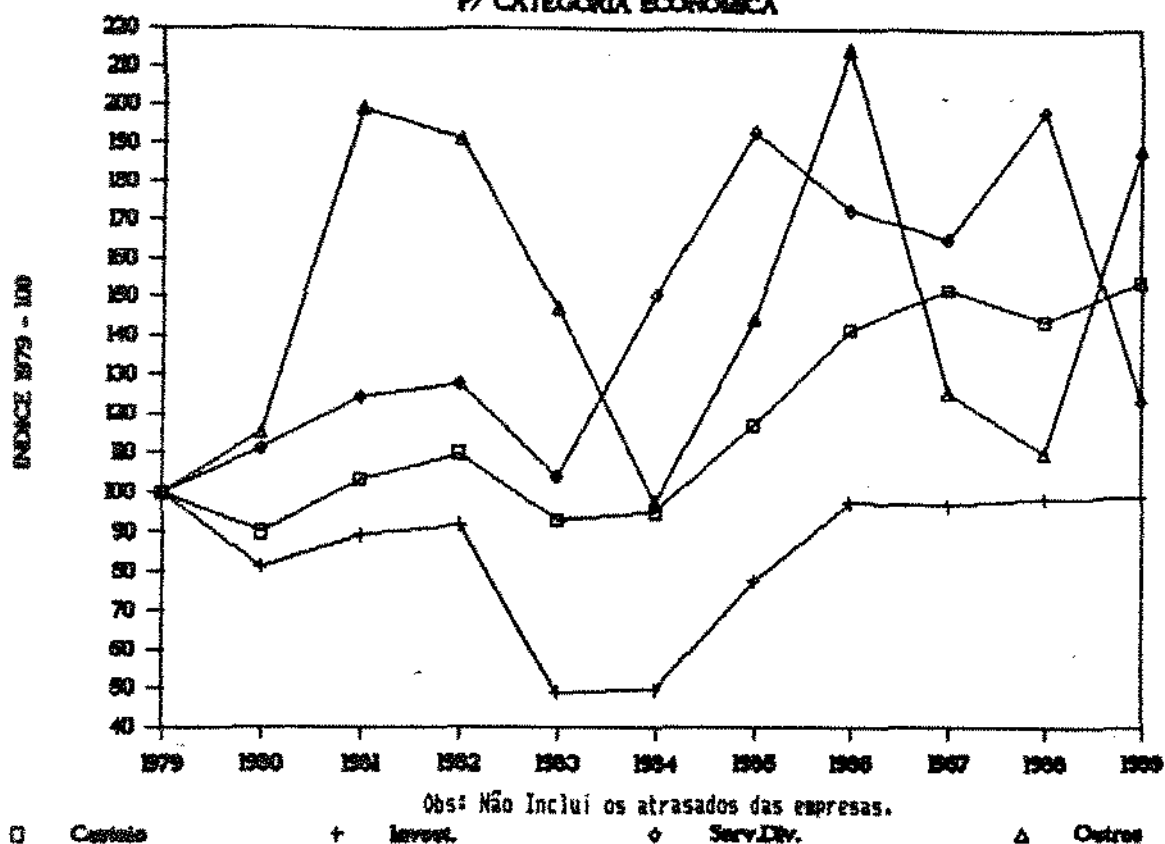


Gráfico 9a
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SPP
% RELATIVA P/ CATEGORIA ECONOMICA

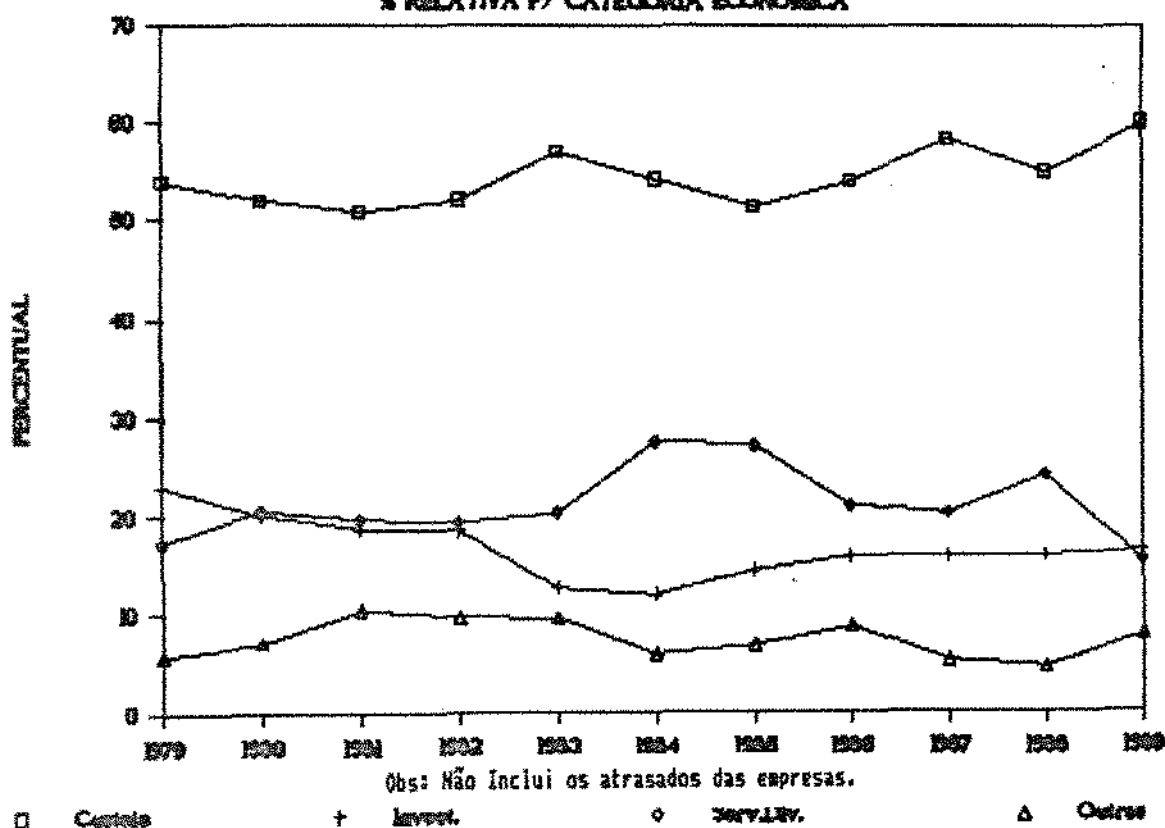
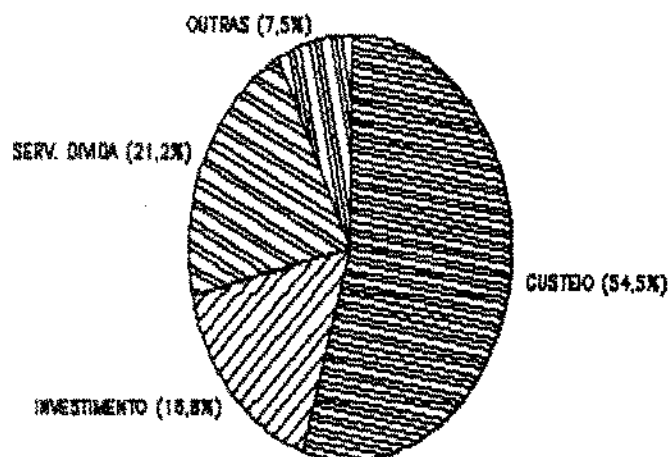
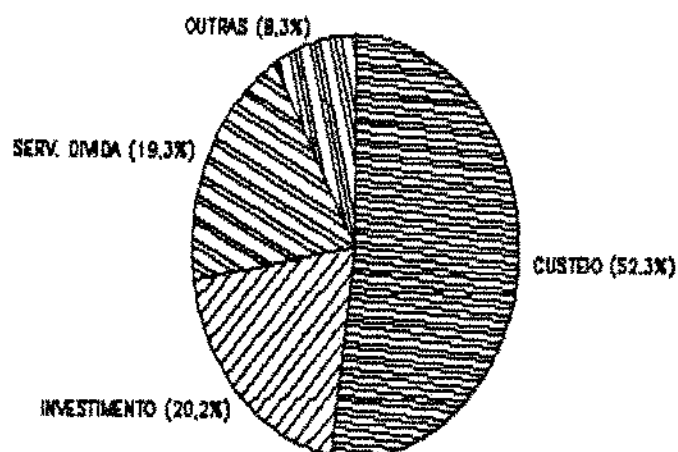


GRAFICO 10
SETOR PUBLICO PAULISTA
DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

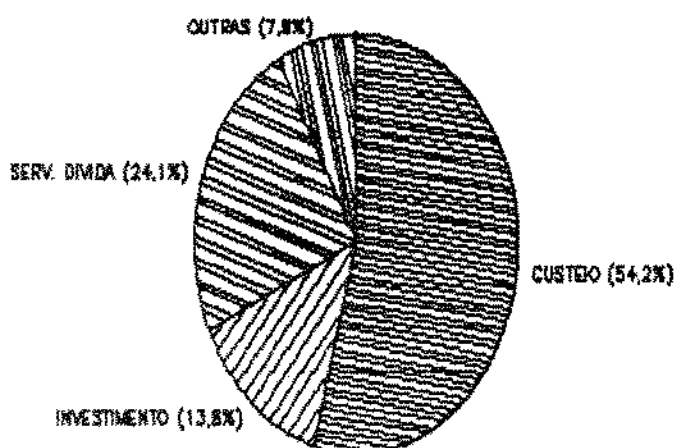
DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 79/89



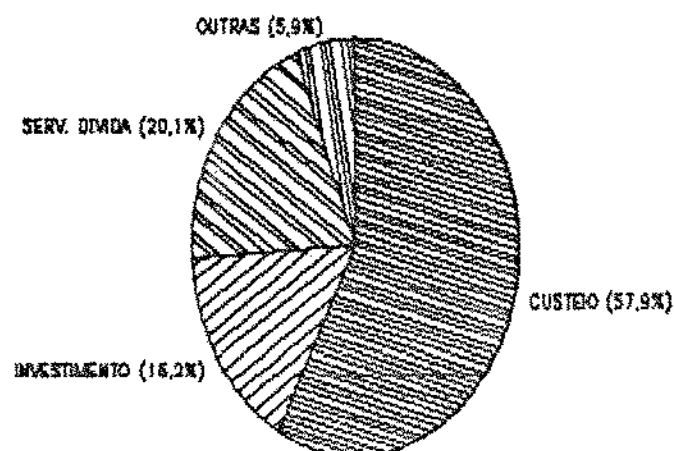
DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 79/82



DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 83/86



DESPESA TOTAL DO SPP
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIA 87/89



* OBS. Nao inclui os atrasados

TABELA 09
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

US\$ MILHÕES DE 1988										
ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.456,3	5.499,3	5.844,0	5.230,6	4.469,2	4.404,9	5.309,8	7.176,8	6.131,7	5.937,1
ICM-OPF	5.261,7	5.319,4	4.837,2	5.029,0	4.310,5	4.278,0	5.157,1	6.889,2	5.934,6	5.796,3
ITBI-OPF	51,3	46,3	37,7	69,5	49,2	41,1	43,1	58,6	37,7	31,4
IPVA-OPF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,5	40,4	28,5
I. RENDA E PROVENTOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TAXAS	143,3	133,6	125,1	132,1	109,5	85,7	109,6	140,5	118,9	80,9
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	844,6	591,0	808,9	554,1	257,8	558,1	637,2	896,0	854,1	605,5
TÍTULOS(ORTP)	667,9	462,6	661,3	336,2	190,1	344,5	562,4	756,4	827,2	231,0
CONTRATOS INTERNOS	2,7	48,8	0,1	3,1	57,1	73,1	37,6	58,7	26,9	344,4
CONTRATOS EXTERNOS	174,0	79,7	147,5	214,7	10,6	140,5	37,2	80,9	0,0	30,1
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	714,9	562,5	500,6	591,6	421,1	399,6	457,5	595,3	552,4	969,1
OP-FPE	29,7	25,7	22,0	38,8	23,6	17,5	34,9	182,3	70,0	67,9
OP-ISTR	11,8	5,1	14,7	11,9	8,1	8,1	8,9	27,1	20,2	14,9
OP-IULCLG	43,7	89,9	36,7	35,7	29,3	15,8	14,8	20,8	31,4	37,5
OP-IULCLG/ADICIONAL	116,4	10,3	6,1	4,4	3,0	1,8	1,6	2,3	2,4	0,9
OP-INEE	76,4	56,5	69,8	74,5	62,2	57,5	58,8	73,4	51,6	38,7
OP-IUN	18,1	15,4	11,0	18,8	9,8	7,0	8,4	11,0	16,5	4,8
OP-TRU	63,8	74,5	31,8	30,1	32,7	19,6	19,2	0,3	0,0	0,0
PNE	0,0	0,0	47,7	50,1	33,7	25,8	15,3	3,4	0,0	0,0
PROGRESS	21,7	12,8	17,1	24,4	13,0	8,1	3,5	2,8	0,0	0,0
OP-SALARIO EDUCACAO	171,4	161,6	157,9	204,1	113,1	143,1	122,5	188,7	169,9	155,7
OP-IMP.S/OPER. CRED.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IR-FONTE	127,3	100,2	82,0	89,5	82,6	90,4	151,9	135,3	178,5	135,6
CONVENIOS	34,6	10,3	3,7	9,4	9,8	4,8	17,8	27,7	11,8	513,1
FUNDOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	507,8
UNIAO X GESF	34,6	10,3	3,7	9,4	9,8	4,6	17,8	27,7	11,8	5,3
OUTRAS RECEITAS	266,2	249,3	340,3	452,0	100,5	140,1	562,0	983,4	1.333,7	706,3
PATRIMONIAL	60,2	95,1	225,2	311,1	19,9	52,3	440,4	749,1	1.032,2	589,5
FUNDO DIV. PUBLICA	8,9	28,3	171,4	231,6	0,0	0,0	353,5	685,9	866,5	378,7
OUTRAS	51,3	66,8	53,9	79,5	19,9	52,3	94,9	63,2	165,7	210,0
INDUSTRIAL	39,0	41,1	41,6	29,4	1,5	1,9	1,3	1,9	2,0	2,4
SERVICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	6,9	8,7	72,5	97,4	256,6	45,6
AGROPECUARIA	0,0	0,0	0,0	0,0	20,9	30,4	2,1	3,0	2,1	1,4
DIVERSAS	167,0	113,1	73,4	111,4	59,3	46,9	37,6	132,0	40,0	67,4
TOTAL	7.282,0	6.902,1	6.649,8	6.828,3	5.256,5	5.502,6	6.966,6	9.651,5	8.871,8	8.210,0

FONTE: Balanco Geral do Estado.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 10
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
PARTICIPAÇÃO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA TRIBUTARIA	74,9	79,7	75,2	76,6	85,0	80,1	76,2	74,4	69,1	72,2	67,6
ICM-OPF	72,3	77,1	72,7	73,6	82,0	77,7	74,0	71,4	66,9	70,5	65,5
ITBI-OPF	0,7	0,7	0,6	1,0	0,9	0,7	0,6	0,6	0,4	0,4	0,0
IPVA-OPF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,5	0,3	0,2
I. RENDA E PROVENTOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
TAXAS	2,0	1,9	1,9	1,9	2,1	1,6	1,6	1,5	1,3	1,0	0,7
OPERACOES DE CREDITO	11,6	8,6	12,2	8,1	4,9	10,1	9,1	9,3	9,6	7,4	8,8
TITULOS(ORTP)	9,2	6,7	9,9	4,9	3,6	6,3	8,1	7,8	9,3	2,8	8,6
CONTRATOS INTERNOS	0,0	0,7	0,0	0,0	1,1	1,3	0,5	0,6	0,3	4,2	0,1
CONTRATOS EXTERNOS	2,4	1,2	2,2	3,1	0,2	2,6	0,5	0,8	0,0	0,4	0,1
TRANSFERENCIAS FEDERAIS	9,8	8,1	7,5	8,7	8,0	7,3	6,6	6,2	6,2	11,8	9,7
OP-FPE	0,4	0,4	0,3	0,6	0,4	0,3	0,5	1,1	0,8	0,8	0,0
OP-ISTR	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,0
OP-IULCLG	0,6	1,3	0,6	0,5	0,6	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5	0,1
OP-IULCLG/ADICIONAL	1,6	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OP-IUEE	1,0	0,8	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,8	0,6	0,5	0,1
OP-IUM	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0
OP-TBU	0,9	1,1	0,5	0,4	0,6	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
PNE	0,0	0,0	0,7	0,7	0,6	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
PROGRESS	0,3	0,2	0,3	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPF-SALARIO EDUCACAO	2,4	2,3	2,4	3,0	2,2	2,6	1,8	2,0	1,9	1,9	1,1
OP-IMP.S/OPER. CRED.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IR-FONTE	1,7	1,5	1,2	1,3	1,6	1,6	2,2	1,4	2,0	1,7	2,1
CONVENIOS	0,5	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	6,2	5,5
FUNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,2	5,5
UNIAO X GESP	0,5	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,0
OUTRAS RECEITAS	3,7	3,6	5,1	6,6	2,1	2,5	8,1	10,2	15,0	8,6	13,8
PATRIMONIAL	0,8	1,4	3,4	4,6	0,4	0,9	6,4	7,8	11,6	7,2	12,6
FUNDO DIV. PUBLICA	0,1	0,4	2,6	3,4	0,0	0,0	5,1	7,1	9,8	4,6	11,2
OUTRAS	0,7	1,0	0,0	1,2	0,4	0,9	1,4	0,7	1,9	2,6	1,4
INDUSTRIAL	0,5	0,6	0,6	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SERVICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	1,0	1,0	2,9	0,6	0,4
AGROPECUARIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DIVERSAS	2,3	1,6	1,1	1,6	1,1	0,9	0,5	1,4	0,5	0,8	0,8

TOTAL 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0

FONTE: Balanco Geral do Estado.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAF.

TABELA 1.1
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO

1979=100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA TRIBUTARIA	100	101	92	96	82	81	97	132	112	109	125
ICM-OPF	100	101	92	96	82	81	98	131	113	110	126
ITBI-OPF	100	90	73	135	96	80	84	114	74	61	4
IPVA-OPF	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
I. RENDA E PROVENTOS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TAXAS	100	93	87	92	76	60	76	98	83	56	46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100	70	96	66	31	66	75	106	101	72	106
TÍTULOS(ORTP)	100	69	99	50	28	52	84	113	124	35	130
CONTRATOS INTERNOS	100	1792	4	115	2095	2682	1380	2154	989	12643	416
CONTRATOS EXTERNOS	100	46	85	123	6	81	21	47	0	17	8
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	100	79	70	83	59	56	64	83	77	136	137
OP-FPE	100	87	74	131	79	59	117	345	236	229	266
OP-ISTR	100	43	124	101	69	68	76	230	171	126	28
OP-TULCLG	100	206	84	82	67	36	34	48	72	86	15
OP-TULCLG/ADICIONAL	100	9	5	4	3	2	1	2	2	1	1
OP-TUEE	100	74	91	98	81	75	77	96	68	51	9
OP-TUM	100	85	61	104	54	39	46	61	91	26	12
OP-TRU	100	117	50	47	51	31	30	0	0	0	0
PNE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PROGRESS	100	59	79	113	60	38	16	13	0	0	0
OPF-SALARIO EDUCACAO	100	94	92	119	66	84	71	110	99	91	66
OP-IMP.S/OPER. CRED.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
IR-FONTE	100	79	64	70	65	71	119	106	140	107	163
CONVENIOS	100	30	11	27	28	14	51	80	34	1401	1611
FUNDES	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
UNIAO X GESP	100	30	11	27	28	13	51	80	34	15	4
OUTRAS RECEITAS	100	94	120	170	41	53	211	369	501	265	525
PATRIMONIAL	100	150	374	517	33	87	744	1244	1714	979	2120
FUNDO DIV. PUBLICA	100	316	1916	2590	0	0	3953	7670	9890	4235	12682
OUTRAS	100	130	105	155	39	102	185	123	323	411	279
INDUSTRIAL	100	106	107	76	4	5	3	5	5	6	4
SERVICOS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
AGROPECUARIA	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
DIVERSAS	100	68	44	67	35	28	23	79	24	40	40
TOTAL	100	95	91	94	72	76	96	133	122	113	139

FONTE: Balanco Geral do Estado.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAF.

Gráfico 11
RECEITA TOTAL DA ADMINISTRACAO DIRETA
EVOLUCAO

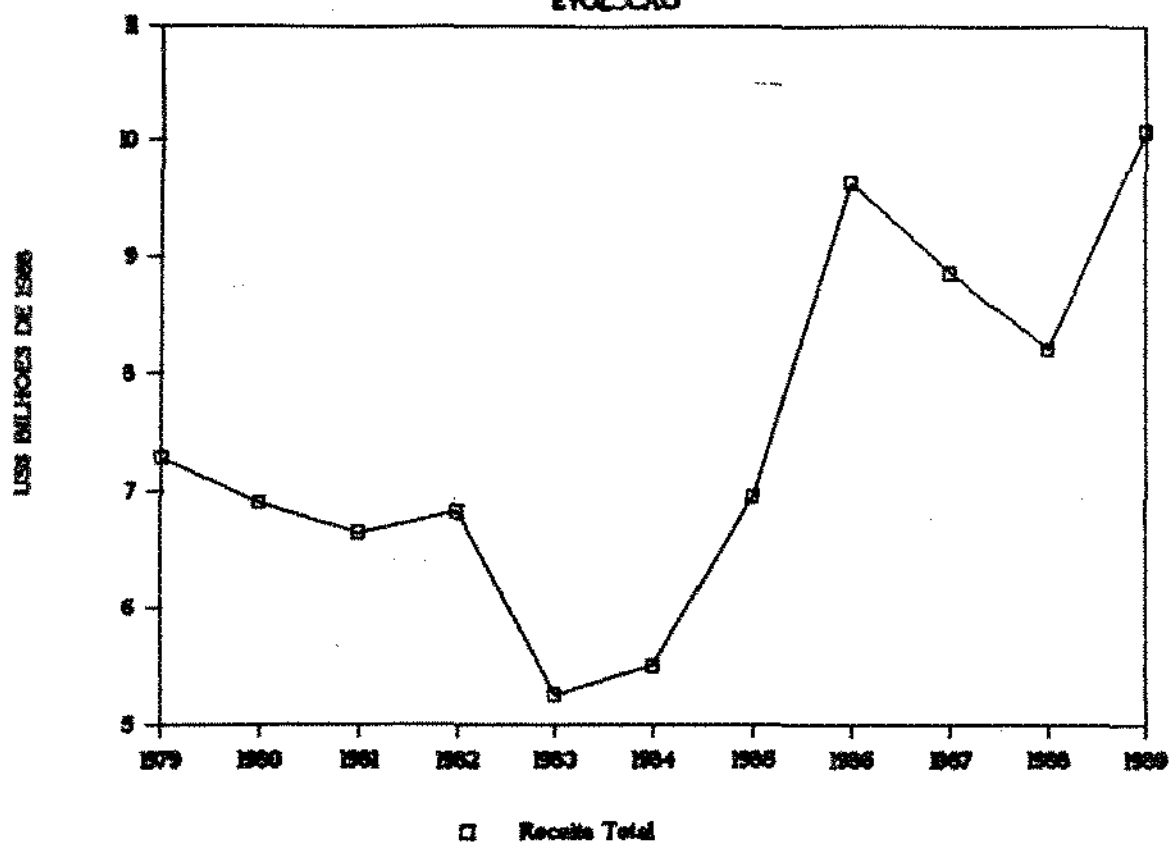


Gráfico 12
RECEITAS DA ADMINISTRACAO DIRETA
EVOLUCAO P/ CATEGORIA ECONOMICA

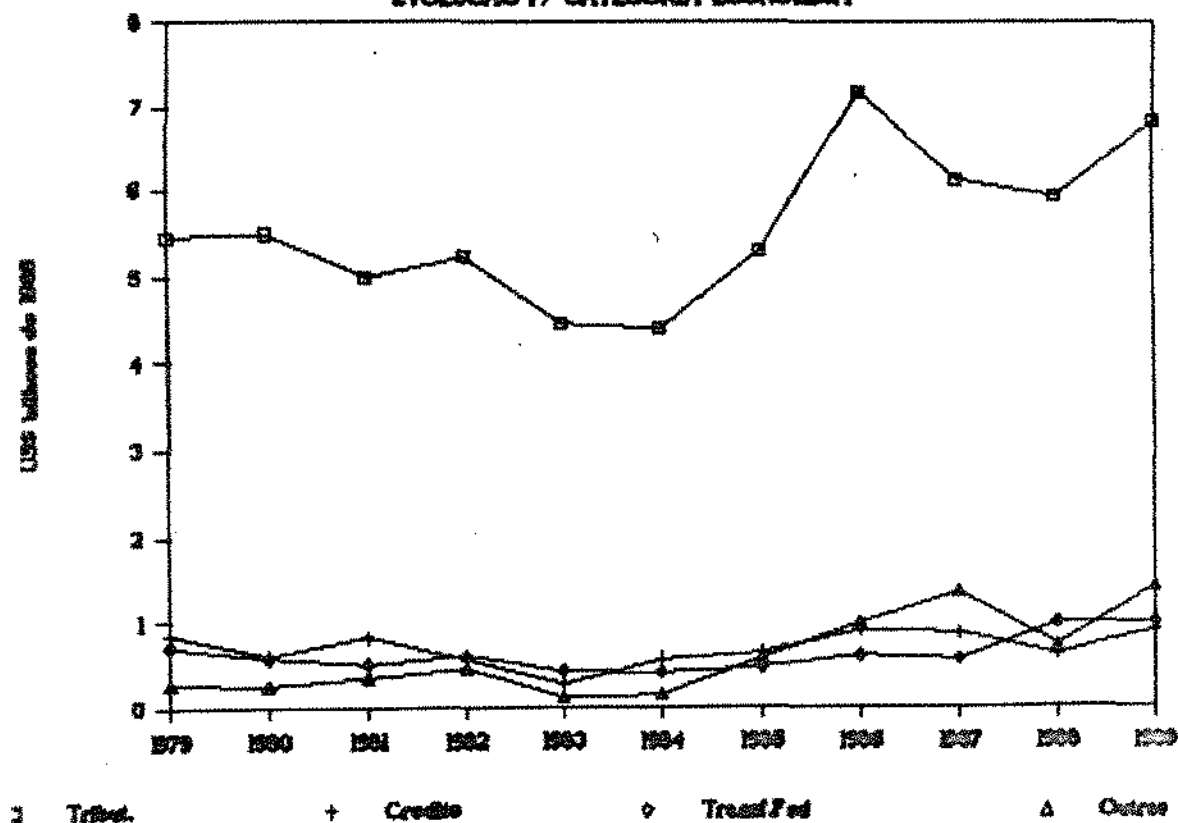


Gráfico 12b
 RECEITAS DA ADMINISTRACAO DIRETA
 EVOLUCAO P/ CATEGORIA ECONOMICA

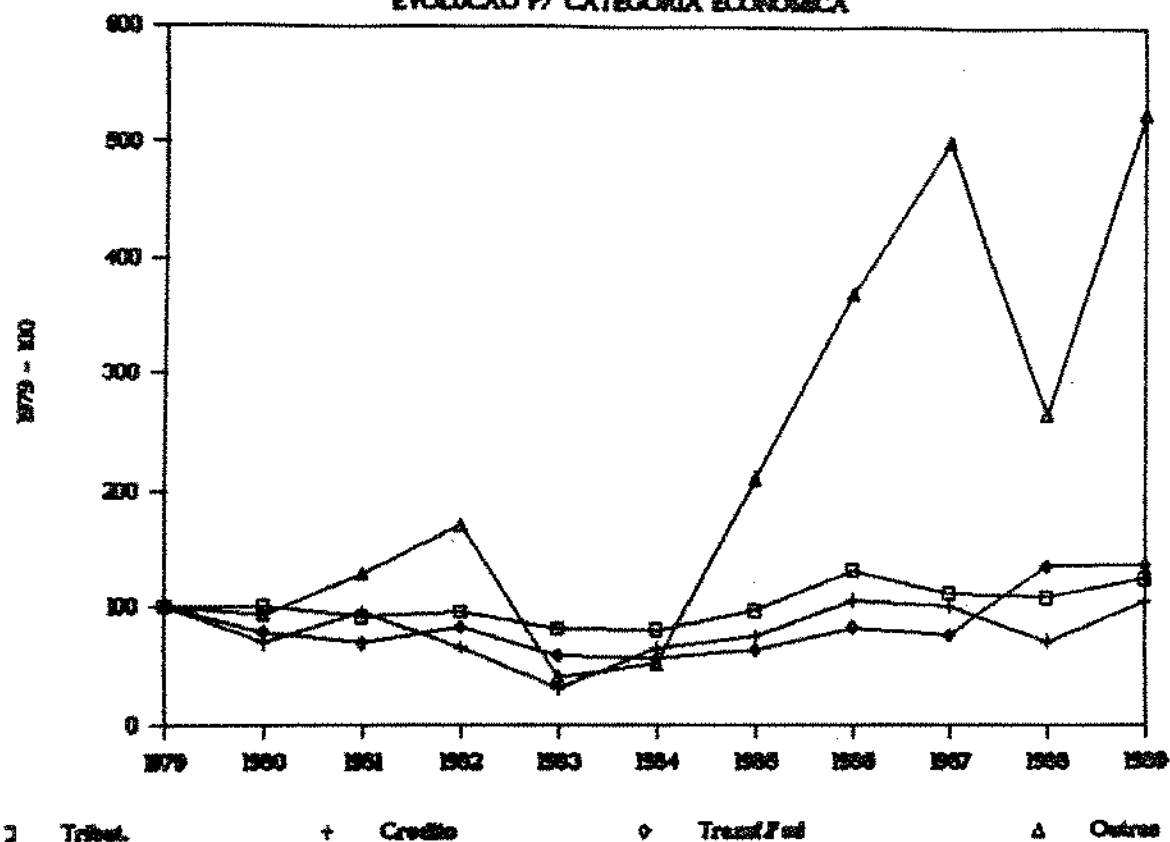


Gráfico 12a
 RECEITAS DA ADMINISTRACAO DIRETA
 EVOLUCAO DA PARTICIPACAO RELATIVA

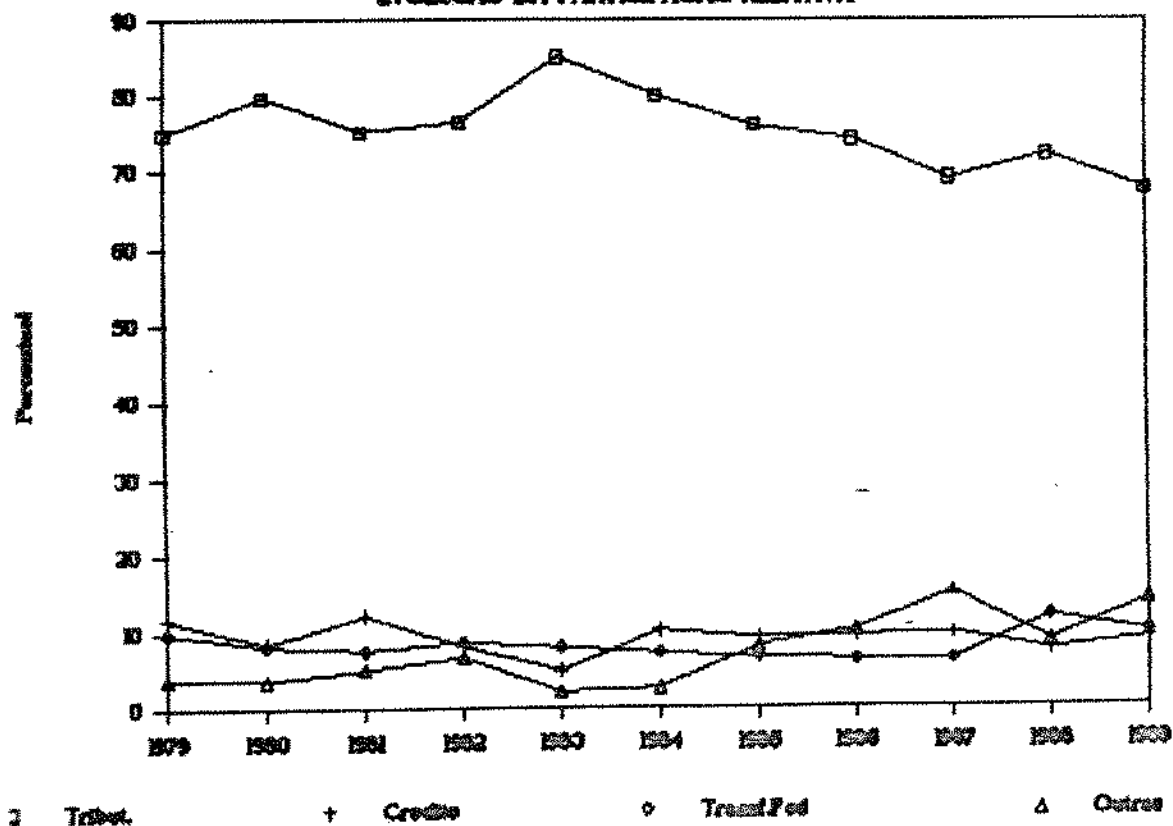
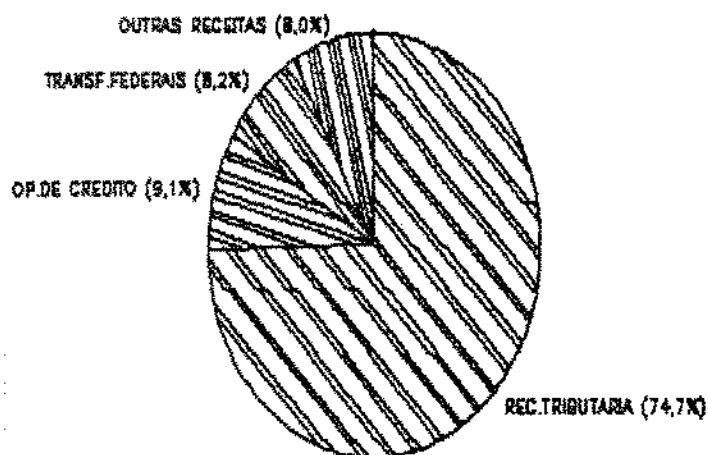
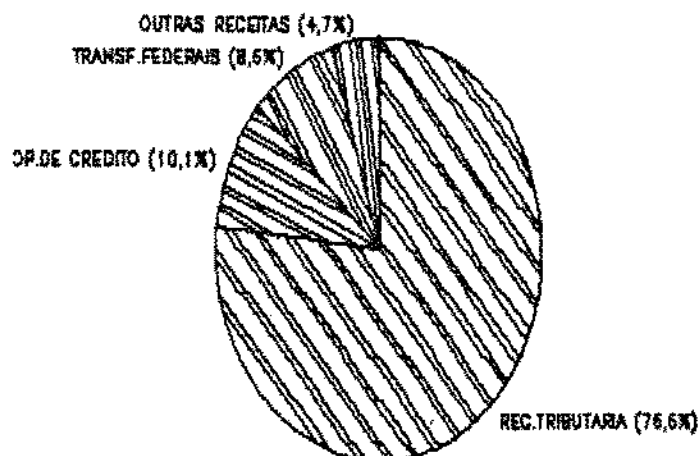


GRAFICO 13
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

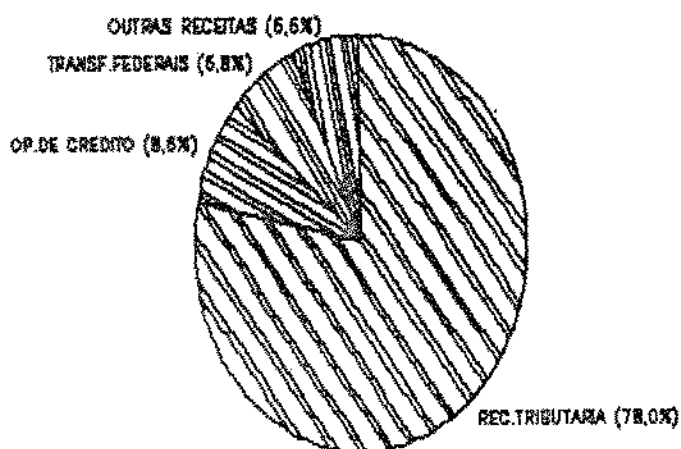
RECEITA DA ADMINISTRACAO DIRETA
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79/89



RECEITA DA ADMINISTRACAO DIRETA
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79/82



RECEITA DA ADMINISTRACAO DIRETA
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 83/86



RECEITA DA ADMINISTRACAO DIRETA
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 87/89

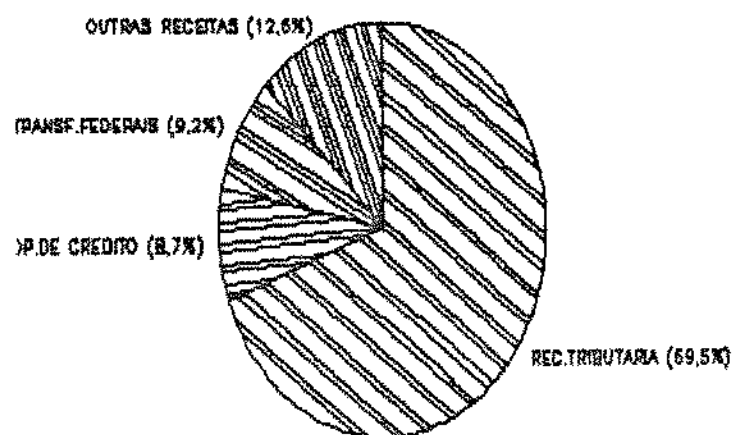


TABELA 12
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

US\$ MILHÕES DE 1988											
ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	4.021,6	3.421,5	3.406,1	3.438,6	2.937,0	2.701,1	3.463,9	4.739,3	4.874,9	4.538,0	5.452,4
PESSOAL E REFLEXOS	3.623,3	2.983,5	2.914,3	2.978,7	2.542,8	2.251,7	2.944,8	4.082,3	4.084,2	3.330,0	3.974,1
OUTROS CUSTEIOS	398,2	438,0	491,8	459,8	394,2	449,3	519,1	657,0	790,6	1.208,0	1.478,3
MATERIAL DE CONSUMO	154,2	179,9	192,2	179,7	144,9	146,7	158,7	171,5	173,7	232,3	257,7
SERVICOS DE TERCEIROS	182,4	232,4	275,3	255,4	231,7	283,7	267,0	346,7	546,4	868,1	1.149,7
DIVERSOS CUSTEIOS	61,7	25,7	24,4	24,7	17,7	18,9	93,4	138,9	70,6	107,6	70,9
INVESTIMENTOS	91,5	165,7	263,3	243,7	115,3	106,5	121,0	213,2	337,5	447,8	636,8
SERVICO DA DIVIDA	729,8	724,7	500,6	447,0	614,9	582,8	697,5	688,5	608,4	752,4	916,5
DESPESAS DIVERSAS	77,1	100,2	97,7	70,3	55,3	325,7	182,0	458,3	256,0	266,7	435,4
GASTO EFETIVO	4.920,0	4.412,1	4.267,7	4.199,5	3.722,5	3.716,1	4.464,4	6.099,3	6.076,8	6.004,9	7.441,0
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	3.981,6	3.863,7	3.769,6	4.134,6	3.281,2	3.160,4	3.990,2	5.515,3	5.214,4	5.159,4	6.042,5
TRANSF. ADM. INDIRETA	2.624,8	2.486,3	2.519,9	2.883,6	2.151,5	2.030,2	2.622,0	3.605,8	3.609,9	3.616,3	3.804,1
TRANSF. AOS MUNICIPIOS	1.356,8	1.377,4	1.249,7	1.331,0	1.129,7	1.130,2	1.368,2	1.909,5	1.604,5	1.543,1	2.238,4

FONTE: Balanço Geral do Estado.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 13
EVOLUCAO DAS DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	45,2	41,3	42,4	41,3	41,9	39,3	41,0	40,8	43,2	40,6	40,4
PESSOAL E REFLEXOS	40,7	36,1	36,3	35,7	36,3	32,7	34,8	35,1	36,2	29,8	29,5
OUTROS CUSTEIOS	4,5	5,3	6,1	5,5	5,6	6,5	6,1	5,7	7,0	10,8	11,0
MATERIAL DE CONSUMO	1,7	2,2	2,4	2,2	2,1	2,1	1,9	1,5	1,5	2,1	1,9
SERVICOS DE TERCEIROS	2,0	2,8	3,4	3,1	3,3	4,1	3,2	3,0	4,8	7,0	8,5
DIVERSOS CUSTEIOS	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	1,1	1,2	0,5	1,0	0,5
INVESTIMENTOS	1,0	2,0	3,3	2,9	1,6	1,5	1,4	1,8	3,0	4,0	4,7
SERVICO DA DIVIDA	8,2	8,8	6,2	5,4	8,8	8,5	8,2	5,9	5,4	6,7	6,8
DESPESAS DIVERSAS	0,9	1,2	1,2	0,8	0,8	4,7	2,2	3,9	2,3	2,4	3,2
GASTO EFETIVO	55,3	53,3	53,1	50,4	53,2	54,0	52,8	52,5	53,8	53,8	55,2
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	44,7	46,7	46,9	49,6	46,8	46,0	47,2	47,5	46,2	46,2	44,8
TRANSF. ADM. INDIRETA	29,5	30,0	31,4	33,6	30,7	29,5	31,0	31,0	32,0	32,4	28,2
TRANSF. AOS MUNICIPIOS	15,2	16,6	15,5	16,0	16,1	16,4	16,2	16,4	14,2	13,8	16,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA 14
PARTICIPACAO RELATIVA EM RELACAO AO GASTO EFETIVO

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	81,7	77,5	79,8	81,9	78,9	72,7	77,6	77,7	80,2	75,6	73,3
PESSOAL E REFLEXOS	73,6	67,6	68,3	70,9	68,3	60,6	66,0	66,9	67,2	55,5	53,4
OUTROS CUSTEIOS	8,1	9,9	11,5	10,9	10,6	12,1	11,6	10,8	13,0	20,1	19,9
MATERIAL DE CONSUMO	3,1	4,1	4,5	4,3	3,9	3,9	3,6	2,8	2,9	3,9	3,5
SERVICOS DE TERCEIROS	3,7	5,3	6,4	6,1	6,2	7,6	6,0	5,7	9,0	14,5	15,5
DIVERSOS CUSTEIOS	1,3	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	2,1	2,3	1,2	1,8	1,0
INVESTIMENTOS	1,9	3,8	6,2	5,8	3,1	2,9	2,7	3,5	5,6	7,5	8,6
SERVICO DA DIVIDA	14,8	16,4	11,7	10,6	16,5	15,7	15,6	11,3	10,0	12,5	12,3
DESPESAS DIVERSAS	1,6	2,3	2,3	1,7	1,5	8,8	4,1	7,5	4,2	4,4	5,9
GASTO EFETIVO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Balanco Geral do Estado

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 1.5
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO

1979=100											
ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	100	85	85	84	73	67	86	118	121	113	136
PESSOAL E REFLEXOS	100	82	80	82	70	62	81	113	113	92	110
OUTROS CUSTEIOS	100	110	123	115	99	113	130	165	199	303	371
MATERIAL DE CONSUMO	100	117	125	117	94	95	103	111	113	151	167
SERVICOS DE TERCEIROS	100	127	151	140	127	156	146	190	300	476	630
DIVERSOS CUSTEIOS	100	42	39	40	29	31	151	225	114	174	115
INVESTIMENTOS	100	181	288	266	126	116	132	233	369	489	696
SERVICO DA DIVIDA	100	99	69	61	84	80	96	94	83	103	126
DESPESAS DIVERSAS	100	130	127	91	72	423	236	594	332	346	565
GASTO EFETIVO	100	90	87	85	76	76	91	124	124	122	151
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	100	97	95	104	82	79	100	139	131	130	152
TRANSF. ADM. INDIRETA	100	95	96	107	82	77	100	137	138	138	145
TRANSF. AOS MUNICIPIOS	100	102	92	98	83	83	101	141	118	114	165
TOTAL	100	93	90	94	79	77	95	130	127	125	151

FONTE: Balanço Geral do Estado.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAP.

Gráfico 14

DESPESA DA ADMINISTRACAO DIRETA

EVOLUCAO

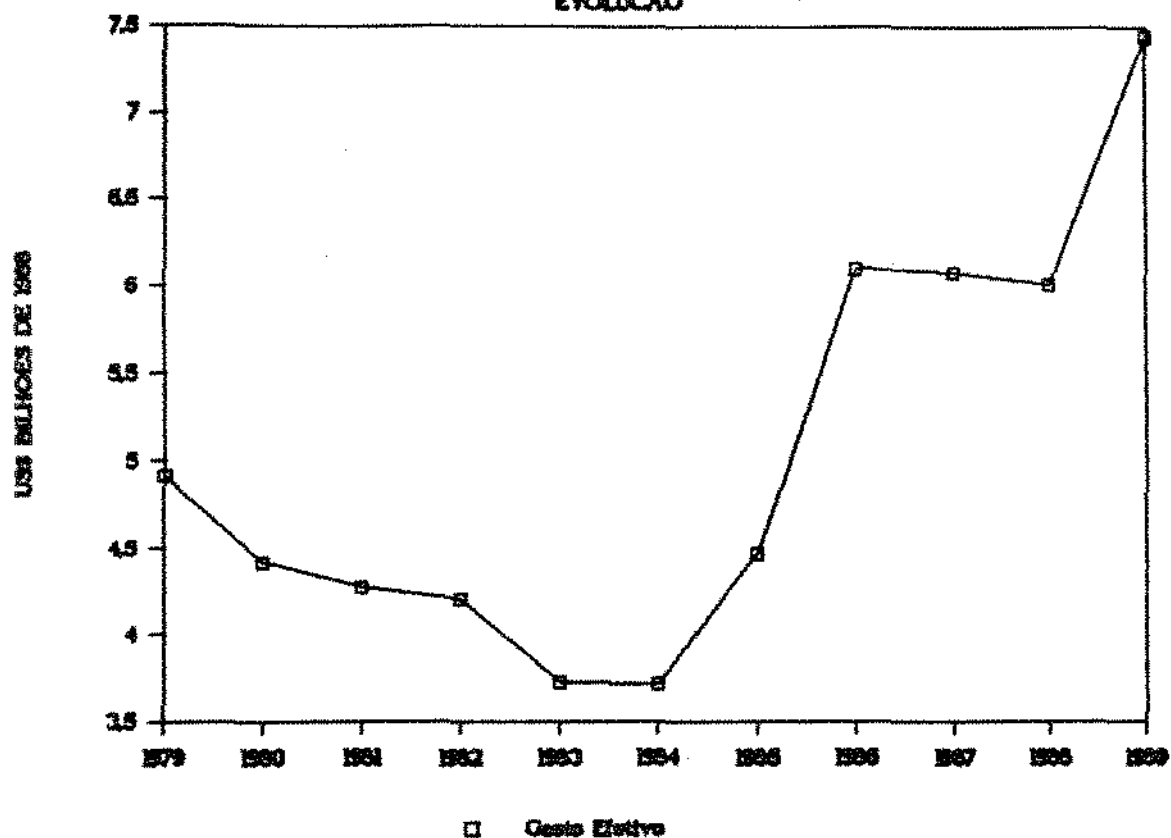


Gráfico 15

DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

EVOLUCAO P/ CATEGORIA ECONOMICA

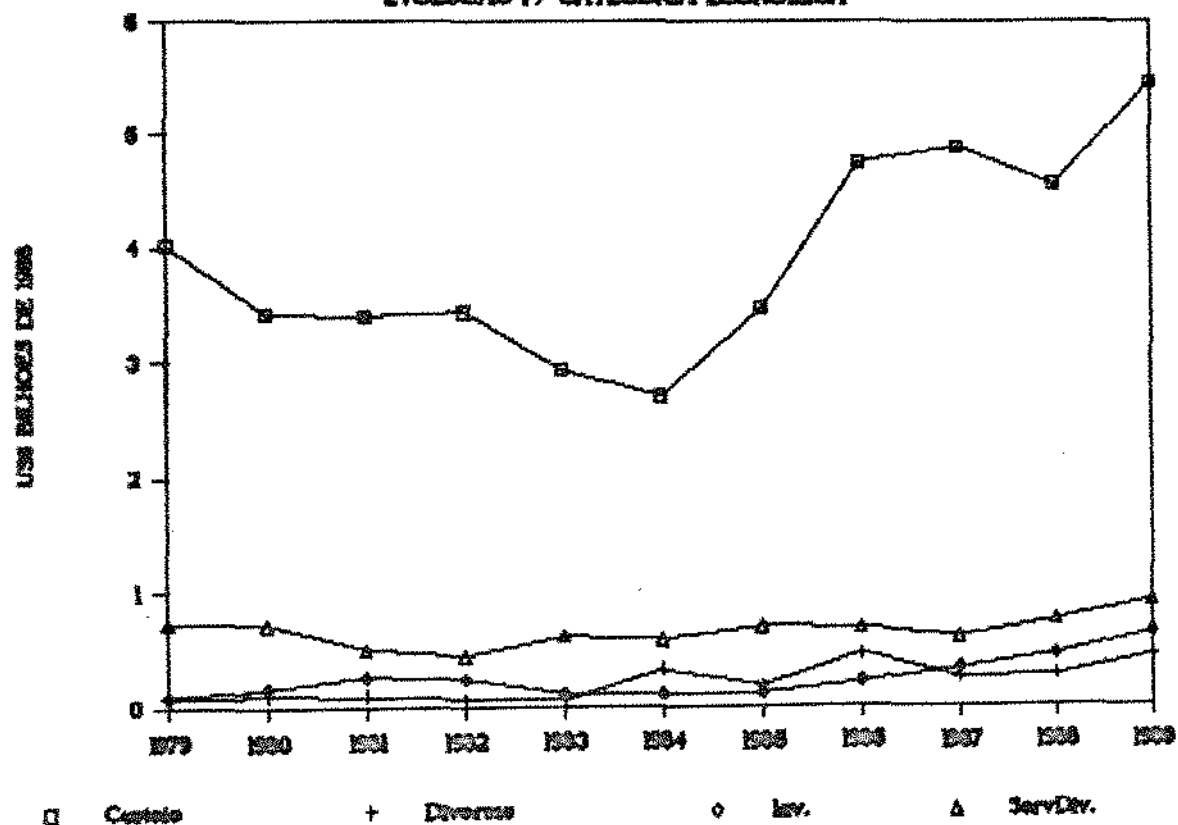


Gráfico 15b
DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA
 EVOLUCAO P/ CATEGORIA ECONOMICA

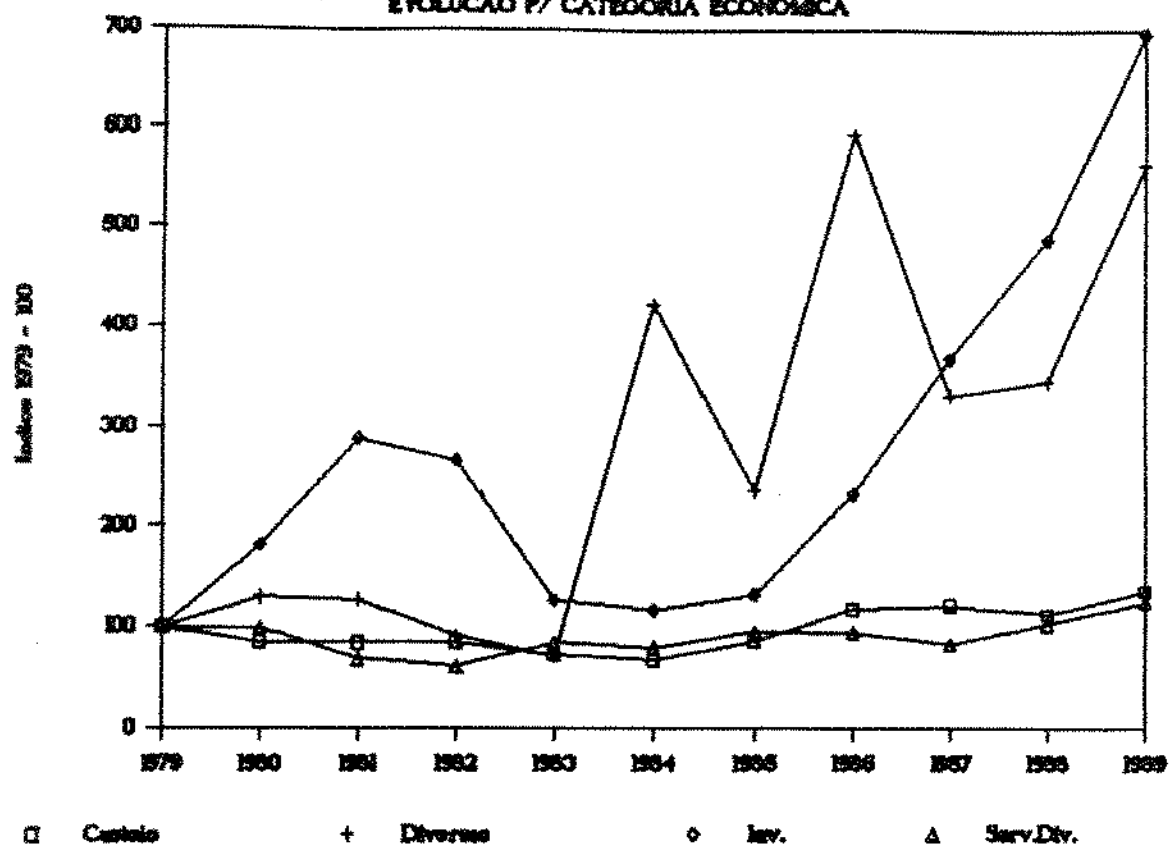


Gráfico 15a
DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA
 EVOLUCAO DA PARTICIPACAO RELATIVA

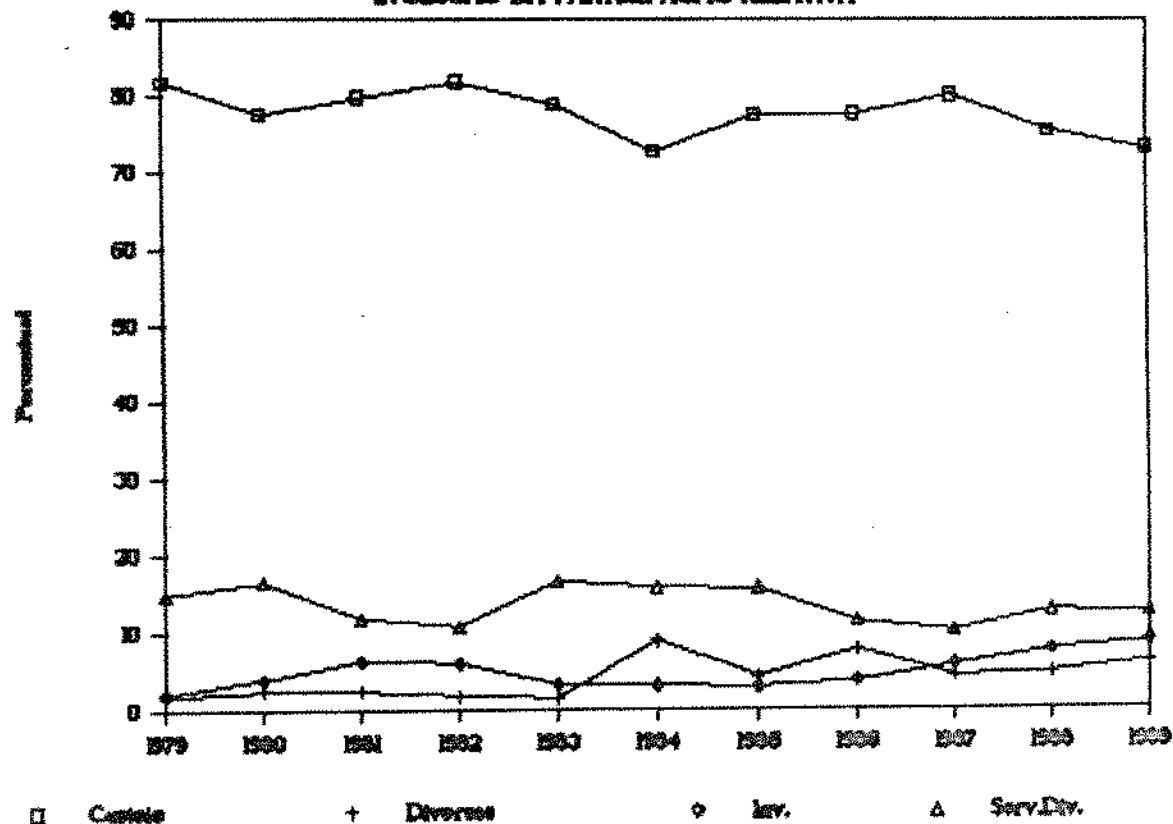
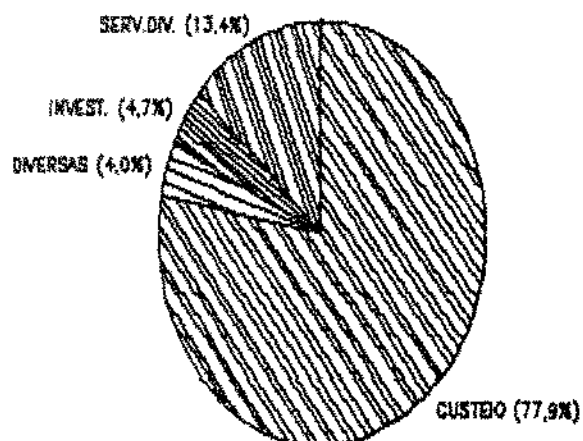


GRAFICO 16
ADMINISTRACAO DIRETA
DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

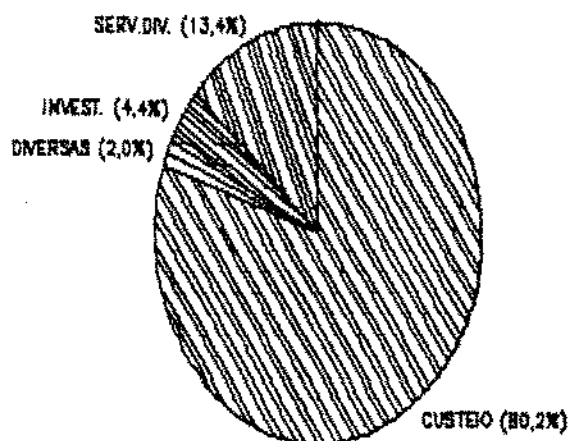
DESPESA DA ADMINISTRACAO DIRETA

% RELATIVA MEDIA P/ CATEGORIA 79/89



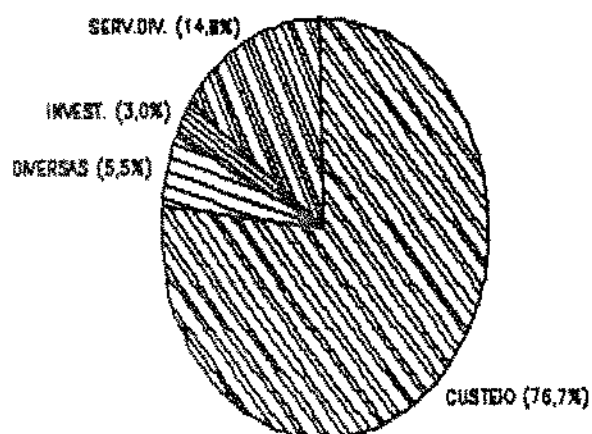
DESPESA DA ADMINISTRACAO DIRETA

% RELATIVA MEDIA P/ CATEGORIA 79/82



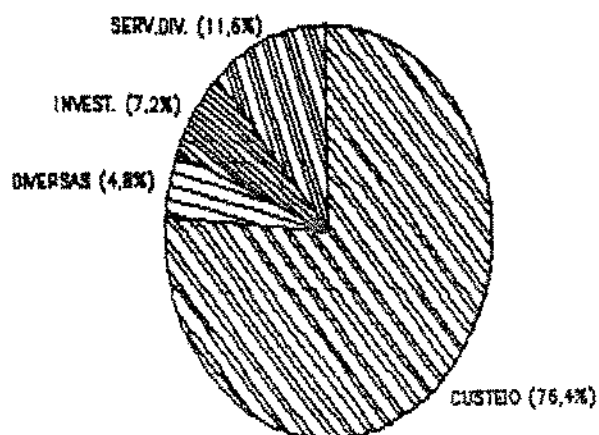
DESPESA DA ADMINISTRACAO DIRETA

% RELATIVA MEDIA P/ CATEGORIA 83/86



DESPESA DA ADMINISTRACAO DIRETA

% RELATIVA MEDIA P/ CATEGORIA 87-89



* OBS. Nao inclui os atrasados

3. EMPRESAS

TABELA 16
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS

US\$ MILHÕES DE 1988										
ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
RECEITA PRÓPRIA	3.401,3	2.964,8	4.733,9	5.290,8	4.494,1	4.151,7	5.131,7	5.615,2	5.905,8	5.659,8
RECEITAS OPERACIONAIS	2.429,7	2.331,4	3.614,8	4.110,1	3.576,5	3.900,7	4.233,5	4.682,3	5.070,4	4.891,0
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	571,6	633,4	1.119,2	1.170,7	917,6	251,0	898,2	932,9	835,4	768,8
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	929,1	999,3	1.046,4	1.243,1	865,7	944,8	1.243,3	1.481,1	1.583,0	1.776,4
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.088,5	2.188,2	2.831,8	3.040,4	3.473,4	4.517,2	5.257,4	3.588,9	4.285,1	7.900,5
FORMAIS	2.088,5	1.751,4	2.293,2	2.182,7	844,0	2.239,4	3.494,5	2.772,4	2.368,3	2.736,1
INFORMAIS	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4
OUTRAS	317,6	253,0	233,2	165,3	53,8	54,6	101,3	29,1	41,2	14,3
TOTAL S/ Informais	6.336,4	5.968,5	8.306,8	8.871,9	6.257,6	7.390,5	9.970,8	9.897,9	9.898,3	10.186,6
Informais	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4
TOTAL C/ Informais	6.336,4	6.405,3	8.845,4	9.729,6	8.886,9	9.668,3	11.733,7	10.634,4	11.815,1	15.351,0

FONTE: Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 17
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
PARTICIPAÇÃO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PRÓPRIA	47,4	46,3	53,5	54,3	50,6	42,9	43,7	52,8	50,0	36,9	43,6
RECEITAS OPERACIONAIS	38,3	36,4	40,9	42,2	40,2	40,3	36,1	44,0	42,9	31,9	33,9
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	9,0	9,9	12,7	12,0	10,3	2,6	7,7	8,8	7,1	5,0	9,7
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	14,7	15,6	11,8	12,8	9,7	9,8	10,6	13,9	13,4	11,6	14,3
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33,0	34,2	32,0	31,2	39,1	46,7	44,8	33,0	36,3	51,5	42,0
FORMAIS	33,0	27,3	25,9	22,4	9,5	23,2	29,8	26,1	20,0	17,8	11,5
INFORMAIS	0,0	6,8	6,1	8,8	29,6	23,6	15,0	6,9	16,2	33,6	30,5
OUTRAS	5,0	3,9	2,6	1,7	0,6	0,6	0,9	0,3	0,3	0,1	0,1
TOTAL S/ Informais	100,0	93,2	93,9	91,2	70,4	76,4	85,0	93,1	83,8	66,4	69,5
Informais	0,0	6,8	6,1	8,8	29,6	23,6	15,0	6,9	16,2	33,6	30,5
TOTAL C/ Informais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA 18
PARTICIPAÇÃO RELATIVA
(em relação ao total da receita sem o crédito informal)

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PRÓPRIA	47,4	49,7	57,0	59,5	71,8	56,2	51,5	56,7	59,7	55,6	62,8
RECEITAS OPERACIONAIS	38,3	39,1	43,5	46,3	57,2	52,8	42,5	47,3	51,2	48,0	48,8
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	9,0	10,6	13,5	13,2	14,7	3,4	9,0	9,4	8,4	7,5	14,0
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	14,7	16,7	12,6	14,0	13,8	12,8	12,5	15,0	16,0	17,4	20,6
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33,0	29,3	27,6	24,6	13,5	30,3	35,0	20,0	23,9	26,9	16,5
FORMAIS											
OUTRAS	5,0	4,2	2,8	1,9	0,9	0,7	1,0	0,3	0,4	0,1	0,1
TOTAL S/ Informais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 19
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO

1979=100											
ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	100	99	158	176	150	138	171	187	197	189	173
RECEITAS OPERACIONAIS	100	96	149	169	147	161	174	193	209	201	166
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	100	111	196	205	161	44	157	163	146	135	202
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	100	100	113	134	93	102	134	159	170	191	184
OPERACOES DE CREDITO	100	105	136	146	166	216	252	168	205	378	240
FORMAIS	100	84	110	105	40	107	167	133	113	131	65
* INFORMAIS		100	123	196	602	521	404	169	439	1182	833
OUTRAS	100	80	73	52	17	17	32	9	13	5	2
TOTAL S/ Informais	100	94	131	140	99	117	157	156	156	161	131
* Informais		100	123	196	602	521	404	169	439	1182	833
TOTAL C/ Informais	100	101	140	154	140	153	185	168	186	242	188

FONTE: Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAP.

* OBS. Para as operações informais de crédito utilizou-se 1980=100.

Gráfico 17
EVOLUCAO DA RECEITA DAS EMPRESAS

1979/2000

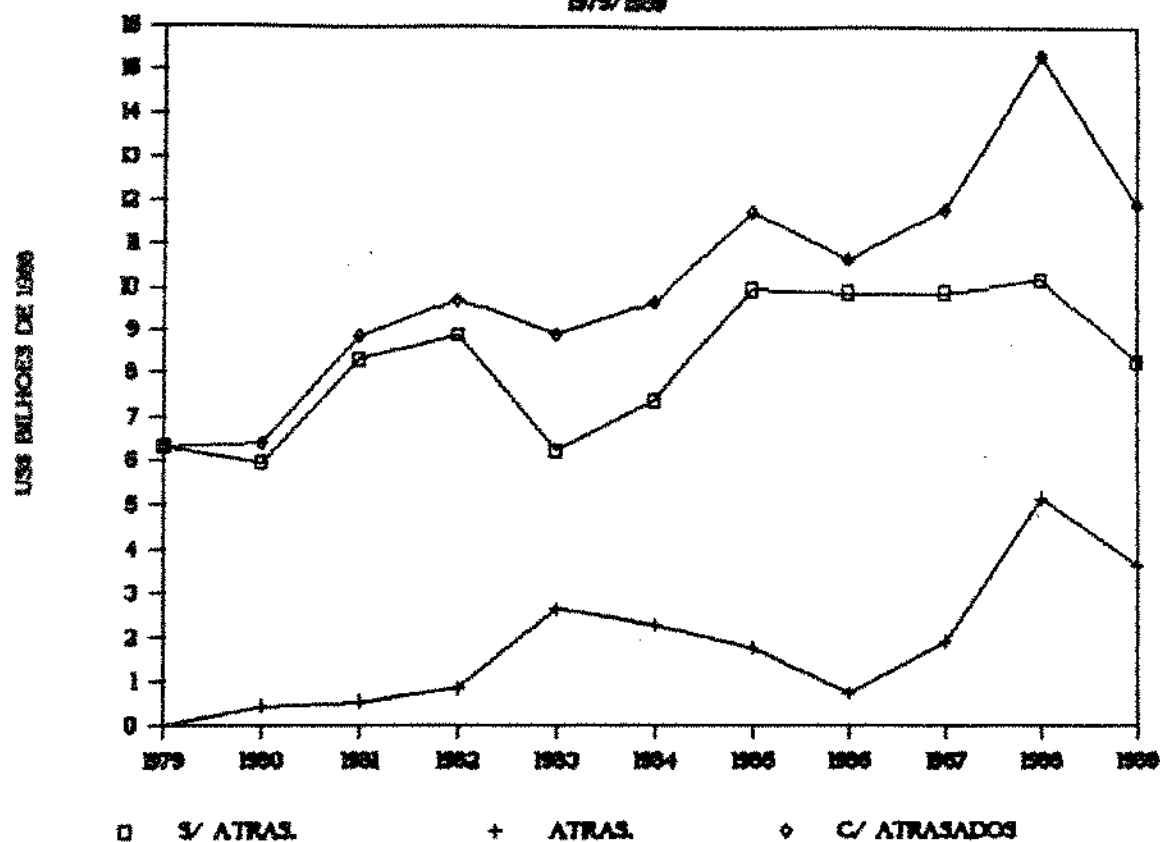


Gráfico 18
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIAS ECONOMICAS

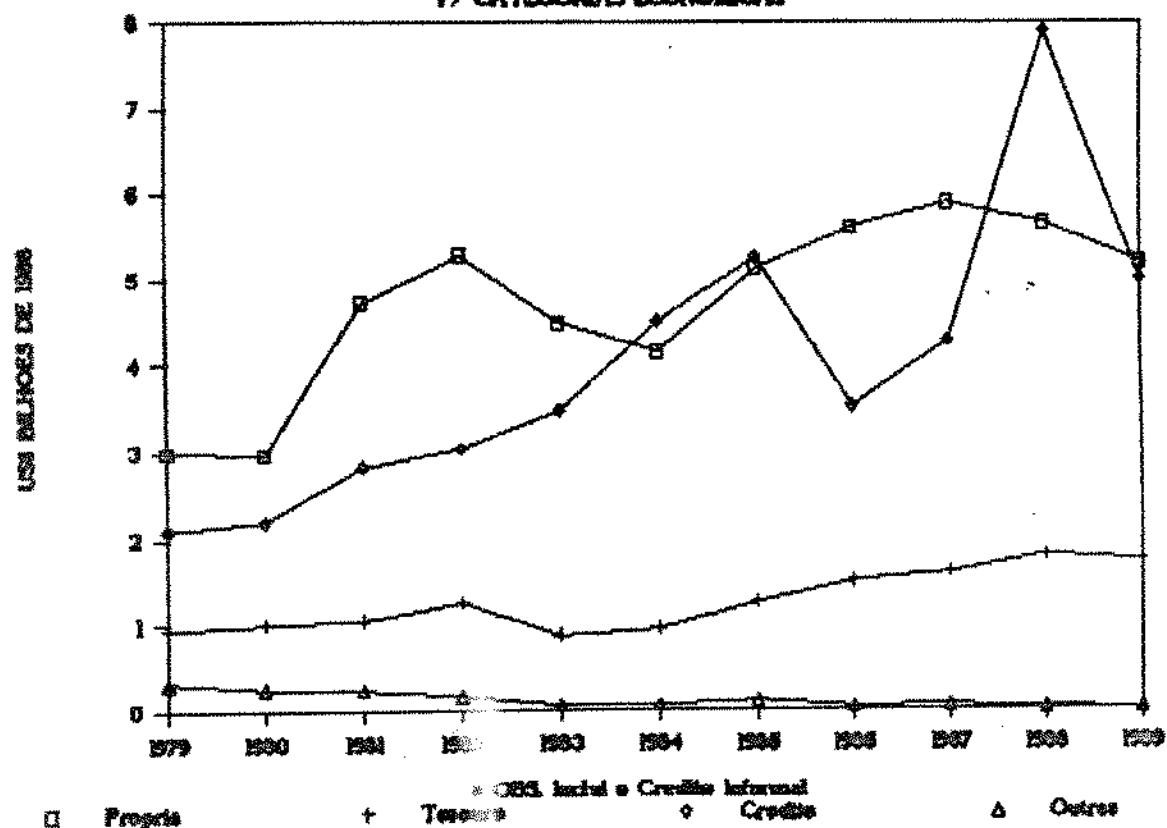


Gráfico 18b
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIAS ECONOMICAS

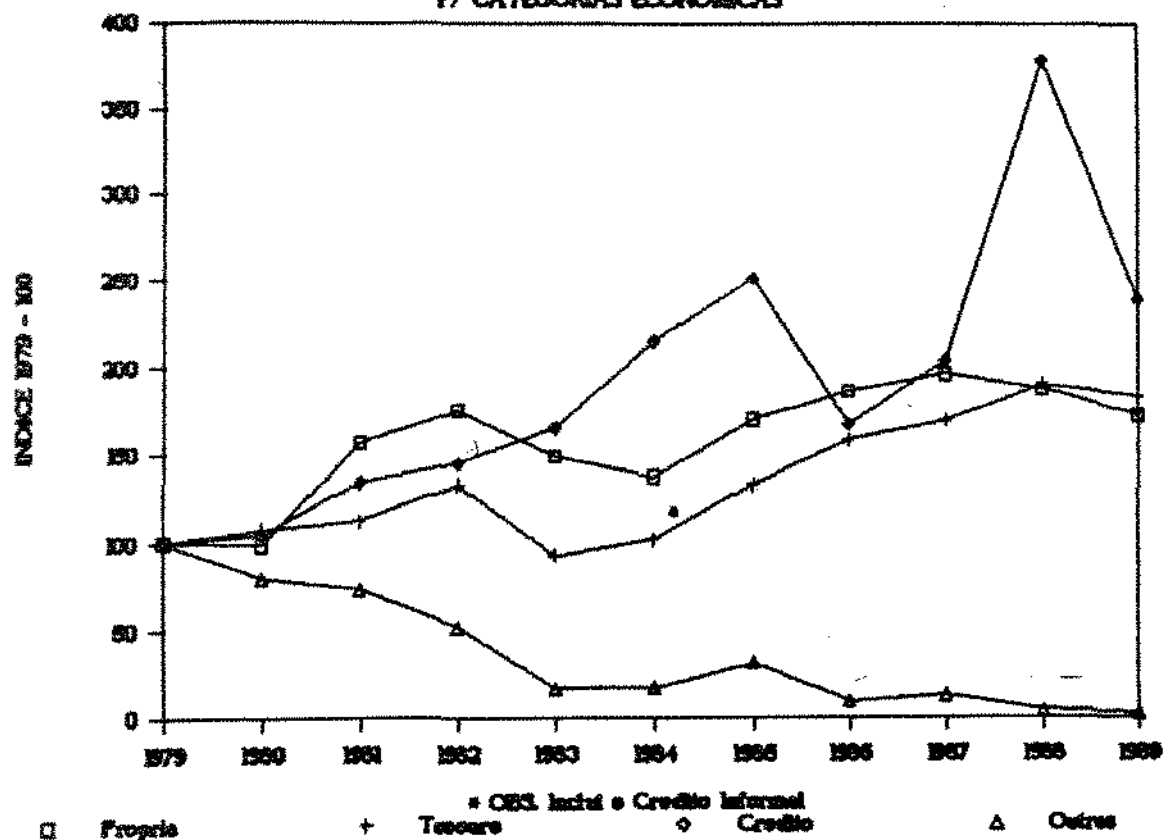


Gráfico 18a
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIAS ECONOMICAS

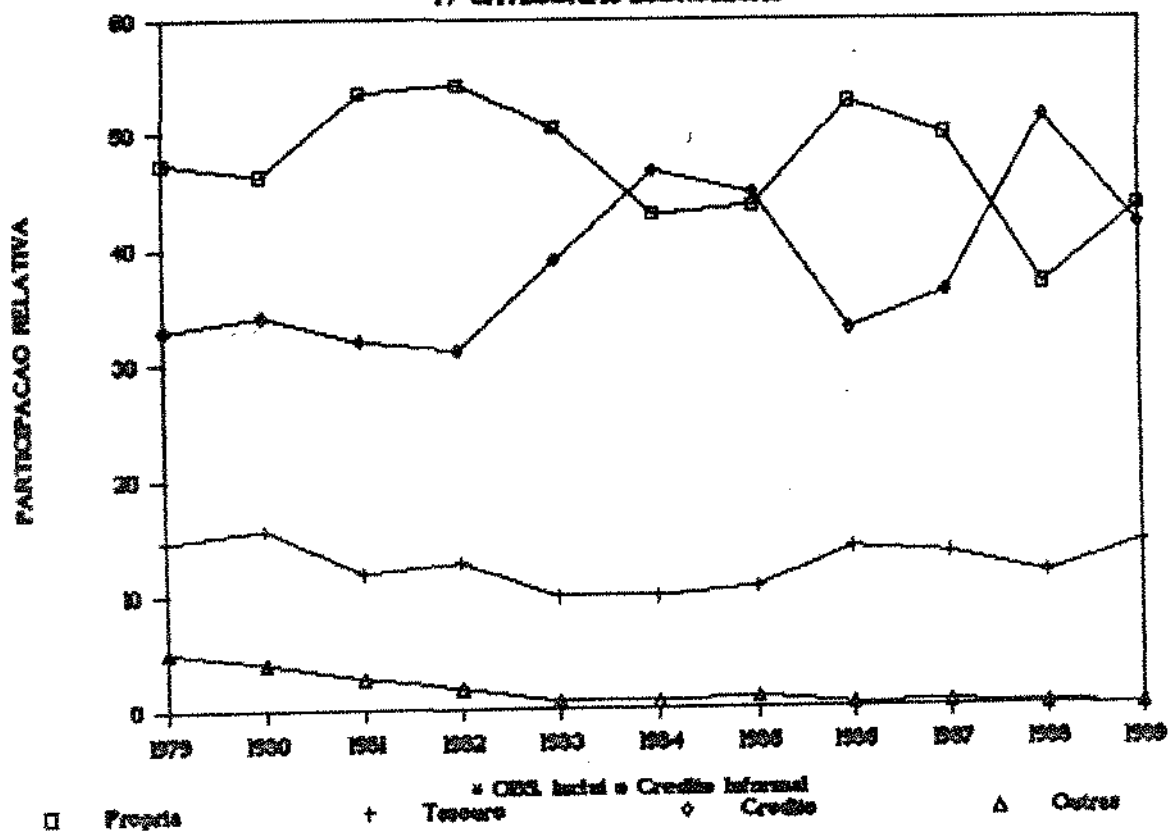
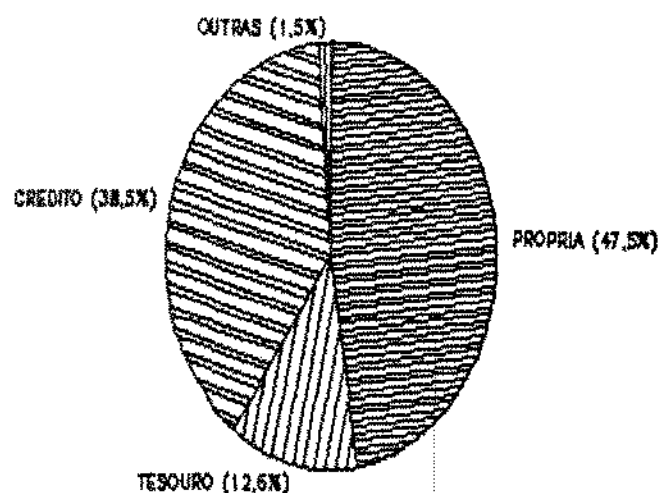
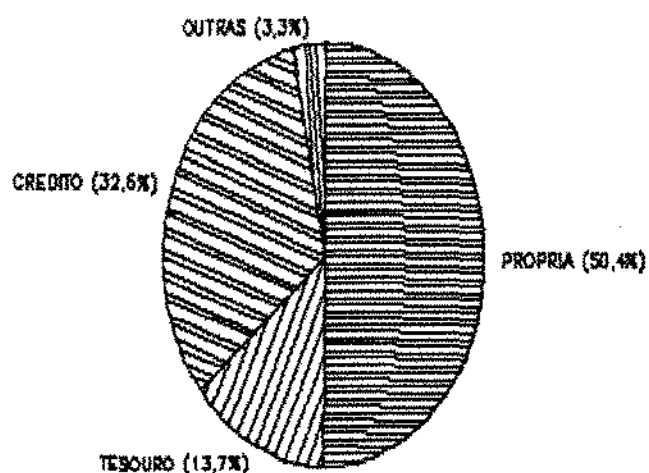


GRAFICO 19
EMPRESAS
RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOOS ADMINISTRATIVOS

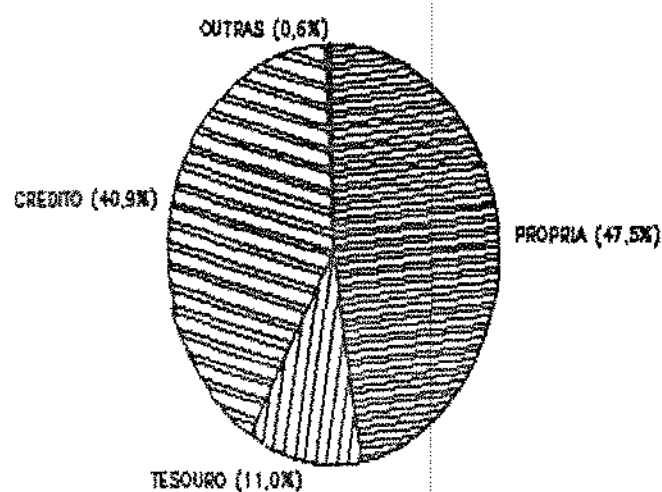
RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 79/89



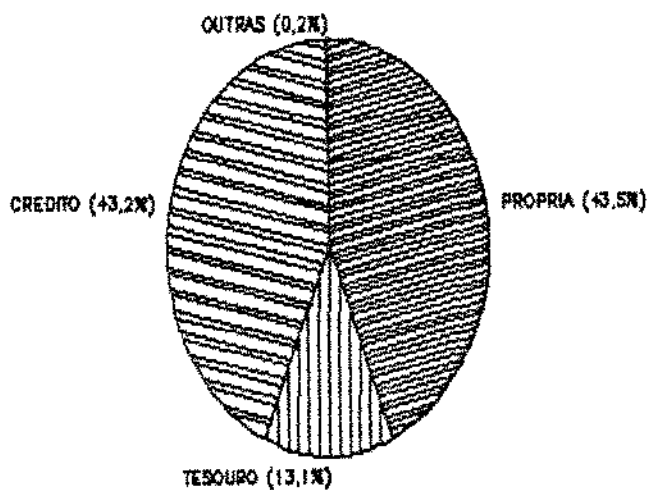
RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 79/82



RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 83/86



RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 87-89



* OBS. Inclui o crédito informal

Gráfico 20

EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS P/ CATEGORIAS ECONOMICAS

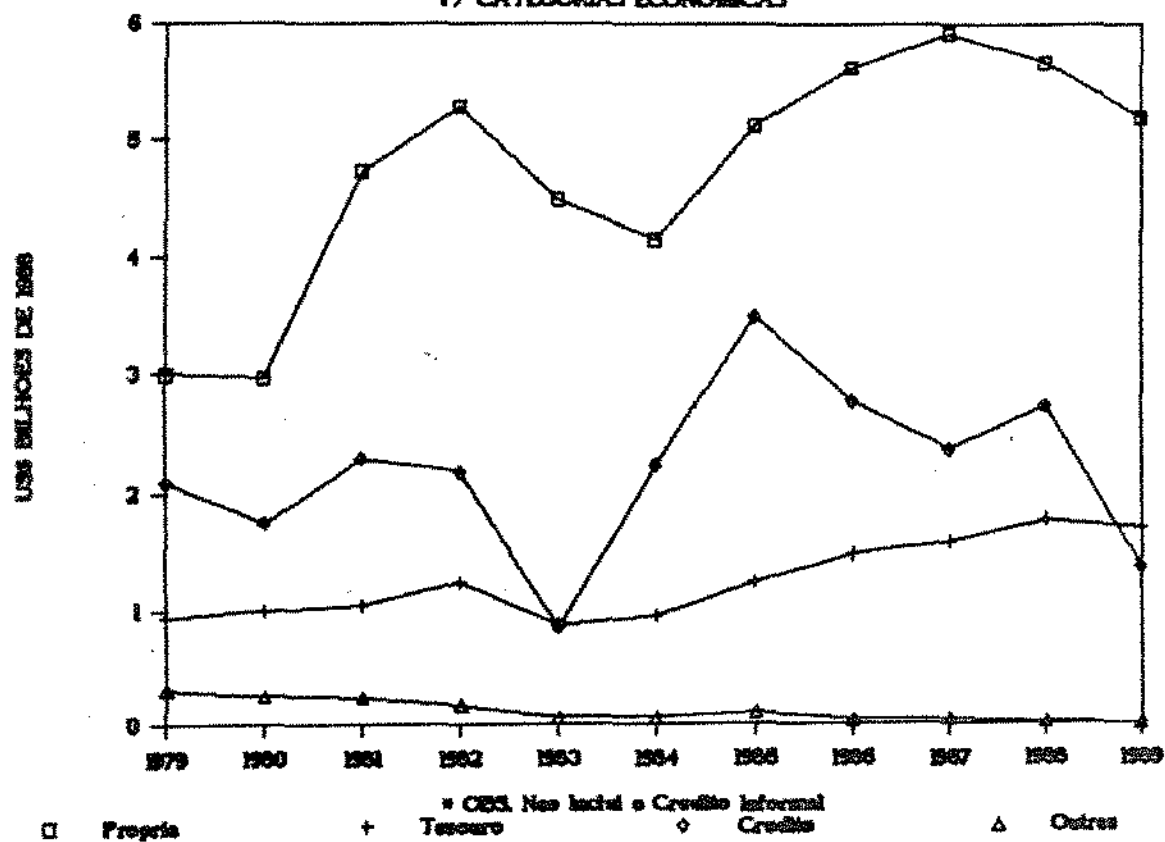


Gráfico 20b
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIAS ECONOMICAS

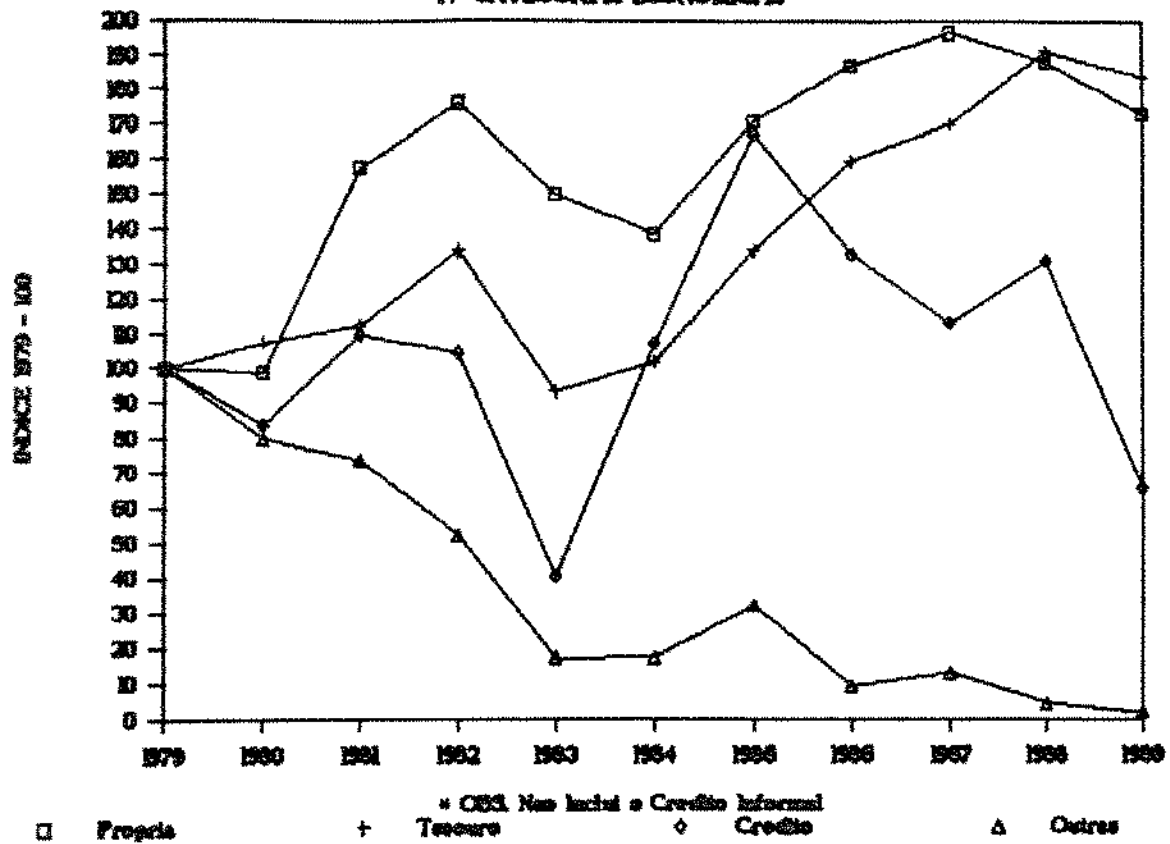


Gráfico 20a
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIAS ECONOMICAS

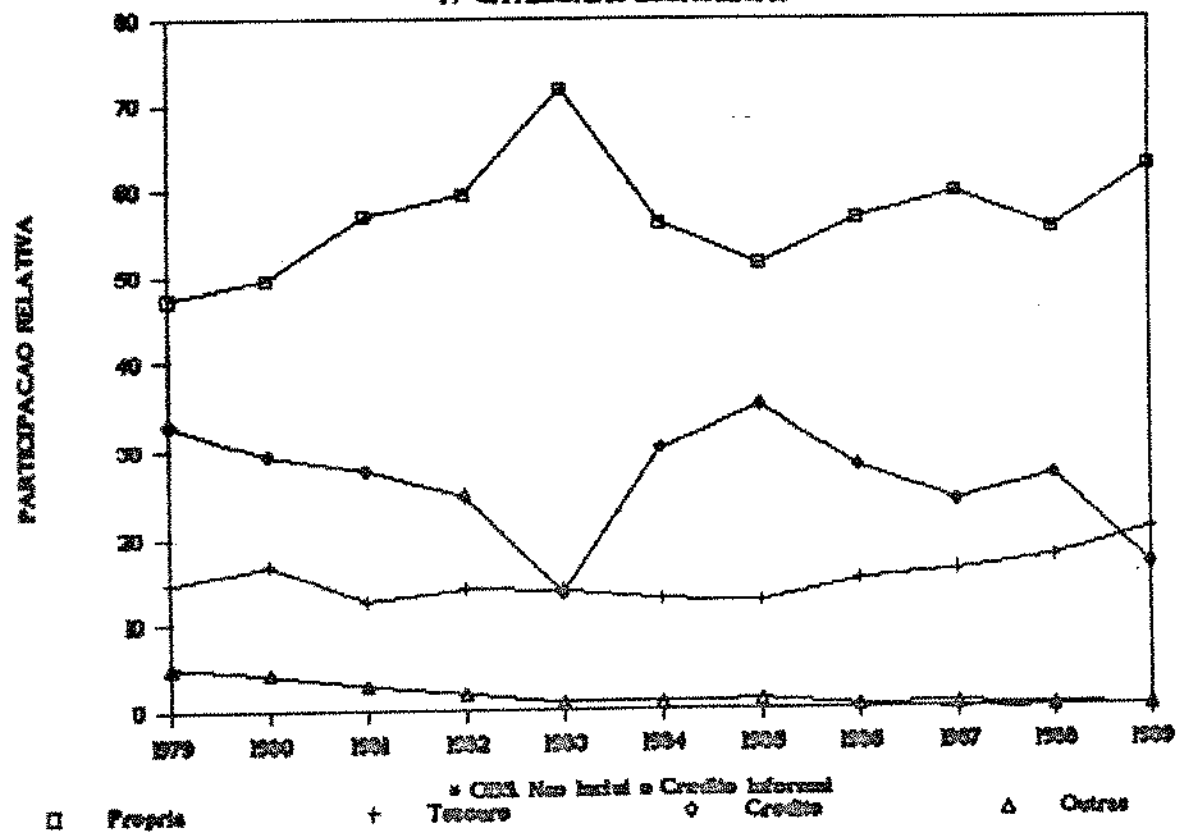
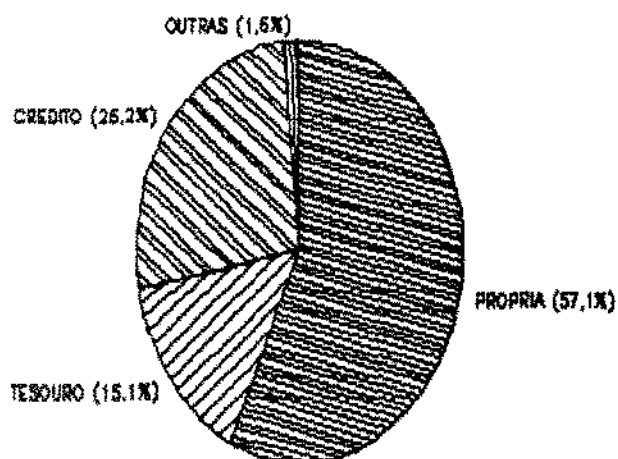
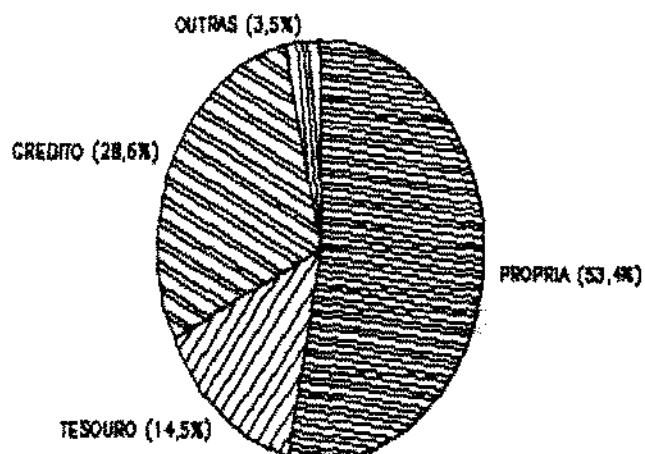


GRAFICO 21
EMPRESAS
RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

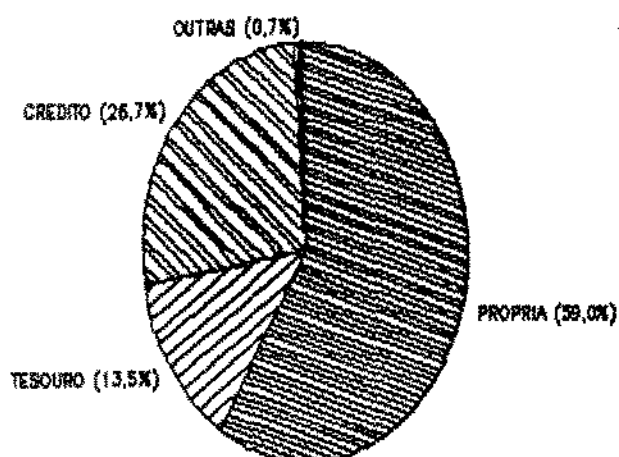
RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 79/89



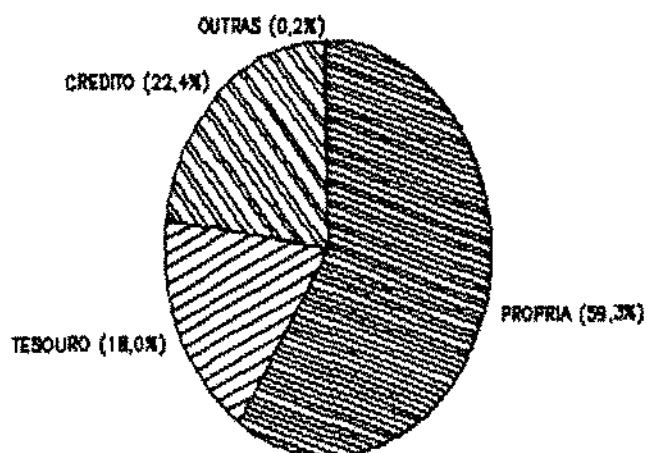
RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 79/82



RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 83/86



RECEITAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA POR CATEGORIA - MEDIAS 87/89



* OBS. Não inclui o crédito informal

TABELA 20
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS

US\$ MILHÕES DE 1980											
ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	1.999,5	2.052,2	2.935,2	3.320,1	2.854,7	3.293,1	3.841,0	3.944,0	4.380,4	4.416,0	3.976,5
REALIZADO	1.999,5	1.975,1	2.861,8	3.219,9	2.664,7	3.175,3	3.711,7	3.831,3	4.327,3	4.225,3	3.907,7
ATRASADO	0,0	77,1	73,4	100,2	190,0	132,2	70,8	107,5	71,5	180,4	70,7
PESSOAL E ENCARGOS	1.140,6	1.092,9	1.200,3	1.434,0	1.169,6	1.058,4	1.160,6	1.332,9	1.477,5	1.407,4	1.467,4
REALIZADO	1.140,6	1.092,9	1.188,1	1.421,5	1.132,7	1.058,4	1.160,6	1.332,9	1.477,5	1.407,4	1.467,4
ATRASADO	0,0	0,0	12,2	12,5	36,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	858,9	959,3	1.734,9	1.886,1	1.685,1	2.249,1	2.621,9	2.606,0	2.921,3	3.006,3	2.511,0
REALIZADO	858,9	882,2	1.673,7	1.798,4	1.532,0	2.116,9	2.551,1	2.498,5	2.849,8	2.817,9	2.440,3
ATRASADO	0,0	77,1	61,2	87,6	153,1	132,2	70,8	107,5	71,5	180,4	70,7
INVESTIMENTOS	2.292,8	1.697,6	2.073,0	2.399,3	1.437,7	1.241,3	1.979,3	2.079,6	2.170,4	2.279,4	2.294,7
REALIZADO	2.292,8	1.646,2	1.938,3	2.067,5	1.044,1	1.202,2	1.877,7	1.979,2	2.034,5	1.784,3	1.643,5
ATRASADO	0,0	51,4	134,6	331,8	393,5	39,1	101,6	100,4	135,8	495,1	651,1
SERVICO DA DIVIDA	1.389,9	1.029,5	2.405,7	2.589,8	3.161,1	4.107,9	4.911,2	3.533,7	3.954,4	7.989,5	4.232,4
REALIZADO	1.389,9	1.623,9	2.140,7	2.251,7	1.574,6	2.656,1	3.529,1	3.007,6	2.952,4	3.634,8	1.779,7
ATRASADO	0,0	205,6	257,0	338,1	1.586,5	1.451,8	1.382,1	446,0	1.002,0	4.354,7	2.452,7
OUTRAS	654,2	826,0	1.431,4	1.420,5	1.433,5	1.011,6	1.015,9	1.002,1	1.291,7	660,5	1.409,6
REALIZADO	654,2	723,3	1.358,0	1.332,8	974,1	356,9	852,3	999,6	584,2	542,3	947,1
ATRASADO	0,0	102,8	73,4	87,6	459,3	654,7	200,4	82,5	707,5	126,2	462,6
TOTAL S/ Atrasados	6.336,4	5.968,5	8.306,8	8.871,9	6.257,6	7.390,5	9.770,0	9.897,9	9.898,3	10.186,6	8.278,0
Atrasados	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,4	1.916,8	5.164,4	3.637,1
TOTAL C/ Atrasados	6.336,4	6.405,3	8.845,4	9.729,6	8.886,9	9.668,3	11.733,7	10.634,3	11.815,1	15.351,0	11.915,1

FONTE: FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 21
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS
PARTICIPAÇÃO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	31,6	32,0	33,2	34,1	32,1	34,2	32,7	37,0	37,2	28,8	33,4
REALIZADO	31,6	30,8	32,4	33,1	30,0	32,8	31,6	36,0	36,6	27,5	32,8
ATRASADO	0,0	1,2	0,8	1,0	2,1	1,4	0,6	1,0	0,6	1,2	0,6
PESSOAL E ENCARGOS	18,0	17,1	13,6	14,7	13,2	10,9	9,9	12,5	12,5	9,2	12,3
REALIZADO	18,0	17,1	13,4	14,6	12,7	10,9	9,9	12,5	12,5	9,2	12,3
ATRASADO	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	13,6	15,0	19,6	19,4	19,0	23,3	22,3	24,5	24,7	19,6	21,1
REALIZADO	13,6	13,8	18,9	18,5	17,2	21,9	21,7	23,5	24,1	18,4	20,5
ATRASADO	0,0	1,2	0,7	0,9	1,7	1,4	0,6	1,0	0,6	1,2	0,6
INVESTIMENTOS	36,2	26,5	23,4	24,7	16,2	12,8	16,9	19,6	18,4	14,8	19,3
REALIZADO	36,2	25,7	21,9	21,2	11,7	12,4	16,0	18,6	17,2	11,6	13,8
ATRASADO	0,0	0,8	1,5	3,4	4,4	0,4	0,9	0,9	1,1	3,2	5,5
SERVICO DA DIVIDA	21,9	28,6	27,2	26,6	35,6	42,5	41,9	33,2	33,5	52,0	35,5
REALIZADO	21,9	25,4	24,3	23,1	17,7	27,5	30,1	29,0	25,0	23,7	14,9
ATRASADO	0,0	3,2	2,9	3,5	17,9	15,0	11,8	4,2	8,5	28,4	20,6
OUTRAS	10,3	12,9	16,2	14,6	16,1	10,5	8,7	10,2	10,9	4,4	11,8
REALIZADO	10,3	11,3	15,4	13,7	11,0	3,7	7,3	9,4	4,9	3,5	7,9
ATRASADO	0,0	1,6	0,8	0,9	5,2	6,8	1,8	0,8	6,0	0,8	3,9
TOTAL S/ ATRASADOS	100,0	93,2	93,9	91,2	70,4	76,4	85,3	93,1	83,8	66,4	69,5
ATRASADOS	0,0	6,8	6,1	8,8	29,6	23,6	14,7	6,9	16,2	33,6	30,5
TOTAL C/ ATRASADOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 22
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS
PARTICIPAÇÃO RELATIVA (em relacao ao total sem os atrasados)

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	31,6	33,1	34,5	36,3	42,6	43,0	37,2	38,7	43,7	41,5	47,2
PESSOAL E ENCARGOS	18,0	18,3	14,3	16,0	18,1	14,3	11,6	13,5	14,9	13,8	17,7
OUTROS CUSTEIOS	13,6	14,8	20,1	20,3	24,5	28,6	25,6	25,2	28,8	27,7	29,5
INVESTIMENTOS	36,2	27,6	23,3	23,3	16,7	16,3	18,8	20,0	20,6	17,5	19,9
SERVICO DA DIVIDA	21,9	27,2	25,9	25,4	25,2	35,9	35,4	31,2	29,8	35,7	21,5
OUTRAS	10,3	12,1	16,3	15,0	15,6	4,8	8,5	10,1	5,9	5,3	11,4
TOTAL S/ atrasados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 23
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS EMPRESAS
ÍNDICE 1979=100

1979=100											
ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100	103	147	166	143	165	189	197	220	221	199
REALIZADO	100	99	143	161	133	159	186	192	216	211	195
ATRASADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS	100	96	105	126	103	93	102	117	130	123	129
REALIZADO	100	96	104	125	99	93	102	117	130	123	129
ATRASADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	100	112	202	220	196	262	305	303	340	350	292
REALIZADO	100	103	195	209	178	246	297	291	332	328	284
ATRASADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	100	74	90	105	63	54	86	91	95	99	100
REALIZADO	100	72	85	90	46	52	82	86	89	78	72
ATRASADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERVICO DA DIVIDA	100	132	173	186	227	296	353	254	285	575	305
REALIZADO	100	117	155	162	113	191	254	222	212	262	128
ATRASADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS	100	126	219	217	219	155	155	165	197	102	215
REALIZADO	100	111	200	204	149	55	130	153	89	83	145
ATRASADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	101	140	154	140	153	184	168	186	242	188

FONTE: FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

Gráfico 22
EVOLUCAO DA DESPESA DAS EMPRESAS

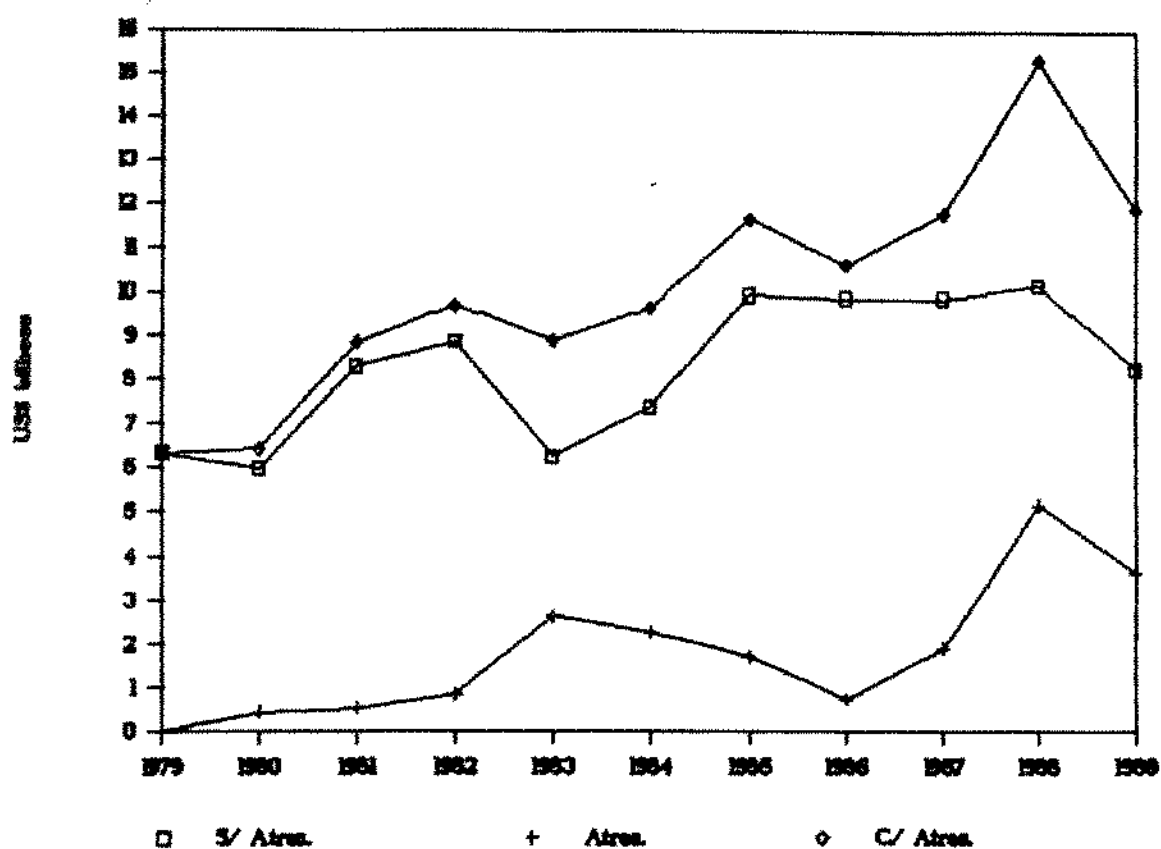


Gráfico 23
EVOLUCAO DA DESPESA DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIA ECONOMICA

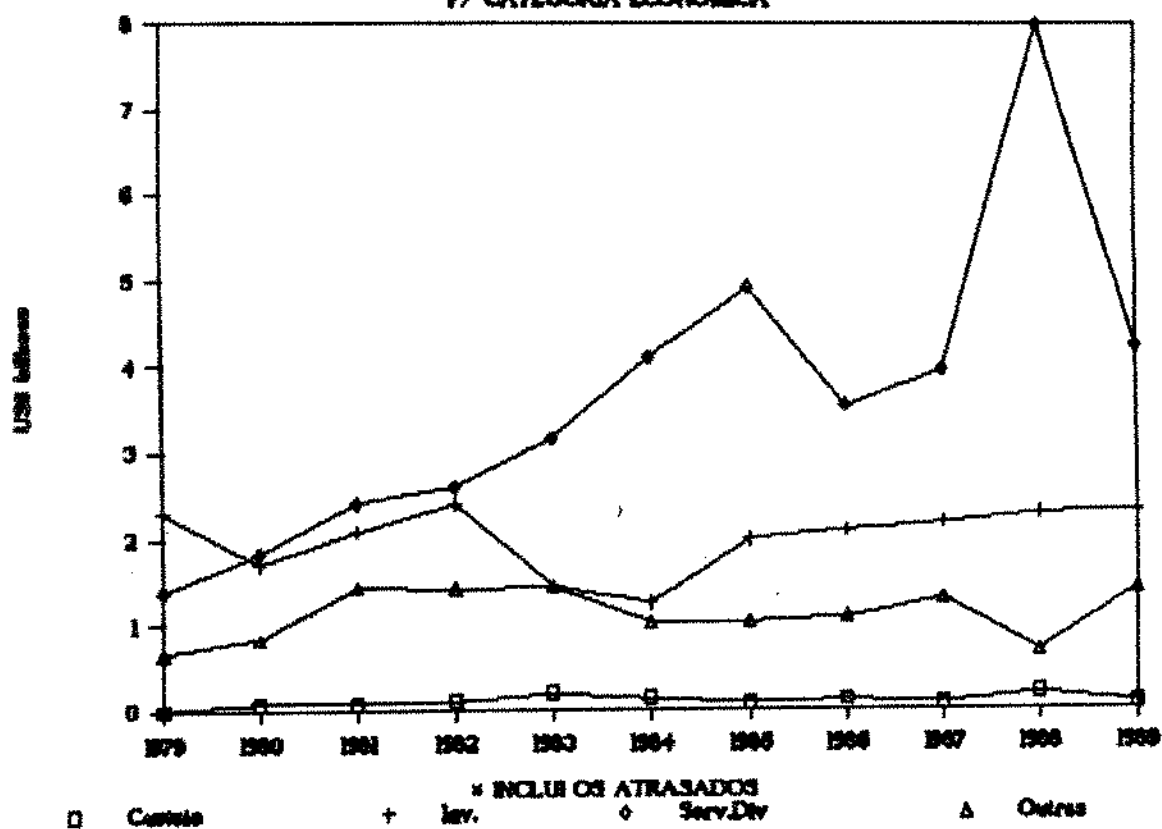


Gráfico 23b

EVOLUCAO DA DESPESA DAS EMPRESAS

P/ CATEGORIA ECONOMICA INDICE 1979=100

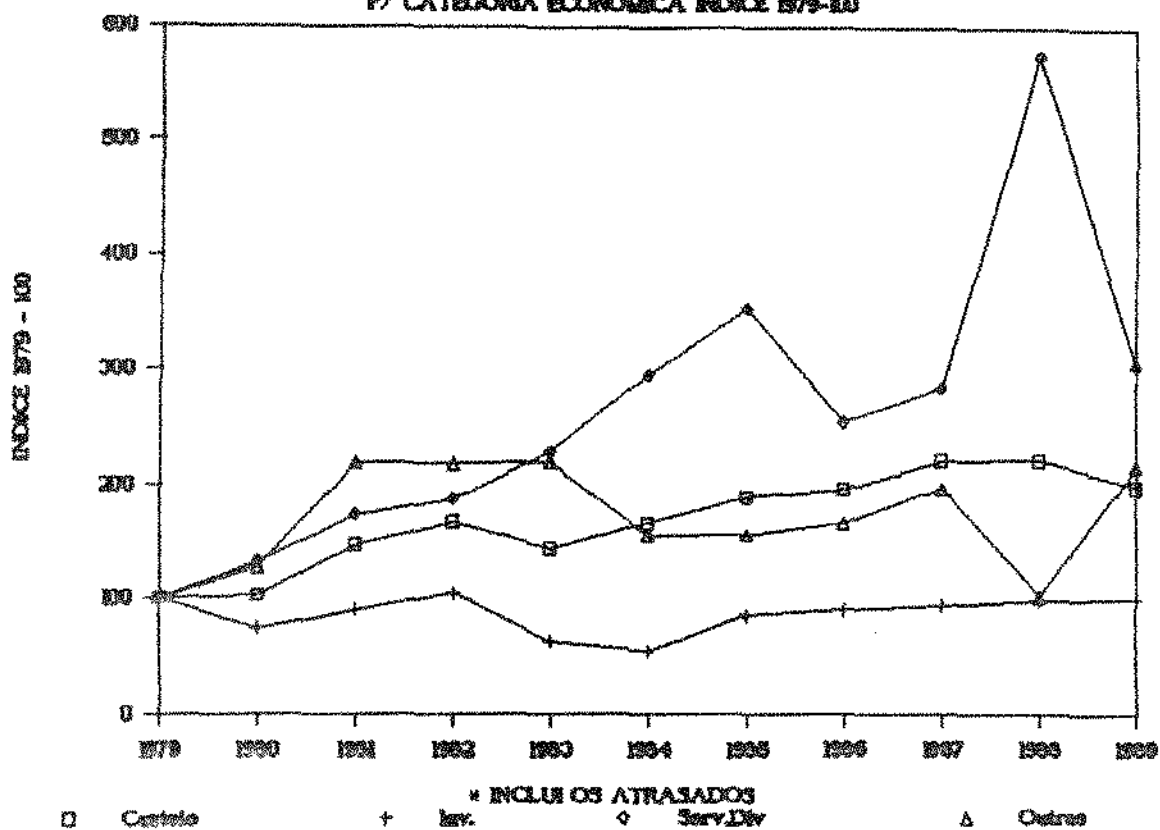


Gráfico 23a

EVOLUCAO DA DESPESA DAS EMPRESAS

% RELATIVA P/ CATEGORIA ECONOMICA

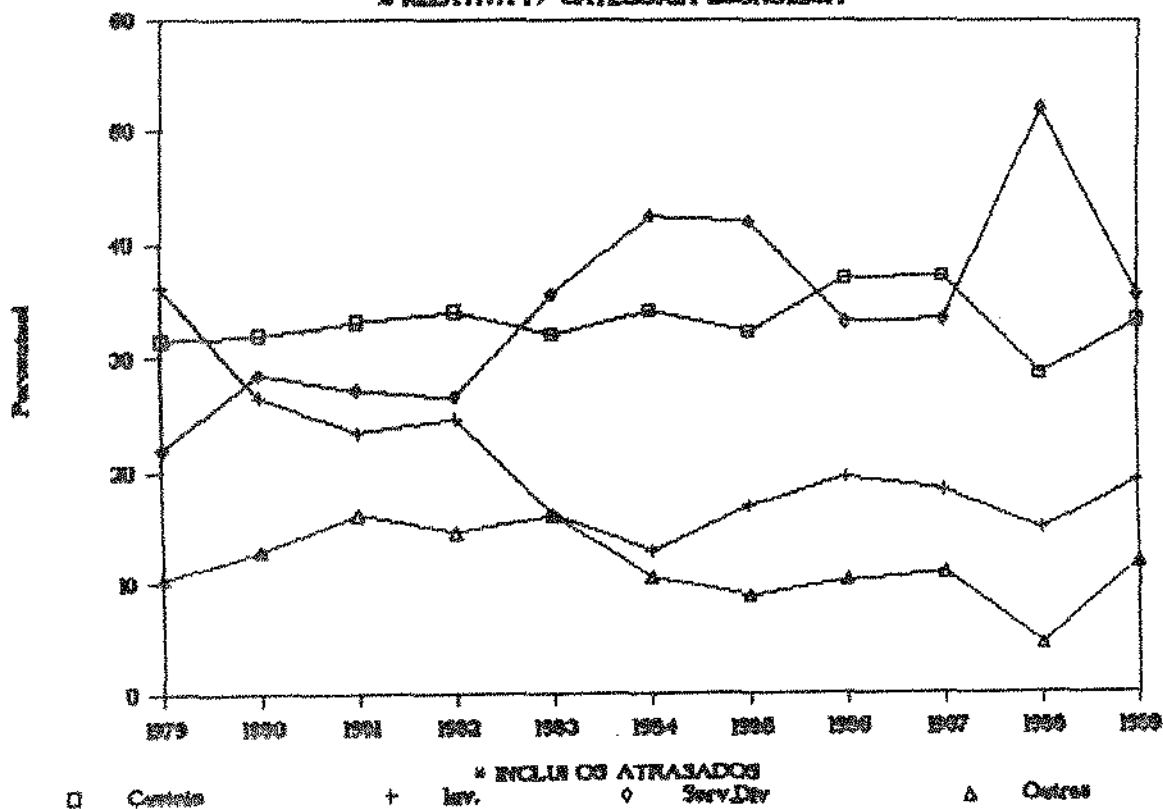
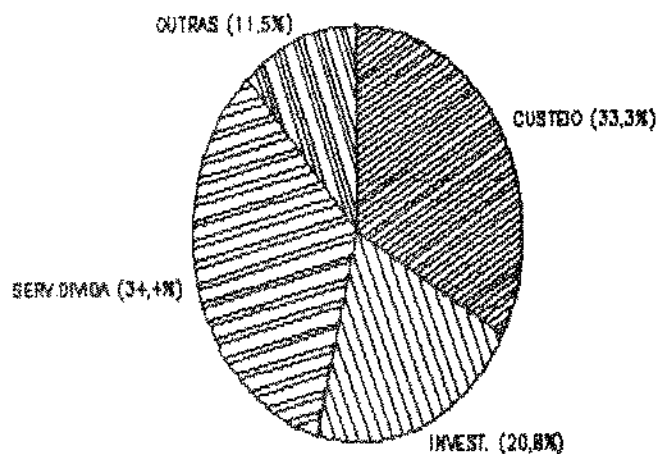
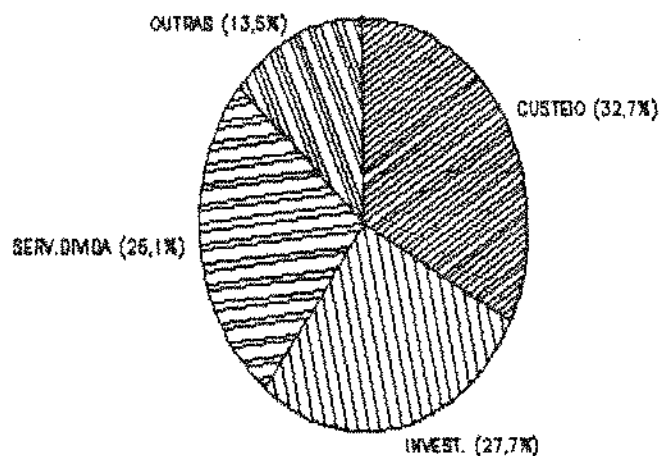


GRAFICO 24
EMPRESAS
DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

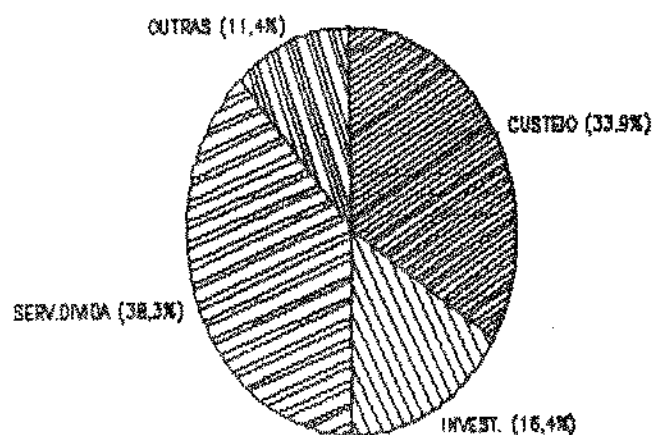
DESPESA DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79-89



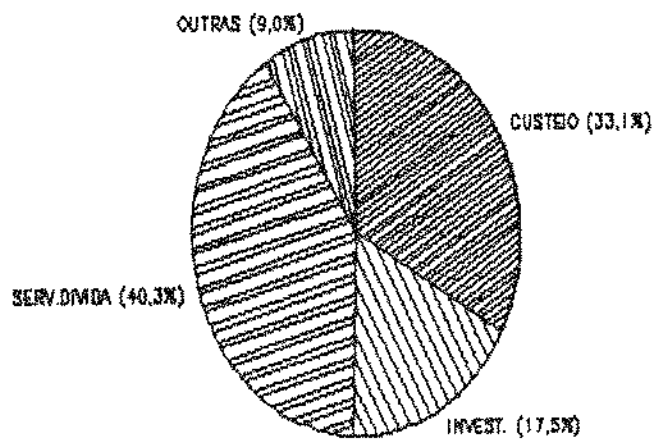
DESPESA DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79/82



DESPESA DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 83/86



DESPESA DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 87/89



* OBS. Inclui os atrasados

Gráfico 25
EVOLUCAO DA DESPESA DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIA ECONOMICA

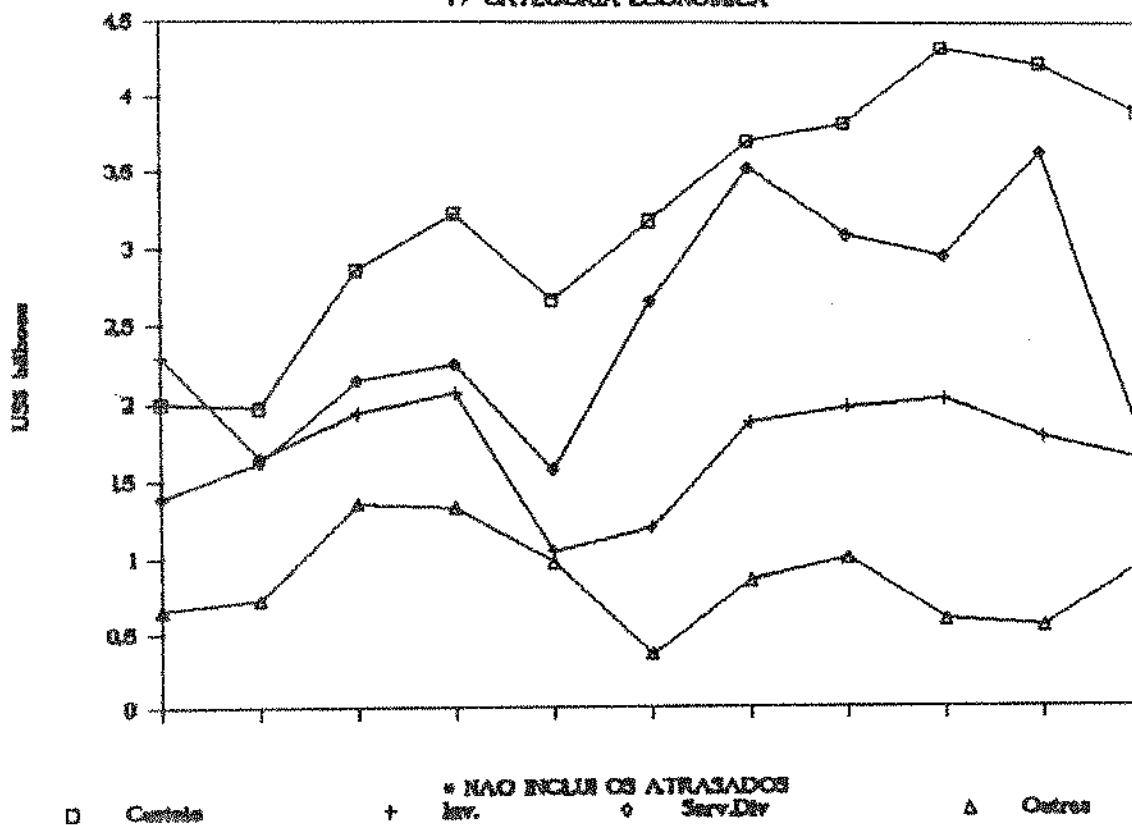


Gráfico 25b
EVOLUCAO DA DESPESA DAS EMPRESAS
P/ CATEGORIA ECONOMICA INDICE 1979=100

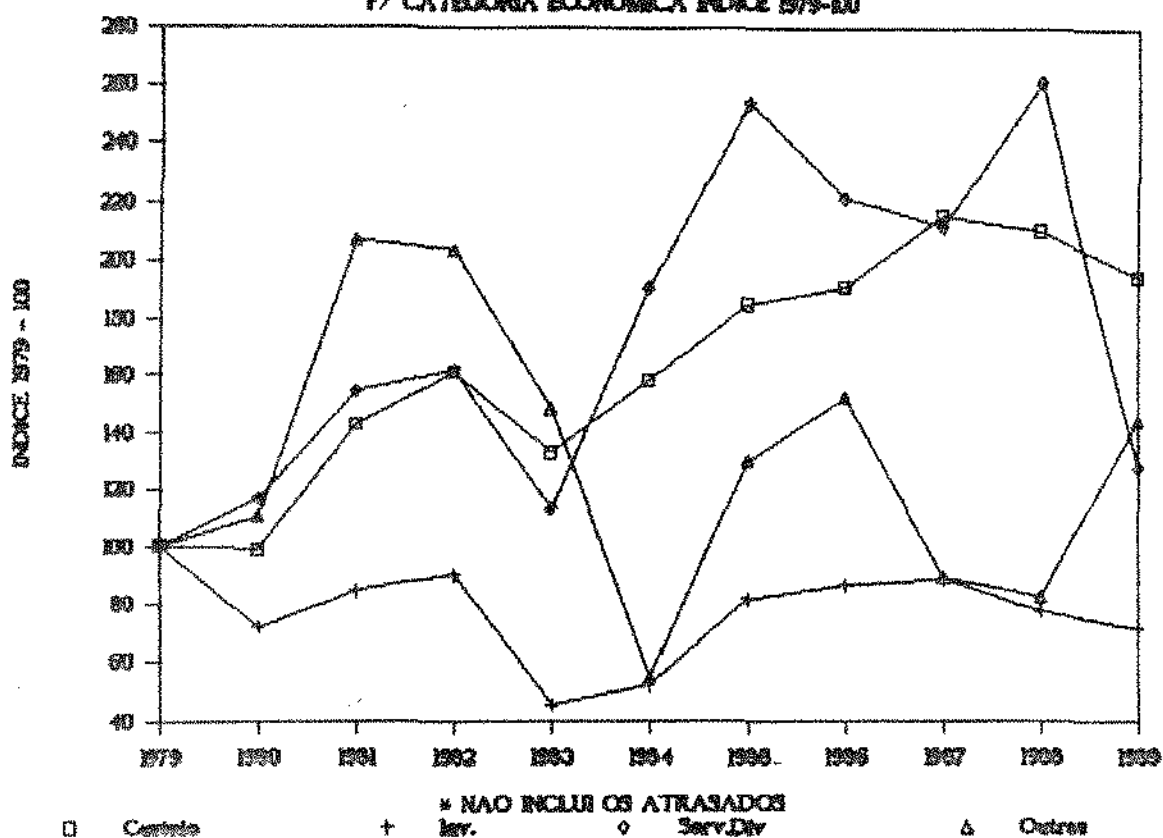


Gráfico 25a
EVOLUCAO DA DESPESA DAS EMPRESAS
% RELATIVA P/ CATEGORIA ECONOMICA

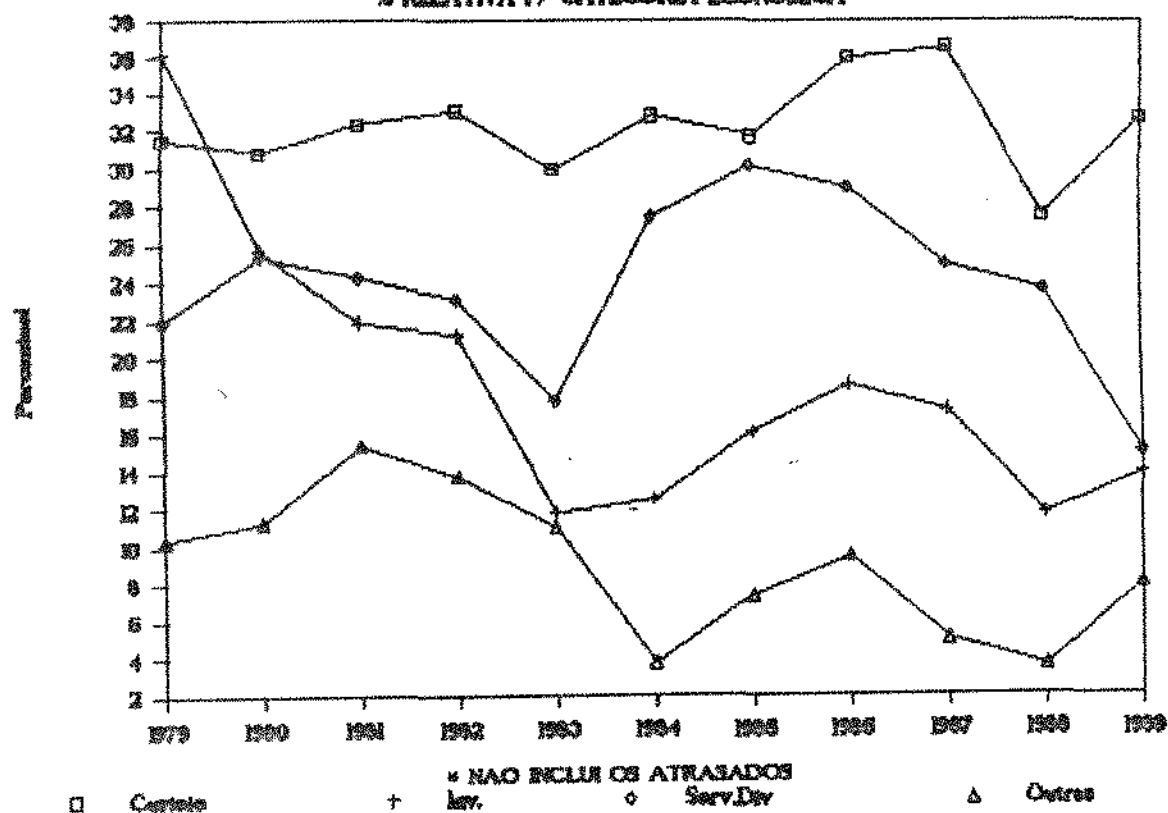
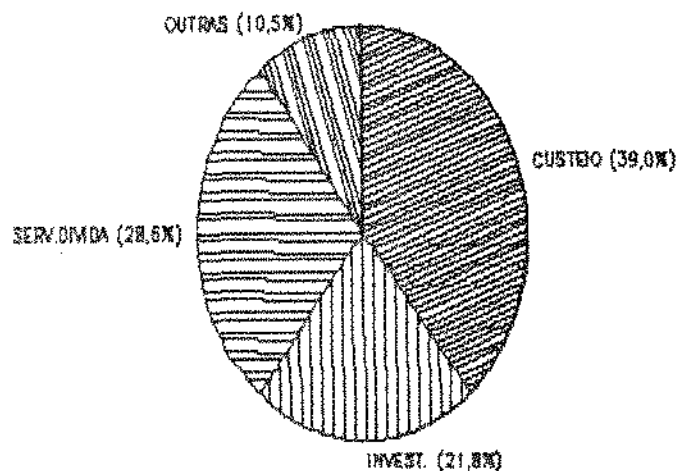
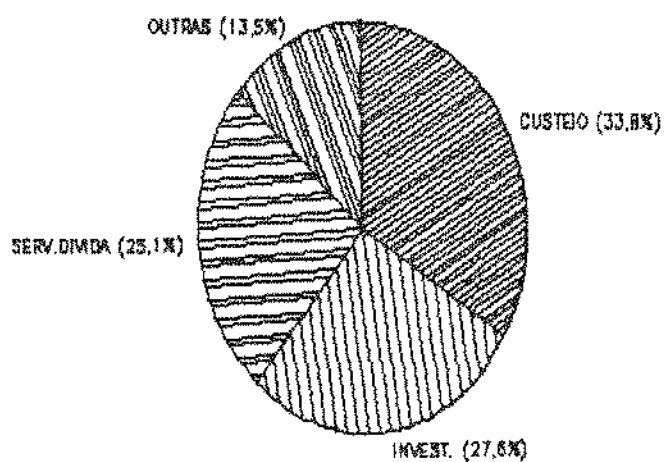


GRAFICO 26
EMPRESAS
DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

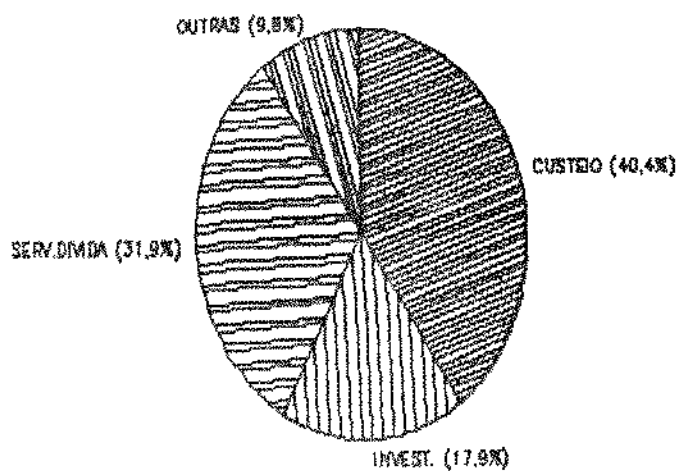
DESPESAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA MEDIA 79/89



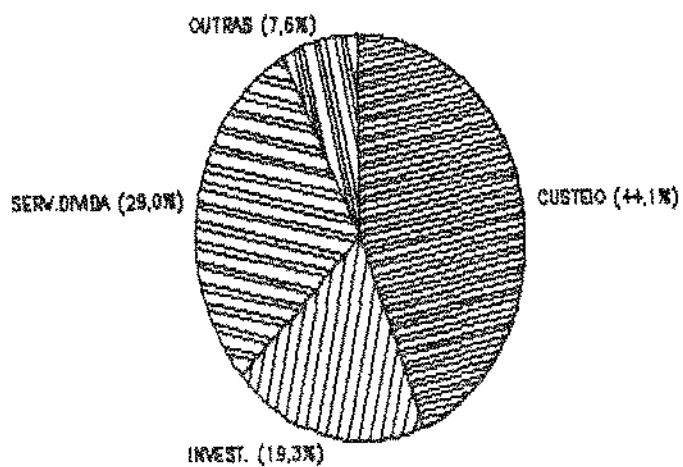
DESPESAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA MEDIA 79/82



DESPESAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA MEDIA 83/86



DESPESAS DAS EMPRESAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA MEDIA 87/89



* OBS. Não inclui os atrasados

4. AUTARQUIAS

TABELA 24
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS

US\$ MILHOES DE 1980

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	292,1	482,8	233,4	188,5	158,0	177,7	241,9	249,6	347,1	313,7	350,0
OPERACOES DE CREDITO	5,1	54,0	49,2	32,4	55,8	36,7	81,0	33,4	74,2	59,4	30,9
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	1.545,8	1.328,3	1.317,2	1.372,4	1.142,1	946,3	1.221,6	1.938,1	1.814,0	1.611,9	1.789,7
TOTAL	1.843,0	1.865,0	1.599,8	1.593,3	1.356,0	1.160,7	1.544,5	2.221,1	2.235,3	1.985,0	2.170,6

FONTE: REO-CPO/SEP.
ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 25
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	16,2	25,9	14,6	11,8	11,7	15,3	15,7	11,2	15,5	15,8	16,1
OPERACOES DE CREDITO	0,3	2,9	3,1	2,0	4,1	3,2	5,2	1,5	3,3	3,0	1,4
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	83,5	71,2	82,3	86,1	84,2	81,5	79,1	87,3	81,2	81,2	82,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: REO-CPO/SEP.
ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

PARTICIPACAO RELATIVA

TABELA 26
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS
INDICE DE EVOLUCAO

1979 = 100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	100	165	80	65	54	61	83	85	119	107	120
OPERACOES DE CREDITO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	100	88	87	91	76	63	81	129	120	107	119
TOTAL	100	103	89	80	75	64	86	123	124	110	120

FONTE: REO-CPO/SEP.
ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

Gráfico 27
EVOLUCAO DA RECEITA DAS AUTARQUIAS

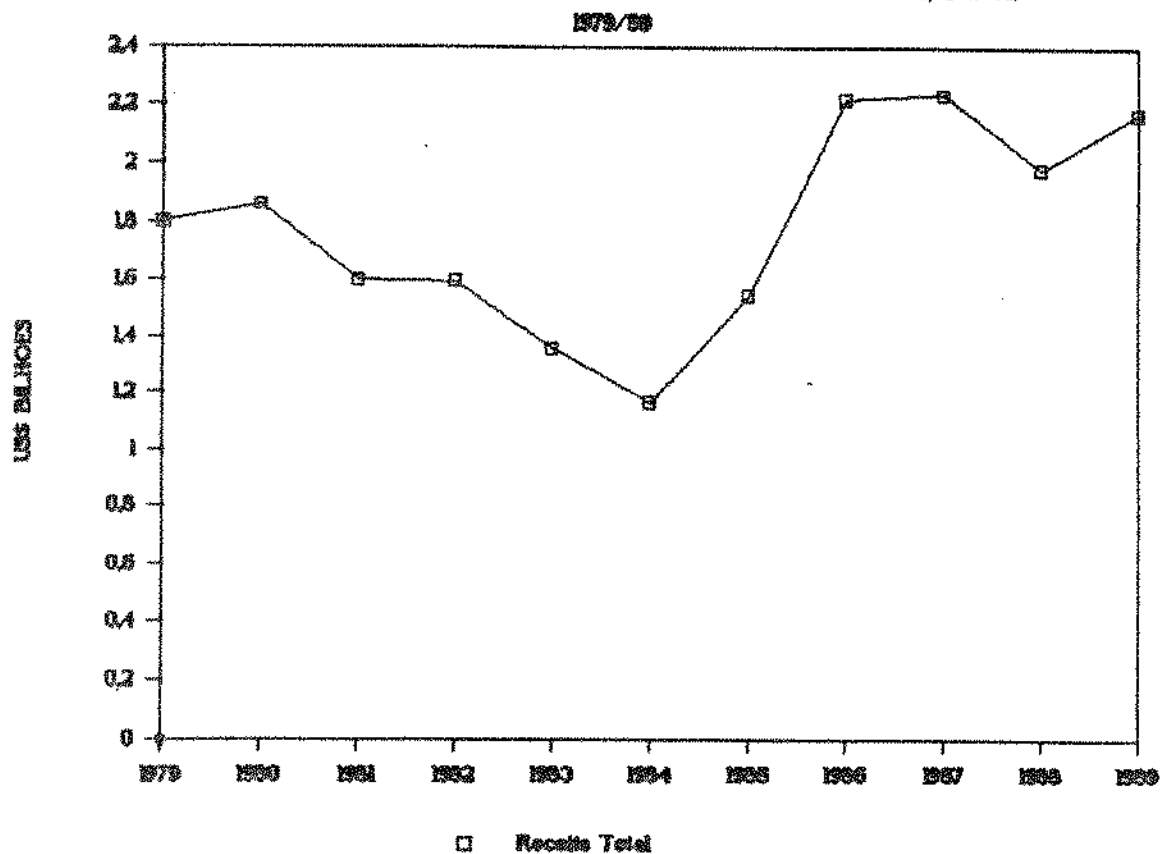


Gráfico 28
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS
P/CATEGORIA ECONOMICA 79/89

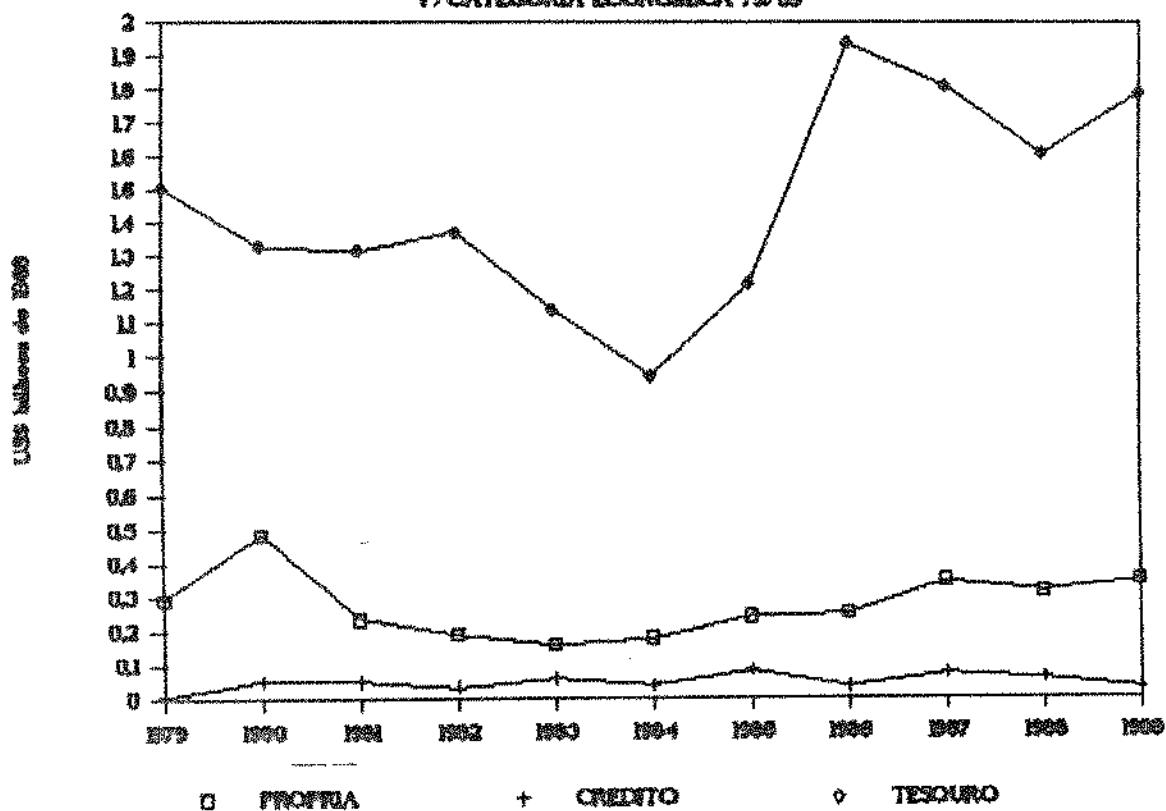


Gráfico 28b
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS
1979-1990

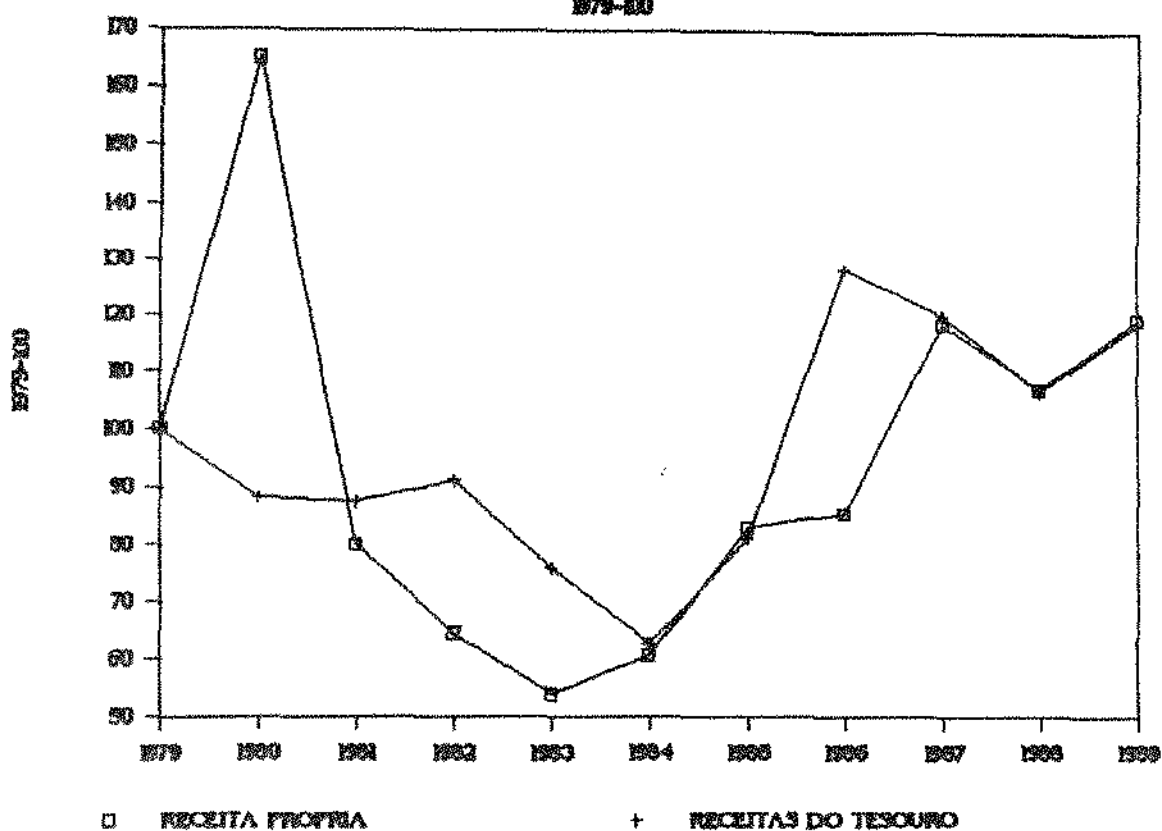


Gráfico 28a
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS
EVOLUCAO DA PARTICIPACAO RELATIVA

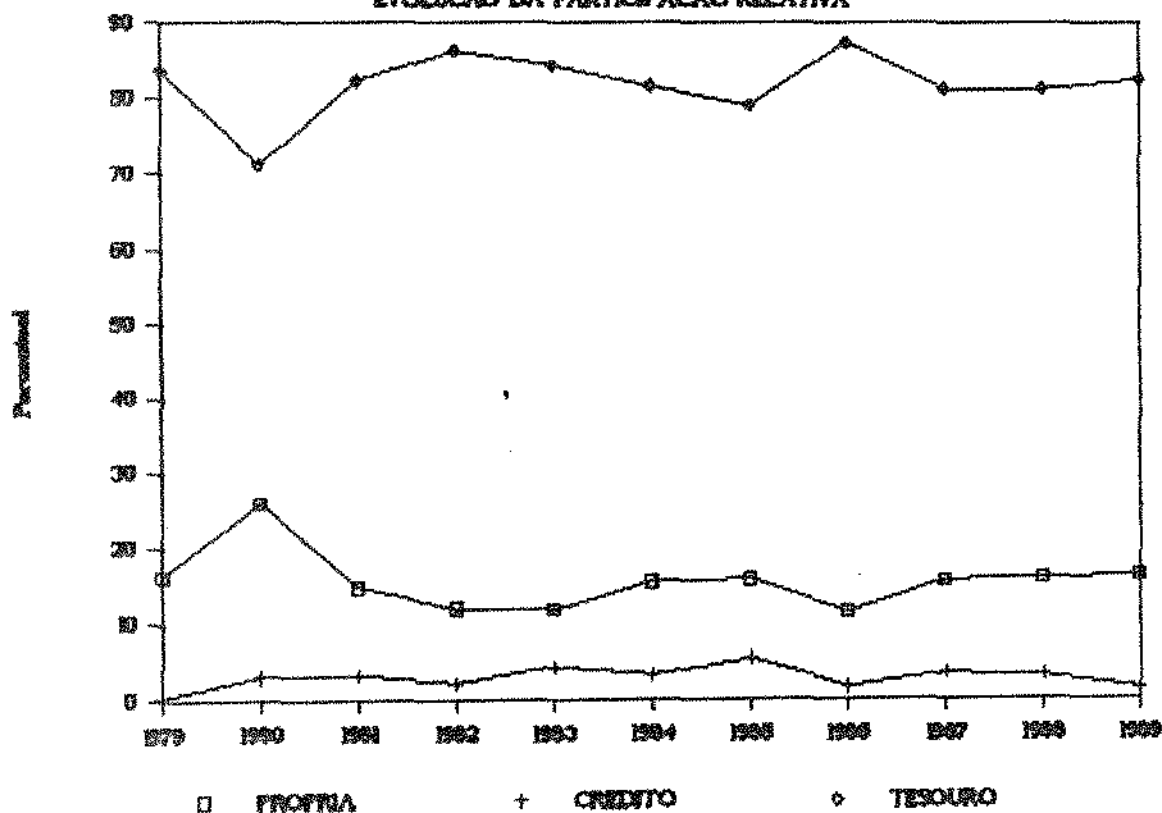
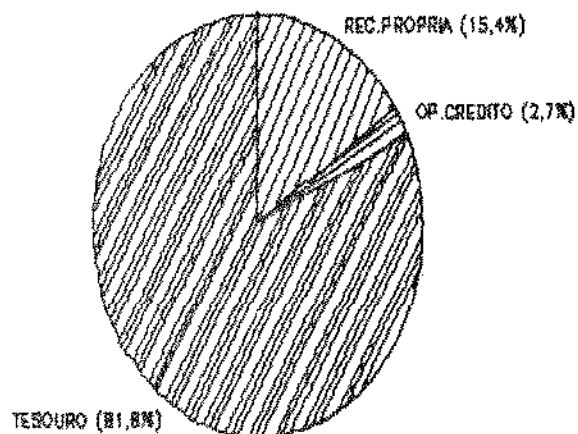
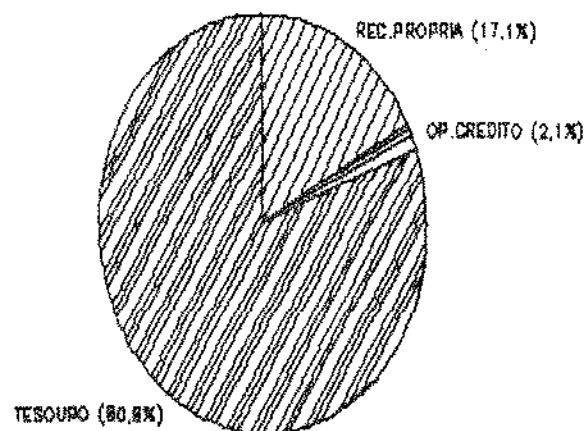


GRAFICO 29
AUTARQUIAS
RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

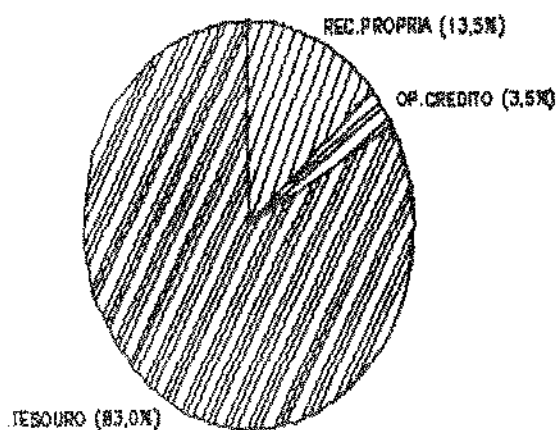
RECEITAS DAS AUTARQUIAS POR CATEGORIA
 % RELATVA - MEDIA 79/89



RECEITAS DAS AUTARQUIAS POR CATEGORIA
 % RELATVA - MEDIA 79/82



RECEITAS DAS AUTARQUIAS POR CATEGORIA
 % RELATVA - MEDIA 83/85



RECEITAS DAS AUTARQUIAS POR CATEGORIA
 % RELATVA - MEDIA 87/89

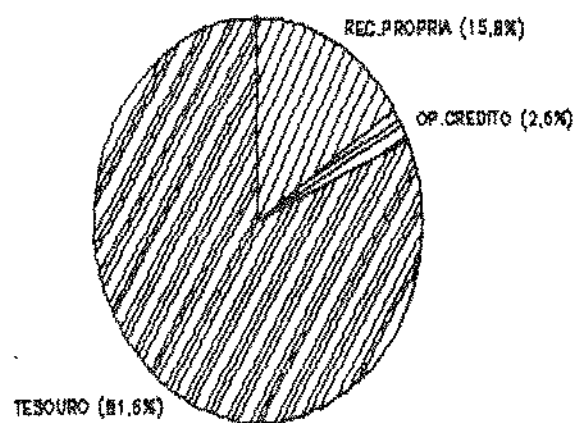


TABELA 27
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS

US\$ MILHÕES DE 1980

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	913,6	819,4	864,1	900,7	813,0	677,6	912,1	1.230,4	1.296,3	1.147,7	1.263,2
PESSOAL E REFLEXOS	745,7	622,4	660,0	690,5	615,0	491,1	680,0	943,9	1.026,2	893,4	1.030,4
OUTROS CUSTEIOS	207,8	197,0	204,1	210,2	198,0	186,4	231,3	286,5	270,1	254,3	232,7
SERVICO DA DIVIDA	139,7	159,3	162,1	186,8	164,7	164,3	142,7	130,4	176,5	98,6	96,5
INVESTIMENTOS	549,9	599,8	463,1	426,7	286,3	170,5	322,8	690,8	478,0	623,8	560,3
OUTROS	23,4	46,5	51,6	42,4	80,9	52,3	58,5	163,6	100,9	17,6	42,9

TOTAL 1.626,5 1.624,9 1.540,9 1.556,6 1.340,9 1.064,7 1.436,0 2.215,3 2.059,7 1.887,6 1.962,9

FONTE: CEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 28
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	56,2	57,4	56,1	57,9	60,6	63,6	63,5	55,5	62,9	60,8	64,4
PESSOAL E REFLEXOS	43,4	43,6	42,6	44,4	45,9	46,1	47,4	42,6	49,8	47,3	52,5
OUTROS CUSTEIOS	12,8	13,8	13,2	13,5	14,8	17,5	16,1	12,9	13,1	13,5	11,9
SERVICO DA DIVIDA	8,6	11,2	10,5	12,0	12,0	15,4	9,9	5,9	8,6	5,2	4,9
INVESTIMENTOS	33,8	42,0	30,1	27,4	21,4	16,0	22,5	31,2	23,2	33,0	28,5
OUTROS	1,4	3,3	3,3	2,7	6,0	4,9	4,1	7,4	5,3	0,9	2,2

TOTAL 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0

FONTE: CEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 29
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS
INDICE 1979=100

1979=100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100	90	95	99	89	74	100	135	142	126	138
PESSOAL E REFLEXOS	100	86	94	98	87	70	96	134	145	127	146
OUTROS CUSTEIOS	100	95	98	101	95	90	111	138	130	122	112
SERVICO DA DIVIDA	100	114	116	134	115	110	102	93	126	71	69
INVESTIMENTOS	100	109	84	78	52	31	59	126	87	113	102
OUTROS	100	198	220	181	345	223	250	699	465	75	183

TOTAL 100 88 95 96 82 65 88 136 127 116 121

FONTE: CEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

Gráfico 30
DESPESA TOTAL DAS AUTARQUIAS
 EVOLUÇÃO

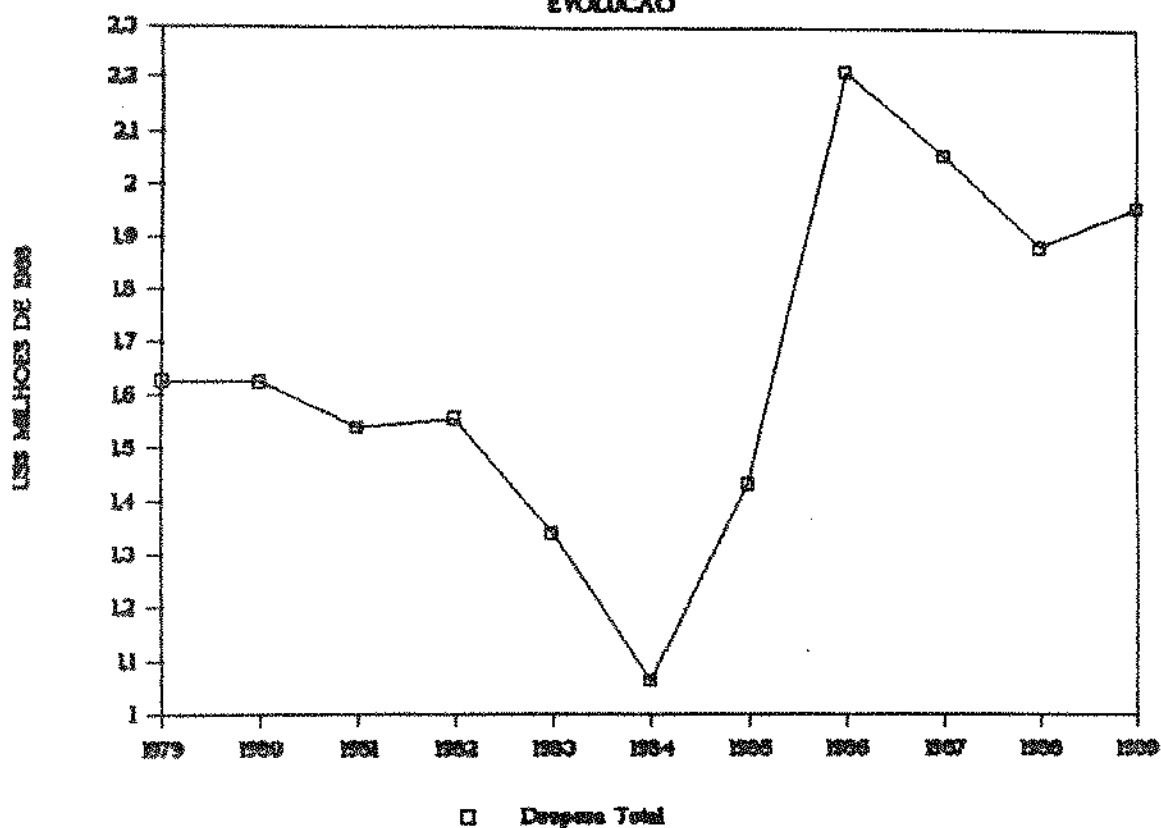


Gráfico 31
DESPESAS DAS AUTARQUIAS
 EVOLUÇÃO

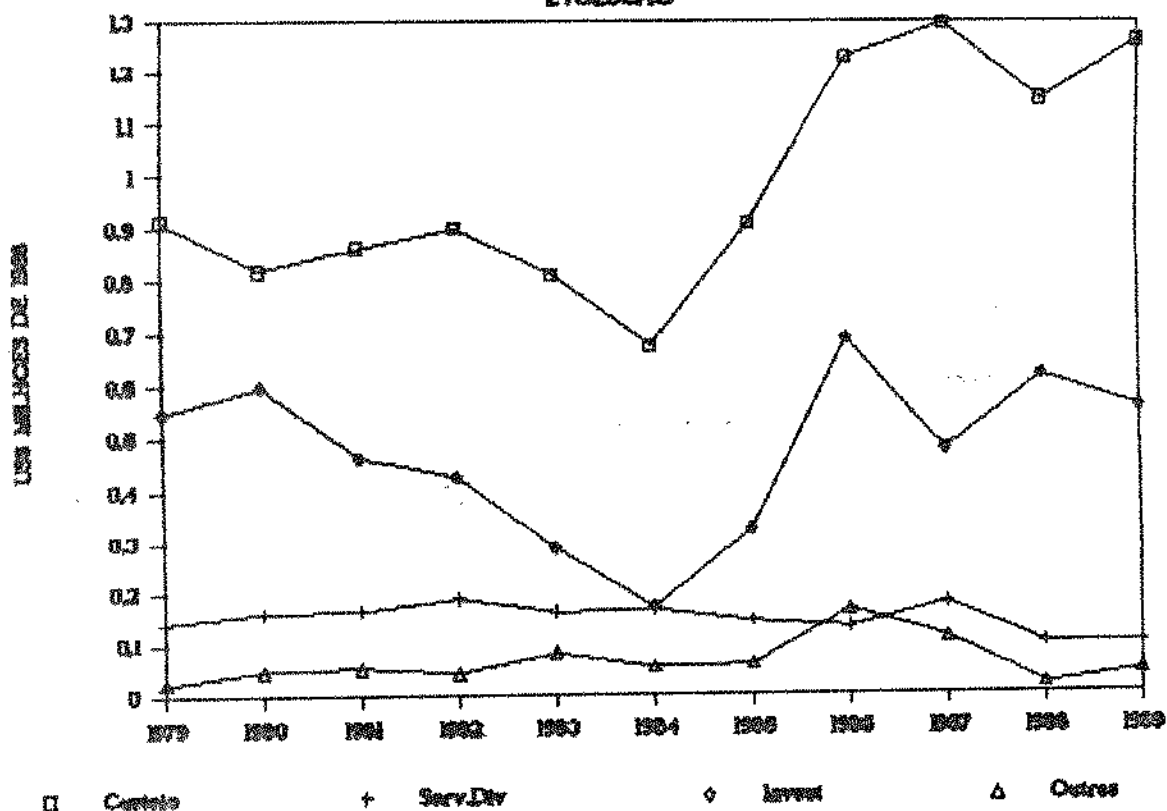


Gráfico 31b
 DESPESAS DAS AUTARQUIAS
 EVOLUÇÃO

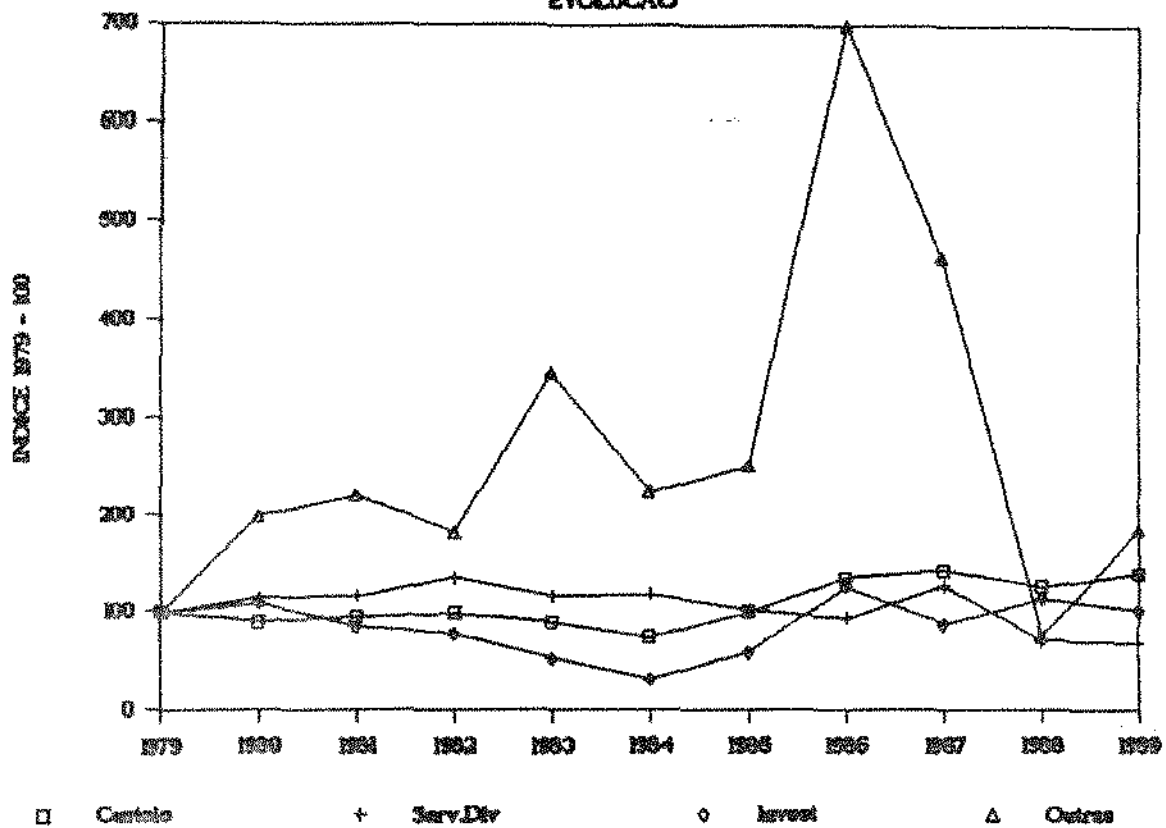


Gráfico 31a
 DESPESAS DAS AUTARQUIAS
 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA

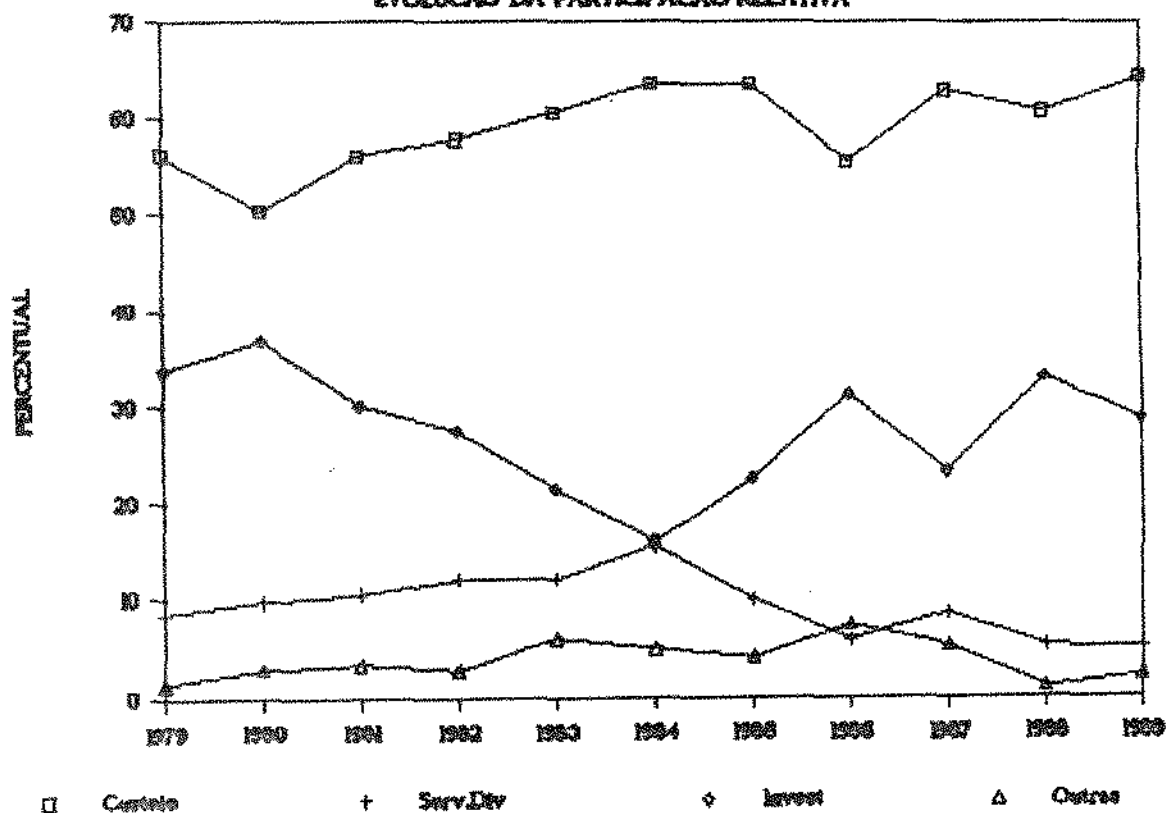
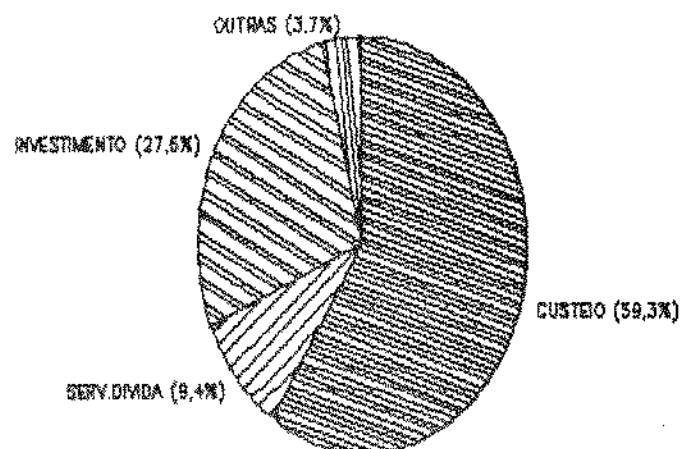
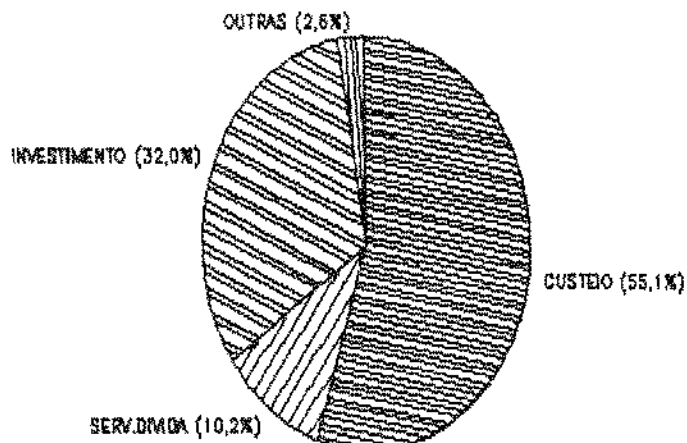


GRAFICO 32
AUTARQUIAS
DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

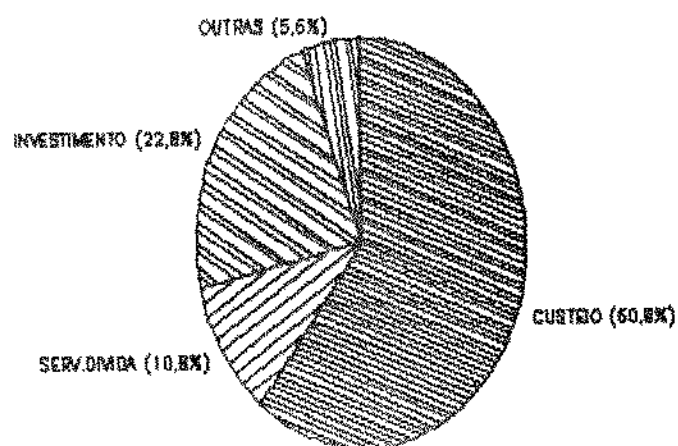
DESPESA DAS AUTARQUIAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79/89



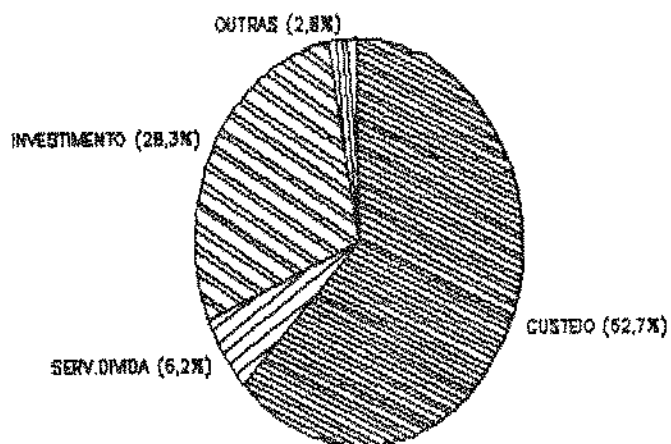
DESPESA DAS AUTARQUIAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79/82



DESPESA DAS AUTARQUIAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 83/86



DESPESA DAS AUTARQUIAS
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 87/89



5. FUNDAÇÕES

TABELA 30
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES

US\$ MILHÕES DE 1980

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PRÓPRIA	10,9	11,9	28,2	26,8	61,8	59,8	106,2	68,7	146,3	186,5	192,3
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	123,9	127,9	142,1	174,2	133,8	133,0	149,0	169,1	203,1	204,7	243,1
TOTAL	134,9	139,8	170,2	201,0	195,6	192,7	255,2	237,8	349,4	391,2	435,4

FONTE: RED/CPO/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAF.

TABELA 31
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES
PARTICIPAÇÃO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PRÓPRIA	8,1	8,5	16,5	13,3	31,6	31,0	41,6	28,9	41,9	47,7	44,2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	91,9	91,5	83,5	86,7	68,4	69,0	58,4	71,1	58,1	52,3	55,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: RED/CPO/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAF.

TABELA 32
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO

1979 = 100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PRÓPRIA	100	109	258	246	566	547	972	629	1339	1707	1760
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	100	103	115	141	100	107	120	136	164	165	196
TOTAL	100	104	126	149	145	143	109	176	259	290	323

FONTE: RED/CPO/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAF.

Gráfico 33
RECEITA TOTAL DAS FUNDACOES
EVOLUCAO

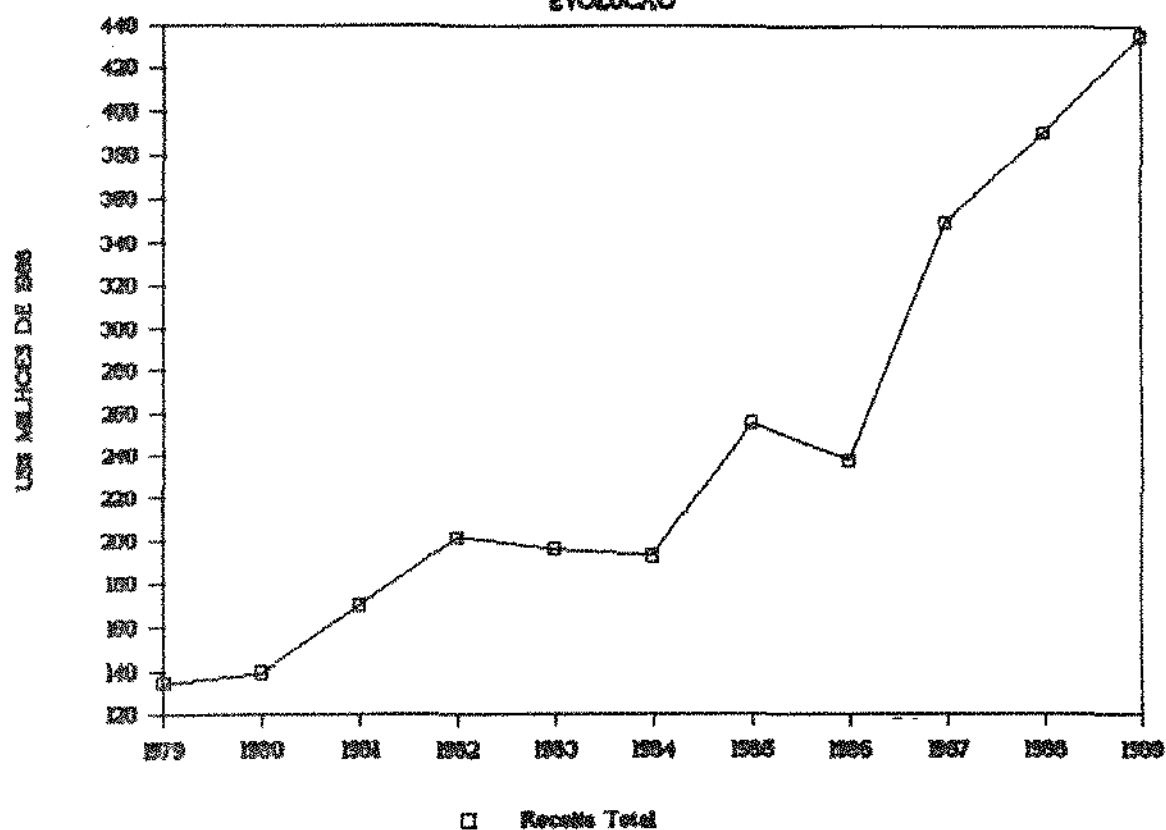


Gráfico 34
RECEITAS DAS FUNDACOES
EVOLUCAO

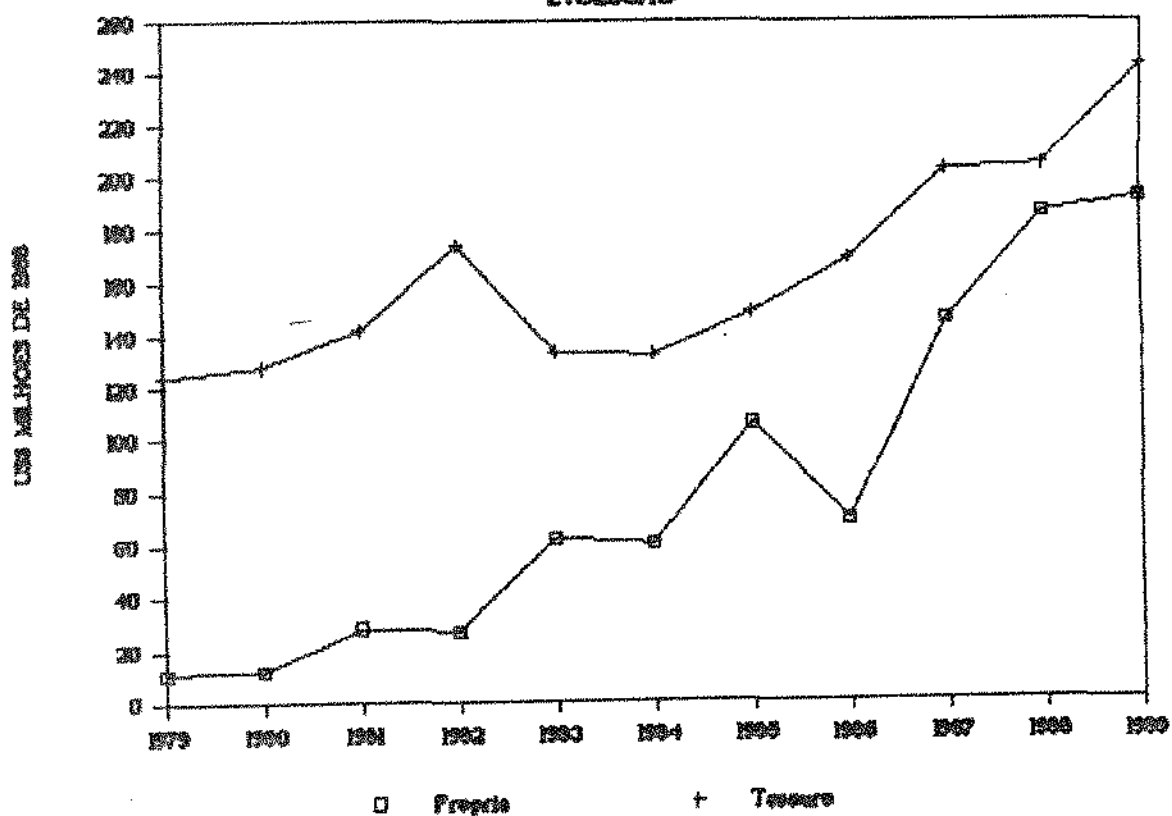


Gráfico 34b
RECEITAS DAS FUNDACOES
EVOLUCAO

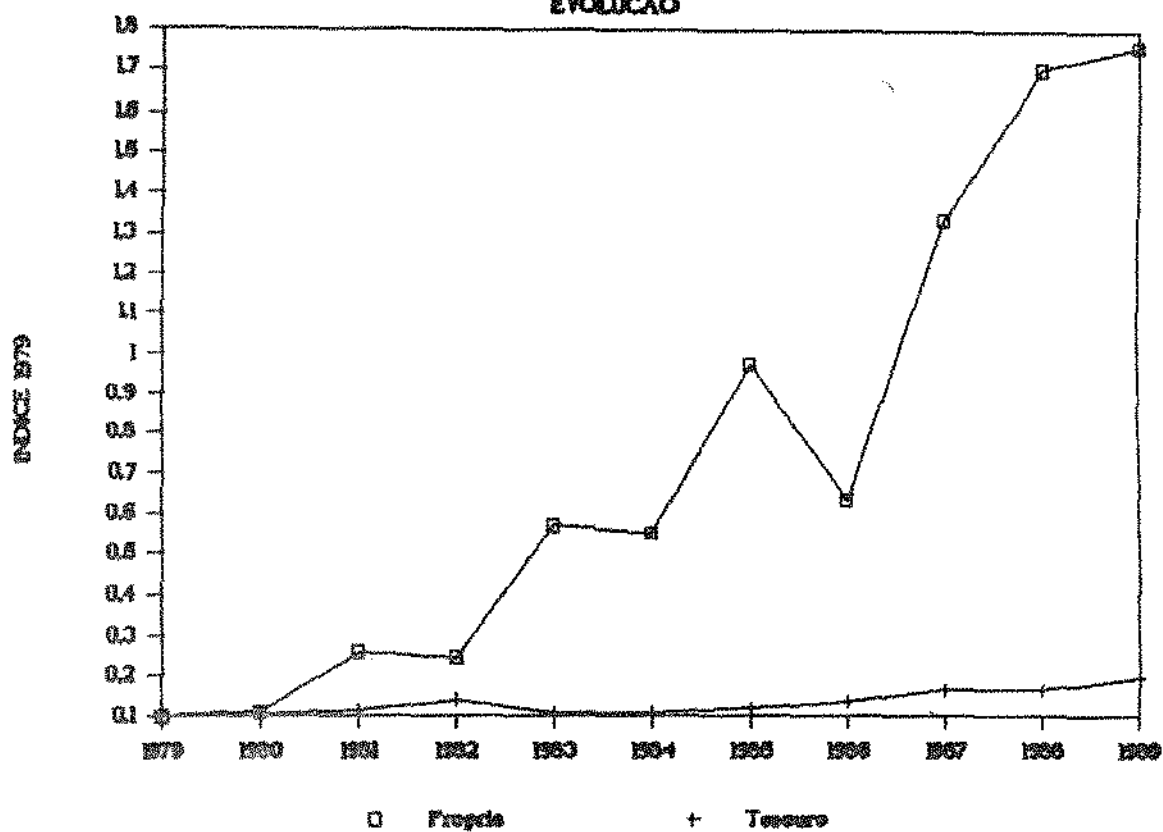


Gráfico 34a
RECEITAS DAS FUNDACOES
EVOLUCAO DA PARTICIPACAO RELATIVA

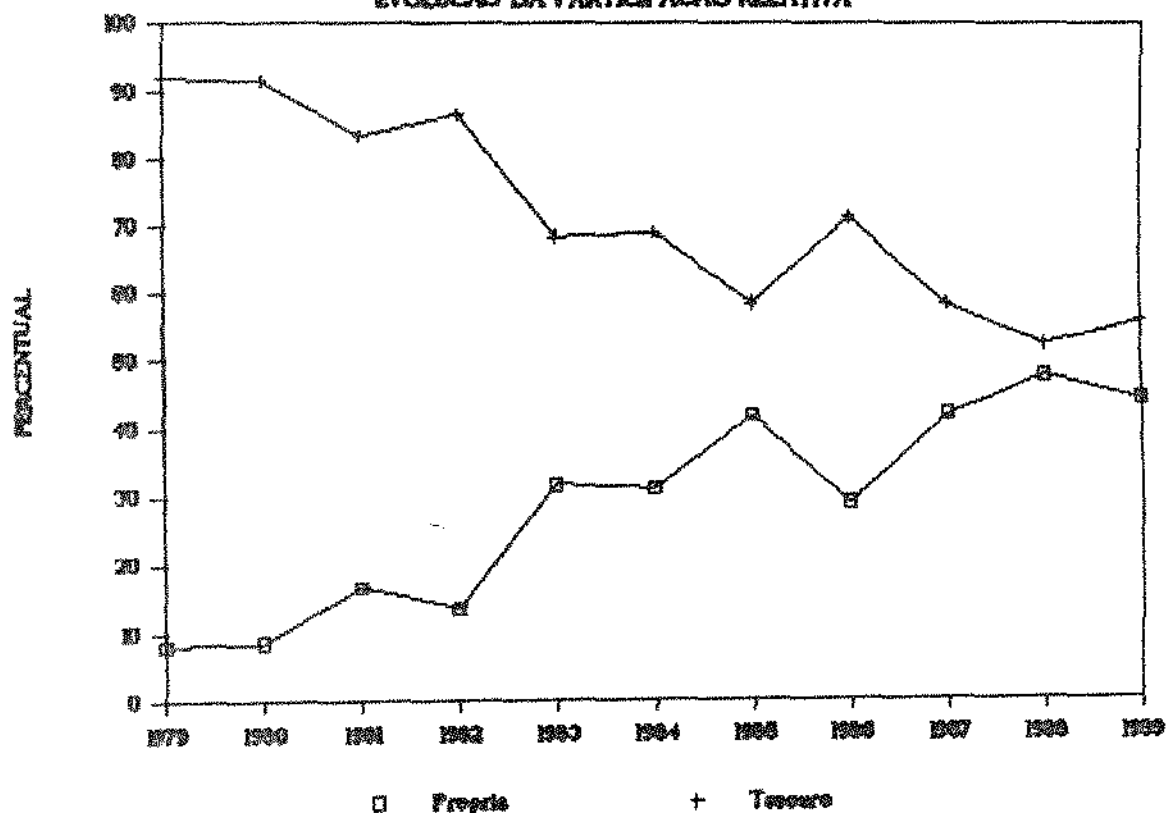
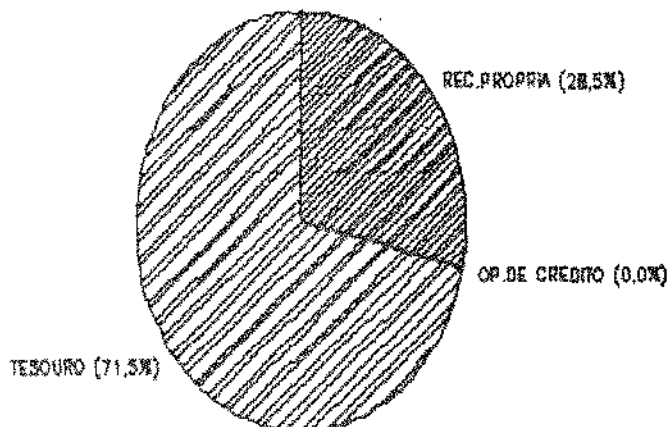


GRAFICO 35
FUNDAÇÕES
RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

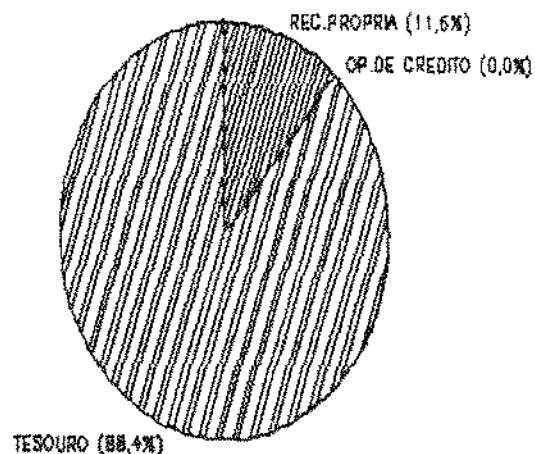
RECEITAS DAS FUNDAÇOES

% RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79/89



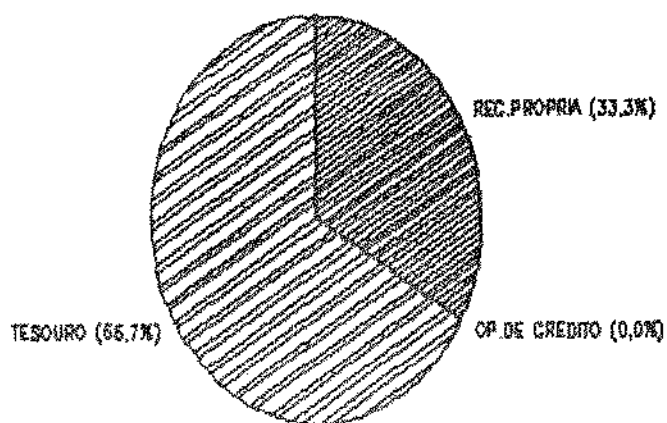
RECEITAS DAS FUNDAÇOES

% RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79/82



RECEITAS DAS FUNDAÇOES

% RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 83/86



RECEITAS DAS FUNDAÇOES

% RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 87/89

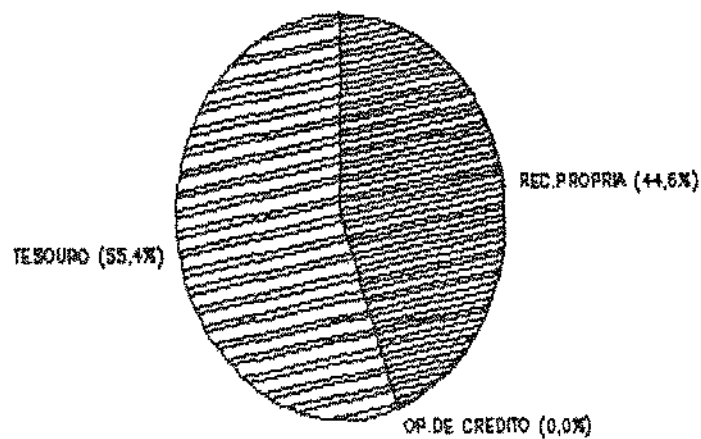


TABELA 33
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS FUNDACOES

US\$ MILHOES DE 1988

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	189,3	118,0	139,6	183,1	152,4	143,5	177,8	186,1	225,9	251,4	260,5
PESSOAL E REFLEXOS	64,1	70,9	86,7	123,8	100,2	87,7	98,8	113,6	121,5	138,4	100,2
OUTROS CUSTEIOS	45,3	47,0	53,0	59,3	52,2	55,9	79,1	72,5	104,4	113,0	152,3
SERVICO DA DIVIDA	0,5	0,3	1,3	5,7	1,0	6,2	2,4	1,3	2,6	0,4	0,6
INVESTIMENTOS	10,9	4,8	10,4	18,0	14,9	7,7	9,5	39,5	57,5	80,3	79,5
OUTROS	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	4,9	0,2
TOTAL	120,7	123,1	151,4	206,9	168,4	157,5	189,8	226,9	286,0	344,9	340,8

FONTE: CEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 34
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS FUNDACOES
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	90,6	95,9	92,3	88,5	90,5	91,1	93,7	82,0	79,0	72,9	76,4
PESSOAL E REFLEXOS	53,1	57,6	57,3	59,8	59,5	55,7	52,0	50,1	42,5	40,1	31,8
OUTROS CUSTEIOS	37,5	38,2	35,0	28,7	31,0	35,5	41,7	31,9	36,5	32,8	44,7
SERVICO DA DIVIDA	0,4	0,2	0,8	2,8	0,6	3,9	1,2	0,6	0,9	0,1	0,2
INVESTIMENTOS	9,0	3,9	6,9	8,7	8,9	4,9	5,0	17,4	20,1	25,6	23,3
OUTROS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 35
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS FUNDACOES
INDICE 1979=100

1979 = 100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100	100	128	167	139	131	163	170	207	230	238
PESSOAL E REFLEXOS	100	111	135	193	156	137	154	177	190	216	169
OUTROS CUSTEIOS	100	104	117	131	115	123	175	160	231	250	336
SERVICO DA DIVIDA	100	59	271	1.217	221	1.312	504	260	545	79	129
INVESTIMENTOS	100	44	96	166	137	71	88	363	529	812	731
OUTROS	100	172	50	158	210	206	158	20	0	14.447	456
TOTAL	100	102	125	171	140	130	157	180	237	286	282

FONTE: CEOP/CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

Gráfico 36
 DESPESA TOTAL DAS FUNDACOES
 EVOLUCAO

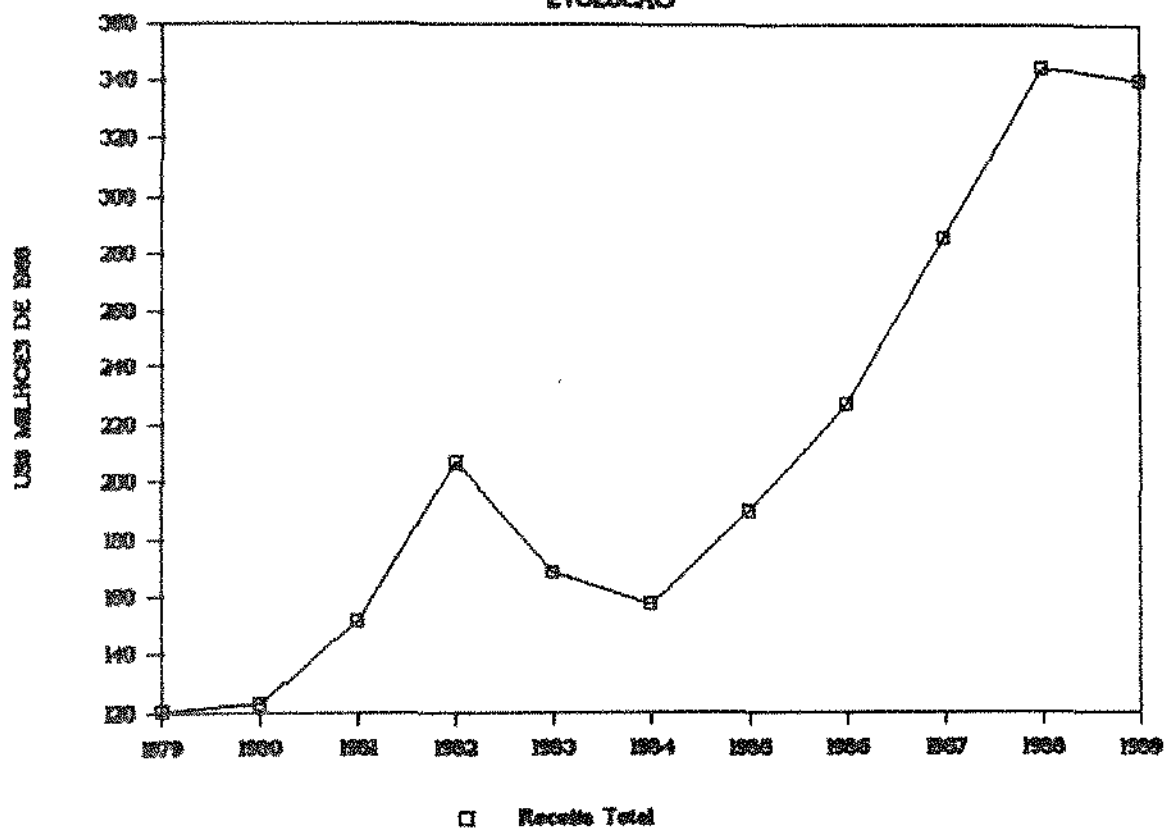


Gráfico 37
 DESPESAS DAS FUNDACOES
 EVOLUCAO

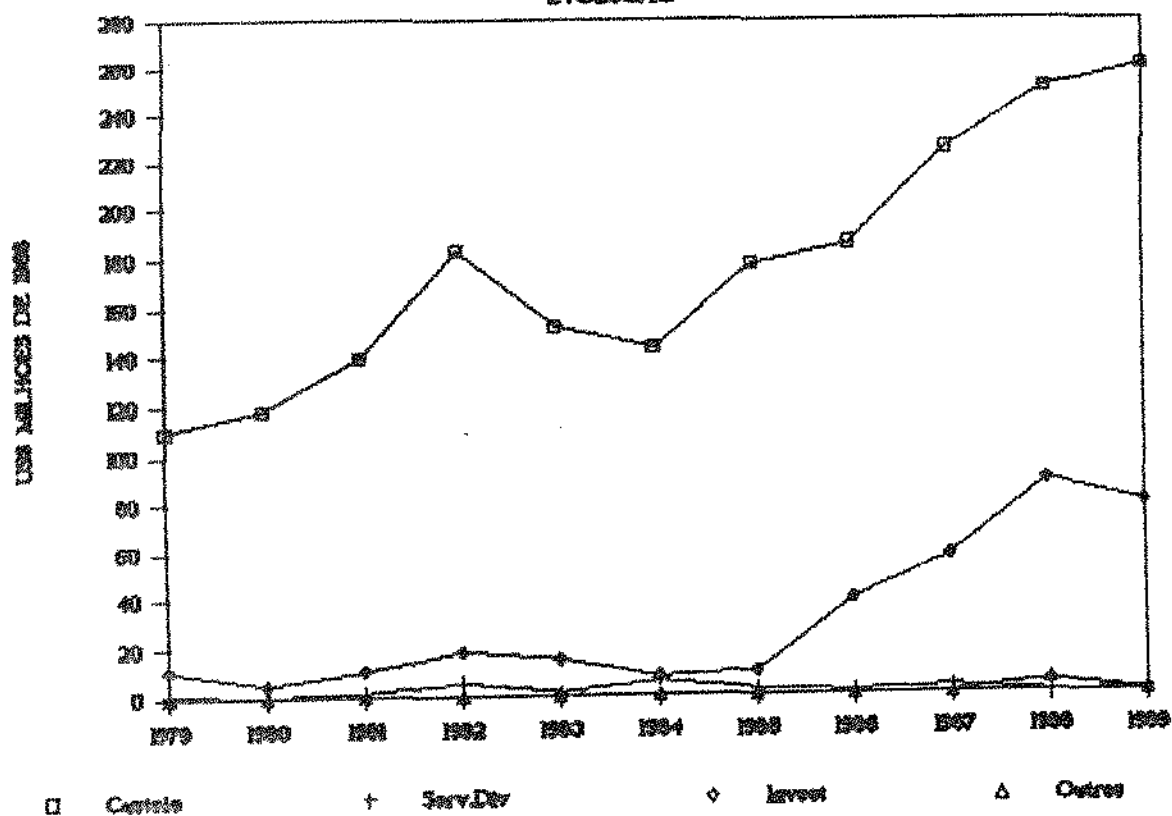


Gráfico 37b
DESPESAS DAS FUNDACOES
EVOLUCAO

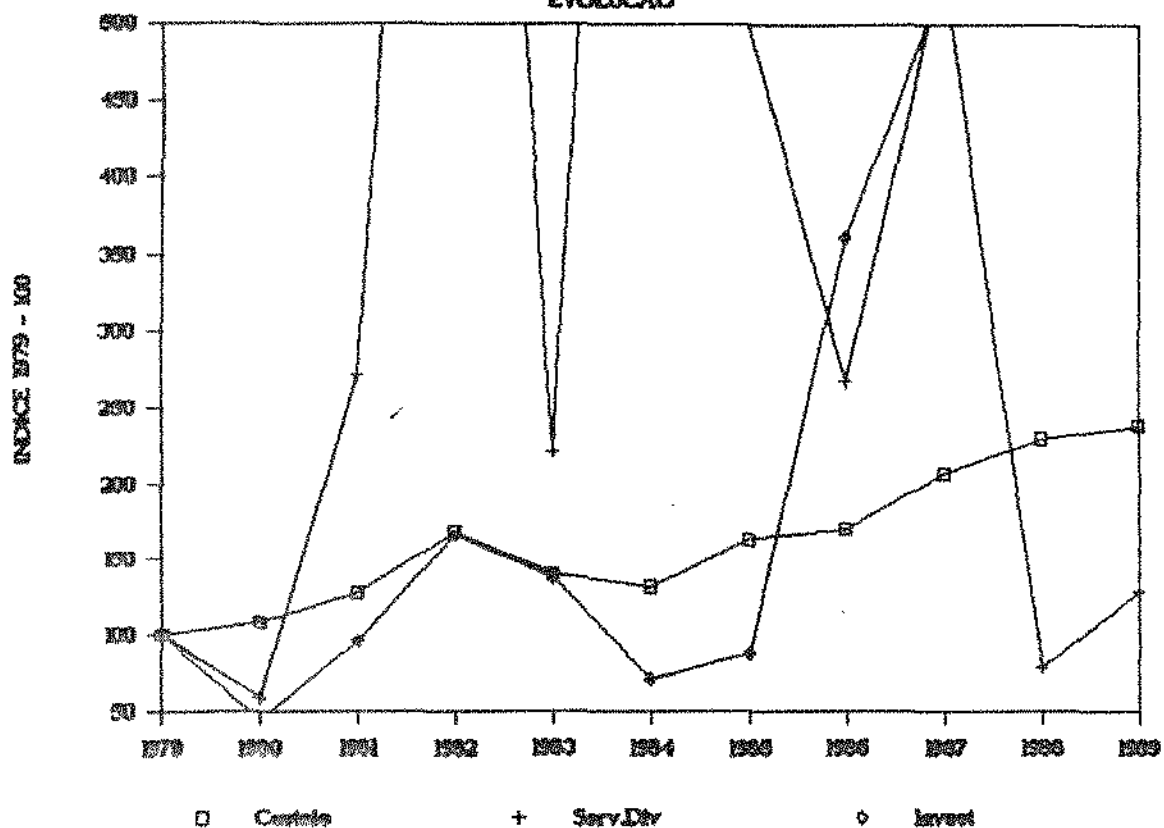


Gráfico 37a
DESPESAS DAS FUNDACOES
EVOLUCAO DA PARTICIPACAO RELATIVA

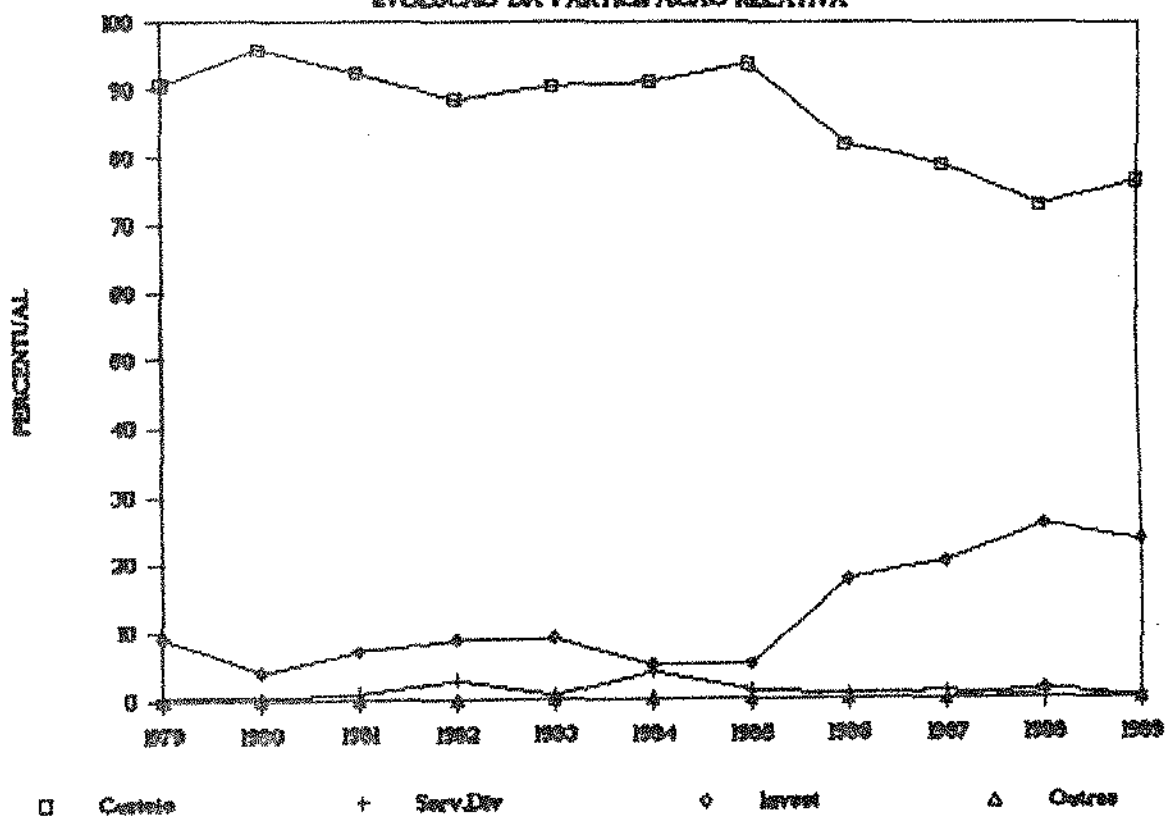
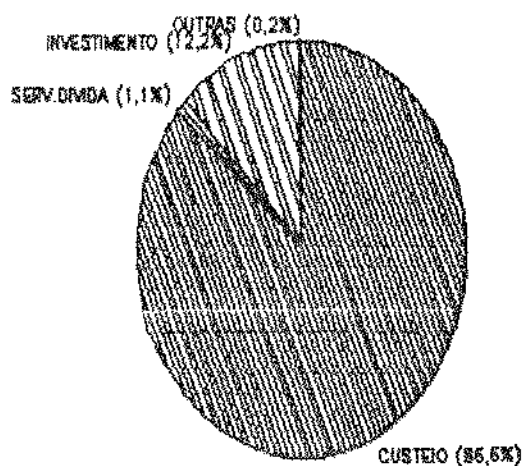
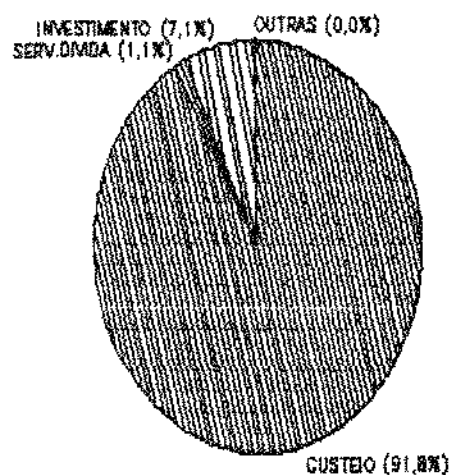


GRAFICO 38
FUNDACOES
DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA
PARTICIPACAO RELATIVA MEDIA NOS PERIODOS ADMINISTRATIVOS

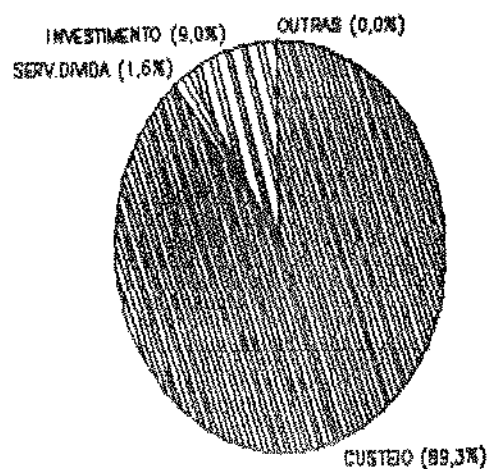
DESPESA DAS FUNDACOES
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79-89



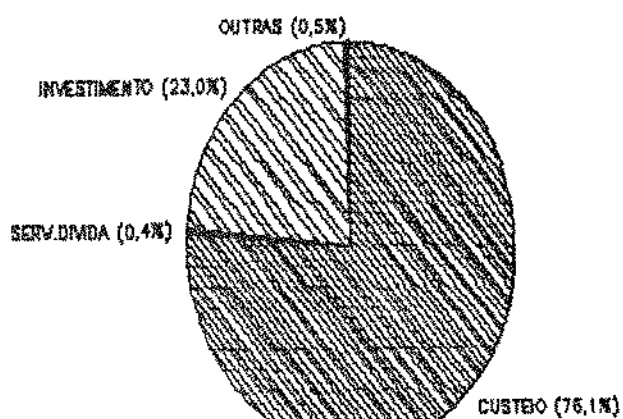
DESPESA DAS FUNDACOES
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 79-82



DESPESA DAS FUNDACOES
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 83-85



DESPESA DAS FUNDACOES
 % RELATIVA P/ CATEGORIA - MEDIA 87-89



Anexo II

**CATEGORIAS ECONÔMICAS DE RECEITA E DESPESA
POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA**

ÍNDICE

	Págs.
1. COMPOSIÇÃO DOS ITENS DA RECEITA DO SPP POR INSTÂNCIA	
ADMINISTRATIVA	
GRÁFICOS.....	139
TABELAS.....	145
2. COMPOSIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA DO SPP POR INSTÂNCIA	
ADMINISTRATIVA	
GRÁFICOS.....	141
TABELAS.....	155

1. COMPOSIÇÃO DOS ITENS DA RECEITA DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Gráfico 1

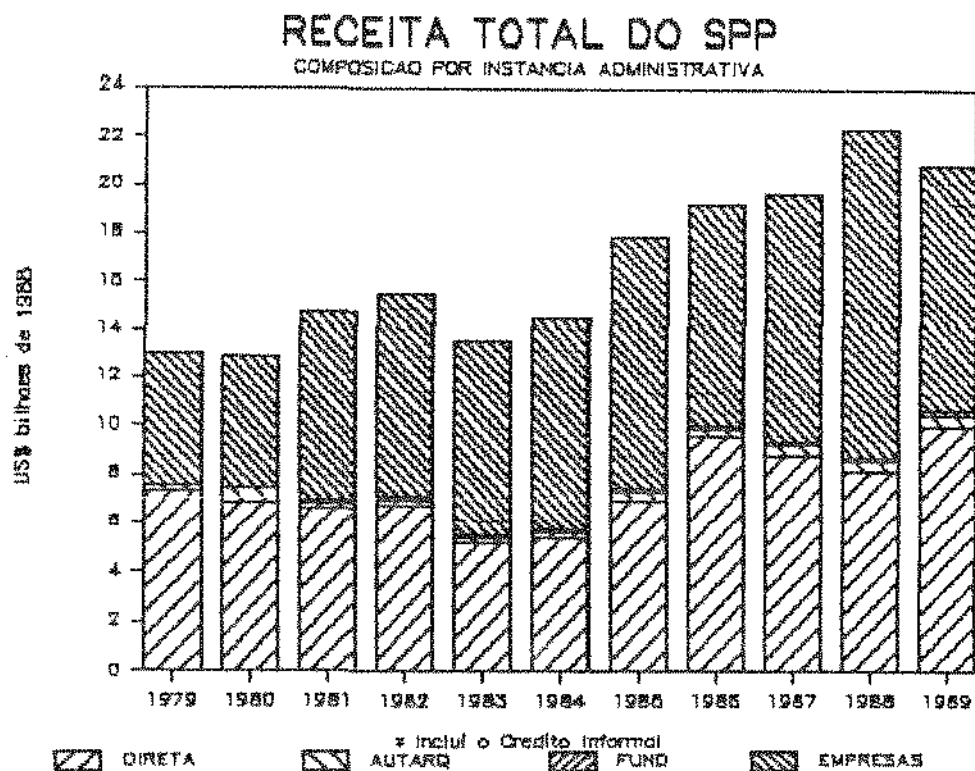


Gráfico 2

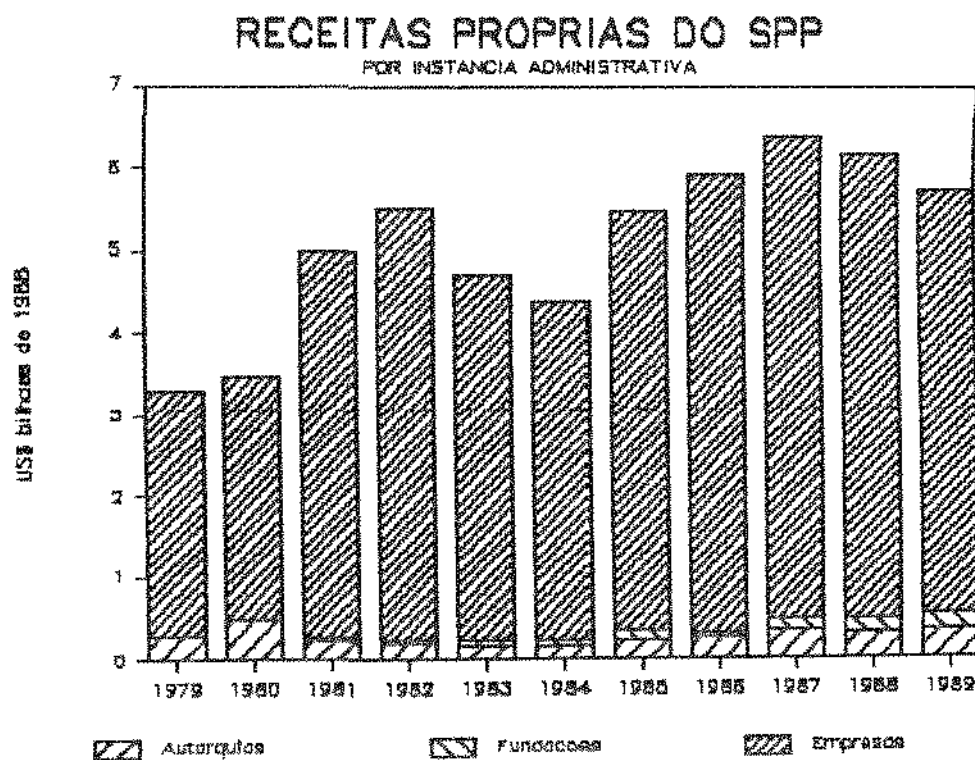


Gráfico 3

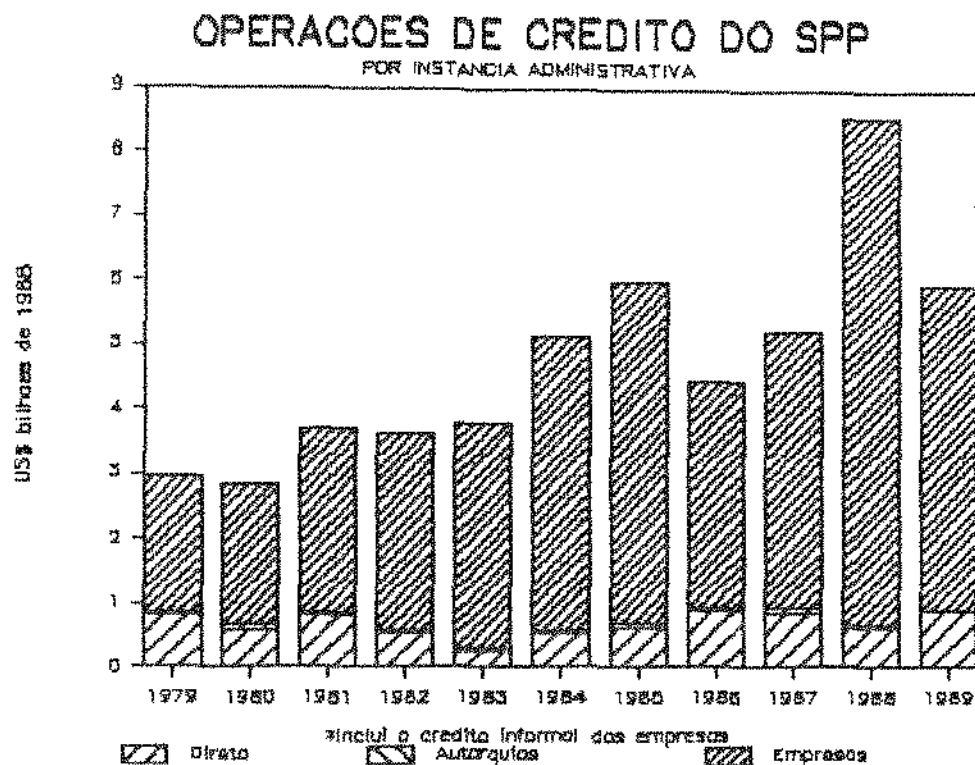


Gráfico 4

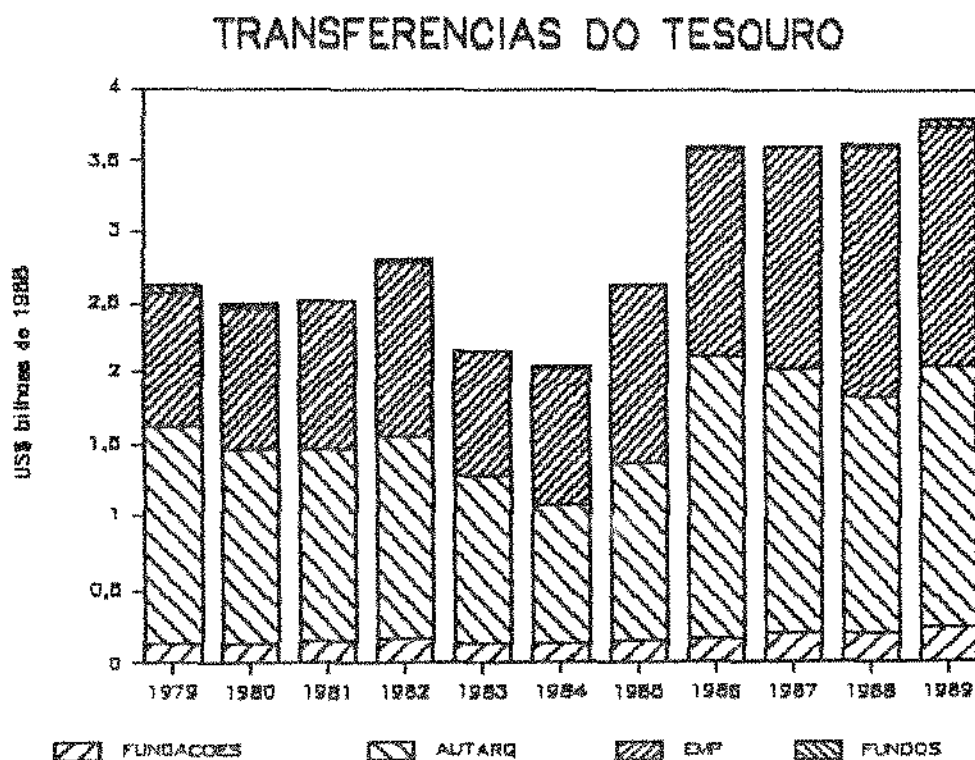


Gráfico 5

OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

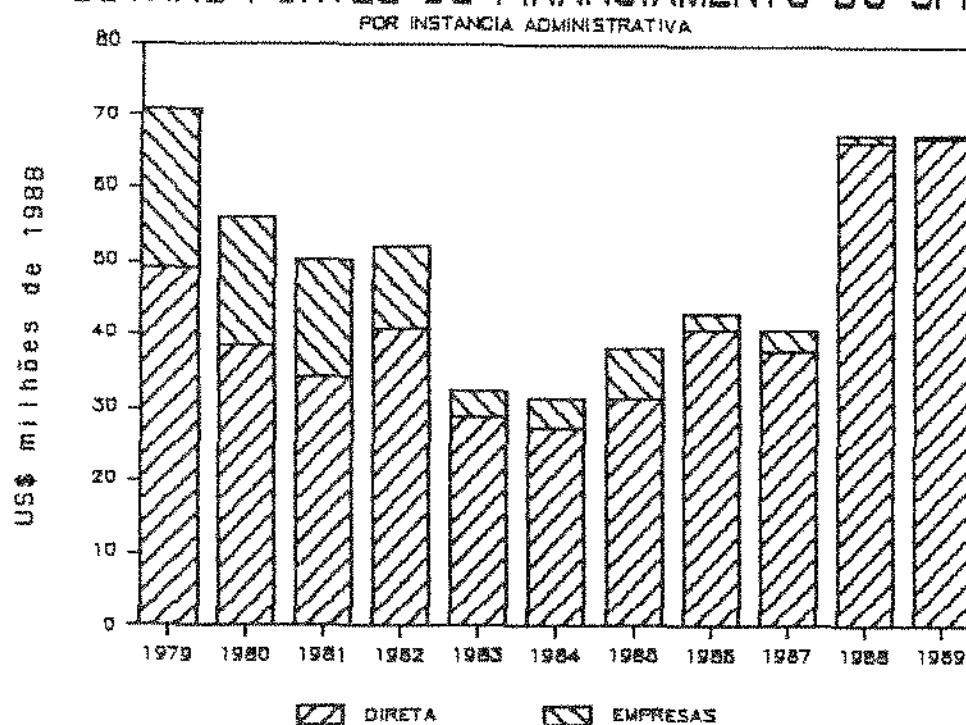


Gráfico 6

GASTO TOTAL DO SPP

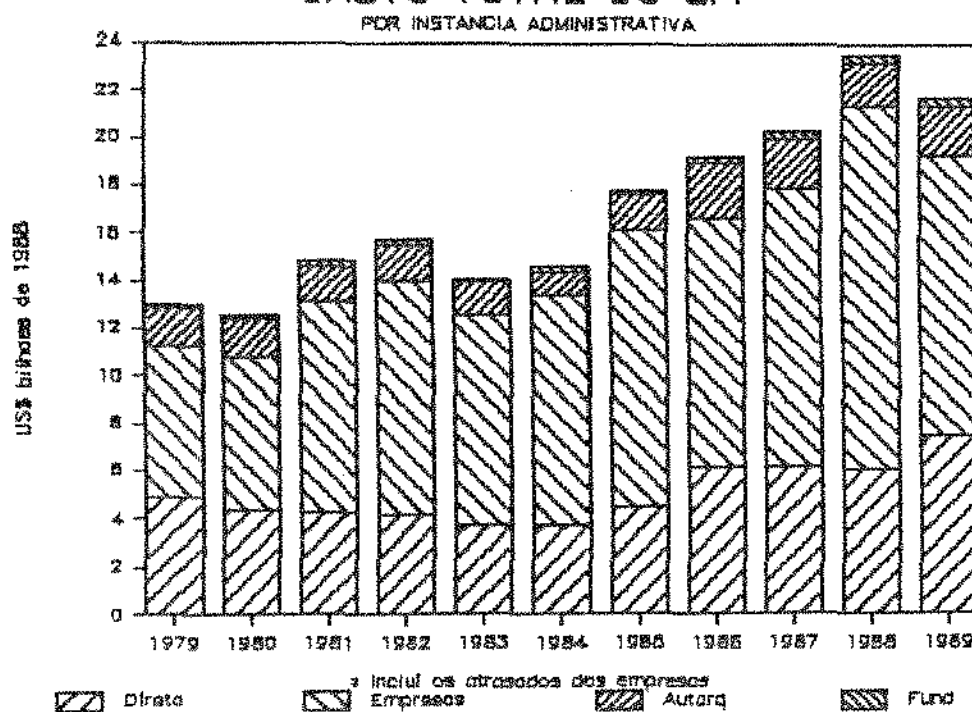


Gráfico 7

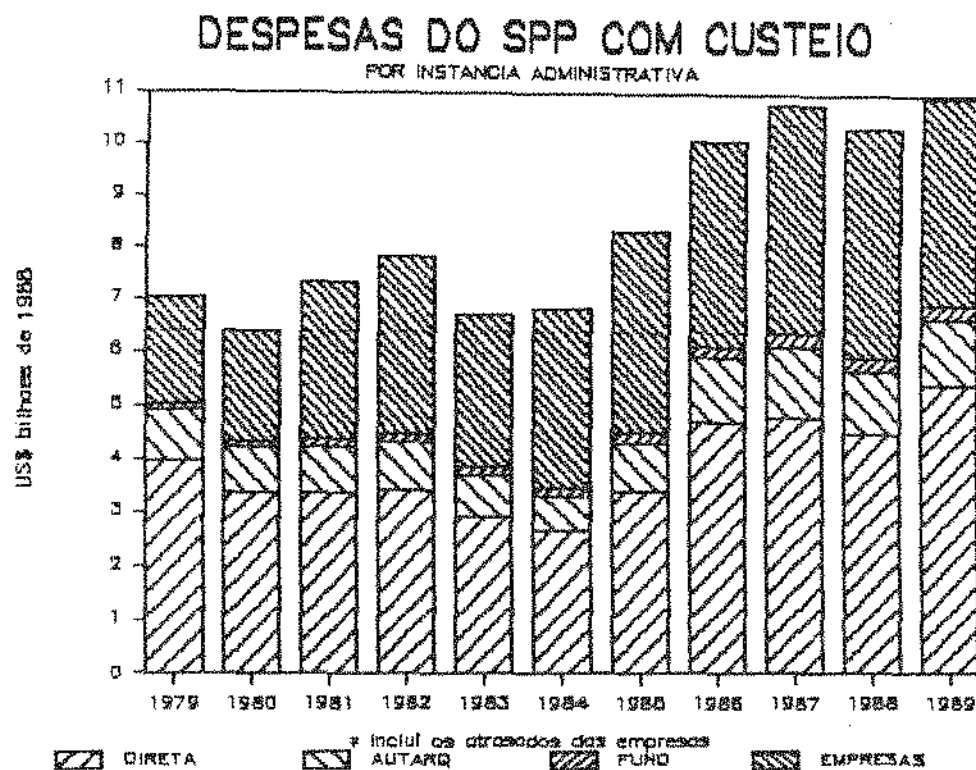


Gráfico 8

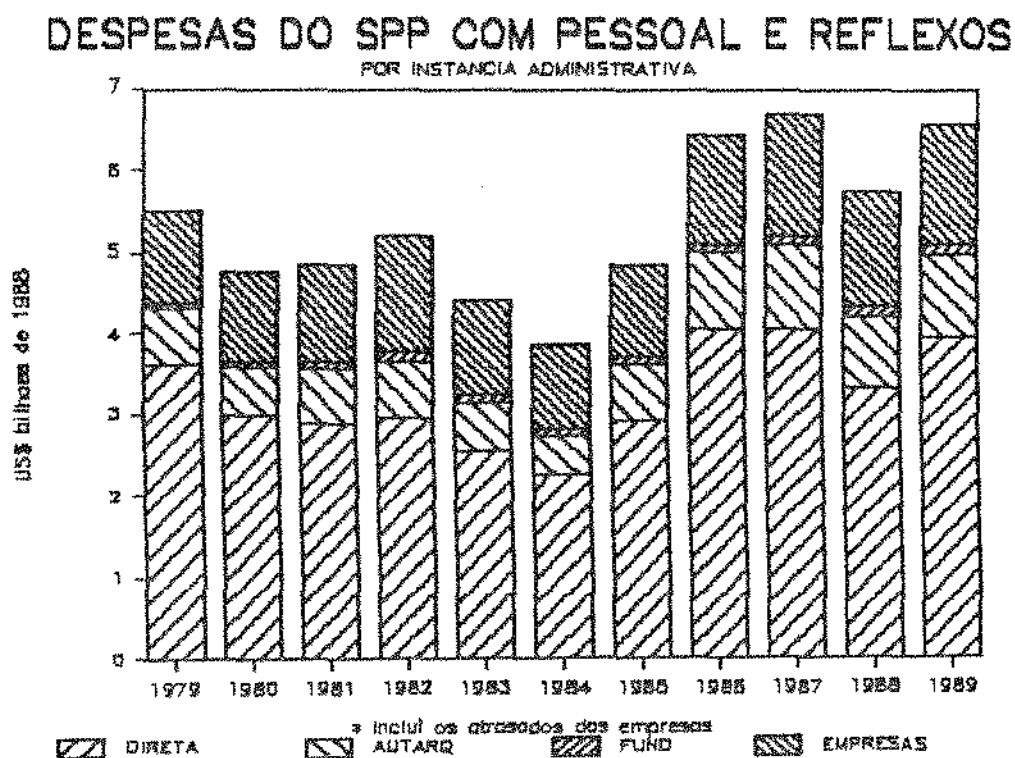


Gráfico 9

DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS

POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

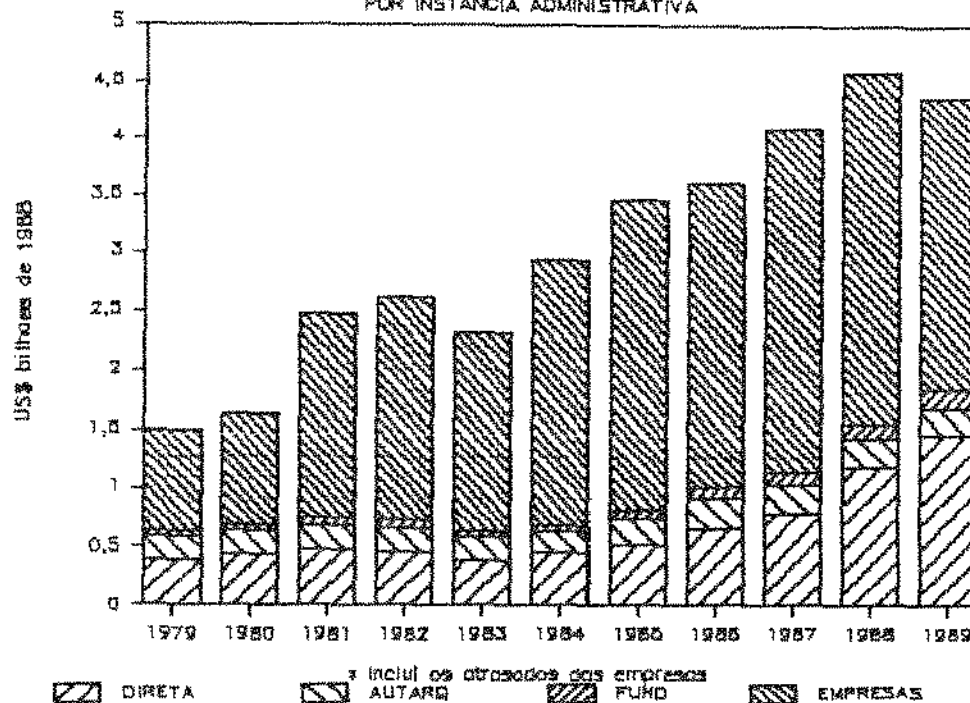


Gráfico 10

DESPESAS DO SPP COM SERVICO DA DÍVIDA

POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

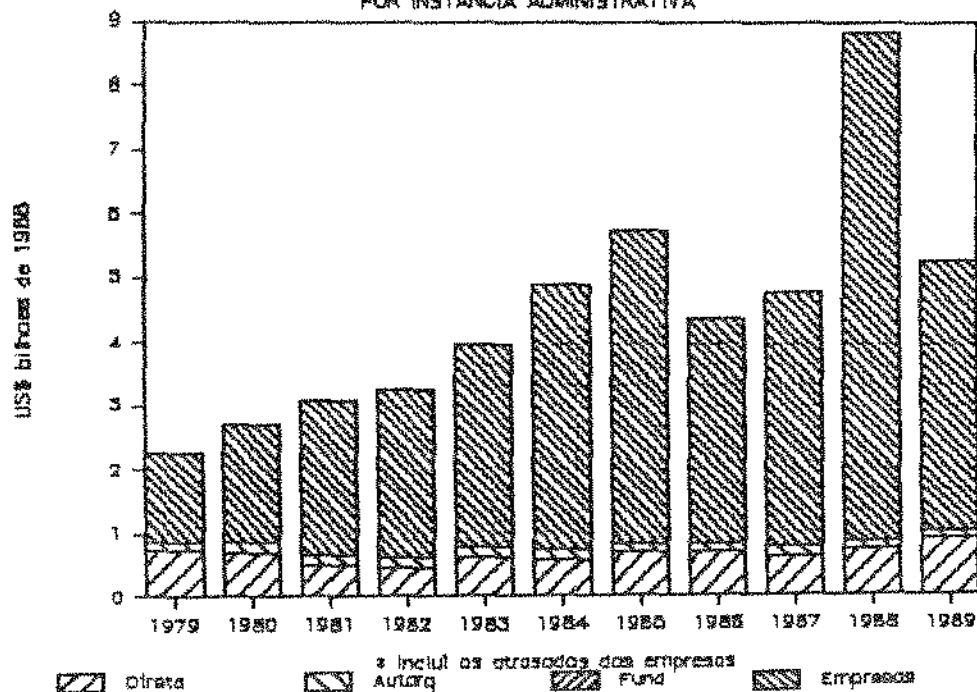


Gráfico 11

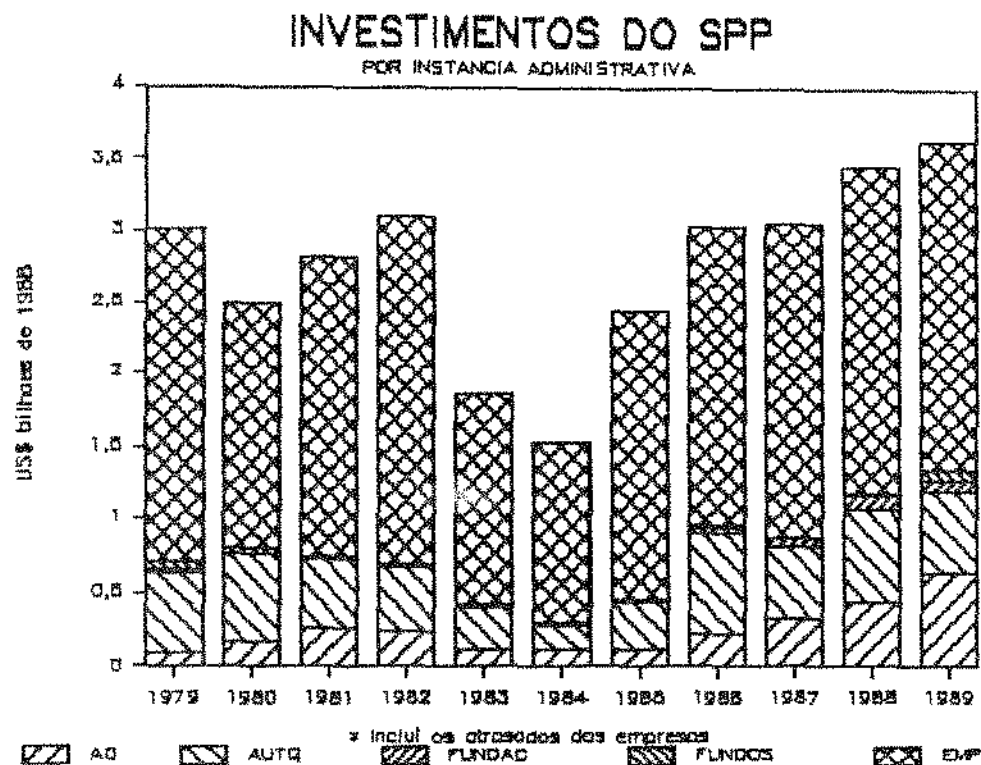


Gráfico 12

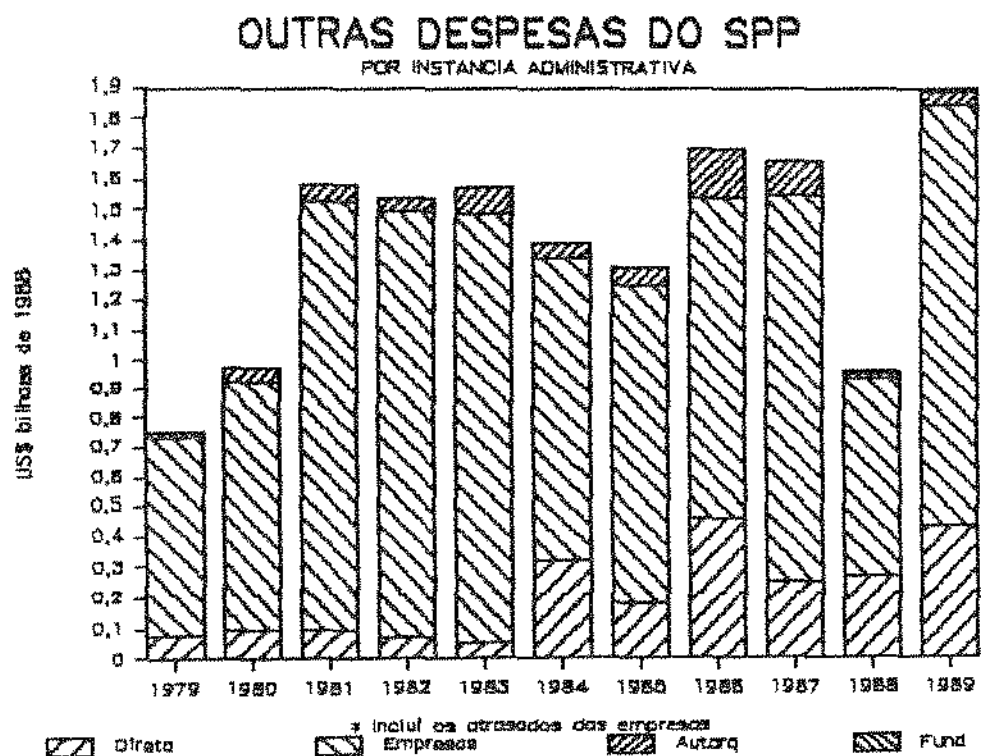


TABELA 1
RECEITA TOTAL DO SPP
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhoes de 1988

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
AOM. DIRETA	7.282,0	6.992,1	6.649,8	6.828,3	5.256,5	5.502,6	6.966,6	9.651,5	8.871,8	8.218,0	10.101,9
AUTARQUIAS	297,2	536,7	282,6	220,9	213,8	214,4	322,9	283,0	421,3	373,1	380,9
FUNDAÇÕES	10,9	11,9	28,2	26,8	61,8	59,8	106,2	68,7	146,3	186,5	192,3
EMPRESAS *	5.407,4	5.406,0	7.798,9	8.486,5	8.821,2	8.723,6	10.490,3	9.153,3	10.232,1	13.574,6	10.208,1
TOTAL	12.997,5	12.856,7	14.759,5	15.562,5	13.553,4	14.500,4	17.885,9	19.156,5	19.671,6	22.352,3	20.883,2

* Inclui o Credito Informal.

OBS. Os dados de Autarquias, Fundações e Empresas não incluem as Transferências do Tesouro.

Assim sendo, são obtidos a partir da soma das Receitas Próprias, Operações de Crédito,
e das Outras Receitas.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 1a
RECEITA TOTAL DO SPP
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	56,0	53,7	45,1	43,9	38,8	37,9	38,9	50,4	45,1	36,8	40,4
AUTARQUIAS	2,3	4,2	1,9	1,4	1,6	1,5	1,8	1,5	2,1	1,7	1,8
FUNDACOES	0,1	0,1	0,2	0,2	0,5	0,4	0,6	0,4	0,7	0,8	0,9
EMPRESAS *	41,6	42,0	52,0	54,5	59,2	60,2	58,7	47,8	52,0	60,7	48,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui o Credito Informal.

OBS. Os dados de Autarquias, Fundacoes e Empresas nao incluem as Transferencias do Tesouro.
Assim sendo, sao obtidos a partir da soma das Receitas Proprias, Operacoes de Credito,
e das Outras Receitas.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 1b
RECEITA TOTAL DO SPP
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
INDICE DE EVOLUCAO

1979 = 100

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	100	95	91	94	72	76	96	133	122	113	139
AUTARQUIAS	100	181	95	74	72	72	109	95	142	126	128
FUNDACOES	100	109	258	246	566	547	972	629	1.339	1.707	1.760
EMPRESAS *	100	100	144	157	148	161	194	169	189	251	189
TOTAL	100	99	114	120	144	112	138	147	151	172	161

* Inclui o Credito Informal.

OBS. Os dados de Autarquias, Fundacoes e Empresas nao incluem as Transferencias do Tesouro.
Assim sendo, sao obtidos a partir da soma das Receitas Proprias, Operacoes de Credito,
e das Outras Receitas.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 2
RECEITAS PRÓPRIAS
EVOLUÇÃO POR INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

US\$ milhões de 1988

INSTÂNCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
AUTARQUIAS	292,1	482,8	233,4	188,5	158,0	177,7	241,9	249,6	347,1	313,7	358,8
FUNDAÇÕES	10,9	11,9	28,2	26,8	61,8	59,8	106,2	68,7	146,3	186,5	192,3
EMPRESAS	3.001,3	2.964,8	4.733,9	5.288,8	4.494,1	4.151,7	5.131,7	5.615,2	5.905,8	5.659,8	5.197,3
TOTAL	3.304,3	3.459,4	4.995,5	5.496,1	4.713,9	4.389,2	5.479,8	5.933,6	6.399,3	6.160,1	5.739,7

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAPE.

TABELA 2a
RECEITAS PROPRIAS
EVOLUCAO POR INSTANCIAS ADMINISTRATIVAS
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
AUTARQUIAS	8,8	14,8	4,7	3,4	3,4	4,8	4,4	4,2	5,4	5,1	6,1
FUNDAÇÕES	0,3	0,3	0,6	0,5	1,3	1,4	1,9	1,2	2,3	3,0	3,4
EMPRESAS	90,8	85,7	94,8	96,1	95,3	94,6	93,6	94,6	92,3	91,9	90,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 2b
RECEITAS PROPRIAS
EVOLUCAO POR INSTANCIAS ADMINISTRATIVAS
INDICE 1979=100

1979 = 100

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
AUTARQUIAS	100	165	88	65	54	61	83	85	119	107	120
FUNDAÇÕES	100	109	258	246	566	547	972	629	1.339	1.707	1.760
EMPRESAS	100	99	158	176	150	138	171	187	197	189	173
TOTAL	100	102	115	124	103	99	126	156	154	142	155

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 3
OPERACOES DE CREDITO DO SPP
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhoes de 1988											
ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADMINISTRACAO DIRETA	844,6	591,0	808,9	554,1	257,8	558,1	637,2	896,0	854,1	605,5	893,4
AUTARQUIAS	5,1	54,0	49,2	32,4	55,8	36,7	81,0	33,4	74,2	59,4	30,9
FUNDACOES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
EMPRESAS	2.088,5	2.188,2	2.831,8	3.040,4	3.473,4	4.517,2	5.257,4	3.588,9	4.285,1	7.900,5	5.004,2
FORMAIS	2.088,5	1.751,4	2.293,2	2.182,7	844,0	2.239,4	3.494,5	2.772,4	2.368,3	2.736,1	1.367,1
INFORMAIS	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4	3.637,1
TOTAL S/ Informais	2.938,3	2.396,4	3.151,4	2.769,2	1.157,6	2.834,2	4.212,7	3.781,8	3.296,7	3.401,0	2.291,5
Informais	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4	3.637,1
TOTAL C/ Informais	2.938,3	2.833,2	3.690,0	3.626,9	3.787,0	5.111,9	5.975,5	4.438,3	5.213,5	8.565,4	5.928,6

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 3a
OPERACOES DE CREDITO DO SPP
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADMINISTRACAO DIRETA	28,7	28,9	21,9	15,3	6,8	10,9	10,7	20,2	16,4	7,1	15,1
AUTARQUIAS	0,2	1,9	1,3	0,9	1,5	0,7	1,4	0,8	1,4	0,7	0,5
FUNDACOES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
EMPRESAS	71,1	77,2	76,7	83,8	91,7	88,4	88,0	79,1	82,2	92,2	84,4
FORMAIS	71,1	61,8	62,1	60,2	22,3	43,8	58,5	62,5	45,4	31,9	23,1
INFORMAIS	0,0	15,4	14,6	23,6	69,4	44,6	29,5	16,6	36,8	60,3	61,3
TOTAL C/ INFORMAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.
ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 3b
OPERACOES DE CREDITO DO SPP
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA EM RELACAO AO TOTAL S/ O CREDITO INFORMAL

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADMINISTRACAO DIRETA	28,7	24,7	25,7	20,0	22,3	19,7	15,1	24,2	25,9	17,0	39,0
AUTARQUIAS	0,2	2,3	1,6	1,2	4,0	1,3	1,9	0,9	2,3	1,7	1,3
FUNDACOES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
EMPRESAS	71,1	73,1	72,8	78,8	72,9	79,0	83,0	74,9	71,8	80,4	59,7
TOTAL S/ INFORMAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.
ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 3c
 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SPP
 EVOLUÇÃO POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA
 ÍNDICE DE EVOLUÇÃO

1979 = 100

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	100	70	96	66	31	66	75	106	101	72	106
AUTARQUIAS	100	1.050	950	631	1.086	713	1.576	649	1.444	1.156	601
FUNDAÇÕES	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
EMPRESAS	100	105	136	146	166	216	252	168	205	378	240
FORMAIS	100	84	110	105	40	107	167	133	113	131	65
INFORMAIS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	100	96	126	123	129	174	203	151	177	292	202

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNAMP.

TABELA 4
TRANSFERENCIAS DO TESOURO PARA AS INSTANCIAS ADMINISTRATIVAS

US\$ milhoes de 1988

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
FUNDACOES	123,9	127,9	142,1	174,2	133,8	133,0	149,0	169,1	203,1	204,7	243,1
AUTARQUIAS	1.545,8	1.328,3	1.317,2	1.372,4	1.142,1	946,3	1.221,6	1.938,1	1.814,0	1.611,9	1.789,7
EMPRESAS	929,1	999,3	1.046,4	1.243,1	865,7	944,8	1.243,3	1.481,1	1.583,0	1.776,4	1.707,0
FUNDOS	66,0	30,8	14,3	13,9	9,8	6,1	8,0	17,5	9,8	23,3	64,4
TOTAL	2.624,8	2.406,3	2.519,9	2.803,6	2.151,5	2.030,2	2.622,0	3.605,8	3.609,9	3.616,3	3.804,1

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 4a
TRANSFERENCIAS DO TESOURO PARA AS INSTANCIAS ADMINISTRATIVAS
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
FUNDACOES	4,7	5,1	5,6	6,2	6,2	6,5	5,7	4,7	5,6	5,7	6,4
AUTARQUIAS	57,4	53,4	52,3	49,0	53,1	46,6	46,6	53,0	50,3	44,6	47,0
EMPRESAS	35,4	40,2	41,5	44,3	40,2	46,5	47,4	41,1	43,9	49,1	44,9
FUNDOS	2,5	1,2	0,6	0,5	0,5	0,3	0,3	0,5	0,3	0,6	1,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 4b
TRANSFERENCIAS DO TESOURO PARA AS INSTANCIAS ADMINISTRATIVAS
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
FUNDACOES	100	103	115	141	108	107	120	136	164	165	196
AUTARQUIAS	100	88	87	91	76	63	81	129	120	107	119
EMPRESAS	100	108	113	134	93	102	134	159	170	191	184
FUNDOS	100	47	22	21	15	9	12	27	15	35	90
TOTAL	100	95	96	107	82	77	100	137	138	138	145

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 5
OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhoes de 1988

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	49,1	38,6	34,4	40,6	28,9	27,4	31,4	40,8	37,9	66,5	67,2
AUTARQUIAS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
FUNDACOES	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
EMPRESAS	21,8	17,4	16,0	11,3	3,7	3,7	6,9	2,0	2,8	1,0	0,4
TOTAL	70,9	56,0	50,4	51,9	32,6	31,2	38,3	42,8	40,7	67,5	67,6

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 5a
OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	69,2	69,0	68,2	70,2	88,7	88,0	81,9	95,3	93,1	98,5	99,3
AUTARQUIAS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
FUNDACOES	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
EMPRESAS	30,8	31,0	31,8	21,8	11,3	12,0	18,1	4,7	6,9	1,5	0,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 5b
OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
INDICE 1979=100

1979 = 100

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	100	79	70	93	59	56	64	83	77	136	137
AUTARQUIAS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
FUNDACOES	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
EMPRESAS	100	80	73	52	17	17	32	9	13	5	2
TOTAL	100	79	71	73	46	44	54	60	57	95	95

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

2. COMPOSIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA DO SPP POR INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

TABELA 6
GASTO TOTAL DO SPP POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ mil de 1988

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	4.928,0	4.412,1	4.267,7	4.199,5	3.722,5	3.716,1	4.464,4	6.899,3	6.876,8	6.884,9	7.441,0
AUTARQUIAS	1.626,5	1.624,9	1.540,9	1.556,6	1.340,9	1.064,7	1.436,0	2.215,3	2.859,7	1.887,6	1.962,9
FUNDACOES	120,7	123,1	151,4	206,9	168,4	157,5	189,8	226,9	286,0	344,9	340,8
EMPRESAS *	6.336,4	6.405,3	8.845,4	9.729,6	8.886,9	9.668,3	11.733,7	10.634,4	11.815,1	15.351,0	11.915,1
FUNDOS	66,0	30,8	14,3	13,9	9,8	6,1	8,0	17,5	9,8	23,3	64,4
TOTAL	13.069,6	12.596,3	14.819,6	15.706,5	14.120,5	14.612,7	17.831,9	19.193,4	20.247,3	23.611,8	21.724,2

* Inclui os atrasados

FORTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDMP.

TABELA 6a
GASTO TOTAL DO SPP POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	37,6	35,0	28,8	26,7	26,3	25,4	25,0	31,8	30,0	25,4	34,3
AUTARQUIAS	12,4	12,9	10,4	9,9	9,5	7,3	8,1	11,5	10,2	8,0	9,0
FUNDACOES	0,9	1,0	1,0	1,3	1,2	1,1	1,1	1,2	1,4	1,5	1,6
EMPRESAS *	40,5	50,9	59,7	61,9	62,9	66,2	65,8	55,4	58,4	65,0	54,8
FUNDOS	0,5	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui os atrasados

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 6b
GASTO TOTAL DO SPP POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	100	90	87	85	76	76	91	124	124	122	151
AUTARQUIAS	100	100	95	96	82	65	88	136	127	116	121
FUNDACOES	100	102	125	171	140	130	157	188	237	286	282
EMPRESAS *	100	101	140	154	140	153	185	168	186	242	188
FUNDOS	100	47	22	21	15	9	12	27	15	35	98
TOTAL	100	96	113	120	108	112	136	147	155	181	166

* Inclui os atrasados

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 7
 DESPESAS DO SPP COM CUSTEIO
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

EM US\$ MIL 1988

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	4.021,6	3.421,5	3.406,1	3.438,6	2.937,0	2.701,1	3.463,9	4.739,3	4.874,9	4.538,0	5.452,4
AUTARQUIAS	913,6	819,4	864,1	900,7	813,0	677,6	912,1	1.230,4	1.296,3	1.147,7	1.263,2
FUNDACOES	109,3	118,0	139,6	183,1	152,4	143,5	177,8	186,1	225,9	251,4	260,5
EMPRESAS *	1.999,5	2.052,2	2.935,2	3.320,1	2.854,7	3.307,5	3.782,5	3.938,8	4.398,7	4.413,6	3.978,4
TOTAL	7.044,0	6.411,1	7.345,1	7.942,5	6.757,1	6.829,6	8.336,3	10.094,7	10.795,8	10.350,7	10.954,4

* Inclui os atrasados

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 7a
 DESPESAS DO SPP COM CUSTEIO
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	57,1	53,4	46,4	43,8	43,5	39,5	41,6	46,9	45,2	43,8	49,8
AUTARQUIAS	13,0	12,8	11,8	11,5	12,0	9,9	10,9	12,2	12,0	11,1	11,5
FUNDACOES	1,6	1,8	1,9	2,3	2,3	2,1	2,1	1,8	2,1	2,4	2,4
EMPRESAS *	28,4	32,0	40,0	42,3	42,2	48,4	45,4	39,0	40,7	42,6	36,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui os atrasados

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 7b
 DESPESAS DO SPP COM CUSTEIO
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 INDICE 1979=100

1979 = 100

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	100	85	85	86	73	67	86	118	121	113	136
AUTARQUIAS	100	98	95	99	89	74	100	135	142	126	138
FUNDACOES	100	108	128	167	139	131	163	170	207	230	238
EMPRESAS	100	103	147	166	143	165	189	197	220	221	199
TOTAL	100	91	104	111	96	97	118	143	153	147	156

* Inclui os atrasados

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 8
 DESPESAS DO SPP COM PESSOAL E REFLEXOS
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhoes de 1988

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	3.623,3	2.983,5	2.914,3	2.978,7	2.542,8	2.251,7	2.944,8	4.082,3	4.084,2	3.330,0	3.974,1
AUTARQUIAS	705,7	622,4	660,0	690,5	615,0	491,1	680,8	943,9	1.026,2	893,4	1.030,4
FUNDACOES	64,1	70,9	86,7	123,8	100,2	87,7	98,8	113,6	121,5	138,4	148,2
EMPRESAS *	1.140,6	1.092,9	1.200,3	1.434,0	1.169,6	1.058,4	1.160,6	1.332,9	1.477,5	1.407,4	1.467,4
TOTAL	5.533,7	4.769,7	4.861,4	5.227,0	4.427,6	3.888,9	4.884,9	6.472,8	6.709,4	5.769,2	6.580,2

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 8a
 DESPESAS DO SPP COM PESSOAL E REFLEXOS
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 PARTICIPACAO RELATIVA

(em Z)

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	65,48	62,55	59,95	56,99	57,43	57,90	60,28	63,07	60,87	57,72	60,40
AUTARQUIAS	12,75	13,05	13,58	13,21	13,89	12,63	13,94	14,58	15,30	15,49	15,66
FUNDACOES	1,16	1,49	1,78	2,37	2,26	2,25	2,02	1,76	1,81	2,40	1,64
EMPRESAS *	20,61	22,91	24,69	27,43	26,42	27,22	23,76	20,59	22,02	24,39	22,30
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 8b
 DESPESAS DO SPP COM PESSOAL E REFLEXOS
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 INDICE DE EVOLUCAO

1979 = 100

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	100	82	80	82	70	62	81	113	113	92	110
AUTARQUIAS	100	88	94	98	87	70	96	134	145	127	146
FUNDACOES	100	111	135	193	156	137	154	177	190	216	169
EMPRESAS *	100	96	105	126	103	93	102	117	130	123	129
TOTAL	100	86	88	94	80	70	88	117	121	104	119

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 9
 DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhoes de 1988										
INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
ADM DIRETA	398,2	438,0	491,8	459,8	394,2	449,3	519,1	657,0	790,6	1.208,0
AUTARQUIAS	207,8	197,0	204,1	210,2	198,0	186,4	231,3	284,5	270,1	254,3
FUNDACOES	45,3	47,0	53,0	59,3	52,2	55,9	79,1	72,5	104,4	113,0
EMPRESAS *	858,9	959,3	1.734,9	1.884,1	1.685,1	2.249,1	2.621,9	2.686,0	2.921,3	3.006,3
TOTAL	1.510,2	1.641,4	2.483,7	2.615,4	2.329,5	2.940,7	3.451,4	3.622,0	4.086,4	4.581,5

* Inclui os atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 9a
 DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	26,4	26,7	19,8	17,6	16,9	15,3	15,0	10,1	19,3	26,4	33,8
AUTARQUIAS	13,8	12,0	8,2	8,0	8,5	6,3	6,7	7,9	6,6	5,5	5,3
FUNDACOES	3,0	2,9	2,1	2,3	2,2	1,9	2,3	2,0	2,6	2,5	3,5
EMPRESAS *	56,9	58,4	69,9	72,1	72,3	76,5	76,0	71,9	71,5	65,6	57,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui os atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 9b
 DESPESAS DO SPP COM OUTROS CUSTEIOS
 EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 INDICE DE VARIAÇÃO

1979 = 100

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM DIRETA	100	110	123	115	99	113	130	165	199	303	371
AUTARQUIAS	100	95	98	101	95	90	111	130	130	122	112
FUNDACOES	100	104	117	131	115	123	175	160	231	250	336
EMPRESAS *	100	112	202	220	196	262	305	303	340	350	292
TOTAL	100	109	164	173	154	195	229	240	271	303	290

* Inclui os atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 10
SERVICO DA DIVIDA
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhões de 1980											
INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	729,8	724,7	500,6	447,0	614,9	582,8	697,5	688,5	608,4	752,4	916,5
AUTARQUIAS	139,7	159,3	162,1	186,8	160,7	164,3	142,7	130,4	176,5	98,6	96,5
FUNDAÇÕES	0,5	0,3	1,3	5,7	1,0	6,2	2,4	1,3	2,6	0,4	0,6
EMPRESAS *	1.389,9	1.829,5	2.405,7	2.589,8	3.161,1	4.107,9	4.911,2	3.533,7	3.954,4	7.989,5	4.232,4
TOTAL	2.259,9	2.713,8	3.069,7	3.229,3	3.937,7	4.861,1	5.753,8	4.353,8	4.741,8	8.840,9	5.246,0

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do GPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 10a
SERVICO DA DIVIDA
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	32,3	26,7	16,3	13,8	15,6	12,0	12,1	15,0	12,8	8,5	17,5
AUTARQUIAS	6,2	5,9	5,3	5,8	4,1	3,4	2,5	3,0	3,7	1,1	1,8
FUNDACOES	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
EMPRESAS *	61,5	67,4	78,4	80,2	80,3	84,5	85,4	81,2	83,4	90,4	80,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 10b
SERVICO DA DIVIDA
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
INDICE DE EVOLUCAO

1979 = 100

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	100	99	67	61	84	80	96	94	83	103	126
AUTARQUIAS	100	114	116	134	115	110	102	93	126	71	69
FUNDACOES	100	59	271	1.217	221	1.312	504	260	545	79	129
EMPRESAS *	100	132	173	186	227	296	353	254	285	575	305
TOTAL	100	120	136	143	174	215	255	193	210	391	232

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 11
INVESTIMENTOS
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhoes de 1980

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	91,5	165,7	263,3	243,7	115,3	106,5	121,0	213,2	337,5	447,0	636,8
AUTARQUIAS	549,9	599,8	463,1	426,7	286,3	170,5	322,8	690,0	478,0	623,0	560,3
FUNDACOES	10,9	4,8	10,4	18,0	14,9	7,7	9,5	39,5	57,5	88,3	79,5
FUNDOS	66,0	30,0	14,3	13,9	9,8	6,1	8,0	17,5	9,0	23,3	64,4
EMPRESAS *	2.292,8	1.697,6	2.073,0	2.399,3	1.437,7	1.241,3	1.979,3	2.079,6	2.170,4	2.279,4	2.294,7
TOTAL	3.011,0	2.498,6	2.824,1	3.101,5	1.864,0	1.532,2	2.440,6	3.040,7	3.053,1	3.462,6	3.635,7

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNOP.

TABELA 11a
INVESTIMENTOS
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em X)

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	3,0	6,6	9,3	7,9	6,2	7,0	5,0	7,0	11,1	12,9	17,5
AUTARQUIAS	18,3	24,0	16,4	13,8	15,4	11,1	13,2	22,7	15,7	18,0	15,4
FUNDACOES	0,4	0,2	0,4	0,6	0,8	0,5	0,4	1,3	1,9	2,6	2,2
FUNDOS	2,2	1,2	0,5	0,4	0,5	0,4	0,3	0,6	0,3	0,7	1,8
EMPRESAS *	76,1	67,9	73,4	77,4	77,1	81,0	81,1	68,4	71,1	65,8	63,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 11b
INVESTIMENTOS
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
INDICE 1979=100

1979 = 100

INSTANCIA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	100	181	288	266	126	116	132	233	369	489	696
AUTARQUIAS	100	189	84	78	52	31	59	126	87	113	182
FUNDACOES	100	44	96	166	137	71	88	363	529	812	731
FUNDOS	100	47	22	21	15	9	12	27	15	35	98
EMPRESAS *	100	74	98	105	63	54	86	91	95	99	100
TOTAL	100	83	94	103	62	51	81	101	101	115	121

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 12
OUTRAS DESPESAS
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

US\$ milhoes de 1980

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	77,1	100,2	97,7	70,3	55,3	325,7	182,0	458,3	256,0	266,7	435,4
AUTARQUIAS	23,4	46,5	51,6	42,4	80,9	52,3	58,5	163,6	100,9	17,6	42,9
FUNDACOES	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	4,9	0,2
EMPRESAS *	654,2	826,0	1.431,4	1.420,5	1.433,5	1.011,6	1.060,7	1.082,1	1.291,7	668,5	1.409,6
TOTAL	754,8	972,8	1.580,7	1.533,2	1.569,7	1.389,7	1.301,3	1.704,1	1.656,6	957,6	1.888,0

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 12a
OUTRAS DESPESAS
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	10,2	10,3	6,2	4,6	3,5	23,4	14,0	26,9	15,5	27,8	23,1
AUTARQUIAS	3,1	4,8	3,3	2,8	5,2	3,8	4,5	9,6	6,6	1,8	2,3
FUNDACOES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
EMPRESAS *	86,7	84,9	90,6	92,6	91,3	72,8	81,5	63,5	78,0	69,8	74,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 12b
OUTRAS DESPESAS
EVOLUCAO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
INDICE 1979=100

1979=100

INSTANCIAS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	100	130	127	91	72	423	236	594	332	346	565
AUTARQUIAS	100	198	220	181	345	223	250	699	465	75	183
FUNDACOES	100	172	50	158	210	206	158	20	0	14.447	456
EMPRESAS *	100	126	219	217	219	155	162	165	197	102	215
TOTAL	100	129	209	203	208	184	172	226	219	127	250

* Inclui os Atrasados.

FONTE: Matriz de Fontes e Usos do SPP - SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

Anexo III

**METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DAS SÉRIES
ESTATÍSTICAS**

ÍNDICE

	Págs.
1. FONTES BÁSICAS DOS DADOS.....	172
2. MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA	175
2.1. MATRIZ DE FONTES DE RECURSOS	
DESCRIÇÃO DE SEUS ELEMENTOS.....	175
2.2 MATRIZ DE USOS DOS RECURSOS	
DESCRIÇÃO DE SEUS ELEMENTOS.....	184

Este anexo contém a metodologia utilizada na elaboração das séries estatísticas presentes neste trabalho. São feitas explicitações acerca da origem dos dados, dos procedimentos empregados para sua agregação e do conteúdo das categorias (rubricas) componentes das tabelas.

A elaboração do conjunto de tabelas relativas às finanças estaduais obedece aos mesmos critérios metodológicos da "Matriz de Fontes e Usos do Setor Público Paulista", desenvolvida na CIEF/Secretaria do Planejamento. A matriz, exposta a seguir em seu formato genérico, é um importante instrumental analítico, na medida em que permite uma visão do comportamento dos principais fluxos econômicos e financeiros que permeiam as instâncias administrativas - Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Não-Financeiras. A sua consolidação forma o agregado denominado Setor Público Paulista (SPP). Ou seja, através da matriz é possível efetuar uma agregação e trabalhar com os números relativos ao conjunto das entidades componentes das quatro instâncias.

O cruzamento das categorias econômicas de receita e despesa (nas colunas) com as instâncias a que se referem (nas linhas), gera os elementos da matriz. A soma dos elementos de uma coluna resulta no valor da categoria econômica em questão para o Setor Público Paulista.

1. FONTES BÁSICAS DOS DADOS

Antes de definir o conteúdo de cada elemento, é necessário apresentar as fontes básicas dos dados utilizadas na elaboração deste trabalho:

- **Balanco Geral do Estado de São Paulo - BGE** (1979/80/81/82/83/84/85/86/87/88/89), elaborados pela Coordenadoria de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda - CAF/SF. Utilizados na montagem da estrutura de receitas e de despesas da Administração Direta.

- **Fluxos de Caixa das Empresas Públicas Não-Financeiras do Estado de São Paulo - FCE e Fluxos de Caixa dos Atrasados das Empresas Públicas Não-Financeiras do Estado de São Paulo - FCAE**, ambos elaborados pela Coordenadoria de Investimento de Empresas e Fundações da Secretaria de Economia e Planejamento - CIEF/SEP. Utilizados na montagem da estrutura de receitas e de despesas do conjunto das empresas públicas.

- **Relatório Gerencial - "Manta"**, elaborado pela Coordenadoria de Programação Orçamentária da Secretaria de Economia e Planejamento - CPO/SEP, a cada final de exercício, com base nas informações do Sistema Controle de Execução Orçamentária - CEOP/CPO. Este sistema de dados registra os gastos realizados pela Administração Direta, Autarquias e Fundações, cuja posição de fechamento é igual aos valores registrados em seus respectivos balanços gerais. No caso da Administração Direta e Autarquias, suas contas são classificadas de acordo com a Lei 4320. A especificidade desse documento é a de consolidar, a cada final de exercício, os gastos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, através de uma metodologia própria cujo objetivo é eliminar os problemas de dupla-contagem que porventura existam nos fluxos financeiros dessas instâncias administrativas. Seus dados foram utilizados para montagem das despesas do conjunto das autarquias e das fundações.

- **Relatório Gerencial-Receitas das Autarquias**, elaborado pelo Departamento de Informações e Planejamento Financeiro do Estado da Secretaria da Fazenda - DIPLAF/SF, que apresenta o fechamento das receitas próprias e operações de crédito realizadas pelas Autarquias.

- **Relatório de Execução Orçamentária - REO** elaborado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária da Secretaria Economia e Planejamento (CPO/SEP). Seus dados foram utilizados na montagem dos recursos próprios e das despesas do conjunto das Fundações.

- **Balancos Gerais do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE.** Utilizados para retirar a dupla contagem nos dados de receita própria, operações de crédito e investimentos do DAEE.

Como toda consolidação de dados relativos a finanças públicas, o processo de elaboração deste instrumental analítico apresentou problemas que precisaram ser contornados, de maneira que fossem eliminados ou ao menos minimizados. Há basicamente dois tipos de problemas: o de **dupla-contagem**, quando da consolidação das contas das instâncias administrativas que compõem o SPP e o **problema de compatibilização de dados econômicos e dados financeiros**.¹

Quanto à dupla-contagem, sua eliminação ou minimização foi possível através de um criterioso exame das Transferências Intragovernamentais (recursos que foram transferidos intra SPP), utilizando-se os dados apresentados nos Balancos Gerais do Estado e nos Fluxos de Caixa das Empresas, compatibilizando-os com os dados da "Manta". Estes procedimentos estão explicitados nos itens, afins, tanto da Matriz de fontes como na de Usos. Além disso, foi necessário a eliminação da dupla-contagem nas contas do DAEE,² procedimento em que se utilizou tanto os dados dos balanços gerais do órgão como os dados da Manta/CPO/SEP e do DIPLAF/SF.

A questão da compatibilização entre dados econômicos e financeiros, apesar de minimizada, como veremos a seguir, sempre deve ser levada em conta ao analisarmos os resultados obtidos pelas Matrizes.

Os dados básicos disponíveis utilizados na elaboração das Matrizes apresentam a seguinte característica: todas as receitas (balancos gerais, relatório DIPLAF, REO e Fluxos de Caixa das Empresas) são contabilizadas pelo princípio de caixa, portanto, são dados financeiros. Já as despesas, com exceção das retiradas dos fluxos de caixa das empresas, são contabilizadas pelo princípio de competência, portanto, são dados econômicos.

(1) A diferença entre o dado econômico e o dado financeiro expressa-se da seguinte forma: os primeiros são dados contabilizados sobre o princípio de competência, ou seja, ao registro contábil das receitas ou despesas são feitos levando em consideração períodos específicos associados ao surgimento de "fatos geradores" de natureza econômica, legal e institucional, não sendo, portanto, evento fundamental para tal reconhecimento o desembolso de caixa ou recebimento de numerário. Quanto ao dado financeiro, são contabilizados pelo princípio de caixa, ou seja, dentro do exercício financeiro e, portanto, tem como evento fundamental o recebimento efetivo de numerários e os desembolsos efetivos de caixa.

(2) No que se refere ao problema de dupla-contagem o caso do DAEE torna-se elucidador: O DAEE é uma entidade autárquica que serviu, ao longo desses anos, entre outras coisas, como elo de ligação entre o fluxo de recursos entre a Administração Direta, o próprio órgão e as empresas das quais participava como acionista majoritário ou não (CESP, CPFL, ELETROPAULO, SABESP e CETESB). Isto posto, o DAEE geralmente apresenta várias de suas contas com valores superestimados.

Assim, o problema de compatibilização concentrou-se nos dados relativos ao conjunto das empresas públicas. A minimização deste problema se deu através da utilização dos Fluxos de Caixa dos Atrasados das Empresas e da devida alocação da diferença entre o seus saldos iniciais e finais de caixa.

2. MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA

2.1. MATRIZ DE FONTES DE RECURSOS

DESCRIÇÃO DE SEUS ELEMENTOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (linha 1)

- Recursos do Tesouro (a11)

Neste item estão somados os recursos efetivamente arrecadados pelo Tesouro Estadual ao término de cada exercício. Para atender as finalidades do estudo, são excluídas as parcelas que **institucionalmente** são transferidas aos municípios. Ou seja, excluídas as quotas - parte municipais do ICM/ICMS, do ITBI e do IPVA.

Portanto, a composição de (a11) se dá através do somatório das seguintes contas do Anexo 10 - Quadro Comparativo da Receita Orçada e Arrecadada dos Balanços Gerais do Estado, dados contabilizados pelo critério financeiro:

a) Do item **"Receitas Tributárias"** foram somados os subitens: **Impostos** (ICM/ICMS - QPE Imposto Sobre/a Produção e Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação Quota-Parte do Estado - ICM/ICMS-QPE ³ + Imposto sobre a Transmissão de Bens Imoveis Inter-Vivos e Causa Mortis Quota Parte do Estado - ITBI-QPE ⁴ + Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores Quota Parte do Estado - IPVA-QPE ⁵ + Adicional do Imposto Sobre a Renda⁶ e **Taxas**. Além destes itens, foram retirados do item **"Outras Receitas Correntes"** as contas relativas ao pagamento de multas e juros de mora e outras taxas cobradas sobre o ICMS e o IPVA atrasados e pagos no exercício. O somatório desses subitens denominou-se ICM/ICMS Atrasado-QPE e IPVA Atrasado-QPE e foram posteriormente agregados aos valores efetivamente arrecadados desses impostos.⁷

b) O item Receita Patrimonial

c) O item Receita Agropecuária

(3) Esta é a nova denominação do ICMS criado em 1989 através da Reforma Tributária aprovada pela Constituição Federal de 1988, que substitui o antigo ICM.

(4) A partir de 1989, com a reforma tributária o Estado ficou com apenas o ITBI- Causa Mortis.

(5) Criado em 1985 para substituir a antiga TRU.

(6) Criado em 1989 com a reforma tributária.

(7) ICMS/ICMS ATRASADO-QPE = multas e juros de mora do ICM/ICMS + multas de outras origens + indenizações e restrições + receita da dívida ativa tributária + receitas diversas.

d) O item **Receita Industrial**

e) O item **Receita de Serviços**

f) Os demais subitens de **"Outras Receitas Correntes"** que não dizem respeito aos impostos.

Cabe ressaltar que por sua natureza (trata-se de uma fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), este item será zerado nas demais linhas da Matriz.

- Operações de Crédito (a12)

O dado apresentado é o item **"Operações de Crédito"**, um dos componetes das Receitas de Capital que consta do Anexo 10 dos Balanços Gerais do Estado. Ele representa as captações direta de recursos feita pela Administração Direta por meio de emissão de Títulos (ORTP/OTP/LFTSP) e de contratações de empréstimos e financiamentos internos e externos junto às instituições financeiras nacionais e estrangeiras.

- Receitas Próprias (a13)

A Administração Direta, por sua própria natureza não possui o item receitas próprias, enquanto recursos alferidos pela venda de bens e serviços. Porém, o mesmo consta da Matriz já que faz parte da estrutura de financiamento das empresas públicas, autarquias e fundações.

- Outras Receitas (a14)

Dos itens **"Transferências Correntes e de Capital"**, ambos do Anexo 10 dos Balanços Gerais do Estado, são somados os subitens relativos às Transferências Intergovernamentais, que representam os repasses institucionais das quotas partes estadual de Impostos Únicos (válido para o período 1979/88 já que em 1989 os mesmos foram extintos devido à Reforma Tributária) e do Fundo de Participação dos Estados-FPE + os Convênios celebrados entre o Governo Federal e Estadual.

- Transferências do Tesouro às Autarquias, Fundações, Empresas e Fundos (Transferências Intragovernamentais) (-a15)

Este elemento da Matriz representa o volume de recursos que foi transferido direta ou indiretamente pelo Tesouro do Estado às suas empresas, autarquias, fundações e fundos. Desta forma, torna-se o item fundamental para a consolidação das contas do

Setor Público Paulista, já que deixa transparente o canal de interligação dos fluxos financeiros entre o Tesouro do Estado e as outras instâncias administrativas do SPP.

O sinal negativo que aparece neste item tem dupla finalidade. Primeiro anula o total da coluna 5, evitando-se, assim, o problema de **dupla-contagem** quando se toma o total dos recursos mobilizados pelo SPP, pois, não tem sentido apresentar o total das transferências do Tesouro como fonte de financiamento do SPP como um todo, uma vez que tal volume de recursos constitui fonte de financiamento apenas das empresas, autarquias, fundações e fundos, e não do conjunto do setor. Segundo, a inclusão do sinal negativo em (a15) significa que a soma dos itens que compõem a linha 1 da Matriz, representa apenas o total dos recursos retidos pela Administração Direta.

O procedimento adotado para atingir este valor está explicitado no Anexo I e quando da explicação da montagem dos itens (a25), (a35), (a45), (a55) e (b12), este último pertencente à Matriz de Usos.

AUTARQUIAS (linha 2)

- Recursos do Tesouro (a21)

Pela própria natureza do item (fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), seu valor é nulo, por definição.

- Operações de Crédito (a22)

O dado que compõem este item é o somatório das contratações de operações de financiamento e empréstimos realizadas pelo conjunto das autarquias junto às entidades financeiras nacionais ou estrangeiras. Os dados relativos a este item, para os anos de 1979 e 1980, foram retirados de um relatório interno da Secretaria de Economia e Planejamento, devido ao fato da inexistência de outra fonte de informação. A partir de 1981, eles foram retirados do relatório gerencial produzido pelo DIPLAF/SF, cuja informação obedece o critério financeiro.

Cabe destacar que, para efeito de minimizar o problema de dupla-contagem, foi feita uma limpeza no dado relativo às operações de crédito realizadas pelo DAEE (órgão responsável pelo maior volume de operações realizadas dentro do conjunto das autarquias).

O procedimento utilizado (ver Anexo II) foi o de identificar, através do exame dos Balanços Gerais do DAEE, os valores relativos aos recursos do FAE - Fundo de Água e Esgoto, registrados como operações de crédito do DAEE. Isto se deve ao fato de que o DAEE atua, neste caso, apenas como intermediário nessa transação, cujos recursos são efetivamente repassados para a Sabesp e contabilizados na empresa como operação de crédito. Portanto, para efeito deste trabalho, esse valor é considerado operação de crédito da SABESP e, conseqüentemente, deduzidos das operações de crédito do DAEE.

Sabe-se que fato semelhante pode ocorrer em outras autarquias, porém, pela dificuldade em contabilizá-los e pelo peso expressivo do DAEE sobre o total de operações de crédito realizadas pelo conjunto das autarquias, acredita-se que foi eliminada a quase totalidade de possíveis ocorrências deste tipo de dupla-contagem.

- Recursos Próprios (a23)

O dado que compõe esse item é relativo às receitas geradas neste conjunto de entidades pela venda de seus serviços, tanto para o setor privado como para o próprio setor público. Como ocorre com os recursos de operações de crédito acima descrito, os

dados em 1979 e 1980 foram retirados do relatório interno da SEP e, a partir de 1981, os mesmos foram retirados do relatório gerencial do DIPLAF/SF.

Neste item, também foi necessário realizar uma limpeza nos dados do DAEE (ver Anexo II) para minimizar o problema de dupla contagem. O procedimento utilizado foi semelhante ao descrito no item anterior, apenas mudando-se o item que deveria ser identificado nos Balanços Gerais do DAEE, que neste caso, foram as receitas auferidas por este órgão a título de CTE - Contratos Especiais. Pois, esta fonte de recursos acaba sendo contabilizada como receitas próprias, tanto da SABESP como do DAEE, a qual novamente atua como intermediário. O critério foi deixá-los enquanto receitas próprias da SABESP e deduzi-los das receitas próprias do DAEE.

Outro problema que pode existir, porém de difícil mensuração, diz respeito às receitas provenientes da venda de serviços para a Administração Direta, em que pode ocorrer dupla-contagem. Isto se deve ao fato de que tais recursos podem estar aparecendo como receitas próprias das autarquias e não estarem sendo, necessariamente, classificados como transferências intragovernamentais na relação das despesas da Administração Direta. Ou seja, caso isto ocorra, o certo seria classificá-los como transferências indiretas do Tesouro, no entanto, pelas atuais fontes básicas de dados torna-se impossível dimensioná-los.

- Outras Receitas (a24)

Neste item deveriam estar classificadas as transferências federais vinculadas às autarquias, pois na prática tais recursos passam primeiro pelo caixa do Tesouro do Estado para depois serem enviados a seus respectivos destinatários. O item foi somado às transferências da Administração Direta às autarquias, razão pela qual seu valor aparece nulo na Matriz.

- Transferências do Tesouro às Autarquias (transferências intragovernamentais) (a25)

Neste item estão somadas todas as transferências realizadas pela Administração Direta às autarquias, ou seja, transferências operacionais (pagamento de pessoal e reflexos) + subvenções econômicas (pagamento de outras despesas de custeio) + auxílio para despesas de capital (financiamento de investimentos das autarquias). Este dado foi retirado do Anexo 6 - Demonstrativo das Despesas por Unidade Orçamentária por Categoria de Programação dos Balanços Gerais do Estado e já incorporam as transferências federais vinculadas. O critério adotado foi o de considerar "projetos" como transferências de capital e "atividades" como transferências correntes.

FUNDAÇÕES (linha 3)

- Recursos do Tesouro (a31)

Pela própria natureza do item (fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), seu valor é nulo, por definição.

- Operações de Crédito (a32)

Por não ter sido possível sua desagregação (o relatório gerencial do DIPLAF apenas acompanha a evolução das receitas das Autarquias), o montante de recursos obtidos pelas fundações, via operações de crédito, encontra-se, provavelmente, incluído em "Recursos Próprios". Dessa forma, o valor do item aparece zerado na Matriz. Fato este que não deve alterar significativamente a estrutura de financiamento dessa instância administrativa, uma vez que as prováveis contratações de operações de financiamento e empréstimo por ela realizados são praticamente inexistentes.

- Recursos Próprios (a33)

Neste item estão as receitas auferidas pelas fundações provenientes da venda de serviços tanto para o setor privado como para o setor público. O dado foi retirado do REO-CPO/SEP com o seguinte critério: pela inexistência de um número de fechamento do REO, procurou-se sempre o REO de dezembro do ano posterior para obter o valor das Receitas Próprias realizadas do ano anterior.

Cabe ressaltar dois fatos: o primeiro diz respeito à possível superestimação desse dado no caso de estar incluída no mesmo as receitas provenientes de operações de crédito. O outro, diz respeito ao fato de que as receitas provenientes de venda de serviços a órgãos da Administração Direta podem incorrer em problemas de dupla-contagem. Isto porque esses recursos ao mesmo tempo que aparecem como receitas próprias das fundações, podem não estar sendo necessariamente classificados como transferências intragovernamentais na relação das despesas da Administração Direta.

- Outras fontes (a34)

Nesse item deveriam estar classificadas as transferências federais vinculadas às fundações. Porém, na prática, tais recursos que porventura venham a existir, passam primeiro pelo caixa do Tesouro Estadual para depois serem enviados a seus respectivos destinatários. Isto implica que os mesmos estão contabilizados enquanto transferências intragovernamentais, razão pela qual aparecem nulo na Matriz.

**- Transferências do Tesouro Às Fundações (transferências intragovernamentais)
(a35)**

Neste item estão somadas todas as transferências de recursos realizadas pelos órgãos da Administração Direta às fundações, ou seja: transferências operacionais (pagamento de pessoal e reflexos) + subvenções econômicas (pagamento de outras despesas de custeio) + auxílio para despesas de capital (financiamento de investimentos realizados pelas fundações). Este dado foi retirado do Anexo 6 dos Balanços Gerais do Estado e já incluem prováveis transferências federais vinculadas. O critério utilizado foi o mesmo descrito no caso das Autarquias.

EMPRESAS PUBLICAS NÃO-FINANCEIRAS (linha 4)

- Recursos do Tesouro (a41)

Pela própria natureza do item (uma fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), seu valor é nulo por definição.

- Operações de Crédito (a42)

Neste item estão somadas todas captações de recursos via operações de financiamento e empréstimos realizadas pelo conjunto das empresas públicas não-financeiras do Estado junto às instituições financeiras nacionais e estrangeiras. Além disso, podem ou não, dependendo da análise que se deseja, estarem somados os "créditos informais compulsórios", ou seja, é possível computar como operações de crédito a contrapartida dos atrasos de pagamentos das empresas junto ao Governo Federal, às empreiteiras, fornecedores e às instituições financeiras nacionais e estrangeiras. O dado das operações efetivamente realizadas foi retirado dos FCE/CIEF/SEP, e os relativos aos créditos informais, dos FCAE/CIEF/SEP.

- Receitas Próprias (a43)

Neste item estão computadas todas as **receitas operacionais** (oriundas da venda dos produtos e/ou serviços das empresas tanto para o setor privado como para o setor público) e as **receitas não-operacionais** (oriundas de rendimentos de aplicação financeira de seus excedentes de caixas + outras diversas entradas, tais como, debêntures, IUEE recolhido (até 1989) e empréstimos compulsórios no caso das empresas de energia elétrica etc. + resultado da diferença entre saldo inicial de caixa e o saldo final de caixa de cada ano se superavitário) do conjunto das empresas não-financeiras do Estado. Este dado foi retirado dos FCE/CIEF/SEP.

Cabe ressaltar que diferentemente do ocorrido com as autarquias e fundações, as receitas provenientes da venda de serviços para a Administração Direta, autarquias e fundações (ou boa parte delas) foram classificadas como transferências indiretas, segundo critério de contabilização dos FCE/CIEF/SEP, por serem recursos oriundos do Tesouro do Estado, apesar de outros documentos considerá-los receitas próprias das empresas.

- Outras Receitas (a44)

Neste item contabiliza-se o item "Outras Transferências", dos fluxos de caixa das empresas CIEF/SEP, onde são registradas as entradas de recursos relativos às

transferências federais e municipais realizadas diretamente com as empresas e em alguns casos recursos oriundos de reinversões de dividendos.

- Transferências do Tesouro às Empresas (transferências intragovernamentais) (a45)

Neste item estão contabilizadas todas as transferências de recursos realizadas pelos órgãos da Administração Direta às empresas públicas do Estado, ou seja: transferências operacionais (pagamento de pessoal e encargos) + subvenções econômicas (pagamento das despesas de custeio, inclusive pessoal e encargos) + subscrição de ações (visando aumentar o capital das empresas e desta forma proporcionar recursos para investimentos) + transferências indiretas (onde estão contabilizados os recursos provenientes da venda de serviço das empresas à administração direta).

Quanto ao recebimento de subvenções econômicas, cabe ressaltar que apenas algumas empresas têm esse direito adquirido através de decreto aprovado pelo Governador e pela Assembléia Legislativa.

Este dado foi retirado dos fluxos de caixas das empresas elaborado pela FCE/CIEF/SEP e devidamente compatibilizado com os dados obtidos no Anexo 6 dos Balanços Gerais do Estado. O procedimento para efetuar essa compatibilização está detalhado tanto na explicação do item (b12) da Matriz de Usos como no Anexo I deste trabalho.

2.2. Matriz de Usos dos Recursos

DESCRIÇÃO DE SEUS ELEMENTOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (linha 1)

- Pessoal e Reflexos (b11)

O dado relativo ao item **"Pessoal e Reflexos"** da Administração Direta foi constituído pela soma das seguintes contas do Anexo 11 - Resumo do Quadro Comparativo da Despesas Autorizada e Realizada dos Balanços Gerais do Estado:

a) Do item **"Despesas de Custeio"** foram somados os subitens: **Pessoal Civil** (despesas com subsídios, vencimentos ou remunerações e vantagens do Pessoal Civil, regimes especiais de trabalho, aulas excedentes, adicionais por tempo de serviço, sexta parte, substituições, pró-labore, gratificações, licença prêmio em pecunia, abonos, quotas, prêmios de produtividade, salário do pessoal regido pela CLT, horas-extras e outras despesas decorrentes de pessoal em serviço na entidade); **Pessoal Militar** (despesas com soldo, indenizações, gratificações, substituições e outras despesas provenientes de pagamento de pessoal); **Obrigações Patronais** (despesas com o FGTS e com os institutos de previdência social).

b) Do item **"Transferências Correntes"** foram somados os subitens: **"Transferências a Pessoas"** composto por Inativos (despesas com proventos de aposentados, reformados e servidores em disponibilidade, bem como gastos com complementação de aposentadorias), Pensionistas (despesas com pensões e gastos com complementação de pensões a civis e militares, bem como o pecúlio a sentenciados e a internados), Salário-Família (ao pessoal da ativa, aos inativos, ao cônjuge ou ao responsável pelos filhos de servidores falecidos, ao pessoal temporário e de obras, bem como Salário-Esposa, conforme legislação específica), Apoio Financeiro a Estudantes (despesas com estudantes carentes), Assistência Médico-Hospitalar (assistências prestadas a servidores da entidade, desde que não seja este seu objetivo final).

c) **"Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP"** em cumprimento a Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1973, que instituiu o PASEP e dispõe, entre outras, que: os Estados deverão recolher para este fim 2% (a.a.) de suas receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública.

- Outras Despesas de Custeio (b12)

O dado relativo ao item "Outras Despesas de Custeio" da Administração Direta foi constituído pela soma das seguintes contas do Anexo 11 dos Balanços Gerais do Estado:

a) Do item "**Despesas de Custeio**" foram somados os subitens: **Material de Consumo** (despesas com materiais que com o uso perdem a identidade física em razão de suas características de deteriorabilidade e de fragilidade. Ou seja, segundo a Lei 4320, considera-se material de consumo aquele cuja duração seja inferior a dois anos. Enquadram-se neste critério os seguintes materiais: gêneros alimentícios, combustíveis e lubrificantes, medicamentos etc. Estão contabilizados tanto os materiais de consumo custeados com recursos próprios, como os custeados com recursos do Salário-Educação); **Serviços de Terceiros e Encargos** (despesas com remuneração de serviços de natureza eventual prestados por pessoa física, sem vínculo empregatício + despesas com contratos de serviços de processamento de dados, exceto os prestados pela PRODESP. Esse montante de recursos, que será subtraído do total dos Serviços de Terceiros e Encargos, é igual ao valor das transferências indiretas recebidas pela PRODESP e que está registrado no FCE/CIEF/SEP. Portanto, será subtraído por constar do montante das Transferência realizadas pelo Tesouro às empresas não-financeiras do Estado (ver Anexo II) + serviços de terceiros custeados com salário educação + despesas com serviços de utilidade pública, ou seja, energia elétrica, água, luz, esgotos, gás encanado e telefone + despesas de custeio à conta das receitas próprias dos Fundos Especiais, das subvenções concedidas ao Estado ou de receitas vinculadas a determinados objetivos + despesas referentes a serviços prestados por terceiros para conservação e manutenção em geral de bens imóveis e móveis, que não envolvam mudanças em suas estruturas básicas + diversos serviços e encargos de terceiros, exceto **parcela estimada** que será subtraída do total dos Serviços de Terceiros e Encargos, uma vez que esses valores já estão contabilizados como transferências do Tesouro às empresas não-financeiras do Estado (ver Anexo II). Esta estimativa se dará via diferença entre o total das transferências de recursos do Tesouro às empresas, autarquias e fundações contabilizadas no Balanço Geral do Estado e as mesmas transferências contabilizadas com a introdução dos fluxos de caixas das empresas. Cabe ressaltar que a alocação desta **parcela estimada** entre os órgãos que receberam este tipo de transferência é extremamente difícil de ser efetivada. Porém, pode-se afirmar que nos anos em que ocorrem, tratam-se de prováveis contratos realizados com o IPT, EMPLASA, CEDESP, TERRAFOTO etc.); **Diversas Despesas de Custeio** (despesas decorrentes de sentenças judiciais - artigo 117, caput e parágrafos da Constituição Federal - e às despesas de exercícios anteriores, entendidas como aquelas que não foram processadas na época própria, uma vez que, embora no Orçamento respectivo houvesse sido consignado crédito, não havia saldo suficiente para atendê-las).

- Investimentos (b13)

Os Investimentos constituem aquelas despesas que correspondem à aquisição ou surgimento de novos bens ou a valorização dos já existentes. Desta forma, o item "Investimentos" da Administração Direta foi constituído pela soma das seguintes contas do Balanço Geral do Estado:

Do item "Investimentos" foram somados os seguintes subitens: **Obras e Instalações** (despesas com estudos e projetos necessários a obras públicas e edifícios públicos + aquisição e desapropriação de imóveis necessárias à realização das obras + obras já iniciadas ou necessárias ao funcionamento de outras parcialmente executadas; novas aquisições ou desapropriações de imóveis destinadas ao prosseguimento de determinada obra; novas despesas que agreguem o custo da obra em andamento + instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel + novas construções ou reformas substanciais, isto é, reformas em obras públicas que envolvam modificações em suas estruturas básicas e que resultem em mutação patrimonial; outras despesas que agreguem o seu custo; aquisições ou desapropriações de imóveis destinados à construção de edifícios públicos); **Equipamentos e Material Permanente** (veículos, equipamentos para processamento de dados, material permanente e outros equipamentos); **Investimentos em Regime de Execução Especial** (despesas previstas em programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente as normas gerais de execução da despesa e que resultem em investimento. Em sua quase totalidade são investimentos custeados com recursos próprios dos Fundos Especiais, dos auxílios concedidos ao Estado ou receitas vinculadas a determinados objetivos) exceto o montante de recursos identificado via fluxo de caixa das empresas, como repasse indireto realizado pela Secretaria da Educação à CONESP, até 1989, e que foram utilizados por esta empresa para custear seus investimentos (com a exceção dos anos de 1983, 1984, 1988 e 1989, esses montantes superam os valores registrados como Investimentos em Regime Especial Custeado com Salário Educação) e, portanto, já se encontram contabilizados enquanto Transferências as Empresas Não Financeiras; **Diversos Investimentos** exceto o subtítulo **Sentenças Judiciais** (despesas decorrentes do cumprimento do artigo 117, caput e parágrafos, da Constituição Federal e que na realidade são recursos gastos com o pagamento judicial de processos relativos a desapropriações efetuadas, ao longo do tempo, pelo Estado e, em sua totalidade estão alocados como gastos da Secretaria da Justiça).

- Serviço da Dívida (b14)

O dado que compõe o item "Serviço da Dívida" da Administração Direta foi constituído pela soma das seguintes contas do Balanço Geral do Estado:

a) Do item **"Transferências Correntes"** são somados os subitens que especificam o pagamento de **juros e encargos** da dívida contratada junto a instituições financeiras oficiais e privadas internas ou externas + **juros, descontos e comissões** sobre Títulos do Tesouro (ORTPs/OTPs) + **correção monetária** sobre operações de crédito por antecipação de receitas.

b) Do item **"Transferências de Capital"** são somados os subitens que especificam o pagamento de **amortizações** da dívida contratada junto a instituições financeiras oficiais ou privadas internas e externas + **resgate e correção** sobre Títulos do Tesouro (ORTPs/OTPs/LFTP).

- Outras Despesas (b15)

Neste item estão contabilizadas todas as contas do Anexo 11 que não foram, por diversos motivos, classificadas como despesas de custeio ou de investimentos, ou seja:

a) Dos itens **"Transferências Correntes e de Capital"** foram somados os subitens: **Transferências Intergovernamentais Correntes e de Capital** (transferências aos municípios correntes e de capital + transferências a União correntes e de capital) menos as transferências constitucionais realizadas aos municípios (ICMS-QPM, ITBI-QPM, IPVA-QPM E SALÁRIO EDUCAÇÃO-QPM); **Outras Transferências Correntes e de Capital** (Transferências a Instituições Privadas Correntes e de Capital + Transferências ao Exterior Correntes e de Capital + Diversas transferências de Capital), e, finalmente, as transferências realizadas pelo Tesouro sob o título de **reinvestimento de dividendos às empresas financeiras das quais é o acionista majoritário** (BANESPA S.A., NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S.A., DIVESP, BADESP) e às **empresas nas quais o Tesouro Estadual participa como acionista minoritário** (COSIPA, CMTC).

b) Do item **"Investimentos"** foi somado o subitem **Sentenças Judiciais** que, como já descrito no item investimentos, são recursos gastos com o pagamento judicial de processos de desapropriações efetuadas, ao longo do tempo, pelo Estado. Ou seja, quando da realização de um investimento qualquer existir a necessidade de desapropriar uma área, abre-se um processo que julga essa determinada área como de interesse público e, define-se um valor que será depositado a título de pagamento da desapropriação. Esse valor é registrado como gasto em investimento. Porém, nem sempre este valor está de acordo com as pretensões de seu antigo proprietário que, por sua vez, recorre à justiça. Ao longo dos anos, a justiça acumula uma série de processos e da saída a outros. O valor aqui alocado, refere-se exatamente ao valor dispendido

anualmente com o pagamento dos valores determinados pela justiça, o qual já não guarda nenhuma relação com os investimentos realizados neste exercício.

c) Do item **"Inversões Financeiras"** é somado o valor de **Aquisições de Imóveis** (item do Balanço Geral do Estado onde estão contabilizadas aquisições e desapropriações de imóveis já em utilização e que não resultam num novo bem, diferenciando-se assim de imóveis adquiridos para a realização de obras públicas em geral que deverão ser classificados enquanto investimentos).

AUTARQUIAS (linha 2)

- Pessoal e Reflexos (b21)

O dado relativo ao item **"Pessoal e Reflexos"** das Autarquias foi retirado da Manta/CPO/SEP.

Desta forma, a composição deste item é idêntica à descrita para a Administração Direta, ou seja, é igual à soma das contas: **Pessoal Civil + Pessoal Militar + Obrigações Patronais + Inativos + Pensionistas + Salário-Família + Contribuições para a Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP.**

- Outros Custeios (b22)

O dado relativo a "Outras Despesas de Custeio" do conjunto das autarquias foi constituído pela soma das seguintes contas da Manta/CPO/SEP: **Outras Despesas Correntes (Material de Consumo + Serviços de Terceiros + Diversas Despesas de Custeio) + Sentenças Judiciárias.**

- Investimentos (b23)

O dado relativo ao item **"Investimentos"** das Autarquias é também retirado da Manta/CPO/SEP e, portanto, representa o somatório de subitens cujo conteúdo é semelhante ao descrito no caso da Administração Direta, ou seja: **Obras e Instalações + Equipamentos e Material Permanente + Diversos Investimentos menos a parcela relativa ao pagamento das Sentenças Judiciárias (Desapropriações seguindo o mesmo critério adotado para Administração Direta) + Investimentos em Regime de Execução Especial.**

Quanto ao volume de recursos efetivamente gastos com investimentos pelo conjunto das autarquias, cabe ressaltar a necessidade de uma limpeza nos dados relativos ao DAEE. Uma análise mais detalhada deste item de gasto aponta que uma quantidade significativa dos gastos em investimentos contabilizados em seu nome também o são enquanto investimentos da SABESP, ou seja, o DAEE apresenta seu volume de Investimento superestimado. Isto se deve ao fato de estarem registrados, em suas contas, os investimentos financiados com recursos do FAE - Fundo de Águas e Esgoto, do CTE - Contratos Especiais e com recursos oriundos de reinversões de dividendos e multas da CETESB. No caso dos dois primeiros, estes gastos são na realidade realizados pela SABESP (estão contabilizados enquanto investimentos da empresa). Quanto aos últimos, estão contabilizados como investimentos realizados pelas empresas de energia

(CESP, CPFL, ELETROPAULO) e pela CETESB, respectivamente. A contrapartida dessa redução no valor dos Investimentos totais do DAEE se dá como descrito anteriormente, através da dedução do valor do FAE das operações de crédito do DAEE e, no caso dos dividendos, multas e CTE esses valores são deduzidos das receitas próprias do DAEE (Anexo II e itens (a22) e (a23) da Matriz de Fontes).

- Serviço da Dívida (b24)

O dado que compõe o item "Serviço da Dívida" do conjunto das autarquias, foi constituído pela soma das seguintes contas da Manta/CPO/SEP: Juros e Encargos da Dívida Contratada (interna e externa) + Amortizações da Dívida Contratada (interna e externa).

- Outras Despesas (b25)

Neste item estão somadas as seguintes contas da Manta/CPO/SEP: Desapropriações (seguindo critério semelhante ao utilizado para a Administração Direta) + Transferências Correntes e de Capital aos Municípios.

FUNDAÇÕES

- Pessoal e Reflexos (b31)

O dado relativo ao item "pessoal e Reflexos" das Fundações foi retirado da Manta/CPO/SEP.

Assim, sua composição é idêntica à descrita para a Administração Direta e Autarquias, ou seja, é igual à soma das contas: Pessoal Civil + Pessoal Militar + obrigações Patronais + Inativos + Pensionistas + Salário Família + Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

- Outros Custeios (b32)

O dado relativo a "outras Despesas de Custeio" do conjunto das fundações foi constituído pela soma das seguintes contas da Manta/CPO/SEP: Outras Despesas Correntes (Material de Consumo + Serviços de Terceiros + Diversas Despesas de Custeio) + Sentenças Judiciais.

- Investimentos (b33)

O dado relativo ao item "investimentos" das Fundações foi também retirado da Manta/CPO/SEP representando, portanto, o somatório de subitens cujo conteúdo é semelhante ao descrito no caso da Administração Direta: Obras e Instalações + Equipamentos e Material Permanente + Diversos Investimentos menos a parcela relativa ao pagamento das Sentenças Judiciais (Desapropriações seguindo o mesmo critério adotado para a Administração Direta) + Investimentos em regime de Execução Especial.

- Serviço da Dívida (b34)

O dado relativo ao "Serviço da Dívida" do conjunto das Fundações, foi constituído pela soma das seguintes contas da Manta/CPO/SEP: Juros e Encargos da Dívida Contratada (interna e externa) + Amortização da Dívida Contratada (interna e externa).

- Outras Despesas (b35)

Neste item estão somadas as seguintes contas da Manta/CPO/SEP: Desaspropriações (seguindo critério semelhante ao utilizado para a Administração direta) + Transferências Correntes e de Capital aos Municípios.

EMPRESAS PUBLICAS NÃO-FINANCEIRAS (Linha 4)

- Pessoal e Encargos (b41)

O dado relativo ao item "Pessoal e Encargos" do conjunto das empresas públicas foi retirado dos Fluxos de Caixa e dos Fluxos das Contas Atrasadas, ambos elaborados pela CIEF/SEP. Nele estão contabilizados, além das despesas para o pagamento das folhas de salários dessas entidades e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, as despesas com o pagamento dos "Inativos e Pensionistas" da FEPASA, CETESB, SABESP, CESP e CEAGESP.

- Outros Custeios (b42)

O dado relativo a despesas com "Outros Custeios" do conjunto das empresas foi retirado dos Fluxos de Caixa e dos Fluxos das Contas atrasadas CIEF/SEP. Nele estão classificadas as despesas relativas à operação interna dessas entidades, bem como à aquisição de insumos necessários à produção dos bens e serviços ofertados pelas mesmas. Ou seja, estão contabilizados o somatório das seguintes contas: Material de Consumo + Serviços de Terceiro + Outras despesas operacionais.

Cabe destacar que neste item estão contabilizados os recolhimentos obrigatórios (RGR, RGG, CCC até 1988 e RENCOR e RGR após 1989) das empresas de energia elétrica junto ao governo federal.

- Investimentos (b43)

O dado relativo aos gastos com "Investimentos" das empresas foi retirado dos Fluxos de Caixa e dos Fluxos das Contas Atrasadas CIEF/SEP. Desta forma, além dos gastos classificados como investimentos pelas próprias empresas em seus fluxos de caixa (desapropriação - conceito semelhante ao aplicado para a Administração Direta, obras civis, equipamentos, imóveis etc.), estão computados os fluxos de atrasos de pagamento junto à empreiteiros e fornecedores e administração de obras.

- Serviço da Dívida (b44)

O dado relativo ao item "Serviço da Dívida" do conjunto das empresas foi retirado dos Fluxos de Caixa e dos Fluxos das Contas Atrasadas CIEF/SEP. Nele estão contabilizados os pagamentos das amortizações e dos juros e encargos efetuados pelas empresas junto às instituições financeiras (nacionais e estrangeiras), bem como a parcela dessas obrigações que não foi saldada no exercício.

- Outras Despesas (d45)

O dado relativo ao item "Outras Despesas" do conjunto das empresas foi retirado dos Fluxos de Caixa e dos Fluxos de Contas Atrasadas CIEF/SEP. Nele estão contabilizadas as despesas classificadas como diversas saídas, exceto os valores relativos ao pagamento dos inativos e pensionista, já contabilizados no item pessoal e encargos e o resultado do saldo inicial de caixa e o saldo final de caixa quando deficitário.

Anexo IV

OS INDICADORES UTILIZADOS NOS TRABALHOS

I. INDICADOR DE GRAU DE COBERTURA (COB)

1.1. Grau de cobertura calculado para as ETG.

Para a receita efetiva das ETG, tem-se no numerador:

Receita tributária da adm. direta;

outras receitas da adm. direta;

transf. federais a adm. direta;

receitas próprias das autarquias;

receitas próprias das fundações;

este total acima é subtraído das despesas de custeio das ETG, formada por:

custeio da adm. direta;

custeio das autarquias;

custeio das fundações;

despesas diversas da adm. direta;

outras despesas das autarquias;

outras despesas das fundações;

Para o denominador, utiliza-se a receita total do SPP, o que permite que a soma deste indicador para as ETG com o mesmo relativo às empresas resulte neste indicador relativo ao SPP. Tem-se assim a visão da parte no todo, ao mesmo tempo que não se obstaculiza a visão da parte em si mesma.

1.2. Grau de cobertura para as empresas

No numerador:

receitas próprias das empresas;

outras receitas das empresas;

este total acima é subtraído de :

custeio das empresas;

outras despesas das empresas;

Do mesmo modo o denominador é a receita total do SPP.

1.3. Grau de Cobertura calculado para o SPP:

No numerador estão presentes os seguintes componentes das receitas do SPP, enquanto receita efetiva:

receitas tributárias da adm. direta;

outras receitas da adm. direta;

transf. federais à adm. direta;

receitas próprias das empresas;

receitas próprias das autarquias;

receitas próprias das fundações;

outras receitas das empresas;

e, subtraindo-se do total acima, enquanto despesas de custeio tem-se:

custeio da adm. direta;

custeio das empresas;

custeio das autarquias;

custeio das fundações;

despesas diversas da adm. direta;

outras despesas das empresas;

outras despesas das autarquias;

outras despesas das fundações;

O denominador é a receita total do SPP.

2. INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DO CRÉDITO (IFC)

2.1. Indicador de IFCcionalidade do crédito relativo às ETG no numerador:

operações de crédito da adm. direta;

operações de crédito das autarquias;

operações de crédito das fundações;

do que é subtraído:

serviço da dívida da adm. direta;

serviço da dívida das autarquias;

serviço da dívida das fundações;

No denominador, a receita total do SPP.

2.2. Indicador de Funcionalidade do crédito relativo às empresas.

No numerador:

operações de crédito das empresas;

que é subtraído do serviço da dívida das empresas.

No denominador, a receita total do SPP.

2.3. Indicador de Grau de Funcionalidade do Crédito do SPP.

No numerador tem-se:

operações de crédito da adm. direta;

operações de crédito das empresas;

operações de crédito das autarquias;

operações de crédito das fundações;

de cujo total acima é subtraído:

serviço da dívida da adm. direta;

serviço da dívida das empresas;

serviço da dívida das autarquias;

serviço da dívida das fundações;

No denominador, a receita total do SPP.

3. O INDICADOR DE GERAÇÃO TOTAL DE RECURSOS (GTR)

3.1. Geração total de recursos para as ETG.

Corresponde à soma do indicador de cobertura com o de Funcionalidade do crédito, deduzido das transferências de recursos da administração às empresas (que encontra-se do mesmo modo dividido pela receita total do SPP)

3.2. Geração total de recursos para as empresas

A soma do indicador de cobertura com o de Funcionalidade do crédito, acrescido da transferência de recursos da administração direta.

3.3. Geração total de recursos para o SPP

Trata-se da soma do seu indicador de cobertura com o de funcionalidade do crédito.

3.4. A Inclusão dos Atrasados e as Alterações nas Fórmulas Acima

Neste caso as mudanças são duas. A primeira refere-se ao indicador de funcionalidade do crédito das empresas, em que acresce-se às operações de crédito formais, o total dos atrasados. E, quanto ao denominador, dado que trata-se da receita total, é necessário acrescentar do mesmo modo, os atrasados, o que altera o conjunto dos indicadores pois todos tem no denominador a receita total do SPP.

Esta mudança no indicador IFC altera por consequência o indicador de geração total de recursos seja das empresas seja do SPP, que passa a ter a inclusão dos atrasado também no numerador.

Anexo V

QUADROS ESTATÍSTICOS
MÉDIAS POR SUBPERÍODOS ADMINISTRATIVOS

TABELA 1.1
RECEITA TOTAL DO SPP POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

EN US\$ MIL 88												
INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	6915,6	230,6	3,3	6844,3	1747,6	25,5	9063,9	781,0	8,6	7475,6	1497,7	20,0
AUTARQUIAS	334,4	120,3	36,0	258,5	46,6	18,0	391,8	21,1	5,4	322,4	95,0	29,5
FUNDAÇÕES	19,5	8,1	41,5	74,1	18,8	25,4	175,1	20,5	11,7	81,8	63,8	78,0
EMPRESAS	6774,7	1389,4	20,5	9097,1	900,2	9,9	11338,3	1581,4	13,9	8863,8	2226,1	25,1
TOTAL	14044,1	1153,5	8,2	16274,0	2316,0	14,2	20969,0	1094,1	5,2	16743,6	3218,9	19,2

* INCLUI O CREDITO INFORMAL

TABELA 1.2
RECEITA TOTAL DO SPP POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
PARTICIPACAO RELATIVA
QUADRO ESTATISTICO

(em %)												
INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM DIRETA	49,7	5,3	10,6	41,5	5,1	12,4	43,4	4,9	11,3	45,0	6,3	13,9
AUTARQUIAS	2,4	1,0	42,6	1,6	0,1	0,4	1,9	0,2	10,5	2,0	0,7	37,5
FUNDAÇÕES	0,1	0,0	35,0	0,5	0,1	19,1	0,8	0,1	8,7	0,4	0,3	64,4
EMPRESAS	47,8	6,0	12,5	56,4	5,0	8,9	53,9	5,0	9,3	52,6	6,6	12,5
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 2.1
EVOLUCAO DAS RECEITAS PROPRIAS - CONSOLIDADO
QUADRO ESTATISTICO

US\$ MEDIO DE 1988												
INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
AUTARQUIAS	299,2	112,2	37,5	206,8	39,7	19,2	337,0	16,5	4,9	275,9	90,4	32,8
FUNDAÇÕES	19,5	8,1	41,5	74,1	18,8	25,4	175,1	20,5	11,7	81,8	63,8	78,0
EMPRESAS	3.995,2	1.030,6	25,8	4.848,2	565,5	11,7	5.587,7	293,7	5,3	4.739,7	963,3	20,3
TOTAL	4.313,8	950,2	22,0	5.129,1	610,3	11,9	6.099,7	272,6	4,5	5.097,3	990,8	19,4

TABELA 2.2
EVOLUCAO DAS RECEITAS PROPRIAS - CONSOLIDADO
QUADRO ESTATISTICO

PARTICIPACAO RELATIVA (%)												
INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
AUTARQUIAS	7,7	4,1	53,3	4,0	0,4	10,0	5,5	0,4	7,6	5,8	3,0	51,4
FUNDAÇÕES	0,4	0,1	22,8	1,4	0,3	20,5	2,9	0,4	15,4	1,5	1,0	69,1
EMPRESAS	91,8	4,0	4,4	94,6	0,6	0,6	91,6	0,7	0,8	92,8	2,8	3,1
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 3.1
EVOLUCAO DAS OPERACOES DE CREDITO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

INSTANCIA	US\$ MEDIO DE 1988											
	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	699,7	120,4	18,4	587,3	227,6	38,8	784,4	127,5	16,3	681,9	188,4	27,6
AUTARQUIAS	35,2	19,1	54,3	51,7	19,0	36,7	54,8	18,0	32,8	46,6	20,7	44,4
FUNDAÇÕES	0,0	0,0	ERR	0,0	0,0	ERR	0,0	0,0	ERR	0,0	0,0	ERR
EMPRESAS	2537,2	407,1	16,0	4189,2	745,6	17,8	5729,9	1562,6	27,3	4008,7	1592,3	39,7
TOTAL	3272,1	388,7	11,9	4828,2	811,3	16,8	6569,1	1441,4	21,9	4737,1	1599,9	33,8

TABELA 3.2
EVOLUCAO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO - CONSOLIDADO
QUADRO ESTATISTICO

INSTANCIA	PARTICIPACAO RELATIVA (%)											
	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
RECURSOS DO	21,7	4,8	22,1	12,1	4,9	40,5	12,8	4,1	32,1	15,8	6,5	40,8
RECEITAS PR	1,1	0,6	58,7	1,1	0,3	31,9	0,9	0,4	44,5	1,0	0,5	47,7
OPERACOES D	0,0	0,0	ERR	0,0	0,0	ERR	0,0	0,0	ERR	0,0	0,0	ERR
OUTRAS FONT	77,2	4,5	5,8	86,8	4,7	5,4	86,3	4,3	5,0	83,2	6,4	7,7
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 4.1
TRANSFERENCIAS DO TESOURO PARA AS INTANCIAS ADMINISTRATIVAS
QUADRO ESTATISTICO

US\$ MIL DE 1988

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
FUNDACOES	142,0	19,8	13,9	146,2	14,7	10,0	217,0	18,5	8,5	164,0	37,0	22,6
AUTARQUIAS	1.380,9	75,0	5,4	1.312,0	375,1	28,6	1.738,5	90,1	5,2	1.453,4	294,6	20,3
EMPRESAS	1.054,5	116,6	11,1	1.133,7	245,1	21,6	1.688,8	80,0	4,7	1.256,3	315,9	25,1
FUNDOS	31,2	21,2	67,9	10,4	4,3	41,7	32,5	23,2	71,5	24,0	20,6	85,8
TOTAL	2.608,7	123,6	4,7	2.602,3	620,1	23,8	3.676,8	90,1	2,5	2.897,7	612,5	21,1

TABELA 4.2
TRANSFERENCIAS DO TESOURO PARA AS INTANCIAS ADMINISTRATIVAS
QUADRO ESTATISTICO

(em %)

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
FUNDACOES	5,4	0,6	10,3	5,8	0,7	12,2	5,9	0,4	6,0	5,7	0,6	10,6
AUTARQUIAS	53,0	3,0	5,7	50,0	3,4	6,8	47,3	2,3	4,9	50,4	3,8	7,5
EMPRESAS	40,4	3,2	8,0	43,8	3,2	7,3	45,9	2,3	5,0	43,1	3,7	8,7
FUNDOS	1,2	0,8	67,4	0,4	0,1	21,7	0,9	0,6	69,3	0,8	0,7	83,4
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 5.1
OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

EM US\$ MIL 1988

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	40,65	5,35	13,16	32,14	5,23	16,26	57,19	13,64	23,85	42,07	13,04	31,00
AUTARQUIAS												
FUNDAÇÕES												
EMPRESAS	16,62	3,73	22,41	4,10	1,79	43,71	1,42	1,02	71,70	7,92	7,13	90,06
TOTAL	57,28	8,10	14,14	36,24	4,67	12,89	58,61	12,64	21,57	49,99	13,56	27,12

TABELA 5.2
OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

(em %)

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	71,2	4,1	5,7	88,5	4,8	5,4	97,0	2,8	2,9	84,5	11,4	13,5
AUTARQUIAS												
FUNDAÇÕES												
EMPRESAS	28,8	4,1	14,1	11,5	4,8	41,3	3,0	2,8	92,4	15,5	11,4	73,4
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 6.1
GASTO TOTAL DO SPP POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

US\$ milhões de 1988

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	4449,8	282,1	6,3	4500,6	971,8	21,6	6507,6	660,7	10,2	5029,5	1145,1	22,8
EMPRESAS (*)	7829,2	1491,6	19,1	10230,8	1065,8	10,4	13027,1	1643,8	12,6	10120,1	2485,3	24,6
AUTARQUIAS	1587,2	30,9	2,4	1514,2	427,1	28,2	1970,1	70,4	3,6	1665,1	322,6	19,4
FUNDACOES	150,5	34,7	23,1	185,7	26,5	14,3	323,9	26,9	8,3	210,6	77,0	36,6
TOTAL/SPP	14016,8	1281,0	9,1	16431,3	2130,1	13,0	21020,6	1373,2	6,3	17025,3	3531,7	20,7

(*) Inclui os atrasados.

FONTE: Balanco Geral do Estado, CERP/CPQ/SEP, Fluxos de Caixas das Empresas/CIEF.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 6.2
GASTO TOTAL DO SPP POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

(em %)

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	32,1	4,5	14,0	27,2	2,7	10,0	29,9	3,6	12,1	29,7	4,3	14,3
EMPRESAS (*)	55,4	5,6	10,2	62,6	4,3	6,9	59,5	4,2	7,0	59,1	5,7	9,7
AUTARQUIAS	11,4	1,3	11,3	9,1	1,6	17,8	9,1	0,9	9,8	9,9	1,8	17,6
FUNDACOES	1,1	0,2	14,3	1,1	0,1	5,2	1,5	0,1	4,5	1,2	0,2	16,9
TOTAL/SPP	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

(*) Inclui os atrasados.

FONTE: Balanco Geral do Estado, CERP/CPQ/SEP, Fluxos de Caixas das Empresas/CIEF.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 7.1
EVOLUCAO DO CUSTEIO - 1979/1989
QUADRO ESTATISTICO

EM US\$ MIL 1988											
INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989	
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP
ADM DIRETA	3.571,9	259,8	7,3	3.460,3	788,4	22,8	4.955,1	377,6	7,6	3.900,6	838,1
AUTARQUIAS	874,4	36,6	4,2	908,3	203,8	22,4	1.235,7	63,7	5,2	985,3	201,1
FUNDACOES	137,5	28,5	20,8	165,0	17,5	10,6	245,9	14,6	6,0	177,1	48,8
EMPRESAS	2.576,8	567,8	22,0	3.470,9	425,0	12,2	4.263,6	201,7	4,7	3.361,9	802,6
TOTAL	7.100,6	518,3	7,2	8.004,4	1.361,6	17,0	10.700,3	255,6	2,4	8.432,8	1.687,3

TABELA 7.1
EVOLUCAO DO CUSTEIO - 1979/1989
PARTICIPACAO RELATIVA
QUADRO ESTATISTICO

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989	
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP
ADM DIRETA	50,2	5,3	10,6	42,9	2,7	6,4	46,3	2,5	5,5	46,5	4,9
AUTARQUIAS	12,2	0,6	5,2	11,3	0,9	8,1	11,5	0,4	3,3	11,7	0,8
FUNDACOES	1,9	0,3	14,7	2,1	0,1	7,2	2,3	0,1	6,4	2,1	0,3
EMPRESAS	35,7	5,7	15,9	43,8	3,5	8,0	39,9	2,6	6,6	39,8	5,5
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0

TABELA 8.1
EVOLUCAO DO PESSOAL E REFLEXOS - 1979/1989
QUADRO ESTATISTICO

INSTANCIA	EM US\$ MIL 1988											
	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM DIRETA	3125,0	289,0	9,2	2955,4	695,6	235,4	3796,1	332,6	8,8	3246,3	595,9	18,4
AUTARQUIAS	669,7	31,9	4,8	682,7	165,5	242,4	983,4	63,6	6,5	760,0	173,7	22,9
FUNDACOES	86,4	23,1	26,8	100,1	9,2	92,1	122,7	12,3	10,1	101,3	21,8	21,5
EMPRESAS	1217,0	130,9	10,8	1180,4	90,3	83,3	1450,7	30,9	2,1	1267,4	151,2	11,9
TOTAL	5098,0	304,3	6,0	4918,5	964,1	196,0	6352,9	416,1	6,6	5375,0	885,1	16,5

TABELA 8.2
EVOLUCAO DO PESSOAL E REFLEXOS - 1979/1989
QUADRO ESTATISTICO

INSTANCIA	(em %)											
	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM DIRETA	61,2	3,1	5,1	59,7	2,2	37,5	59,7	1,4	2,3	60,2	2,6	4,2
AUTARQUIAS	13,1	0,3	2,3	13,8	0,7	51,5	15,5	0,1	1,0	14,0	1,1	7,5
FUNDACOES	1,7	0,4	26,2	2,1	0,2	100,1	2,0	0,3	16,6	1,9	0,4	19,8
EMPRESAS	23,9	2,5	10,4	24,5	2,6	105,0	22,9	1,1	4,6	23,8	2,3	9,8
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 9.1
EVOLUÇÃO DOS "OUTROS CUSTEIOS" - 1979/1989
QUADRO ESTATÍSTICO

EM US\$ MIL 1988												
INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM DIRETA	447,8	34,8	7,6	584,9	98,3	19,5	1159,8	282,9	24,4	662,2	344,8	52,1
AUTARQUIAS	284,8	5,8	2,4	225,6	38,8	17,2	252,4	15,3	6,1	225,3	31,2	13,9
FUNDACOES	51,1	5,5	10,8	64,9	11,2	17,3	123,2	28,8	16,9	75,8	32,4	42,8
EMPRESAS	1359,8	455,2	33,5	2298,5	388,8	16,6	2812,8	216,2	7,7	2894,5	781,2	27,5
TOTAL	2862,7	491,3	17,6	3885,9	583,5	16,3	4347,4	283,8	6,7	3857,9	1082,6	28,8

TABELA 9.2
EVOLUÇÃO DOS "OUTROS CUSTEIOS" - 1979/1989
PARTICIPACÃO RELATIVA
QUADRO ESTATÍSTICO

(em %)												
INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM DIRETA	22,6	4,8	17,7	16,3	1,3	7,7	26,5	5,9	22,3	21,4	5,7	26,8
AUTARQUIAS	18,5	2,5	23,4	7,4	0,9	11,9	5,8	0,6	9,6	8,1	2,5	31,8
FUNDACOES	2,6	0,4	14,5	2,1	0,2	7,7	2,8	0,5	16,2	2,5	0,5	18,3
EMPRESAS	64,3	6,7	10,5	74,2	2,1	2,8	64,8	5,8	8,9	68,0	7,8	10,3
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 10.1
EVOLUCAO DO SERVICO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

US\$ MEDIO DE 1988

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	600,5	128,1	21,3	645,9	48,5	7,5	759,1	125,9	16,6	660,3	123,2	18,7
AUTARQUIAS	162,0	16,8	10,3	149,5	13,7	9,2	123,8	37,2	30,1	147,0	27,9	19,0
FUNDACOES	1,9	2,2	114,6	2,7	2,1	76,0	1,2	1,0	83,3	2,0	2,0	99,0
EMPRESAS	2053,7	474,9	23,1	3928,5	660,1	16,8	5392,1	1840,1	34,1	3645,9	1716,5	47,1
TOTAL	2818,2	372,5	13,2	4726,6	677,2	14,3	6276,2	1825,1	29,1	4455,2	1741,1	39,1

*Com atrasado.

TABELA 10.1
EVOLUCAO DO SERVICO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

PARTICIPACAO RELATIVA (%)

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	22,3	7,5	33,8	13,9	1,8	13,2	12,9	3,7	28,3	16,7	6,6	39,6
AUTARQUIAS	5,8	0,3	5,6	3,2	0,6	18,1	2,2	1,1	49,4	3,9	1,6	42,3
FUNDACOES	0,1	0,1	107,7	0,1	0,0	74,1	0,0	0,0	94,5	0,0	0,1	104,5
EMPRESAS	71,9	7,7	10,8	82,8	2,1	2,6	84,8	4,1	4,8	79,4	7,8	9,8
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 11.1
EVOLUCAO DOS INVESTIMENTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

US\$ MEDIO DE 1988

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	191,0	68,1	35,6	139,0	43,2	31,0	474,0	123,6	26,1	249,3	161,1	64,6
AUTARQUIAS	589,9	68,5	13,4	367,6	194,9	53,0	554,0	59,7	10,8	470,2	151,0	32,1
FUNDACOES	11,0	4,7	42,7	17,9	12,8	71,1	75,1	13,0	17,3	31,0	29,2	94,1
FUNDOS	31,2	21,2	67,9	10,4	4,3	41,7	32,5	23,2	71,5	24,0	20,6	85,8
EMPRESAS	2115,7	268,5	12,7	1684,5	353,7	21,0	2240,1	55,4	2,5	1995,0	361,1	18,1
TOTAL	2858,8	230,8	8,1	2219,4	574,9	25,9	3383,8	244,3	7,2	2769,5	609,7	22,0

TABELA 11.1
EVOLUCAO DOS INVESTIMENTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

(X)

INST. ADMINMEDIA 79/DP 79/82 DP 79/82 MEDIA 83/DP 83/86 DP 83/86 MEDIA 87/DP 87/89 DP 87/89 MEDIA 79/DP 79/89 DP 79/89												
ADMINISTRAC	6,7	2,3	34,6	6,3	0,8	13,2	13,8	2,7	19,6	0,5	3,9	45,5
AUTARQUIAS	18,1	3,8	20,8	15,6	4,4	28,0	16,4	1,2	7,2	16,7	3,7	22,1
FUNDACOES	0,4	0,1	36,9	0,7	0,4	47,0	2,2	0,3	12,4	1,0	0,8	78,8
FUNDOS	1,1	0,7	64,5	0,5	0,1	21,5	0,9	0,6	67,1	0,8	0,6	74,2
EMPRESAS	73,7	3,6	4,9	76,9	5,2	6,7	66,7	3,3	5,0	73,0	5,8	8,0
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

TABELA 12.1
EVOLUCAO DAS OUTRAS DESPESAS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

US\$ MIL DE 1988

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	86,3	12,9	14,9	255,3	151,3	59,2	261,3	82,2	31,4	211,3	140,7	66,6
EMPRESAS	1003,0	348,3	32,2	1147,0	167,4	14,6	980,1	325,2	33,2	1117,3	289,6	25,9
AUTARQUIAS	41,0	10,6	26,0	88,8	44,5	50,1	63,3	38,5	60,8	62,6	39,9	63,8
FUNDAOES	0,0	0,0	40,6	0,0	0,0	52,0	2,4	2,3	92,8	0,5	1,4	283,0
TOTAL	1210,4	355,5	29,4	1491,2	156,4	10,5	1307,1	395,5	30,3	1391,7	341,0	24,5

* INCLUI OS ATRASADOS

TABELA 12.2
EVOLUCAO DAS OUTRAS DESPESAS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
QUADRO ESTATISTICO

(em %)

INSTANCIA	1979/1982			1983/1986			1987/1989			1979/1989		
	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %	MEDIA	DP	DP %
ADM. DIRETA	7,8	2,5	32,0	17,0	9,1	53,6	21,7	5,1	23,6	15,0	8,6	56,9
EMPRESAS	80,7	3,1	3,4	77,3	10,3	13,3	73,9	3,4	4,5	80,6	9,2	11,4
AUTARQUIAS	3,5	0,8	22,2	5,8	2,3	39,6	4,2	2,1	50,8	4,3	2,1	49,1
FUNDAOES	0,0	0,0	47,6	0,0	0,0	52,1	0,3	0,2	93,5	0,0	0,1	292,6
TOTAL	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

* INCLUI OS ATRASADOS